Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

CONCURSO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM VISTA À REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES *EX-ANTE* E DAS AVALIAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS PARA A PREPARAÇÃO DOS NOVOS PROGRAMAS OPERACIONAIS 2014-2020

LOTE 6

AVALIAÇÃO *EX-ANTE* E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DO CENTRO

Relatório Final da Avaliação ex-ante

(PO Centro versão final 8 de outubro de 2014)

QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A.

16 de outubro de 2014

EQUIPA TÉCNICA QP

António Manuel Figueiredo (coordenação global)

Artur Costa

Lurdes Cunha

Maria Elisa Pérez Babo

João Silva

Mariana Rodrigues

Carla Melo (AAE) (Simbiente)

Sérgio Costa (AAE) (Simbiente)

Participação IESE

António Oliveira das Neves

Gisela Ferreira

Magda Porta

ÍNDICES

ÍNDICES	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
EXECUTIVE SUMMARY	12
1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Contextualização da AEA	19
1.2. Estrutura do relatório	20
1.3. Síntese metodológica	20
2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	24
2.1. Dimensão estratégica da programação, relevância e pertinência do diagnóstico e contributos para a Estratégia EUROPA 2020	24
2.2. Coerência interna do PO	35
2.3. Coerência externa do PO	46
2.4. Princípios horizontais	61
2.5. Indicadores, monitorização e avaliação	72
2.5.1 Enquadramento	72
2.5.2 Contextualização	72
2.5.3 Resposta às questões de avaliação	74
2.6. Consistência da alocação dos recursos financeiros	80
3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	89
3.1. SINTESE DA ANÁLISE DA AAE	89
3.2. Principais efeitos do POR centro e recomendações da AAE	92
4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	106
4.1. Conclusões	106
4.2. Recomendações	118
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	124
6. ANEXOS	128
ANEXO Nº 1	129
ANEXO N.º 2	146
ANEXO Nº 3	147
ANEXO nº 4	156
ANEXO nº 5	158
ANEXO Nº 6	163

ANEXO N.º 7 184

ANEXO N.º 8 186

ANEXO N.º 9 187

ANEXO N.º 10 199

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 - Posicionamento da Região Centro nalgumas metas da Estratégia Europa 2020 27
Quadro n.º 2 - Relações entre a Ambição Regional e a Estratégia Europa 2020 28
Quadro n.º 3 - Objetivos específicos do PO (apresentados por ordem de EP) e correspondência com o AP e Estratégia Europa 2020 31
Quadro n.º 4 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 1 à 8) 34
Quadro n.º 5 - Desenvolvimentos analíticos em torno das sinergias entre eixos prioritários /objetivos do PO 35
Quadro n.º 6 - Relação entre medidas e objetivos estratégicos 39
Quadro n.º 7 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 8 e 9) 45
Quadro n.º 8 - Elementos de avaliação de coerência externa entre POR, PDR Continente, PO FEAMP, PO Transnacionais e PO Temáticos, por eixo prioritário e prioridade de investimento 46
Quadro n.º 9 - Financiamento indicativo de DLBC 58
Quadro n.º 10 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questão 11 à 15) 61
Quadro n.º 11 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 16 à 23) 71
Quadro n.º 12 - Distribuição da Comparticipação Comunitária, por Eixo Prioritário 80
Quadro n.º 13 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 2, por Domínio de Intervenção 81
Quadro n.º 14 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 1, por Domínio de Intervenção 82
Quadro n.º 15 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 3, por Domínio de Intervenção 82
Quadro n.º 16 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 4, por Domínio de Intervenção 83
Quadro n.º 17 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 5, por Domínio de Intervenção 84
Quadro n.º 18 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 6, por Domínio de Intervenção 85
Quadro n.º 19 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 7, por Domínio de Intervenção 85
Quadro n.º 20 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 8, por Domínio de Intervenção 85
Quadro n.º 21 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 9, por Domínio de Intervenção 86
Quadro n.º 22 - Principais efeitos e recomendações no âmbito dos FCD da AAE 92
Quadro n.º 23 – Síntese da Estratégia de Especialização Inteligente Centro 133
Quadro n.º 24 - Relação entre constrangimentos estruturais e ativos diferenciadoras com as Prioridades Estratégicas Nucleares 135
Quadro n.º 25 – Alocação das Prioridades Estratégicas Nucleares, constrangimentos estruturais, ativos diferenciadores, metas de ambição estratégica às Prioridades de Investimento (e Eixo Prioritário) 138
Quadro n.º 26 - Financiamento indicativo de DLBC 151
Quadro n.º 27 – Lista de Presenças (Associações de Desenvolvimento Local) 155
Quadro n.º 28 – Lista de Presenças (Especialização Inteligente) 157
Quadro n.º 29 – Fundamentação do Diagnóstico 163

Quadro n.º 30 – Materiais de participação institucional da Região Centro nos trabalhos de preparação do PAR 2014-2020 184
Quadro n.º 31 - Matriz de apresentação das sinergias entre objetivos 186
Quadro n.º 32 – Justificação das sinergias identificadas 193
Quadro n.º 33 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 1) 199
Quadro n.º 34 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 2) 200
Quadro n.º 35 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 3) 201
Quadro n.º 36 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 4) 203
Quadro n.º 37 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 5) 205
Quadro n.º 38 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 6) 206
Quadro n.º 39 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 7) 206
Quadro n.º 40 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 8) 208
Quadro n.º 41 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 9) 208

Acronímia

A – Ativos Diferenciadores

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AB – Ano de Base
AC – Administração Central
ADC – Agência de Desenvolvimento e Coesão
ADL – Associação de Desenvolvimento Local

AEA – Avaliação Ex-ante
ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

AP – Acordo de Parceria

CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro

CE – Comissão Europeia

CE – Constrangimentos Estruturais

CEC – Conselho Empresarial do Centro

CEF – Cursos de Educação e Formação

CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CIM – Comunidade Intermunicipal

CQEP – Centros para a qualificação e o ensino profissional

CRER – Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente.

CTE – Centro de Emprego

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DRE – Direção Regional de Educação
DSRC – Direção de Serviços Regionais do Centro

EE 2020 – Estratégia Europa 2020
EIDL – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local
ELD – Estratégias Locais de Desenvolvimento

EM – Estados Membros

EP – Eixo Prioritário

EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE – Fundo Social Europeu

GAC – Grupo de Ação Costeira

GAL – Grupo de Ação Local
GEE – Gases de Efeito de Estufa
ICI – Inquérito Comunitário à Inovação
IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&D&I – Investigação e Desenvolvimento e Inovação –

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
ILE – Iniciativas Locais de Emprego

ISCED – International Standard Classification of Education

ITI – Investimento Territorial Integrado

M – Metas

MA – Meta alimentação

NEET – Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participaram em ações de formação

NUTS – Unidade Territorial Estatística

OT – Objetivo Temático

PAR – Plano de Ação Regional
PCT – Parques de Ciência e Tecnologia

PDR – Plano de Desenvolvimento Rural

PEN – Prioridades Estratégicas Nucleares

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMSE – Programa Mais Sucesso Escolar

PNR – Programa Nacional de Reformas

PO – Programa Operacional

POC – Programa Operacional do Centro

POCH – Programa Operacional do Capital Humano

POR – Programa Operacional Regional
POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POT – Programa Operacional Temático

PROT – C – Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QP – Quaternaire Portugal

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RFP – Relatório Final

RIS 3 – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

RTE-T - Rede Transeuropeia de Transportes

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SI – Sistema de Incentivos

SRI – Sistema Regional de Inovação

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP – Cursos Tecnológicos Superiores Profissionais

TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

UE – União Europeia

URBES – Rede Urbana e Qualificação de Cidades

V – Elementos da Visão Estratégica

VA – Valor Alvo

VB – Valor de Base

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto e metodologia

A avaliação ex-ante (AEA) do PO Centro 2014-2020 foi concretizada segundo uma metodologia que, tendo em conta o conjunto de questões de avaliação que definiam o objeto da avaliação, foi desenvolvida em torno dos seguintes pilares: (i) recurso a metodologias de avaliação "*theory-driven*", através da formulação da teoria da programação do PO Centro e da correspondente identificação dos respetivos fatores críticos; (ii) utilização como material de avaliação dos resultados do processo participativo dinamizado pela CCDR Centro, em particular dos materiais produzidos pelos grupos de trabalho constituídos no âmbito da elaboração do Plano de Ação Regional (PAR) CRER 2014-2020 e dos contributos de análise crítica do POR; (iii) realização de momentos complementares de auscultação de *stakeholders* com intervenção relevante na futura implementação do PO, designadamente dois painéis de discussão (Comissão Coordenadora da Estratégia de Especialização Inteligente – EEI Centro e um conjunto muito representativo de associações de desenvolvimento local (GAL-LEADER, GAC – FEAMP e outras ADL) e de um conjunto de entrevistas; (iv) interação permanente com a equipa e os resultados da Avaliação Estratégica Ambiental do PO Centro.

A AEA regista a valia do processo participativo que conduziu à elaboração do PAR e à sua transformação em PO, bem como a capacidade revelada pela CCDR Centro de integração na sucessiva reformulação do PO de contributos desse processo participativo, bem como de algumas recomendações entretanto produzidas pela própria AEA.

Do ponto de vista da contextualização do processo de avaliação, é relevante sublinhar dois aspetos: a AEA trabalhou com cinco versões do PO Centro, tendo o Relatório Inicial, o Relatório Final Preliminar e o Relatório Final analisado versões do PO sucessivamente reformuladas, evolução com particular incidência no sistema de indicadores de realização e resultado; só também na parte final do exercício de avaliação foi possível conhecer os restantes PO (4 PO temáticos e PDR – FEADER) com os quais o PO Centro se deve articular no território da Região, o mesmo se aplicando ao Programa de Cooperação Territorial Portugal-Espanha também relevante para alguns territórios da Região.

Objeto de avaliação

O objeto de avaliação é configurado por um conjunto de questões de avaliação definidas em sede de caderno de encargos que a equipa de avaliação organizou nos seguintes domínios:

- **Dimensão estratégica da programação**: relevância, pertinência e fundamentação do diagnóstico estratégico prospetivo que suporta a estratégia do PO; incorporação das orientações da Estratégia Europa 2020 e do Plano Nacional de Reformas e contributo do PO Centro para as metas europeias da Estratégia 2020; conformidade com as orientações do Acordo de Parceria (AP); abordagem integrada ao desenvolvimento territorial;

- **Princípios horizontais da programação e grau de envolvimento de *stakeholders***: igualdade de oportunidades e de género, princípios da parceria e da não discriminação, desenvolvimento sustentável e diferentes formas de envolvimento de *stakeholders* na concretização do PO;

- **Coerência interna**: sinergias e complementaridades entre diferentes eixos prioritários do PO e respetivas prioridades de investimento mobilizadas e análise crítica das tipologias de ações (não propriamente medidas) tendo em vista os objetivos específicos a atingir em cada prioridade de investimento;

- **Coerência externa**: sinergias e complementaridades a respeitar entre os PO temáticos com intervenção no território da Região e o PO Centro, o mesmo se aplicando à intervenção do PDR-FEADER na Região, tendo por base as formulações conhecidas das cadeias de programação e a delimitação definida em sede de AP;

- **Conformidade da alocação de recursos financeiros**: avaliação da consistência das alocações conhecidas com a dimensão estratégica da programação e a sua hierarquia de objetivos identificada pela teoria da programação;

- **Sistema de indicadores**: avaliação da pertinência, consistência e exequibilidade dos indicadores propostos tendo em conta a dimensão baseada em resultados da programação e a medida da transformação que se pretende atingir com a programação.

Principais conclusões

O Relatório Final da AEA aborda o objeto de avaliação atrás referido respondendo a cada uma das questões de avaliação definidas em sede de caderno de encargos com a correspondente fundamentação de análise e mobilização de fontes de informação, sendo possível consultar na parte final do relatório um conjunto de anexos com desenvolvimentos técnicos dessa fundamentação de resposta.

A AEA regista que o PO Centro 2014-2020 integra de modo muito satisfatório o Plano de Ação CRER 2014-2020 e o valioso material de participação institucional que o caracterizou, mesmo tendo em conta o contexto de incerteza que caracterizou a sua preparação e a excessiva segmentação e estratificação dos instrumentos de política pública mobilizados pela programação nacional. Existe uma elevada coerência estratégica entre o diagnóstico prospetivo da Região e as intervenções propostas pelo PO. A evolução do PO ao longo das suas sucessivas versões constituiu um compromisso entre a defesa dessa coerência estratégica e a estratégia de programação nacional materializada no Acordo de Parceria (AP). A criação do Eixo Prioritário 9 (Rede urbana) na versão de agosto do PO ilustra esse compromisso.

De acordo com a aplicação da teoria da programação, a AEA identificou a presença dos seguintes fatores críticos:

- **Desafios de governança em torno da aplicação do sistema de incentivos previstos pelo PO**, tendo em vista consagrar o perfil integrador das opções da EEI-Centro e o equilíbrio entre relevância regional dos projetos e o mérito intrínseco dos mesmos; é particularmente relevante sublinhar o fator crítico de assegurar a convergência nas empresas dos efeitos de incentivos ao empreendedorismo de base tecnológica, à I&D empresarial, à inovação e à internacionalização, potenciando processos virtuosos do tipo I&D – inovação, I&D – internacionalização e I&D- inovação-internacionalização

- **Relevância do fator financiamento**, sobretudo do ponto de vista do modo como a instituição financeira em instalação articulará a sua atividade com as prioridades do PO;

- **Desafios colocados à ambição regional para a política de Cidades** do ponto de vista da combinação das dimensões do baixo carbono, valorização ambiental e regeneração urbana em contexto de menor dependência da dimensão infraestrutural;

- **Monitorização e operacionalização necessárias** da aposta corajosa e inovadora de inscrever nas metas de ambição estratégica do PO a redução das assimetrias regionais em 10%, sobretudo do ponto de vista do contributo da EEI Centro para esse desígnio e da sua compatibilização com os processos ascendentes a promover por via dos ITI (Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial promovidos pelas CIM) e DLBC, processos extremamente exigentes em termos de coordenação regional;

- **O desafio da criação de emprego qualificado na Região**, atendendo sobretudo à consagração como Prioridade Estratégica Nuclear a aposta de "Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador" e ao objetivo de atingir 40% de jovens com formação superior. A AEA regista como fator crítico nesta matéria a previsível criação de emprego qualificado que resultará essencialmente dos instrumentos a veicular pelos eixos prioritários 1 e 2 (OT1 e OT3) e a articulação necessária com a Iniciativa da União Europeia Emprego Jovem (público dos NEET – *Not in Education, Employment or Training*);

- **A integração dos *instrumentos de política inclusiva*** atendendo sobretudo à forte estratificação e segmentação destes instrumentos na programação, ao facto destes instrumentos poderem ser mobilizados em diferentes escalas territoriais (nacional, regional, sub-regional e local) e à necessidade de produção de resultados na absorção do desemprego de longa duração;

- **Necessidade de uma melhor fundamentação** das prioridades de intervenção em matéria de infraestruturas escolares e de formação.

O PO Centro revela uma fundamentação bastante sólida em termos de diagnóstico prospetivo, embora com cobertura desigual dos diferentes domínios de intervenção do PO, para isso contribuindo a valia do conhecimento sobre a Região presente na elaboração do PAR CRER 2014-2020 e do Observatório das Dinâmicas Regionais. Os domínios com menor cobertura de informação e de diagnóstico territorializado são os domínios da energia e da inclusão /exclusão social. O diagnóstico que suporta o PO Centro está também globalmente em linha com os documentos estratégicos de ordem superior (nacionais e comunitários) aos quais a programação deve ser ajustada e para eles contribuir. Como corolário das observações anteriormente produzidas no ponto anterior, os domínios da energia e das condições sociais são aqueles em que o reporte sobretudo à dimensão da Estratégia *Europa 2020 se revela mais difícil, sobretudo devido à inexistência de informação de âmbito regional e sub-regional e à consequente impossibilidade de definição de baselines.*

O PO Centro mantém com a Estratégia Europa 2020 uma relação virtuosa, pois além de acomodar na sua estratégia de programação os objetivos temáticos dessa estratégia, configura resultados esperados que permitem antever um contributo para as metas europeias. É no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico que o PO Centro se apresenta com maior alinhamento com as metas europeias, ainda que no contexto atual da Região e do País, o esforço de alinhamento com os 3% do PIB para despesas de investigação e de desenvolvimento representará uma tarefa de grandes proporções, com relevo para o papel da EEI – Centro. A AEA regista nesta matéria a relevância que assumirá para esta questão a continuidade na Região da experiência dos *clusters* e polos de competitividade, como elemento de garantia de uma lógica empresarial nos processos de colaboração entre o meio empresarial e as diferentes entidades do sistema científico e tecnológico representadas na Região, das mais próximas ao ambiente empresarial como os centros tecnológicos setoriais às mais afastadas e mais relacionadas com a investigação científica.

A AEA considera muito positiva a evolução da produtividade do trabalho regional entre as metas de ambição estratégica global; como aspetos negativos, regista-se, no caso da sustentabilidade, a não consideração de metas estratégicas globais e as limitações de medir os resultados em matéria de crescimento inclusivo apenas por uma meta relativa de taxa de desemprego.

Em matéria de participação de stakeholders, o nível, qualidade e diversidade de participação institucional na elaboração do PAR CRER 2014-2020, os contributos críticos para a formatação do PO e a capacidade revelada pelo PO Centro de acomodar esses contributos permitem concluir que o PO conta com uma rede institucional que pode valorizar o seu modelo de governação futuro. Destaca-se sobretudo a relevância do modelo proposto para a governação da EEI Centro e a sua influência na sua monitorização estratégica. A AEA identificou a existência de fatores de incerteza em matéria de participação na dinâmica de concretização do PO, sobretudo do ponto de vista da articulação entre ITI – CIM NUTS III e as DLBC que venham a perfilar-se como executoras e integradoras de intervenções FEDER e FSE que lhe estejam reservadas na programação.

Em matéria de coerência interna, apesar do número elevado de Eixos Prioritários, o PO Centro apresenta níveis muito satisfatórios de sinergias potenciais entre Eixos Prioritários e prioridades de investimento por eles convocadas, com grande relevo para o papel da EEI Centro como elemento enquadrador e racionalizador das políticas de I&D, inovação e internacionalização, projetando para os EP 1 e 2 o grosso das sinergias no interior do PO, que se estende à intervenção dos OT e respetivas PI relacionadas com o capital humano, eficiência energética, emprego qualificado e mobilidade urbana sustentável. A AEA sinaliza ainda a forte necessidade do PO Centro clarificar em sede de aplicação dos instrumentos previstos o campo de intervenção das ações de empreendedorismo de âmbito local, incluindo as vertentes do empreendedorismo de necessidade e social, convocados por PI

relacionadas com as políticas inclusivas de emprego e das políticas sociais, não esquecendo toda a série de ações que o PO Centro prevê convocar em matéria de desenvolvimento socioeconómico de base local. Foram identificados riscos de sobreposição e atomização de iniciativas.

A coerência interna do PO será ainda tributária do modo como a programação assegurar a transversalidade assumida da promoção da coesão territorial, atendendo a que será objeto de intervenções descendentes (EEI Centro) e ascendentes (intervenção dos ITI e DLBC).

Do ponto de vista da coerência externa do PO Centro, a análise da delimitação entre PO Centro e PO Temáticos permitiu concluir que não existem riscos significativos de sobreposição ou de indeterminação de domínios de intervenção. Registam-se, pelo contrário, alguns problemas potenciais de operacionalização de critérios de delimitação, o mais evidente dos quais se situa na relação entre EEI – Centro e EEI nacional, atendendo sobretudo à diferente génese dos dois referenciais. No domínio da competitividade, a AEA conclui que a questão dos projetos multirregionais exigirá uma rigorosa operacionalização regulamentar. Nos domínios da aprendizagem e do capital humano, a possibilidade da EEI – Centro ser o elemento racionalizador de apoios do PO em matérias que são novidade, como o apoio a doutoramentos e o apoio a CET e CSTP, constitui algo de importante que minimiza os riscos de eventual falta de experiência nessas matérias de programação. Ainda no domínio da educação e capital humano, a AEA regista como facto negativo o esvaziamento do PO em termos de modalidades vocacionais de ensino e de formação de adultos, domínios com territorialização vantajosa, reduzindo o alcance potencial dos Pactos para a Empregabilidade que o AP estabelece para o âmbito de intervenção das CIM NUTS III. A AEA considera que o PO Centro fica assim limitado na produção de inovação territorializada e na progressão do planeamento da oferta tendo em conta as necessidades regionais.

Num PO cuja natureza plurifundo está fundamentalmente assegurada, a AEA conclui que não estão ainda devidamente explicitadas as condições de governação que garantirão a eficaz articulação entre intervenções FEDER e FSE. Em estreita correlação com esta questão e tendo em conta que os ITI constituirão processos de contratualização multifundo e ainda que as CIM NUTS III apresentam uma reduzida experiência nesta matéria, a referida contratualização constituirá um fator crítico de articulação entre FEDER e FSE.

Já no que respeita à coerência externa do PO Centro com a aplicação do FEADER e do FEAMP (este com informação bem menos abundante para ser analisada), o relatório final da AEA conclui pela existência de um vasto conjunto de complementaridades a explorar, seja em matéria de competitividade, seja em matéria de sustentabilidade para as quais não são conhecidas formas de articulação ou monitorização.

Do ponto de vista da incorporação dos princípios horizontais na programação do PO, a AEA conclui que o PO poderia apresentar uma incorporação mais alargada destes princípios consagrados pelos regulamentos comunitários. A incorporação do princípio da parceria é entre os princípios consignados o que revela uma mais intensa incorporação. A dinâmica e diversidade de participação institucional assegurada pelo PAR CRER 2014-2020 asseguram boas condições para a aplicação deste princípio na programação, destacando-se neste domínio a base alargada de parcerias que subjaz ao modelo de governação da EEI- Centro que a AEA entende ser uma antecipação do modelo de governação possível para o Sistema Regional de Inovação Centro (SRI) que a programação 2007-2013 e agora o PO Centro 2014-2020 impulsionaram de forma clara. Quanto ao princípio da igualdade de género, concluiu-se que a transposição do PAR CRER 2014-2020 para a programação do PO ficou aquém do esperado em termos de incorporação deste princípio horizontal, não tendo sido identificados para além do referido contributo estudos complementares para o seu acautelamento na programação. A AEA sublinha que, nas condições atuais de disfuncionamento do mercado de trabalho em Portugal, com intensidade de desemprego e de desemprego de longa duração e limitações orçamentais em matéria de subsídios de desemprego, a proteção da igualdade de género e de igualdade de oportunidades é fortemente tributária da extensão com que o desemprego atinge as famílias portuguesas.

Em matéria de consistência da alocação dos recursos financeiros, observa-se uma concentração acentuada de recursos no Eixo Competitividade e Internacionalização da Economia (38%), seguida do

Potencial Humano (13,4%) e Rede Urbana (9,8%), absorvendo cerca de 60% da programação. Mesmo tendo em conta que parte dos recursos da rede urbana respeitam ao domínio da sustentabilidade, verifica-se que assim como as metas estratégicas globais do PO ignoram a dimensão sustentabilidade, também na alocação dos recursos financeiros se reflete essa opção. Ela compreende-se no quadro do diagnóstico estratégico da Região que apresenta a sua baixa produtividade como o seu principal constrangimento estrutural. Constata-se, entretanto, que a importante aposta regional na Inovação não beneficia de uma alocação de recursos financeiros no Eixo 2 (7,8% da dotação global) compatível com a ambição plasmada no PAR CRER 2020. Compreendendo a AEA os problemas de absorção que o EP 2 pode suscitar, a referida ambição poderia justificar que pelo menos o esforço de atingir os 10% de dotação fosse possível, sobretudo numa lógica de valorizar o I&DT, que no período de programação anterior revelou uma boa performance no MAIS CENTRO.

Finalmente, ***em matéria de* indicadores, monitorização e avaliação**, a AEA registou uma significativa evolução ao longo das cinco versões do PO analisadas, sobretudo no que respeita a indicadores de resultado e *baselines* consideradas. A cobertura que os indicadores de resultado proporcionam dos objetivos estratégicos da programação e da medida da sua progressão é apreciável, apenas com insuficiências pontuais identificadas pela AEA nas prioridades de investimento do património natural e cultural, inovação social e capacitação institucional. A AEA regista ainda a progressiva utilização de estatísticas e inquéritos nacionais INE e de informação comunitária para medir resultados, ainda que suscitando a questão do confronto dos universos das operações apoiadas e dessas fontes nacionais ou comunitárias. Embora não exista ainda um manual de metainformação do sistema de indicadores, a fundamentação de metas 2018 e 2013 é essencialmente baseada no conhecimento pormenorizado do histórico de programações anteriores e, num quadro de gestão prudencial do desempenho, é possível identificar uma lógica de fundamentação para as metas consideradas. Só nos casos (pontuais) em que não são conhecidos valores de partida é que se torna difícil compreender a relação entre as metas fixadas e a transformação estratégica desejada.

Principais recomendações

O estudo de AEA conclui com um conjunto de recomendações dirigidas a vários destinatários, centrados nos seguintes domínios: modelo de governação e incorporação do princípio das parcerias; fundamentação estratégica dos domínios de programação; clarificação de metas estratégicas globais; afinamento da programação para obter melhores resultados; sistema de indicadores, monitorização e avaliação.

Em matéria de modelo de governação e de parcerias, a AEA recomenda que o modelo de governação da EEI-Centro seja monitorizado como uma boa prática a disseminar na Região, em estreita articulação com a atividade dos *clusters* existentes na Região e apoiados pelo PO Temático Competitividade e Internacionalização e mantenha uma permanente interação com o modelo de gestão dos sistemas de incentivos. É proposto que seja estudada a viabilidade de um sistema de incentivos à I&D em co-promoção destinados à disseminação de conhecimento para a baixa densidade e em linha com o propósito da ERI Centro intervir na promoção da coesão territorial. A AEA recomenda ainda o aprofundamento da articulação entre EEI Centro e EEI Nacional, de modo a ultrapassar riscos de sobreposição e desconformidade. Recomenda-se ainda a explicitação do modo como a ADC (responsável pela gestão do FEDER e FSE) e a CCDRC se propõem no âmbito do modelo de governação do PO Centro assegurar a articulação necessária das intervenções FEDER e FSE e a explicitação atempada dos modelos de articulação entre ITI – NUTS III e DLBC, designadamente, a clarificação das condições de acesso a FEDER e FSE por parte das ADL – GAL e GAC, matéria fundamental para organizar no âmbito NUTS III a convergência e articulação de FEDER, FSE, FEADER e AMP.

Em matéria de fundamentação estratégica de domínios de programação, recomenda-se: (i) caracterização regional e sub-regional mais aprofundada da situação da Região Centro em relação às metas europeias e nacionais em termos de energia (renováveis e eficiência energética); (ii) carências territorializadas em matéria de infraestruturas escolares e de formação; (iii) dimensionamento mais aprofundado da Região em matéria de indicadores sociais, designadamente de extensão da pobreza a combater e sua relação com o fenómeno do desemprego de longa duração; (iv) estudos

complementares sobre a problemática da igualdade de género no novo contexto de disfuncionamento *do mercado de trabalho e incidência do desemprego nas famílias.*

Em matéria de clarificação de metas estratégicas globais, recomenda-se que a CCDRC possa equacionar a possibilidade de integração de referenciais para a dimensão da sustentabilidade e completar a meta relativa à taxa de desemprego com indicadores complementares para a dimensão do crescimento inclusivo, sobretudo numa lógica de melhoria do sistema de monitorização estratégica do PO.

Em matéria de afinamento da programação para obter melhores resultados, recomenda-se que a CCDRC, em estreita cooperação com as entidades representadas no modelo de governação da EEI-Centro, elabore um referencial de boas práticas para o empreendedorismo de necessidade e social de modo a combater a segmentação de instrumentos de política pública que são convocados pelas referidas prioridades de investimento. Recomenda-se ainda que nas tipologias de ação que envolvam o apoio a ações e projetos inovadores do ponto de vista da integração de instrumentos em matérias como a ativação de desempregados, o combate ao abandono escolar e outros sejam atempadamente acompanhadas de referenciais de boas práticas para o desenvolvimento metodológico dessas abordagens inovadoras e que possa para a sua disseminação serem carreados apoios no âmbito da capacitação institucional. Recomenda-se que a CCDRC dissemine por todos os *stakeholders* boas práticas de combinação de projetos de baixo carbono, valorização ambiental e regeneração urbana. Será fundamental orientar os municípios para uma política urbana com menor conteúdo de investimento infraestrutural e centrada no bom aproveitamento dos instrumentos de política acolhidos pela programação.

Tendo em conta a relevância que o tema da inovação social assume em algumas dimensões da programação, a reduzida investigação que o tema tem suscitado a nível nacional e o facto de terem sido interrompidas algumas experiências piloto suscitadas no âmbito do PIC EQUAL que não lograram penetrar o *mainstreaming* das políticas sociais, recomenda-se que a CCDRC promova junto dos potenciais promotores e *stakeholders* iniciativas (*workshops* e seminários) destinados a disseminar metodologias, boas práticas e o alcance pretendido para a programação.

Em matéria de sistema de indicadores, monitorização e avaliação, recomenda-se que o PO Centro seja dotado um sistema de monitorização estratégica, orientado para o cumprimento dos principais objetivos estratégicos do PO. Esse sistema deverá ser organizado em função dos seguintes vetores: (i) operacionalização do sistema de indicadores relativos às metas estratégicas globais com que o PO está comprometido; (ii) criação de uma unidade de monitorização da aplicação da EEI – Centro potenciando o seu modelo de governação; (iii) agilização de um conjunto restrito de indicadores de resultado, aos quais se atribua o estatuto de indicadores de alerta do cumprimento da estratégia; (iv) maximização do potencial do sistema de informação do sistema de incentivos do ponto de vista da comparação de indicadores pré e pós projeto para projetos com informação de encerramento; (v) criação de um painel restrito de projetos de alcance estratégico, com composição variável ao longo do período de programação, com acompanhamento e interação com os promotores; (vi) articulação com as propostas de avaliação de impactos e de avaliações intercalares propostas pela AEA.

.

EXECUTIVE SUMMARY

Context and methodology

The OP Centro 2014-2020 ex-ante evaluation (EAE) has been developed following a methodology that, considering the set of evaluation questions defining the evaluation object, was organised around the following pillars: (i) "*theory-driven*" evaluation methods, conceiving a programming theory for the OP Centro and identifying the associated critical factors; (ii) mobilisation as evaluation materials of the results of the participative process animated by the CCDR Centro, in particular, the materials

assembled by the Working Groups in the elaboration of the Regional Action Plan 2014-2020 and in the public assessment of the OP Centro; (iii) organisation of complementary meetings with stakeholders considered by the EAE as critical for the success of the OP, namely two focus-group, the Coordinating Commission of the RIS3 Centro and a very representative group of local development associations (GAL LEADER, Coastal Action Groups and other local development associations, and several interviews; (iv) permanent interaction with the team and the results of the Strategic Environmental Assessment.

The EAE stresses the high value of the participative process which led to the Regional Action Plan 2014-2020 and its transformation into the OP Centro, as well as the ability revealed by the CCDR Centro in integrating in the successive versions of the OP the results of this participative process and some of the recommendations addressed by the EAE team.

Contextualising the evaluation work, it is relevant to underline two aspects: (i) the EAE worked with five versions of the OP: the Inception Report, the Draft Final Report and the Final Report had as evaluation object updated versions of the OP, principally as far as the issue of indicators is concerned and considering that only in the second version of the Final Report was possible to work with a stabilized version of the indicators set; (ii) only at the end of the evaluation process was possible to know in depth the four Thematic OP's and the Rural Development Programme - EAFRD with which the OP Centro should be articulated; the same can be said about the Territorial Cooperation Programme Spain-Portugal (POCTEP 2014-2020)..

Evaluation object

The evaluation object is defined by a set of evaluation questions presented in the Terms of Reference of the study. The evaluation team organised these evaluation questions in the following topics:

- **Strategic dimension of the programming**: relevance, pertinence and grounding of the prospective strategic diagnosis supporting the OP strategy; incorporation of guidelines of the Strategy Europe 2020 and of the National Reform Plan and contribution of the OP Centro towards the goals of the Strategy Europe 2020; degree of conformity with the guidelines of the PA; integrated approach to territorial development;

- **Horizontal principles of programming and degree of involvement of *stakeholders***: equal opportunities, gender equality, partnership and non-discrimination, sustainable development and different modalities of participation of stakeholders in the OP implementation;

- **Internal coherence**: synergies and complementarities between the different priority axis of the OP and the investment priorities mobilised by them and critical analysis of the typologies of interventions and actions (measures are not yet defined) regarding the specific objectives targeted by each investment priority;

- **External coherence**: synergies and complementarities to achieve through the articulation between Thematic OP's operating in Centro region and the OP Centro, extended to the intervention of the RDP – EAFRD in the region, taking into account the programming chains and the limits between Thematic OP's and Regional OP's prescribed by the PA;

- **Degree of conformity of the allocation of financial resources:** evaluation of the consistency of the allocation already known with the strategic dimension of programming and the hierarchy of objectives established by the programming theory;

- **Indicators system**: evaluation of the pertinence, consistency and feasibility of the indicators proposed by the OP, regarding the result-based dimension of programming and the ability to measure the changes targeted by the programming.

Main conclusions

The EAE Final Report is based on the answers to each evaluation question established by the Terms of Reference with a sound analysis and mobilising the pertinent information sources and gathering methods. At the end of the report, several annexes complete the analysis with technical developments.

The EAE stresses that the OP Centro 2014-2020 integrates in a very satisfactory way the Regional Action Plan CRER 2014-2020 and the valuable results of the institutional participation which characterised the OP preparation, not ignoring the associated context of uncertainty and the excessive segmentation and stratification of public policy instruments mobilised by national programming. The strategic coherence between the prospective diagnosis and the interventions proposed by the OP is high. The evolution observed along the successive OP versions is a compromise between the respect for this regional strategic dimension and the national programming strategy designed by the Partnetship Agreement (PA). The creation of the Priority Axis 9 (Urban network) in the final version of the OP illustrates this compromise.

According to the application of the programming theory, the EAE registered the following critical programming factors:

- **Governance challenges regarding the management of the OP incentives system**, considering the need to respect the integrating profile of the RIS3 Centro and the balance between the regional relevance of the projects and their intrinsic merit; it is crucial to stress the need to ensure the convergence within firms supported of the effects generated by fostering the technology-based entrepreneurship, the business R&D activities, innovation and internationalisation, stimulating virtuous "R&D – innovation, R&D-internationalisation and R&D-innovation.internationalisation" processes;

- **Relevance of funding issues**, particularly from the perspective of how the OP priorities will be articulated with the activity of the new Financial Authority created for offering financial support to programming;

- **Challenges faced by the ambitious Cities Regional policy** from the point of view of combining the low carbon economy dimension, environmental enhancement interventions and urban regeneration in a context not strongly based in infrastructural investments;

- **The need to monitor and implement** the innovative and brave option of considering the reduction of regional disparities in 10% as a strategic goal of programming, particularly from the point of view of the contribution of RIS 3 Centro to achieve that goal and the need to integrate the ITI (Pacts for Development and Territorial Cohesion led Intermunicipal Communities –CIM) and DLBC bottom-up planning processes, which require a high level of regional coordination;

- **The challenge of creating skilled jobs in the Region,** considering the Strategic Priority established by the Regional Action Plan focused on "Increase, capture and fix skilled and innovative talent" and the global objective of achieving 40% of graduated young people in the Region. The EAE considers the creation of skilled jobs to be achieved through the priority axis 1 and 2 and the articulation with the EU Initiative focused on the creation of jobs for young people -NEET – *Not in Education, Employment or Training*) as crucial factors;

- **The integration of inclusive policy instruments** taking into account the strong stratification and segmentation of these instruments in national programming and due to the fact that they can be mobilised by different intervention scales (national, regional, sub-regional and local) and the meed to achieve results in absorbing the long duration unemployment;

- **The need to have a better justification** of the intervention priorities concerning education and training infrastructures.

The OP Centro has a solid base in terms of prospective diagnosis, although with an uneven coverage of the several OP interventions, with a strong contribution of the highly valuable knowledge about the

Region mobilised by the Regional Action Plan CRER 2014-2020 and of the Observatory of Regional Dynamics hosted by the CCDR Centro. The domains which are less covered are energy and social inclusion/exclusion. The strategic diagnosis supporting the OP is also globally in line with the national and European strategic frameworks, to which programming should be adapted and contribute for. As a consequence of the conclusion presented in the last paragraph, the energy and social inclusion domains present a less effective contribution to Strategy Europe 2020, due mainly to the impossibility of establishing regional baselines for targeting changes.

The OP Centro maintains with the Strategy Europe 2020 a virtuous link, because it not only encompasses the thematic objectives of that strategy but also will generate estimated results contributing for the EU goals. The OP is well in line with the EU goals concerning Research and Technological Development, although to be in line with the 3% of GDP in terms of R&D expenditures will be for the Region a tough challenge, requiring a strong contribution of the role of RIS3 Centro and its governance model. The EAE stresses the need to ensure the continuity in the Region of the clusters and competitiveness poles of the last programming period, as a guarantee of the presence of entrepreneurial approaches in establishing links between firms and the institutions belonging to the National Scientific and Technological System operating in the Centro Region, from those which are more close to firms as the Technological Centres and those associated to scientific research.

The EAE stresses that it has been a very positive progression to integrate the evolution of regional productivity of labour as a strategic global target. As negative aspects, the EAE identifies the inexistence of global targets for the sustainability performance of the Region and the difficulties to measure the OP contribution for the eradication of poverty (not well measured by the goal of establishing a relative value for the unemployment rate).

Regarding the participation of stakeholders, the intensity, quality and diversity of institutional participation in the elaboration of the Regional Action Plan, the critical assessments to the OP conception and the ability of the CCDR Centro to accommodate those contributions allow us to conclude that the OP will have an institutional network able to improve the OP governance model. The EAE underlines the model proposed for the RIS3 governance and the ability it seems to have to monitor strategically the RIS3 implementation. The EAE thinks that in terms of participation the articulation between the ITI to be managed by CIM-NUTS III and the DLBC operations led by local development associations, considering that these initiatives will manage ERFD and ESF interventions and also will be involved in EAFRD and EMFF operations.

Regarding internal coherence, notwithstanding the high number of priority axis, the OP Centro reveals very satisfactory levels of potential synergies between priority axis and investment priorities, with a strong relevance of the role to be played by the RIS3 Centro as an integrating framework and as a rationale of the R&D, innovation and internationalisation policies. Synergies are principally led by the priority axis 1 and 2, extended to the influence of the thematic objectives and respective investment priorities regarding human capital, energy efficiency, creation of skilled jobs and urban sustainable mobility. The EAE also signalled the strong need of the OP Centro to manage well the interventions targeted at improving local entrepreneurship, particularly of social entrepreneurship supported by employment and social inclusion policy, not ignoring the several interventions regarding local socioeconomic development. The EAE identified risks of overlapping and atomisation of initiatives.

The OP internal coherence will be strong dependent upon the way how programming will implement the transversal priorities of territorial cohesion, considering that it will be led by top-down interventions (RIS3 Centro) and bottom-up actions (ITI and DLBC).

Regarding the external coherence of the OP Centro, the analysis of the limits of intervention of Thematic OP's and of the OP Centro reveals that there are no significant risks of overlapping or no accuracy of interventions. However, some delimitation criteria between the national and regional level will face implementation problems, particularly regarding the links between RIS3 Centro a National RIS due to the fact that the two frameworks have been built following very different methodologies. Additionally, considering the competitiveness interventions, the rules to implement and manage multi-regional projects should be prepared in a very cautious way. Regarding long life learning and human capital, the RIS3 Centro will be the integrating rationale of new policy instruments such as the support

to Phd's integration in firms and to vocational higher education modalities (CET and CSTP), which is a relevant contribution for minimising the lack of programming experience risks. The EAE that it was a negative decision not to include vocational training and adults education modalities in the OP intervention, considering that these operations have a strong potential to be territorially-based, reducing the potential scope of the Employability Pacts established by the PA within the framework of ITI. The EAE considers that this fact weakens the ability of the OP Centro to territorialise innovation and progressing in terms of adapting skills supply to regional needs.

The OP Centro is clearly a multi-fund programme. However, the EAE concludes that the OP governance conditions are not yet clear in order to achieve a sound articulation between ERFD and ESF interventions. In a strict relation with that question, the multi-fund character of the ITI's and the weak experience of CIM NUTS III in managing ERFD and ESF interventions simultaneously will represent a critical factor of articulation between the two funds.

Regarding the external coherence of the OP Centro with the EAFRD and EMFF interventions**,** (the latter with practically no information to be processed by the EAE), the EAE Final Report identified a vast set of complementarities to be managed concerning competitiveness and sustainability. The EAE didn't accessed relevant information to evaluate how these complementarities will be taken into consideration.,

From the perspective of the incorporation of horizontal principles in OP programming**,** the EAE concludes that the OP Centro has significant margins of progress to incorporate in a more vast and intensive way these principles established by the EU rules. The principle of partnership is largely represented in programming. The dynamics and diversity of institutional participation achieved by the Regional Action Plan 2014-2020 are good news for partnership, particularly regarding the RIS3 governance model understood by the EAE as an anticipation of a feasible governance model for the Centro Regional Innovation System that 2007-2013 and now 2014-2020 programming supported in a significant way. Regarding the gender equality issues, the EAE concludes that the Regional Action Plan has not been well incorporated in the OP Centro. No complementary research has been done. The EAE stresses that considering the present state of labour market in Portugal, with high intensity of unemployment and long duration unemployment and budgetary restrictions penalising the unemployment protection, the protection of gender equality and of equal opportunities should be managed in strict articulation with unemployment activation and social inclusion policies.

Regarding the consistency of the allocation of financial resources, the OP Centro is highy concentrated in the axis Competitiveness and Internationalisation (38%), followed by Human Potential (13,4%) and Urban Network (9,8%), absorbing around 60% of programming resources. Although considering that Urban Network resources are strongly linked to sustainability, the EAE concludes that, in line with the strategic global targets defined by the OP, the allocation of financial resoures focused on sustainability dimension is relatively low. This fact is in a certain way coherent with the regional strategic diagnosis, which presents the low productivity of labour as the most important regional bottleneck. The EAE also concludes that the amount of financial resources allocated to the priority axis (IDEAS) (7,8% of the financial resources) is not in line with the ambition revealed by the Regional Action Plan. Although understanding the absorption problems that could be associated to the priority axis 2, the Regional Action Plan would justify that at least 10% of the financial resources could be allocated to research and technological development operations, which had be very performing in last programming period.

Finally, ***as far as indicators, monitoring and evaluation are concerned***, the EAE signals a significant evolution along the five OP versions under analysis, particularly concerning result indicators and associated baselines. The coverage of the strategic OP objectives and of measuring their progression by the results indicators is very impressive, with only some punctual shortcomings identified by the EAE concerning the investment priorities of natural and cultural heritage, social innovation and institutional capacity building. The EAE signalled a good practice in extending the use of national statistics and surveys and of Community surveys, although arising the question of comparing the universe of the operations supported by the OP and of national sources. Although there is no metainformation manual available, the technical explanations supporting the 2018 (mid-term) and 2023 (final) targets are mainly based on the deep knowledge of previous programming periods

historical data and on a prudential performance management and it is possible to find the technical reasons for fixing those goals. Only in some punctual cases of no baselines available it is difficult to understand the link between the established targets and the desired change.

Main recommendations

The Ex-ante Evaluation study of the OP Centro ends with a set of recommendations addressed to several stakeholders and focused on the following items: governance model and incorporation of the partnership principle; strategic grounding of the programming dimensions; fine tune of the strategic global targets; fine tune of programming in order to achieve better results; indicators, monitoring and evaluation systems.

Regarding the governance model and the partnership principle, the EAE recommends that the RIS3 Centro governance model could be monitored as a best practice deserving to be disseminated within the Region, in strict coherence with the activity of clusters located in Centro Region that will be supported by the Thematic OP Competitiveness and Internationalisation and interacting permanently with the management model of the incentives system. We recommend a feasibility study of a new co-promotion R&D incentives system, targeted at disseminating knowledge towards low-density territories and in strict coherence with the RIS3 Centro ambition of contributing for territorial cohesion. The EAE still recommends further technical developments in order to improve the articulation and coherence between the RIS3 Centro and the National Smart Specialisation Strategy in order to overcome overlapping and non-conformity risks. We also recommend that the Agency for Cohesion and Development (charged of managing ERDF and ESF in Portugal) and CCDR Centro cooperate in order to establish more clear integrating conditions of ERFD and ESF interventions, as well as the definition of the way ITI-NUTS III and DLBC interventions will be articulated, namely clarifying the conditions that the Local Development Associations – Local Action groups and Coastal Action Groups should fulfil in order to access EFDR and ESF support. This clarification is a key condition to organise within each NUTS III the convergence and articulation of ERDF, ESF, EAFRD and EMFF support.

Regarding the strategic justification of programming**,** we recommend: (i) a more in depth characterisation at regional and sub-regional level of the Centro Region baselines in the field of energy (energy efficiency and renewals) comparatively with the EU and national goals; (ii) complementary studies on the education and training infrastructure regional needs; (iii) further developments concerning social indicators, namely the magnitude of absolute poverty to be tackled and the links with long-term unemployment; (iv) complementary studies about gender equality incidence considering the dysfunctional labour market performance and the incidence of unemployment in families.

As far as the clarification of global strategic goals is concerned**,** we recommend that CCDR Centro could integrate the sustainability dimension and to complement the target related to the regional unemployment rate with new inclusive growth indicators, principally aiming at improving the strategic monitoring system.

Regarding the results-based fine tune of programming, we recommend that CCDR Centro, in strict cooperation with the institutions represented in the RIS3 Centro governance model, elaborates a Best Practice Manual on local and social entrepreneurship, in order to fight against the segmentation of public policy instruments mobilised by these investment priorities. We also recommend that regarding typologies of intervention appealing for innovative projects targeted at activating unemployed people, fighting against drop-out school and other issues, the management body of the OP Centro should disseminate Best Practices Manuals about innovative approaches. Social innovation should be at the heart of operations targeted at improving institutional capacity of local institutions. We also recommend that CCDR Centro should disseminate good practices regarding the combination of low carbon projects, environmental enhancement and urban regeneration. It will be important to orient municipalities towards an urban policy less dependent upon infrastructures and focused on the full utilisation of the policy instruments accommodated by programming.

Considering the relevance that the social innovation issue presents in some programming dimensions, the weak research available in Portugal and the interruption of pilot experiences led by PIC EQUAL in Portugal not influencing the social policy mainstreaming, the EAE recommends that CCDRC Centro

could organise with stakeholders several initiatives (workshops and seminars) targeted at disseminating methodologies, best practices and knowledge about the scope of integrating social innovation in programming.

Regarding the indicators, monitoring and evaluation systems, we strongly recommend that the OP Centro should have a strategic monitoring system, targeted at following the ability of programming to achieve the strategic objectives previously established. That system should be organised around the following pillars: (i) implementation of the indicators measuring the global strategic goals established by the OP; (ii) take advantage of the RIS3 Centro governance model in order to create a monitoring body of the RIS3 Centro; (iii) to operate with a small set of output indicators understood as alert signs about the strategic follow-up; (iv) take full advantage of the information potential revealed by the management of the incentives systems, particularly from the point of view of comparing data before and after the close of projects supported; (v) creation of a small panel of strategic projects, whose composition can vary along programming, with a follow-up and interaction with stakeholders leading those projects; (vi) articulation with the proposals of the EAE team concerning impact and mid-term evaluations.

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AEA

O presente documento apresenta a quarta versão do Relatório Final (RF) da Avaliação Ex-ante (AEA) do Programa Operacional (PO) Centro 2014-2020, tendo por objeto de avaliação a versão do PO datada de outubro de 2014 e disponibilizada à Comissão Europeia (CE). Nesta versão do RF foram incorporados os comentários produzidos pelo Grupo de Acompanhamento à primeira versão do Relatório Final, tendo sido possível nesta versão analisar criticamente uma versão estabilizada do quadro de indicadores de realização e resultado que suportará o PO e também uma apreciação global ao quadro de desempenho.

O contexto em que os trabalhos da AEA decorreram suscita algumas considerações necessárias para contextualizar os resultados da avaliação:

- **Em primeiro lugar**, regista-se o contexto de incerteza pelo menos parcial em que os trabalhos foram desenvolvidos: cinco versões do PO Centro foram objeto de análise e avaliação, correspondendo os Relatórios Inicial e Final Preliminar a duas dessas versões e o RF a três versões; o conhecimento das opções constantes da formulação final do AP foi tardio, tendo sido apenas possível na segunda versão do RF trabalhar com versões mais estabilizadas dos PO temáticos com os quais o PO Centro partilhará a intervenção no território da Região, o mesmo acontecendo com Programa de Cooperação Territorial Espanha- Portugal; não foi possível dispor de informação sobre a programação do FEAMP;

- **Em segundo lugar**, apesar desse contexto de incerteza, a AEA regista a interação que foi possível manter com a evolução observada no PO, com efeitos demonstráveis pelo menos na evolução observada no sistema de indicadores;

- **Em terceiro lugar** e face ao contexto de incerteza, foi necessário realizar algumas adaptações à proposta metodológica inicialmente apresentada que, para além de incorporar a compressão dos tempos intermédios, atrasou a concretização de processos de auscultação a *stakeholders*; foi ainda possível realizar um conjunto de entrevistas orientadas para a análise da transformação do Plano de Ação Regional em PO; esta adaptação foi largamente compensada com a possibilidade utilizada em pleno pela equipa de avaliação da vasta diversidade e riqueza de materiais respeitantes à tramitação da conceção e programação do PO Centro, que envolveu a consulta dos trabalhos de elaboração do Plano de Ação Regional, num momento inicial, e de alguns contributos de apreciação do PO Centro posteriormente. Esta riqueza de informação respeitante à génese do PO com a qual a equipa pôde trabalhar contrasta as lacunas consideráveis observadas quanto aos materiais e informação disponíveis de outros elementos da programação a nível nacional (estabilização da proposta de AP, evolução das cadeias de programação por domínio temático, formulação dos PO temáticos FEDER e FSE e PO dos restantes FEEI);

- **Em quarto lugar**, a AEA regista que, na sequência da elevada qualidade dos trabalhos que suportaram a preparação do Plano de Ação, o PO Centro apresentou desde o início um apreciável grau de desenvolvimento; neste contexto, as adaptações observadas no PO resultaram mais das implicações da negociação do Acordo de Parceria com a CE e correspondentes opções das autoridades nacionais do que propriamente fruto de aprofundamento interno da estratégia do PO. Neste processo, a AEA estima que a qualidade do Plano de Ação não está, por força dessas circunstâncias, devidamente refletida na estrutura final do PO.

1.2. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A estrutura do RF da AEA respeita as indicações constantes do Caderno de Encargos e está assim organizada:

- Índice dos trabalhos;
- Sumário executivo (versão portuguesa);
- Sumário executivo (versão em inglês);
- **Capítulo 1**: introdução ao relatório de AEA, incluindo síntese metodológica do desenvolvimento dos trabalhos;
- **Capítulo 2**: sistematização das respostas às questões de avaliação, com desenvolvimentos e aprofundamentos técnicos remetidos para anexos;
- **Capítulo 3:** sistematização das principais conclusões e recomendações da AAE; este capítulo foi elaborado ainda sem a equipa de avaliação ter conhecimento dos resultados da discussão pública do Relatório Ambiental Preliminar
- **Capítulo 4**: conclusões e recomendações da AEA;
- **Capítulo 5:** referências bibliográficas e eletrónicas;
- **Capitulo 6:** apresentação dos anexos técnicos de suporte à fundamentação das respostas às questões de avaliação.

1.3. SÍNTESE METODOLÓGICA

A AEA do PO Centro 2014-2020 foi realizada com base num quadro metodológico organizado em função dos seguintes princípios:

- Opção por um modelo teórico-conceptual de abordagem da AEA no qual a teoria da programação do PO assume uma forte centralidade (*theory-driven evaluations*);
- Planeamento global do exercício e de cada uma das fases e componentes metodológicas ajustados ao contexto inicial de compressão temporal a que o exercício foi sujeito, sem prejuízo da resposta às questões de avaliação colocadas em sede de caderno de encargos;
- Pleno aproveitamento dos materiais inerentes à génese do Plano de Ação Regional (PAR) CRER 2020 e dos comentários críticos produzidos ao PO Centro na sua consulta pública, entendidos como material crucial de contextualização das opções estratégicas assumidas pelo PO;
- Garantia do potencial de envolvimento de *stakeholders*, não só analisando em pormenor os diversificados contributos que institucionalmente a região Centro proporcionou ao PAR, mas também realizando painéis de discussão específicos validando e discutindo resultados intermédios da AEA e um conjunto de entrevistas focadas na transformação do PAR em PO Centro;
- Garantia de interação regular com a autoridade e núcleo técnico responsáveis pela preparação do PO;
- Total transparência e independência ao nível das informações, dos métodos e das atividades realizadas;

- Criação de espaços intra-equipa de avaliação de articulação permanente com os resultados da AAE, justificada pela existência no PO de dois Eixos Prioritários (EP) para a sustentabilidade.

Cumpre referir que dos princípios atrás enunciados a aplicação do princípio da garantia do potencial de envolvimento de *stakeholders* foi objeto de adaptação por parte da equipa técnica em perfeita articulação com o pronunciamento por parte da CCDRC. A principal adaptação realizada consistiu em diferir da primeira para a segunda fase de elaboração dos trabalhos os principais momentos de auscultação de *stakeholders*. Foram realizados dois painéis de discussão de suporte ao presente relatório e foi concretizada uma série de entrevistas de suporte ao relatório final, focadas na transformação do PAR em PO Centro. Esta mudança introduzida é justificada essencialmente pelos seguintes argumentos:

- O PAR CRER 2020 que suporta estrategicamente o PO Centro 2014-2020 resultou de uma forte e diversificada participação institucional da região Centro, animada e coordenada pela CCDRC, que a equipa de avaliação teve oportunidade de analisar em pormenor, acedendo aos resultados dos inúmeros grupos de trabalho (**ver *Anexo n.º 7***); este material é de uma valia estratégica assinalável e constituiu um relevante material de AEA, sendo de presumir que fortes expectativas foram suscitadas na Região;

- A elaboração do PAR CRER 2020 foi concretizada ainda sem conhecimento de princípios e regras de elaboração dos PO Regionais que a evolução da proposta do AP haveria de determinar;

- Dadas as condições temporais em que a elaboração do PO decorreu, essa fase não contou compreensivelmente com a mesma dinâmica de participação que caracterizou o PAR embora possa dizer-se que as versões do PO analisadas acolhem de forma muito representativa todo o seu conteúdo e globalmente as entidades entrevistadas revêm-se na sua transformação em PO;

- Neste contexto, a equipa de avaliação optou por diferir no tempo os principais momentos de auscultação de *stakeholders*, de modo a poder confrontá-los com fatores críticos de programação já identificados pelo trabalho de AEA (**ver *Anexo n.º 2*, Anexo n.º *3* e Anexo n.º 4**)

A lógica (teoria) da programação com que o PO Centro é concebido assume na metodologia do desenvolvimento do trabalho uma forte centralidade que importa destacar. O diagrama da página seguinte dá conta dessa centralidade.

A análise da teoria da programação avalia em que medida o PO constitui uma resposta simultânea aos constrangimentos estruturais considerados inibitórios da visão estratégica formulada para a região Centro no Horizonte 2020, à valorização de ativos diferenciadores da Região e às metas da Estratégia Europa 2020 (devidamente plasmadas na estratégia consignada no AP Portugal – Comissão Europeia).

Tendo em conta a Visão Estratégica definida em sede de PAR, que reflete as orientações da estratégia Europa 2020 e para ela contribui ativamente, a teoria da programação analisa a utilização de um conjunto diversificado de prioridades de investimento e de instrumentos de política entendidos como pertinentes para erradicar/minimizar constrangimentos estruturais que condicionam a concretização da referida Visão Estratégica. Esta última dimensão está claramente materializada na versão do PAR 2014-2020 através dos domínios de intervenção, eixos de atuação e prioridades nucleares (PEN). A referência ao PAR é crucial, atendendo sobretudo à relevância e diversidade da participação institucional que a Região Centro conseguiu imprimir aos trabalhos do ponto de vista participativo.

Como é compreensível, a ação do PO não esgota a diversidade dos instrumentos de intervenção, pelo que a teoria da programação implícita no PO Centro deve ainda identificar as complementaridades reconhecidas com os PO Temáticos Competitividade e Internacionalização,

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Capital Humano e Inclusão Social e Emprego e com a intervenção dos restantes FEEI (Coesão, FEADER e FEAMP) na erradicação/minimização de tais constrangimentos estruturais e à valorização dos ativos diferenciadores.

De acordo com a metodologia de avaliação, a teoria da programação procura identificar os mecanismos através dos quais os instrumentos de intervenção selecionados contribuirão para erradicar/minimizar os já mencionados constrangimentos estruturais regionais, valorizar ativos diferenciadores e simultaneamente concretizar os vetores de realização pressupostos pela Visão Estratégica.

É esta trajetória metodológica que permite à AEA definir os fatores críticos da programação, estejam eles situados no âmbito da atuação interna do PO (questões de coerência interna, relevância, pertinência e de alocação financeira de fundos) ou pelo contrário sejam tributários de outros instrumentos de intervenção mobilizados para o mesmo território por outros PO e Fundos (questões de coerência externa).

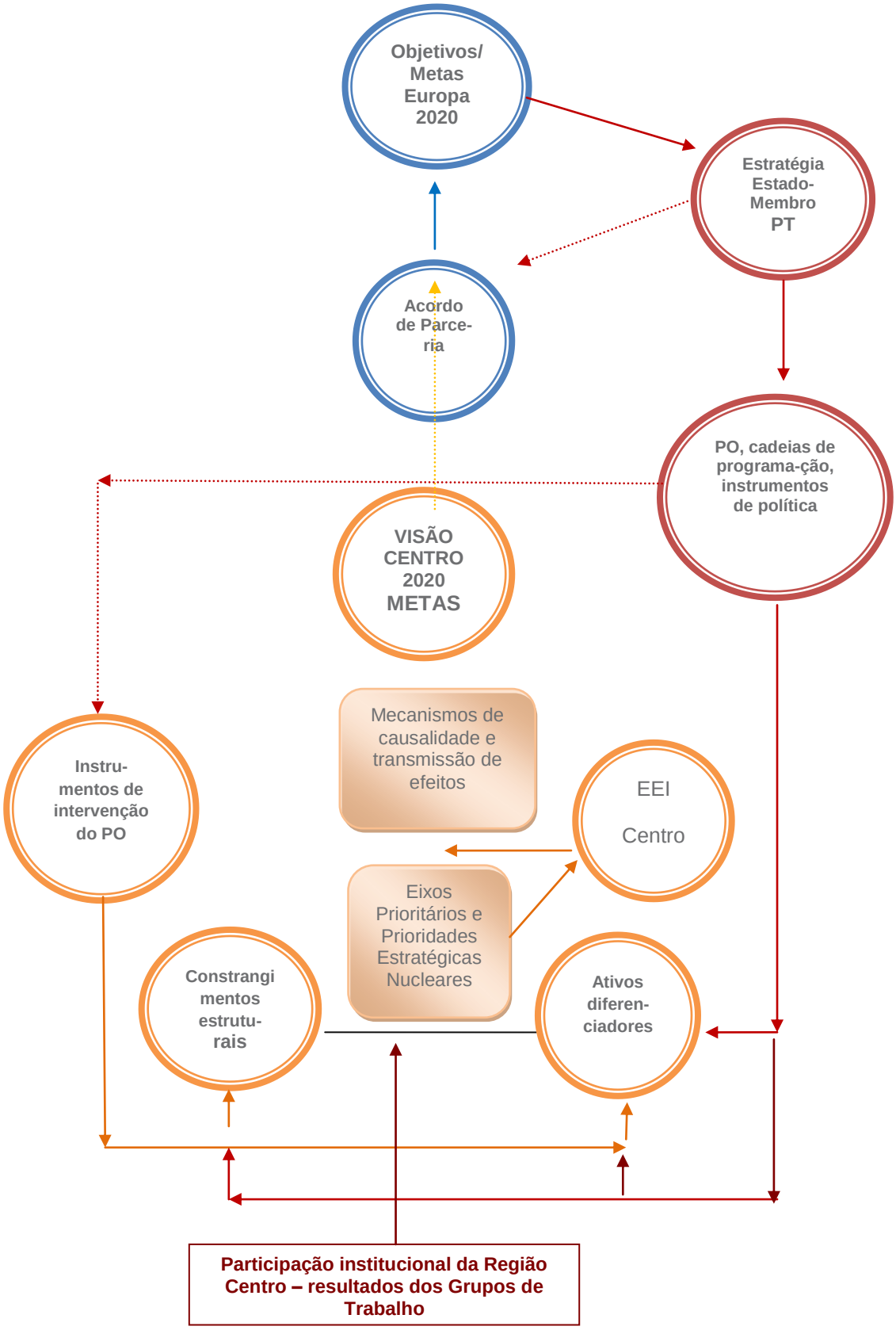


Diagrama nº 1 – Esquema geral para a formulação da teoria da programação do PO CENTRO

2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Nota preliminar

De modo a respeitar as orientações prescritas pelo caderno de encargos para a organização e dimensão do Relatório Final (RF) da AEA, a resposta às diferentes dimensões do objeto da AEA é estruturada apresentando primeiro as questões de avaliação, enunciando depois uma resposta sucinta que é complementada quando necessário por desenvolvimentos técnicos que constam de anexos próprios. Cada uma das dimensões de avaliação fecha com uma breve síntese das fontes e métodos de informação que foram mobilizados para fundamentar a resposta às questões de avaliação.

2.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA PROGRAMAÇÃO, RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO DIAGNÓSTICO E CONTRIBUTOS PARA A ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Questão 1 - O diagnóstico (diagnóstico prospetivo) das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento está devidamente fundamentado?

O diagnóstico realizado é abrangente, quase exaustivo, embora com desigualdades (esperadas) ao nível do detalhe territorial e da análise de informação objetiva e/ou quantificada. Esta abrangência é, no entanto, desequilibrada do ponto de vista da intensidade de análise (há domínios mais aprofundados) e da qualidade/adequação da informação tratada (**ver aprofundamento de análise no *Anexo n.º 6)***. Há que referir, entretanto, como fator de suporte a essa fundamentação, a progressiva consolidação do Observatório das Dinâmicas Regionais da CCDRC, traduzida por exemplo na conceção e operacionalização do Barómetro de Indicadores da Região Centro, que dotará a monitorização estratégica do PO Centro 2014-2020 com um inestimável suporte de informação de contexto. A AEA regista o caráter pioneiro desta relação em Portugal.

De uma forma geral, em todos os grandes domínios da estratégia de intervenção proposta para o Programa há uma abordagem às principais variáveis de estado (e menos de dinâmica) na Região, destacando-se mesmo que, em determinados domínios (principalmente na análise das disparidades entre espaços da Região), há uma abordagem de indicadores por município.

Um aspeto formal diz respeito ao facto das fontes de informação e os períodos de referência de muita da informação utilizada não serem referidos, sendo nesses casos difícil afirmar com a devida convicção que o diagnóstico está fundamentado de forma cabal. Em alguns domínios que se reconhecem de evolução significativamente rápida, a informação de suporte às conclusões do diagnóstico já está desatualizada e as conclusões podem ser, por isso, influenciadas. O domínio em que a AEA identificou uma maior insuficiência diz respeito ao tema da sustentabilidade ambiental, da energia e da eficiência energética. Neste domínio são visíveis não só insuficiências de cobertura regional e sub-regional de indicadores de contexto disponíveis, mas também desatualização de informação, a qual evoluiu pouco desde os trabalhos técnicos de suporte à elaboração do PROTC, em muitos casos com informação datada de 2005 e 2006. Não por acaso, a estratégia do PO não consagra nenhuma meta estratégica global para o domínio da sustentabilidade.

Outra nota que importa destacar é que, apesar do recurso significativo a informação quantificada, o referencial de análise é predominantemente relativo (a Região está X% abaixo ou acima de…), o que não é suficiente, em muitos casos para concluir sobre a situação real. Esta observação estende-se à análise das assimetrias intrarregionais. Persistem, ainda, muitas referências a elementos de diagnóstico que não estão fundamentadas em qualquer dado objetivo, limitando-se a referir conclusões mais ou menos genéricas.

No entanto, estas fragilidades do diagnóstico são, de certa forma, contornadas com a existência de elementos informativos complementares, mesmo que em muitos casos de natureza qualitativa, que resultam do intenso processo de debate regional, que está devidamente documentado e que está validado por uma intensa e diversificada participação institucional da Região.

Questão 2 - O diagnóstico comporta as dimensões previstas nos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020, nas recomendações do Conselho Europeu, no Programa Nacional de Reformas e no Programa do Governo ou noutros documentos de orientação estratégica associados às áreas de intervenção do PO (incluindo os previstos no âmbito das condicionalidades ex ante)?

O PO Centro ajusta de modo muito satisfatório a riqueza e ambição do PAR CRER 2020 ao quadro estratégico da EUROPA 2020 e ao modo como o Programa Nacional de Reformas e o AP se propõem contribuir estrategicamente para aquele referencial da UE. De facto, o diagnóstico posiciona a Região face às metas da estratégia Europa 2020 (e do Programa Nacional de Reformas 2020) de forma explícita quando existe informação regional disponível. A relação do PO Centro com o referencial estratégico europeu é fundamentadamente ambivalente: aplica no território os seus objetivos temáticos mobilizando as prioridades de investimento mais convenientes, mas afirma-se também com clareza, pelo menos em alguns domínios, como um contributo relevante a nível nacional para a concretização das referidas metas europeias.

O domínio que a AEA identifica como aquele em que o PO Centro se apresenta com maior contributo potencial, inclusivamente documentado em informação de base quantitativa, é seguramente o da intervenção do PO no quadro dos objetivos temáticos 1 e 3 (respetivamente Eixos Prioritários 1 e 2). Vários fatores contribuem para esta conclusão da AEA: (i) a consistência, inovação e alcance da EEI Centro permite augurar que o PO Centro disporá de um instrumento de racionalização e enquadramento de elevada importância; (ii) corresponde a um domínio que experimentou no período de programação 2007-2013 desenvolvimentos significativos, tornando o Sistema Regional de Inovação (SRI) maduro para o salto qualitativo que a programação 2014-2020 pretende imprimir; (iii) a diversidade e qualidade da participação institucional no processo de elaboração do PAR 2014-2020 garante níveis de procura e de execução elevados dos instrumentos do PO, sobretudo atendendo às condições de intermediação com as empresas que será possível colocar em prática; (iv) duas das cinco metas estratégicas globais correspondem a este domínio; (v) trata-se de um domínio com forte alocação financeira de recursos no PO. A versão final do PO abandona o indicador e a meta ambiciosa em termos de empresas gazela a criar, facto que a AEA considera empobrecedor e fruto do trabalho de homogeneização de indicadores entre POR.

Já no que respeita aos domínios do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo, os contributos do PO para a Estratégia EUROPA 2020 não são tão legíveis, embora por razões diferentes. No caso da sustentabilidade ambiental, a ausência de metas globais na estratégia do PO Centro e as dificuldades de informação de partida de base regional (informação de contexto e *baselines*) e sub-regional dificultam a determinação do contributo esperado da programação para as metas nacionais e europeias. No caso do crescimento inclusivo, mais propriamente da inclusão social, a meta global escolhida para a estratégia do PO (taxa de desemprego como variável de aproximação e inexistência de meta para a redução da população em situação de pobreza), o modo como está definida (em relação à taxa de desemprego nacional) e a própria segmentação e multiplicação de instrumentos de política pública tornam o exercício de estabelecimento de correspondência entre as tipologias de intervenção do PO e as metas nacionais e europeias num sistema praticamente ilegível de transmissão de efeitos.

Importa ainda referir que a AEA concluiu que existem no PAR 2014-2020 e na estratégia do PO dois domínios em que a adaptação ao formato da estratégia EUROPA 2020 e ao modo como o AP se organiza em função da mesma teve gestação difícil, sobretudo o primeiro, ao longo das sucessivas versões do PO. Primeiro, só na quarta versão do PO foi possível gerar na programação uma resposta minimamente satisfatória ao relevo que a política de cidades apresenta no PAR e nas suas prioridades. A solução passou pela definição de um EP para o desenvolvimento urbano sustentável, mobilizando PI de OT4, OT6 e OT9 para aplicação nos principais centros urbanos da Região (PROT Centro todavia não oficialmente aprovado) e pela mobilização de PI do OT6 para intervenções em

centros complementares. Segundo, a relevância estratégica que é dada no PAR e no PO à questão da coesão territorial ("devendo a Coesão Territorial ser considerada uma prioridade central no futuro da Região Centro", como se afirma no diagnóstico), merecendo inclusivamente a consideração de uma meta global, constitui um domínio de forte transversalidade na programação, exigindo uma atenção aprofundada aos diferentes instrumentos de intervenção e regulamentares que serão implementados para atingir esse desiderato. Saliente-se, neste último caso, que a opção por uma meta global definida em torno da correção de disparidades não permite por si só captar os mecanismos de correspondência na programação entre tipologias de intervenção e obtenção de resultados em matéria de coesão territorial.

Questão 3 - A abordagem integrada do desenvolvimento territorial apoiada pelo PO é adequada face aos seus objetivos e prioridades? É consistente com o quadro institucional existente?

O PAR e o PO Centro dedicam ao desenvolvimento territorial uma relevante centralidade de preocupações, aliás em termos bem mais explícitos do que a Estratégia EUROPA 2020 lhe atribui, representando um contributo que a AEA considera original face ao enquadramento do AP. A centralidade do desenvolvimento territorial é materializada essencialmente em quatro dimensões:

- Primeiro, através da consagração da coesão territorial como uma das dimensões estratégicas da programação, transformada em meta estratégica global do PO, embora medida pela variável de aproximação "redução em 10% das assimetrias territoriais";
- Segundo, através de uma classificação dos municípios da Região segundo critérios equivalentes aos da política regional da União Europeia, gerando três famílias de territórios municipais, uma das quais representa os concelhos da coesão;
- Terceiro, introduzindo na EEI Centro uma importante dimensão de inovação territorial, designadamente em territórios de base rural, o que representa um contributo que a AEA considera de grande relevância para o alargamento dos instrumentos de política que favorecem a coesão territorial;
- Quarto, concretizando de acordo com as orientações do AP, a implementação de abordagens de desenvolvimento territorial integrado, incorporando na estratégia de programação do PO ITI de base NUTS III em estreita articulação com os DLBC de base rural, costeira e para territórios intraurbanos desfavorecidos; cumpre também dizer, que a conceção do PO Centro chegou a prever e fundamentar a emergência de ITI específicas para os territórios de baixa densidade, matéria posteriormente desincentivada pela opção do AP de privilegiar a montagem de ITI numa base de NUTS III, reservando para situações muito excecionais a possibilidade de uma outra geometria territorial para os referidos ITI.

A AEA concluiu ainda que a coesão territorial e a abordagem integrada do desenvolvimento territorial que lhe está implícita assumem na programação do PO uma exigente matriz de transversalização das diferentes prioridades de investimento e tipologias de intervenção mobilizadas pelo PO, determinando por isso a necessidade de uma apertada monitorização dessa capacidade de integração que, no entender, da AEA deverá ter tradução no modelo de governação do PO.

Os **Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)** de base NUTS III – CIM constituirão importantes testes ao modo como o PO Centro aplicará a abordagem integrada do desenvolvimento territorial, essencialmente por duas razões:

- Primeiro, porque os referidos PDCT contratualizarão investimentos com o próprio PO Centro e com os PO Temáticos nacionais (aspeto não totalmente claro no momento em que esta versão do RF é elaborada), no quadro de estratégias de desenvolvimento territorial e socioeconómico integrado que mobilizem diferentes OT da Estratégia Europa 2020;

- Segundo, porque nesses territórios terão de ser encontradas formas de articulação entre os investimentos ITI e os programas de atuação dos DLBC que mobilizarão recursos do FEADER, FEAMP, FEDER e FSE.

Do ponto de vista da consistência da abordagem com o quadro institucional existente, a AEA regista o seguinte:

- As abordagens dos PDCT – ITI – NUTS III encontrarão no terreno um quadro institucional muito desigual do ponto de vista da sua capacitação para o desenvolvimento integrado de base territorial, atendendo sobretudo aos desiguais níveis de aprendizagem e experiência de programação e também de apetrechamento técnico e de recursos humanos das CIM;

- Estima-se que a integração e articulação entre os ITI e os DLBC encontrem obstáculos de concretização, atendendo sobretudo à desigual capacitação existente entre algumas CIM e Associações de Desenvolvimento Local /GAL em matéria de gestão e programação de intervenções FSE, apresentando estas últimas uma maior experiência de contacto com as abordagens integradas (ver painel de discussão respetivo);

- A dimensão de inovação territorial e de extensão aos territórios de mais baixa densidade das realizações e frutos da EEI-Centro encontrará no terreno uma ausência de quadro institucional preparado para acolher essa integração, que terá no entender da AEA que ser suprida no quadro do modelo de governação dessa EEI.

Questão 4 - Qual o contributo potencial do programa para a Estratégia Europa 2020 em Portugal, tendo em conta os objetivos, as prioridades temáticas selecionadas e os desafios e necessidades identificadas no quadro da esfera de intervenção prevista?

O PO Centro referencia abundantemente as interações com a Estratégia Europa 2020, embora nos casos de ausência de informação regionalizada, seja praticamente impossível evidenciar os desvios da região Centro face ao PNR e à Estratégia Europa 2020. Com exceção dos EP 9 (três OT) e EP 8 (dois OT), os restantes EP correspondem a um e a um só EP, o que facilita a legibilidade das interações.

Quadro n.º 1 - Posicionamento da Região Centro nalgumas metas da Estratégia Europa 2020

Indicadores	Ano	Centro	Portugal	UE	Metas	
					Europa 2020	Portugal 2020
Taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos	2012	69,7%	66,5%	68,5%	75%	75%
Despesa em I&D (peso no PIB)	2010	1,28%	1,59%	2,01%	3%	3%
População dos 30 aos 34 anos com formação superior	2012	22,8%	27,2%	35,8%	40,%	40%
Taxa de Abandono Escolar	2012	18,7%	20,8%	12,8%	10,%	10%

Fonte: Programa Operacional Regional do Centro de Portugal

Os níveis de afastamento mais acentuados ocorrem para os indicadores relativos ao abandono escolar precoce e à formação superior, domínios de intervenção com escassos financiamentos enquadrados nos POR, face às opções estabelecidas na delimitação de fronteiras entre o PO Temático do Capital Humano e estes últimos.

O posicionamento em matéria de inovação é reconhecido pelo PO como insatisfatório em matéria de volume de investimento em I&D (Empresas e Setor Público), sendo estimável que a dinâmica da EEI-Centro possa aprofundar neste período de programação os ganhos observados no período 2007-2013. Nesta dimensão estratégica, o PO evidencia as relações entre a Ambição Regional e a Estratégia Europa 2020, conforme se constata na tabela abaixo reproduzida.

Quadro n.º 2 - Relações entre a Ambição Regional e a Estratégia Europa 2020

	Emprega-bilidade	Intensidade em I&D	Nível de educação	Inclusão social	Clima e energia
Situar-se como *Innovation Follower*		x			x
Representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional através do aumento da produtividade regional	x				
Diminuir em 10% as assimetrias territoriais	x			x	
Ter 40% da população jovem com formação superior			x		
Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional	x			x	

Fonte: Programa Operacional Regional do Centro de Portugal.

À exceção da Empregabilidade (1º objetivo da EE 2020) que recebe contributos potenciais de 3 dos 5 objetivos da Ambição Regional (situar-se como *Innovation Follower*; Representar 20% do PIB Nacional e convergir para a produtividade nacional; e Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional); todas as restantes assumem uma relação unívoca, preenchendo uma malha de interações que coloca a arquitetura de objetivos num patamar de coerência acentuada com a EE 2020.

Vários elementos de diagnóstico constantes do PAR estabelecem comparações com os objetivos da EE 2020 [p.ex., Baixo nível de formação superior dos jovens, ainda muito aquém dos objetivos inerentes à Estratégia Europa 2020 nesta vertente; Insuficiente nível de despesa em I&D (1,3% do PIB em 2010), em especial por parte das empresas (0,6%); e Elevado abandono escolar e insuficiente oferta de formação dual e profissional, o que penaliza a capacidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho].

A seleção dos domínios diferenciadores temáticos que surge de uma discussão alargada no contexto EEI - Centro identificou para a Região Centro um conjunto de oito domínios [Agricultura, Floresta, Mar, Turismo, TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica), Materiais, Biotecnologia, Saúde e Bem-estar], que tem uma relação forte com apostas das políticas comunitárias que procuram sequenciar a EE 2020, de que são exemplo as Iniciativas emblemáticas do Crescimento Inteligente (Juventude em movimento e Agenda Digital), a Iniciativa Matérias-Primas e domínios setoriais do Horizon 2020 [saúde, alterações demográficas e bem-estar; segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bio economia; energia segura, não poluente e eficiente; transportes inteligentes, ecológicos e integrados (conceito *Smart City* e *Smart Region*); ação climática e eficiência na utilização dos recursos e matérias-primas; e sociedades inclusivas, inovadoras e seguras].

Nos domínios do Crescimento Sustentável e do Crescimento Inclusivo a remissão para a EE 2020 situa-se, no essencial, na amarração às prioridades da Política de Coesão e dos Fundos Estruturais sem comprometer a coerência com a filosofia e prioridades de intervenção desse referencial-chave. As referências surgem frequentemente, associadas ao contributo para as metas dos objetivos principais da EE 2020. Entre os vários exemplos salienta-se: PI 3.1; PI 4.2; PI 8.8; PI 9.1; e, PI 10.4. No entanto, importaria refletir, na secção do template referente à utilização com outros instrumentos de financiamento, uma desejável articulação com os campos de atuação e eventuais recursos quer do Horizon 2020, quer das diversas Iniciativas emblemáticas que vão harmonizar mensagens/ domínios centrais da EE 2020.

A fundamentação das PI, no enquadramento dos Objetivos Temáticos, não refere a EE 2020 mas encontram-se evidências de áreas-chave da intervenção associadas às diferentes vertentes do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, nomeadamente:

- **Crescimento Inteligente.** A fundamentação da PI 1.1 refere instrumentos chave de concretização da EE 2020 (Programa Horizon 2020 e EEI) e as abordagens de parceria com estruturação de redes valorizada pelas diferentes Iniciativas emblemáticas da UE (Juventude em movimento e Agenda Digital para a Europa). As áreas-chave do Crescimento Inteligente (Inovação; Educação, Formação e Aprendizagem ao longo da vida; e Sociedade digital) encontram um conjunto sólido de PI com níveis de contribuição diferenciadas nos EP 1, 2 e 3.

- **Crescimento Sustentável**. As PI que repercutem no PO esta vertente referenciam, nomeadamente, o cumprimento dos objetivos em matéria de Clima e Energia 20/20/20, com destaque para os contributos expetáveis de operações a apoiar visando a "transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis e inteligentes" e o "aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia com base na utilização de renovação.

- **Crescimento Inclusivo**. As diversas PI com base nas quais o PO Centro aborda as temáticas do Emprego, das Qualificações e da Inclusão Social referenciam as metas da Estratégia da EE 2020 (p.ex., 8.3, 8.8, 10.1 e 10.2). Neste domínio, importaria estimular iniciativas que assegurem a participação de territórios da Região na Plataforma europeia contra a pobreza, numa das iniciativas emblemáticas do Crescimento Inclusivo

Questão 5 - Os objetivos específicos formulados para o PO evidenciam de forma precisa qual a ligação que apresentam com as necessidades e desafios nacionais e europeus?

É sobretudo por intermédio das metas globais do PO Centro que é possível analisar de que modo a programação regional se articula com as necessidades e desafios nacionais e europeus. A contextualização dos objetivos específicos é essencialmente realizada em função da estratégia regional, sobretudo no que ela apresentou de construção com forte intervenção do tecido institucional da Região. A relação com os desafios nacionais de incorporação de maior intensidade de conhecimento e de tecnologia numa base produtiva progressivamente centrada na produção de transacionáveis é estabelecida por natureza na medida em que a evolução da Região Centro nesta matéria representará sempre uma mudança com impacto na resposta aos desafios nacionais.

A componente de programação relacionada com a investigação e desenvolvimento tecnológico é seguramente a que explicita uma mais determinada relação com as necessidades e desafios europeus, tendo em conta sobretudo o que a AEA considera ser uma feliz interpretação do significado da aposta europeia na especialização inteligente e da sua adaptação necessária ao estádio de desenvolvimento produtivo e do sistema regional de inovação. A análise realizada à EEI – Centro pelo perito Professor Phil Cook ilustra bem esta conclusão da AEA. Esta maior explicitação da articulação com as necessidades e desafios europeus observada na programação relacionada com a investigação e desenvolvimento tecnológico é coerente com o estádio de internacionalização e de participação em projetos europeus de algumas das instituições e empresas que integram o SRI Centro, sendo por isso compreensível a maior identificação do sistema de atores com a estratégia europeia neste domínio.

Noutros domínios da programação, a relação entre os objetivos específicos definidos para o PO e as necessidades e desafios europeus é mais ténue. No domínio da sustentabilidade, as já mencionadas dificuldades de informação de âmbito regional explicam essa observação. A ausência de metas estratégicas globais neste domínio explicita essa dificuldade. No caso do capital humano, a redução do abandono escolar escapa a essa tendência, o mesmo não acontecendo em relação ao desígnio estratégico europeu de aumento da população jovem com ensino superior, com o qual algumas das dimensões da programação mantêm uma relação essencialmente indireta.

A AEA regista que o estádio de desenvolvimento da região e do país determina que em alguns domínios de programação destinados a combater constrangimentos estruturais associados ao "*gap*" de desenvolvimento do país e da região a relação com as necessidades e desafios europeus é mais ténue, já que estão em causa realizações já atingidas há longo tempo pela maioria dos países europeus.

Questão 6 - Os objetivos específicos formulados no PO permitem perceber de que modos se integram na estratégia nacional, traduzida no AP e na Estratégia EUROPA 2020?

As metas da estratégia Europa 2020 são as seguintes:

1. Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos
2. Investir pelo menos 3% do PIB da EU em I&D
3. Cumprir os objetivos em matéria de clima/energia 20/20/20
4. Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma de ensino superior
5. Tirar 200 milhões de pessoas da pobreza

O **Quadro n.º 3** sintetiza a relação existente entre os objetivos específicos, o AP e as metas Europa 2020. Desse quadro, uma primeira conclusão a reter é a não existência de uma fronteira totalmente definida entre cada um dos objetivos europeus e cada objetivo específico, observando-se uma relação de vasos comunicantes não estanques. Por exemplo, o emprego é, também ele, um minimizador da exclusão social e da pobreza, sendo essa função do emprego muito relevante no AP. Contudo, procurou-se fazer uma relação mais direta entre ambos. Em alguns objetivos, nomeadamente o de "promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo", , "intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas" e os relacionados com a capacitação e modernização administrativa não é evidente a correspondência direta com as metas da estratégia Europa 2020, mas isso não é preocupante na medida em que a maioria dos objetivos específicos encontra uma correspondência direta com as metas europeias, aliás como a questão anterior também já antevia. O objetivo temático relacionado com a investigação e inovação está fortemente direcionado para o alvo de 3% do PIB em I&D, assim como os objetivo temáticos relacionados com o uso eficiente dos recursos e a eficiência energética também estabelecem uma relação com as metas europeias 20/20/20. Por sua vez, os objetivos específicos das prioridades de investimento dos objetivos temáticos da inclusão social e do emprego também estabelecem uma sinergia muito próxima com as metas relativas à eliminação relativa da pobreza e aumento da taxa de emprego, assim como as metas do capital humano estão fortemente relacionadas a meta de abrangência de 40% de jovens com diploma de ensino superior e redução da taxa de abandono escolar em 10%. Deve-se ter em atenção que esta relação elaborada entre o POR e as metas europeias têm uma causalidade diferida no tempo porque existem impactos intermédios, mas permitem realizar uma primeira leitura sobre o contributo dos objetivos para o alcance da estratégia europeia.

Relativamente à correspondência com os objetivos nacionais, parece-nos relevante referir que o POR adota o desenvolvimento das associações de desenvolvimento como um objetivo enquanto o AP utiliza-as como um exemplo de ação (DLBC) e não como um objetivo específico, optando, na prioridade de investimento 9.6, por enunciar o reforço da abordagem regional da intervenção social assente em parcerias com agentes locais, o que na prática não diverge muito do adotado pela Região Centro. Adicionalmente, e esta nota já merece alguma atenção mais particular, o AP estabelece como objetivos específicos da prioridade 10.5 o reforço infraestrutural do pré-escolar e a capacitação da rede escolar e de infraestruturas de formação para a qualidade do ensino, ora perante estas formulações não se torna claro que exista uma correspondência inequívoca com a modernização das infraestruturas, embora se possa encontrar alguns exemplos próximos desse objetivo específico nas tipologias de ação.

Este exercício é muito menos intuitivo do que seria desejável, face à ausência parcial (em alguns eixos completamente total) de referências europeias, como vimos na resposta à questão anterior. Assim, a equipa sugere que se procure justificar, através de indicadores de impacto ou outro instrumento, de que forma é que cada objetivo específico contribui para o alcance das metas europeias e, também, nacionais para que a relação entre o POR e os restantes instrumentos

(financeiros ou estratégicos) seja mais profícua. Desta forma, também seria mais fácil de majorar projetos em fase de candidatura que contribuíssem de forma massiva para o alcance das metas regionais, nacionais e europeias.

Quadro n.º 3 - Objetivos específicos do PO (apresentados por ordem de EP) e correspondência com o AP e Estratégia Europa 2020

Objetivos Específicos		Correspondência com o AP	Correspondência com as 5 metas da Estratégia Europa 2020
1.1	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	X	2
	Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede de infraestruturas de Investigação	X	2
	Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no SN I&I e a criação de valor	X	1 e 2
1.2.	Aumentar o investimento empresarial em I&I reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades regionais do sistema de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	X	1,2
	Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor	X	1,2
	Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras	X	2
3.1.	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo;	X	1
3.2.	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional da Região Centro	X	1
3.3.	Reforçar a capacitação empresarial das micro-empresas e PME para o desenvolvimento de bens e serviços	X	1
10.1	Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação	x	4
10.2	Aumentar o número de alunos com formação superior, promovendo a realização de ciclos curtos de formação superior profissional		1
	Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação		2
	Reduzir o abandono escolar a nível superior, através da concessão de bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, reforçando o equilíbrio e a coesão territorial		4
10.4	Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica		1
10.5	Qualificar e modernizar as instalações escolares e de formação		
8.1	Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho		1
8.3	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas		1
8.5	Promover a inovação e gestão empresarial e eSkills através da formação de empresários e trabalhadores, garantindo uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas		1
	Reforçar as competências de I&D e a valorização internacional das empresas, por meio da contratação de recursos altamente qualificados		1,2
8.8.	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social		5

Objetivos Específicos		Correspon-dência com o AP	Correspon-dência com as 5 metas da Estratégia Europa 2020
8.9	Desenvolver o potencial endógeno regional através de dinamização de estratégias territoriais		
9.1	Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais em especial de desempregados e desempregados com desvantagens necessitando de apoio particular para acesso ao mercado de trabalho e desenvolver iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social		1
9.6	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social com estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais		5
9.7	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde		
9.10	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local		5
4.2.	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	X	3
4.3.	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos		3
	Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social		3
4.5.	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios	X	3
6.3.	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	X	1
6.5.	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	X	
2.3	Modernização das administrações e dos serviços públicos	X	
11.1.	Aumento da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos através de processos de reorganização e modernização administrativa	X	
11.2	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	X	
4.5	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior	X	3
6.5	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível superior	X	3
9.8	Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	X	5

Questão 7 - Em que medida a participação dos stakeholders fundamentais do PO no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada? As medidas que se preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do partenariado e governação multinível) são as mais adequadas?

Este ponto vai merecer mais destaque no capítulo dos princípios horizontais, contudo existem algumas respostas preliminares. Existiu uma fase de auscultação longa e extensiva durante o período de construção do PAR, envolvendo o tecido institucional que conhece bem os constrangimentos da região e as suas debilidades estruturais. A participação realizada obedeceu a uma formatação comum, o que favorece a sistematização de resultados: i) pertinência do tema para o futuro da Região

Centro; ii) diagnóstico da evolução registada e Caracterização da Situação atual no domínio em discussão na Região Centro; iii) Identificação dos principais constrangimentos, estrangulamentos e pontos críticos, incluindo sugestões quanto ao modo de os ultrapassar, iv) objetivos para 2020 incluindo metas quantitativas que devem ser alcançadas; v) síntese das Tipologias de Ações a desenvolver; vi) descrição do processo de discussão, principais momentos e intervenientes; vii) reflexões finais; e, viii) anexos com fichas de ações.

O material consultado não é seguramente homogéneo do ponto de vista da qualidade do contributo para a formatação da estratégia regional, mas globalmente é de grande qualidade. Constituiu um processo efetivo de participação institucional da Região no processo, ao qual falta compreensivelmente uma massa mais representativa de contributos dos cidadãos. É sobretudo relevante o contributo em duas áreas vitais da intervenção do PO: (i) a intervenção no quadro da mobilização dos objetivos temáticos OT1, OT2 e OT3 e especialização inteligente com fundamentação relevante para os domínios diferenciadores desta última (particularmente biotecnologia e TICE)., contributos de grande valia e alcance de grupos como as Universidades, Parques de Ciência e Tecnologia, Unidades de Transferência de Tecnologia e CEC, para falar apenas nos que contribuem mais para a fundamentação do diagnóstico e das tipologias de intervenção; (ii) os contributos na temática territorial são também de grande alcance para a consagração da coesão territorial como PEN do PAR 2014-2020 e para a meta estratégica global de redução das assimetrias. No domínio da sustentabilidade, particularmente no da energia, esperaríamos um contributo mais decisivo para a fundamentação do diagnóstico, com atualização de informação relativamente ao documento técnico setorial "Energia" do PROT-C.

Deve, por fim referir-se que a dinâmica de participação atrás referida incidiu sobretudo no processo de elaboração do PAR 2014-2020, tendo a preparação do PO sido essencialmente um processo interno à CCDR Centro em conjugação com os grupos de trabalho criados a nível nacional para a elaboração dos PO Regionais. Os dois painéis de discussão realizados (ADL/GAL e Grupos de Ação Costeira e Comissão Coordenadora da EEI – Centro) permitiram concluir que os atores regionais acompanharam por várias vias a transformação do PAR em PO, designadamente a partir do momento em que o PO foi colocado em discussão pública (ver as memórias descritivas dos encontros no ***Anexo n.º 3*** e **Anexo n.º 4**). De qualquer modo, a participação institucional na elaboração do PO foi francamente mais reduzida e sem revelar a dinâmica da preparação do PAR.

Mobilização de fontes e métodos de sistematização de informação

O **Quadro n.º 4** indica para cada uma das respostas às questões de avaliação atrás enunciadas que fontes e métodos foram preferencialmente mobilizados.

Quadro n.º 4 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 1 à 8)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 1	Análise sistemática dos materiais de participação institucional na elaboração do diagnóstico e estratégia do PAR CRER 2020 e cruzamentos de análise com o PO Análise dos comentários produzidos sobre o PO Centro em consulta pública Pesquisa bibliográfica sobre investigação empírica mais recente sobre a Região Centro Análise dos materiais de fundamentação técnica do PROT Centro Análise de materiais produzidos pelo Observatório das Dinâmicas Regionais – CCDRC Análise de indicadores de contexto publicados pelo INE sobre a Região Centro
Questões 2, 4, 5 e 6	Análise de *desk-research* sobre a Estratégia Europa 2020 Idem sobre Estratégia de Especialização Inteligente e Estratégia Europa 2020 Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro e Parecer do Perito Europeu sobre a mesma Resultados do painel de discussão com a Comissão Coordenadora da EEI Centro Entrevista com a representante das Universidades na Comissão Coordenadora da EEI Centro AP Análises de correspondência entre PAR CRER 2020 e PO Centro 2014-2020 Reuniões de trabalho de interação com o núcleo central da CCDRC responsável pela elaboração do PO
Questão 3	Análise dos materiais de participação na elaboração do PAR centrados no tema da coesão territorial Análise dos materiais de fundamentação técnica do PROT Centro Análise de documento interno da CCDRC com fundamentação de ITI para territórios de baixa densidade Painel de discussão com ADL – GAL e Grupos de Ação Costeira Painel de discussão com Comissão Coordenadora da EEI Centro Reuniões de trabalho de interação com o núcleo central da CCDRC responsável pela elaboração do PO
Questão 7	Análise sistemática dos materiais de participação institucional na elaboração do diagnóstico e estratégia do PAR CRER 2020 e cruzamentos de análise com o PO Análise dos pareceres e comentários recebidos pela CCDRC sobre o PO Centro Painel de discussão com ADL – GAL e Grupos de Ação Costeira Painel de discussão com Comissão Coordenadora da EEI Centro Entrevistas realizadas com a ERT Centro, Profª Margarida Mano, representante das Universidades na CC da EEI Centro e CIM Coimbra e Beira Baixa

2.2. COERÊNCIA INTERNA DO PO

Questão 8 - Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes entre si?

Para responder a esta questão realizou-se o exercício de elaborar uma matriz de sinergia entre objetivos temáticos, que utiliza uma escala de classificação com quatro níveis: "sem influência", "influencia reduzida", "influência moderada" "influência forte" (ver ***Anexo n.º 8***). Os elementos que justificam a classificação adotada são explanados no quadro subsequente.

Adicionalmente, também se realizou uma análise por prioridade de investimento, seguindo a mesma lógica de sinergia entre as mesmas (ver ***Anexo n. º 9***).

Quadro n.º 5 - Desenvolvimentos analíticos em torno das sinergias entre eixos prioritários /objetivos do PO

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
EP 1: IDEIAS OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação FEDER, FSE	A forte sinergia do EP1 com o EP2 constitui, simultaneamente, um corolário e desenvolvimento da opção estratégica de reforçar a interação entre as atividades de I&D e a procura das mesmas por parte das empresas. Os dois EP mobilizam instrumentos diferentes, mas que devem obrigatoriamente convergir em indicadores de inovação e de consolidação das alterações de perfil de especialização que se vão observando na Região e, em última instância, nas duas metas estratégicas globais dedicadas a estas matérias. Assim, o investimento em I&D&I a apoiar deverá traduzir-se idealmente em resultados concretos de inovação empresarial e ocorrerem em empresas que trabalham no mercado externo, o que exigir à governação dos sistemas de incentivos uma preocupação com a fundamentação global (I&D, inovação e internacionalização) dos projetos apoiados, nos casos em que possam ocorrer essas 3 dimensões. Espera-se ainda que do apoio a infraestruturas de I&D&I e investimentos de I&D&I possam resultados em matéria de eficiência energética, redução de GEE e aumento dos níveis de sustentabilidade de transportes e logística associada.
EP 2: COMPETIR OT3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas) FEDER	O EP COMPETIR está organizado essencialmente em torno de duas dimensões de programação: uma que pode considerar-se independente das intervenções a apoiar pelo EP 1 e outra cujas sinergias com este EP serão cruciais para o bom êxito da programação. É notória a relevância que a EEI-C assume no seu papel de enquadramento e de sinalização de rumo que lhe está reservado na concretização da estratégia do PO. Assim, a PI "Promover o Empreendedorismo qualificado e criativo" para ser consequente em termos regionais deverá incidir predominantemente (enquanto empreendedorismo de base tecnológico ou baseado no conhecimento) nas áreas de maior apoio às atividades de I&D&I; além disso, este empreendedorismo deve resultar entre outros fatores da ação desenvolvida pelas infraestruturas de I&D&I, Parques de Ciência e Tecnologia e Infraestruturas de Incubação associadas, Unidades de Transferência de Tecnologia e Interfaces Universidade-empresa de matriz mais universitária. É necessário incrementar o ainda muito baixo número de *spin-off's* decorrentes da investigação científica universitária (55 em 2012) e o número de empresas incubadas a partir das Universidades. Já no que respeita as PI relacionadas com a promoção da inovação e internacionalização seria desejável que elas fossem concretizadas com participação crescente de atividades de I&D *in house* ou, pelo menos, como resultado de uma crescente interação com as entidades do SCTN representadas no SRI Centro. As sinergias de nível 2 com os EP 3 e EP 6 dizem respeito a dois aspetos essenciais: o esforço de inovação e internacionalização de PME não pode ser

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
	apenas concretizado com emprego de qualificações avançadas, exige técnicos intermédios e competências técnicas associadas (EP3); as PI relacionadas com a inovação e internacionalização deverão por outro oferecer um contributo para que as empresas introduzam maiores intensidades de eficiência energética e de tecnológicas com graus mais baixos de emissão de GEE. Deve ainda ter-se em conta que os EP 1 e 2 contemplam ambos tipologias de apoios a projetos de inovação, pressupondo-se que os a apoiar pelo EP 2 devam conter necessariamente um conteúdo explícito de resultados de I&D, o que aumenta consideravelmente o nível de sinergia entre os dois EP, embora exigindo uma governação exigente dos sistemas de incentivos a gerir a nível regional.
EP 3: APRENDER OT 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida FEDER/ FSE	Estabelece relações relevantes com todos os objetivos do PO, exceto os de carácter temático específico (baixas emissões de carbono), o que indicia um potencial efeito multiplicador elevado. O grau de influência é mais forte na relação com o OT1/EP1, devido à importância do apoio ao ensino superior, em particular aos doutoramentos e sua relação com as capacidades de investigação e inovação e com as opções da EEI da Região Centro. No caso do OT9/ EP5, a intensidade da influência é mais moderada e justifica-se pelas intervenções associadas à redução do insucesso e do abandono escolar e sua importância na igualdade no acesso ao ensino e na promoção da inclusão social dos jovens inseridos em grupos sociais mais vulneráveis. Na relação com os OT 3/ EP2 e OT8/ EP4, o tipo de influência está associado às intervenções previstas em matéria de qualidade e eficiência do sistema regional de educação e formação, incluindo o desenvolvimento das infraestruturas. Potencialmente, estas intervenções terão influência na competitividade das PME, por via da resposta às necessidades de qualificação das empresas, e promoverão o emprego dos jovens diplomados.
EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral (FEDER/ FSE)	A centralidade da intervenção em matéria de apoio à criação de emprego, nomeadamente por parte dos desempregados, bem como a vertente do empreendedorismo de base local, justifica que se considere uma interação forte com o OT 9/ EP5. As relações entre o emprego e o potencial de dinamização da economia local, reforçado pelas intervenções em matéria de economia social e inovação social, poderão assumir uma forte influência na inclusão social e no combate à pobreza, nomeadamente em áreas específicas do território da Região mais afetadas pelo desemprego ou com problemáticas mais incisivas de pobreza e exclusão social. As restantes interações limitam-se à relação com OT3/ EP2, que se justifica pela importância da vertente da qualificação dos trabalhadores e dos empresários/ dirigentes e da sua relação de influência no reforço da competitividade das PME, que constitui o foco central do OT3 e ainda com os resultados da inserção de mestrados e doutoramentos que podem qualificar processos empresariais de inovação e internacionalização.
EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza (FEDER/ FSE)	As interações com o quadro de objetivos do PO focam-se sobretudo na relação com o OT8/ EP4 e decorrem das estratégias de inclusão ativa e da melhoria das condições de empregabilidade para a promoção do emprego dos seus beneficiários, fundamentalmente desempregados e grupos vulneráveis. A esta vertente estão também associadas as dimensões da economia social, das empresas sociais e do desenvolvimento local como estratégias igualmente

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
	potenciadoras da promoção de emprego de base local. As prioridades de apoio à inclusão ativa podem ser ainda potenciadas pela intervenção do OT10/EP 3: o combate ao insucesso escolar pode ser visto como um veículo de inclusão ativa, sobretudo na medida em que o abandono está comprovadamente associado a trajetórias de exclusão; paralelamente, bons resultados em matéria de CET podem estar também associados a situações de inclusão ativa. Finalmente, os DLBC FEDER e FSE tenderão a manter com o OT11/EP8 sinergias em função dos processos de capacitação institucional que vierem a ser apoiados dirigidos a esses quadros institucionais locais.
EP 6: SUSTENTAR OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores FEDER	Na versão final do PO, este EP mobiliza apenas o OT4. Neste contexto, constituindo a eficiência energética um domínio diferenciador da EEI-Centro, considerámos um nível 2 de sinergia potencial com o EP2 (eficiência energética nas empresas introduzida através de projetos com conteúdo de inovação energética). A mesma fonte de enquadramento justifica também a sinergia potencial com o EP 1: as infraestruturas de I&D&I ou de I&DT devem segundo um modelo de especialização diferenciada entre elas eleger a sustentabilidade como área de atuação e por essa via contribuir para uma maior interação dos projetos empresariais de eficiência energética e de redução de emissões de GEE em certos processos produtivos com as entidades do SRI Centro situados nos ecossistemas organizados em torno das principais Universidades da Região.
EP 7: CONSERVAR OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos FEDER	As duas PI mobilizadas (6.3. e 6.5) assumem na programação (em conjugação com o EP das Cidades) um estatuto central na qualificação do território. A PI relacionada com o património natural e cultural, tenderá a manter com o turismo e, consequentemente, com o acolhimento do turismo nas operações do EP 2 uma forte sinergia, a ponto do indicador de resultado assumido para este objetivo específico estar focado no aumento de dormidas em estabelecimentos turísticos. Nesse domínio, importa que o sistema de incentivos de apoio a PME para a criação de um turismo de excelência assegure que a valorização no sentido da sustentabilidade dos patrimónios cultural e natural pudessem constituir um fator de diferenciação a ter em conta na avaliação de mérito, salvaguardado claro está a sustentabilidade do modelo de negócio. Quanto à PI 6.5 (ambiente) será relevante assinalar as sinergias óbvias com a mobilização desta PI no EP 9 das Cidades. Afinal, ambas contribuirão para a qualificação do território e daí que as operações a ser apoiadas devam ser coerentes sob esse ponto de vista.
EP 8: CAPACITAR OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	As sinergias mais fortes acontecem com o EP 4 e EP 5 pela via da capacitação dos agentes que operam em áreas nucleares como a educação, aprendizagem ao longo da vida, formação, emprego e políticas sociais. Aliás, a capacitação institucional deve na programação ser considerada um instrumento de intermediação na capacitação de agentes e também um instrumento de facilitação de condições de acesso a serviços coletivos (serviços em linha). Complementarmente, os resultados que podem ser obtidos neste EP em termos de redução de custos de contexto (burocracia, por exemplo) permitem estabelecer uma sinergia potencial com as condições de competitividade de PME (EP 2).

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
FEDER/FSE	
EP 9: CIDADES OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza (FEDER/ FSE)	Este EP constitui na versão final do PO a solução para amenizar todas as considerações produzidas pela AEA ao longo dos relatórios intermédios quanto à dificuldade da programação acolher a política de Cidades para a Região. É o único EP que mobiliza três OT e começa, por essa via, por emergir a necessidade de coerência de intervenções no interior do próprio EP entre os três OT. Para além disso, a sinergia com os restantes EP que mobilizam separadamente cada um destes OT é crucial: OT4/EP6; OT6/EP6 e OT9/EP5.

SÍNTESE

A abordagem aos níveis potenciais de sinergia e complementaridade entre os diferentes EP do PO Centro confirma a extrema relevância da EEI –C do ponto de vista do seu papel enquadrador e racionalizador das políticas de I&D, inovação e internacionalização e projeta para os EP 1 e 2 o grosso das sinergias no interior do PO; um bom resultado de integração entre as tipologias de ações a apoiar pelos dois EP garantirá ao PO um elevado nível de consistência. Isso significa que a monitorização estratégica dessas sinergias constituirá um vetor crucial do sistema de monitorização estratégica do PO.

As sinergias entre os EP para a empregabilidade e inclusão (EP4 e EP5) e entre o EP centrado na educação e na ALV e os EP 1 e 2 assumem os níveis de sinergia hierarquicamente mais abaixo.

Ao mesmo nível, pode ser considerada a sinergia entre o EP 7 – CONSERVAR e o EP 2 COMPETIR na perspetiva de que os resultados esperados nas operações de valorização do património natural e cultural serão aferidos pelos seus efeitos na procura turística da Região. É assim necessário assegurar que os projetos turísticos a apoiar no âmbito do EP 2 possam ser valorados com mérito adicional pelo facto de integrarem a componente de valorização do património natural e cultural.

Na sua versão final, o PO Centro ao incluir na sua configuração um EP Cidades, mobilizador de três OT e três PI suscita considerações novas em termos de coerência interna. Primeiro, há um nível de coerência interna a garantir no interior do próprio EP, integrando para um dado conjunto de centros urbanos as dimensões da transição para uma economia urbana de mais baixo carbono, a preservação e a valorização ambiental e a regeneração urbana física, económica e social, num contexto de menor intensidade de intervenções infraestruturais. Segundo, levanta-se a questão da coerência interna entre o EP 9 Cidades e os EP que mobilizam separadamente cada um dos referidos OT, segundo uma perspetiva de convergência de intervenções para a (re) qualificação do território.

Questão 9 - As medidas propostas são as mais adequadas para alcance dos objetivos delineados ou haveria outras medidas cujas realizações e resultados conduziriam de forma mais eficaz ao alcance dos objetivos?

A tabela seguinte sistematiza as principais conclusões da AEA.

Quadro n.º 6 - Relação entre medidas e objetivos estratégicos

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
Eixo prioritário 1 Reforço da infraestrutura de I&I e de desenvolvimento de excelência na I&I	Esta PI é ambiciosa no conjunto de objetivos que prossegue: aumento da produção científica internacionalmente reconhecida; reforço da inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D e reforço da transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial. As ações previstas envolvem apoios a projetos de I&D e de redes de I&D&I e a infraestruturas e equipamentos de IDI. O fator crítico não consiste nas tipologias de medidas que correspondem às melhores práticas das políticas públicas na matéria, mas sim na necessidade de garantir que os apoios não se transformam em apoios ocultos ao sistema científico sem qualquer relação com a estratégia regional do PO. O enquadramento da EEI – Centro será crucial para assegurar que esse fator crítico seja ultrapassado, garantindo a adesão das empresas da Região a este tipo de interações com o sistema regional de inovação.
Eixo Prioritário 1 Promoção do investimento empresarial em investigação e inovação e de sinergias entre as empresas e o SCT representado na Região	Trata-se de desenvolver a experiência do SI I&DT na programação anterior, visando incrementar o investimento empresarial em I&I, o reforço de parcerias com o SCT e o investimento em inovação com origem em atividades de I&D. As duas tipologias de ações relacionadas com o IDI empresarial e o apoio a redes colaborativas apresentam na Região e no QREN um valioso capital de experiência pelo que com o enquadramento estratégico da EEI – Centro são estimados resultados compatíveis com os objetivos, partindo do princípio, realista e razoável, de que o modelo de governação da EEI – Centro permitirá introduzir no sistema as necessidades das empresas. Já no que respeita, à tipologia de ações relacionadas com a vigilância tecnológica e de prospeção de mercados ela carece de melhor explicitação para se ajuizar da sua capacidade de produzir resultados conformes com os objetivos, até porque não há experiência de avaliação sobre a matéria. Esta intervenção deve ser lida em articulação com o EP 2, onde pode complementar de forma importante os apoios a iniciativas que visem a aproximação das empresas aos mercados, nomeadamente, aos mercados externos.
Eixo Prioritário 2 Promoção do espírito empresarial	As ações propostas envolvem apoio ao empreendedorismo, aos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT), incubadoras e aceleradoras de empresas e redes de áreas de acolhimento empresarial. Trata-se de um espectro alargado de tipologias de ação cuja relação com os objetivos da promoção de espírito empresarial exige que a sua aplicação seja submetida a um desígnio comum e intransigente: apoio a programas de empreendedorismo. Esta observação é sobretudo válida para os apoios aos PCT, incubadoras e redes de áreas de acolhimento empresarial. Estes apoios terão de traduzir-se segundo a AEA em medidas claras de apoio a programas de apoio a empreendedorismo por parte das entidades apoiadas, com indexação de apoios a resultados, que podem incluir projetos correlacionados de capacitação em domínios mais exigentes como, por exemplo, o da atração de empresas internacionais nos PCT. A AEA considera muito discutível o apoio às áreas de acolhimento empresarial consagradas nesta prioridade de investimento, já que só com fortíssima seletividade dos apoios será possível atingir realizações e resultados compatíveis com os objetivos desta PI. Do mesmo modo, o apoio à troca de experiências a nível internacional, internacionalizando a promoção do empreendedorismo na Região deve ser destacado.

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
Eixo Prioritário 2 Novos modelos empresariais para PME, com foco na internacionalização	As ações propostas recuperam fundamentalmente a experiência do QREN em matéria de projetos conjuntos de internacionalização e de ações coletivas, o que face aos resultados de avaliação disponíveis asseguram, pelo menos no que diz respeito aos projetos conjuntos, que os resultados estimados serão compatíveis com os objetivos, atendendo sobretudo que se trata de apoiar micro e pequenas empresas, sem dimensão para abordar isoladamente a prospeção de novos mercados. Relativamente aos vales, a AEA sugere uma melhor focagem dos objetivos (sempre em relação à carga burocrática da sua aplicação) e aconselha a criação de uma malha mais apertada de seleção de entidades dinamizadoras. A experiência de avaliação de períodos de programação anteriores evidencia que é fundamental privilegiar projetos de internacionalização que veiculem simultaneamente uma lógica de inovação, designadamente em termos de conceção e concretização de novos modelos de negócio.
Eixo Prioritário 2 Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	O PO Centro consagra nesta PI uma bateria de medidas de apoio à intensificação da inovação produto e da inovação processo, com orientação para ganhos de produtividade e aumento do valor acrescentado nacional, em projetos que não envolvam necessariamente uma dimensão de I&D empresarial (que serão objeto de apoio no âmbito do EP 1). Quer na dimensão de projetos individuais ou de apoio a ações coletivas, o material de avaliação do QREN e de períodos de programação anteriores garante uma elevada aprendizagem na implementação destes apoios e por isso é estimável uma boa conformidade com os objetivos pretendidos. No caso das medidas de apoio ao desenvolvimento e requalificação da oferta turística, será necessário que os instrumentos reforcem a questão da inovação do modelo de negócio e sobretudo tenham em conta a heterogeneidade de negócios turísticos a apoiar. A valorização da componente de valorização patrimonial natural e cultural é decisiva para a coerência interna do PO.
Eixo Prioritário 3 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino	As ações convocadas por esta PI apontam para objetivos específicos de melhoria do sucesso educativo, de reforço da igualdade de acesso aos níveis de ensino do pré-escolar, básico e secundário e de melhorias de qualidade e eficiência sistémicas. A AEA regista que de acordo com o estádio de maturação do PO, os objetivos específicos são mais claros do que a configuração das medidas implícitas nas tipologias de ações preconizadas. Registam-se algumas observações críticas sobre aspetos que podem comprometer a coerência entre medidas e objetivos a atingir: • Nas ações de melhoria do sucesso educativo e de combate ao abandono escolar é necessário clarificar que territorialização assumirá na Região esse conjunto de medidas e que critérios são propostos para selecionar iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso; a investigação disponível sobre os TEIP evidencia que tem sido difícil assegurar a integração de processos que permitam que as ações transcendam a componente escolar; • Em matéria de promoção da igualdade de acesso ao sistema educativo, é necessário clarificar se predominarão nesta dimensão da programação as medidas de apoio a públicos com necessidades educativas especiais ou se pelo contrário serão os aspetos de cobertura de rede a predominar; • Nas ações de melhoria de qualidade e eficiência sistémicas, que a AEA considera as mais relevantes desta PI dado o combate ao abandono escolar secundário estar fora da alçada do PO Centro, será fundamental clarificar as tipologias de projetos a privilegiar pela profusão de tipologias de ações consideradas pelo PO; a natureza sistémica dos objetivos a alcançar implica uma grande mobilização de escolas, agrupamentos e fundamentalmente

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
	professores para atingir os objetivos pretendidos e a necessidade de se tratar de projetos que transcendam a Escola.
Eixo Prioritário 3 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente	As medidas implícitas nas tipologias de ações preconizadas por esta PI exigem ainda alguma explicitação para uma análise plena da coerência com os objetivos a atingir. No caso dos CTSP é necessário clarificar se se trata de bolsas a estudantes (decisivas para impulsionar procura na fase de implementação inicial da medida) ou se é de apoio mais global aos cursos nas instituições politécnicas, incluindo docentes. Nos casos de apoios a doutoramentos alinhados com a EEI – Centro e do apoio a estudantes desfavorecidos deslocalizados pressupõe-se que se trate apenas de bolsas. Neste último caso, interessa clarificar se estamos perante apoios a estudantes residentes na Região centro e deslocalizados ou pelo contrário se se trata de apoio a estudantes deslocalizados em instituições de ensino superior da Região. Destas três medidas, a que nos parece com maior interrogação é a dos CTSP, dada a inexistência de estudos de procura potencial comparativa, relativamente aos CET e às licenciaturas de 3 anos.
Eixo Prioritário 3 Melhoria da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho	Trata-se de medidas de apoio à criação de CET, focados na empregabilidade e na resposta a necessidades de técnicos intermédios. Admite-se alguma concorrencialidade com a medida dos CeTSP. A AEA sinaliza que deve ser privilegiado o apoio a redes de conceção e implementação de CET que garantam condições facilitadoras da empregabilidade.
Eixo Prioritário 3 Desenvolvimento de infraestruturas educativas e formativas	A conformidade entre medidas e objetivo específico (qualificação e modernização de infraestruturas escolares e de formação) não oferece dúvidas, o que oferece dúvidas é a fundamentação da PI face aos objetivos globais do PO e da Estratégia Europa 2020, sobretudo por ausência de diagnóstico de fundamentação, sobretudo no caso das infraestruturas de formação.
Eixo Prioritário 4 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	A medida reduz-se ao apoio a estágios na administração local focados em desempregados jovens, de longa duração e mulheres. A AEA considera que a intervenção do PO é muito redutora na concretização desta PI e a empregabilidade futura na administração local será fortemente penalizada pelas dificuldades de recrutamento que os municípios enfrentam na conjuntura atual.
Eixo Prioritário 4 Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas	Trata-se sobretudo do universo de apoios à criação de autoemprego, segundo modelos de empreendedorismo de necessidade e de empreendedorismo social, segundo uma linha de experiência que poderemos reportar à figura das ILE. Esta intervenção deve ser lida em articulação com o EP 2, onde pode complementar de forma importante os apoios a iniciativas que visem a aproximação das empresas aos mercados, nomeadamente, aos mercados externos. O principal fator crítico que a AEA sinaliza é o risco de sobreposição e confusão com os instrumentos da inclusão social, que também mobiliza instrumentos de empreendedorismo. A sustentabilidade e o rigor dos indicadores de resultado em matéria de criação de emprego são os principais fatores a ter em conta na coerência desejada entre medidas e objetivos. A futura AEA da utilização de instrumentos financeiros na programação na área social será crucial para avaliar da razoabilidade da sua extensão a este tipo de operações.
Eixo Prioritário 4	Formação de empresários e de trabalhadores de suporte à mudança (em articulação sobretudo com investimentos inovação e internacionalização)

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
Adaptação de trabalhadores, empresas e empresários incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	constituem as medidas preconizadas. Do ponto de vista da AEA, é necessário clarificar se a formação-ação é ou não a metodologia principal de implementação destas medidas. O PO não é explícito quanto a esta possibilidade, mas de acordo com o material de avaliação disponível a formação–ação é seguramente a modalidade de formação mais propícia a integrar coerentemente a formação de empresários e de trabalhadores. O EP acolhe também o apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados (doutorados, mestres e licenciados) pelas empresas.
Eixo Prioritário 4 Apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Os DLBC poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através desta prioridade de investimento. Segundo a AEA há riscos evidentes de sobreposição com as medidas que servem a PI "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas", não sendo compreensível a segmentação operada", até porque os públicos-alvo são praticamente os mesmos. Com efeito, na versão mais recente do POR, os DLBC ou ITI não são referidos mas os projetos a apoiar deverão enquadrar-se no contexto de estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos. Os riscos de sobreposição com projetos de microempresas no âmbito do EP 2 parecem afastados dados os públicos-alvo aqui envolvidos. Não obstante, destes apoios poderão resultar contributos também para o EP 2 e o EP 5. Face à versão anterior do POR esta prioridade de investimento beneficiou de alterações que lhe conferiram um cariz social mais vincado.
Eixo Prioritário 4 Desenvolvimento do potencial endógeno	As medidas preconizadas valorizam uma matriz integradora, a da valorização do potencial endógeno de territórios, muito na linha da experiência adquirida com as EEC PROVERE, o que na apreciação da AEA constitui uma solução adequada, dado o elevado capital de aprendizagem que as intervenções do último período de programação apresentam
Eixo Prioritário 5 Inclusão ativa	Trata-se de ações subordinadas a intervenções de inovação e experimentação social orientadas para a inserção de desempregados, nomeadamente os cidadãos pertencentes a grupos sociais vulneráveis. São medidas que apontam para um grande envolvimento de comunidades locais e o grande desafio da conformidade entre medidas e objetivos é a capacidade de formular abordagens integradas à inserção. Existe capacidade institucional a nível local pelo que se trata de tipologias de ação que não suscitam fatores críticos relevantes.
Eixo Prioritário 5 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Esta PI está relacionada com a promoção do desenvolvimento socioeconómico de base local, numa perspetiva de apoio FSE a essa realidade, a ser mobilizado pelos DLBC em meio rural e nos territórios costeiros. Haverá certamente riscos de sobreposição com apoios ao empreendedorismo social e as diferentes formas de apoio ao desenvolvimento do potencial endógeno, sendo provável que existam no terreno projetos similares a ser apoiados por instrumentos diferentes. Trata-se de matéria que dependerá fortemente do modo como as DLBC forem integradas com a intervenção dos ITI. A última versão do PO foca melhor a abordagem a esta PI, centrando-se na relação que se espera virtuosa na dinamização conjunta do empreendedorismo social e da inovação social, onde terão de ser considerados os resultados da futura AEA dos instrumentos financeiros (Fundo) para a Inovação Social.
Eixo Prioritário 5 Investimentos na saúde e infraestruturas sociais	Tal como estão formuladas as tipologias de ação, trata-se de um conjunto de medidas com elevado impacto potencial no objetivo coesão territorial, na medida em que passam por esta PI intervenções de melhoria de acesso aos cuidados de saúde primários e sobretudo de unidades móveis de saúde para territórios de baixa densidade, com alcance marcadamente intermunicipal e podendo envolver

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
	as entidades do Terceiro Setor.
Eixo Prioritário 5 Investimentos em estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Integra a dimensão de apoios FEDER ao desenvolvimento local em estreita articulação com as DLBC e com a intervenção FSE da PI "Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária". O fator crítico da medida está no potencial integrador e de geração de sinergias das DLBC, podendo a este respeito dizer-se que as ADL – GAL apresentam experiência acumulada de integração de ações FEDER e FSE.
Eixo Prioritário 6 Eficiência energética e renováveis nas empresas	Esta PI configura um sistema de incentivos que é complementar dos apoios proporcionados pelo PO no âmbito do EP2 e esse é o principal fator crítico, ou seja, assegurar que possa existir complementaridade entre apoios por exemplo em matéria de investimento inovação com a componente energética
Eixo Prioritário 6 Eficiência energética e renováveis em infraestruturas públicas (edifícios e habitação)	A avaliação de experiência passada neste tipo de apoios recomenda que a eficácia destas medidas pode ser contrariada pela rigidez de opções tecnológicas que os apoios possam representar. Assim sendo, a AEA recomenda que estes apoios não se comprometam à partida com nenhuma opção tecnológica em concreto, deixando aos promotores essa opção e a necessidade de a justificar.
Eixo Prioritário 6 Estratégias territoriais de baixo teor de carbono	As medidas em torno de formas de mobilidade sustentável dominam esta PI. Embora no seu enunciado conste não só a promoção de soluções de baixo teor de carbono, como também as ações de sequestro de emissões, a tipologia de ações ignora esta última dimensão., questão que não é despicienda sobre o tipo de territórios que podem beneficiar destas medidas. A tipologia de ação "Teste de soluções de transporte adequados para a baixa densidade" exige alguma clarificação, devendo ser precisado se são projetos piloto que serão apoiados, ou se pelo contrário uma linha de intervenção será aberta para todos estes tipos de territórios.
Eixo Prioritário 7 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	O PO centra a aplicação desta PI na valorização do património cultural como instrumento da região Centro como destino turístico de excelência, compreensível dado ser este praticamente o único espaço da programação em que os recursos culturais podem ser apoiados em articulação com a valorização do turismo. Trata-se de uma opção sustentada pelo mosaico de recursos de património cultural que a Região apresenta, com experiência de mobilização em projetos como as Aldeias Históricas e as Aldeias de Xisto, por exemplo. Mais recentemente, em virtude dos contributos recebidos pelos agentes regionais, acrescentaram a valorização patrimonial. Essa valorização segue a mesma linha orientadora de valorização do mosaico de recursos existentes na região, não apresentando fatores críticos relevantes.
Eixo Prioritário 7 Proteção e reabilitação da biodiversidade	O PO opta por abrir nesta PI uma vastíssima gama de tipologias de ação, fundamentando essa opção no quadro alargado das mais-valias ambientais da Região, documentadas por exemplo nos estudos de fundamentação técnica do PROTC. A AEA sinaliza que a esta diversidade de ações deve corresponder a regularidade de aposta em mecanismos de comunicação e interpretação das intervenções, de modo a disseminar uma cultura ambiental de reconhecimento na Região das suas mais-valias ambientais e da necessidade de as proteger.
Eixo Prioritário 7 Melhoria do ambiente urbano	A designação é enganosa quanto ao âmbito de intervenção do EP 7, pois não pode esquecer-se que a mesma PI é mobilizada pelo EP das Cidades. A PI desdobra-se por dois tipos de ações, monitorização ambiental e reabilitação urbana, com esta segunda componente a ter de ser articulada com as intervenções do EP 9 dirigidas aos centros urbanos de ordem superior da Região. Não pode também ignorar-se que a repartição financeira do EP 7 é

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
	muito desigual e privilegia claramente a intervenção na Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais com cerca de 77% do investimento.
Eixo Prioritário 8 Reforço das aplicações TIC em linha (administração, aprendizagem, infoinclusão, cultura e saúde)	A PI está essencialmente orientada para a promoção tecnológica de uma administração em rede capaz de incrementar significativamente o acesso de populações a serviços. O principal desafio deste conjunto de medidas é o de saber se as soluções TIC irão determinar efetivos processos de desmaterialização e de reengenharia de processos, assegurando a adequada coerência entre processos de *front office* e de *back office*. No entender da AEA, a demonstração por parte dos projetos a apoiar desta transformação é crucial para assegurar a coerência entre medidas e objetivos. Na formulação apresentada, não se entende como o apoio a projetos inovadores de utilização de TIC em resposta a desafios societais emergentes como o envelhecimento pode ter impacto sobre a competitividade.
Eixo Prioritário 8 Capacitação institucional e eficiência de administrações e serviços públicos nacionais, regionais e locais	Globalmente é de formação na administração pública que se trata. O fator crítico consiste em assegurar que a formação é realizada em coerência com processos de inovação e reorganização de serviços. A AEA reputa de grande relevância potencial a medida de promoção de "impreendedorismo" para as diferentes administrações, focados na inovação, mudança e criatividade.
Eixo Prioritário 8 Capacitação de agentes e atores no desenvolvimento territorial em domínios como a educação, a ALV, a formação, o emprego e as políticas sociais	No entender da AEA, o espectro de tipologias de ação é demasiado alargado, carecendo de focagem. Em nosso entender, a capacitação de instituições no âmbito da EEI – Centro, dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI – NUTS III) e DLBC deveriam constituir o foco das medidas, sob pena da relação com os objetivos estratégicos do PO ficar comprometida.
Eixo Prioritário 9 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	As tipologias de ação concentram-se sobretudo na mobilidade urbana inteligente, na mobilidade suave e na mobilidade sustentável, com intervenções associadas no *software* dos transportes urbanos como a bilhética, sistemas de informação e medidas de sensibilização aos consumidores. A AEA estima que se trata de uma PI com fortes exigências de engenharia de projeto e de referenciais estratégicos (planos de mobilidade, por exemplo).
Eixo Prioritário 9 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Trata-se de uma PI mobilizada para apoiar a reabilitação urbana de baixo conteúdo infraestrutural, com um foco relevante na criação de espaços, ambientes e atmosferas urbanas favorecedoras da criatividade, inovação social e empreendedorismo gerador de novas atividades urbanas. Por estar focada nos centros urbanos superiores, estima-se que será por isso mais fácil encontrar agentes e procura potencial para estes apoios.
Eixo Prioritário 9 Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades	O conceito de área urbana crítica é crucial para compreender o âmbito em que esta PI será mobilizada, exigindo a integração da área intervencionada em ARU, Áreas de Reabilitação Urbana

EIXO Prioritário/Prioridade de Investimento	Elementos de avaliação: tipologias de ação e objetivos
desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	

Mobilização de fontes e métodos de sistematização de informação

Quadro n.º 7 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 8 e 9)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 8	Interação com o grupo de trabalho CCDRC responsável pela elaboração do PO Centro Análise sistemática de AP, Plano de Ação CRER 2014-2020 e sucessivas versões do PO Centro Painel de Discussão com a Comissão Coordenadora da EEI - Centro
Questão 9	Essencialmente análise aprofundada do PO Centro

2.3. COERÊNCIA EXTERNA DO PO

Questão 10 - Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes com outros instrumentos relevantes de âmbito comunitário, nacional ou regional de apoio ao investimento público?

Quadro n.º 8 - Elementos de avaliação de coerência externa entre POR, PDR Continente, PO FEAMP, PO Transnacionais e PO Temáticos, por eixo prioritário e prioridade de investimento

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
Eixo 1. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (IDEIAS)	
1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	Os critérios de coerência externa são a articulação com a EEI nacional e EEI Centro, a multirregionalidade das redes de infraestruturas de I&D&I e a natureza coletiva dos projetos. É muito positivo que o PO Centro possa financiar independentemente da dimensão empresarial projetos de I&D&I alinhados com a EEI Centro e que o possa fazer também de equipamentos e infraestruturas para consolidar o seu SRI. O fator crítico principal residirá nas fronteiras entre EEI nacional e a EEI-Centro, cujas géneses muito diferenciadas tenderão a gerar fatores de governação difícil.
1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	A coerência externa está dependente na prática da aplicação de um mix de critérios de delimitação, que combina para os projetos de I&DT o critério da dimensão empresarial (micro e pequenas para o POR) com dimensão de projeto (igual ou inferior a 3 milhões de euros para os incentivos à inovação caberá aos POR) e o da multirregionalidade para os projetos de âmbito coletivo. Os projetos de incentivo à inovação estarão focados essencialmente no desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D, atribuindo o PO uma importância fulcral a este tipo de investimentos para materializar a sua EEI.

A AEA antevê na intervenção do EP 1 do POR alguns problemas potenciais de coerência externa com o POT Competitividade e Internacionalização, sobretudo resultantes dos critérios de delimitação definidos, com particular destaque para as fronteiras de articulação entre EEI nacional e EEI- Centro, que vem reforçar a importância crucial do modelo de gestão dos sistemas de incentivos.

No tocante à coerência com FEADER e FEAMP, a Equipa da Avaliação considera que, nas condições

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
específicas do território, e tendo em consideração a estratégia RIS3 para a Região Centro, o PO Centro dever-se-á articular de forma organizada e coerente com os PO FEADER e FEAMP, sobretudo, em torno do estímulo de domínios diferenciadores identificados: (i) temáticos - agricultura, floresta e mar; e (ii) transversais - Inovação Rural. Esta intervenção poderia ser mais explícita quanto às formas e prioridades a adotar em matéria de investigação e difusão de conhecimentos tendo em conta o possível surgimento de grupos operacionais, polos e redes na Região, intervenções apoiadas, nomeadamente, pela Medida Inovação do PDR Continente (FEADER), nomeadamente, no quadro da Parceria Europeia para a Inovação (PEI), apoiadas pela M1. Inovação do PDR Continente. As Áreas Temáticas definidas pelo PDR Continente como prioritárias para o Complexo Agro-Florestal são as seguintes: aumento da eficiência dos recursos na produção agrícola e florestal; melhoria da gestão dos sistemas agrícolas e florestais; melhoria da integração nos mercados; e valorização dos territórios. Com efeito, uma das condições de acesso do Plano de Ação dos Grupos Operacionais para realizar projetos de inovação reside na garantia de assegurar fontes de financiamento complementares. Adicionalmente, prevê-se a intervenção de programas internacionais neste domínio, nomeadamente o Programa de Cooperação Transfronteiriça e o Programa inter-regional. Embora não se conheçam os programas de forma completa e definitiva, é mais um instrumento financeiro de políticas públicas útil na medida em que permite à região usufruir de um mecanismo adicional para além dos programas nacionais em ambas as prioridades de investimento.	
Eixo 2. Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	
3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas;	Existirá articulação entre o PO Competitividade e Internacionalização e o POR. O POR promoverá ações de apoio ao empreendedorismo, à incubação e à aceleração de empresas, enquanto o PO temático apoiará ações coletivas e redes, bem como reforçar e apoiar as redes de suporte ao empreendedorismo. Será essencial distinguir bem entre empreendedorismo de base tecnológica e outros, com a absoluta imperiosidade do primeiro ter uma génese regional ancorada no sistema de transferência de tecnologia do SRI Centro e fortemente articulado com a EEI - Centro
3.2. O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização;	A articulação é concretizada a partir do critério de delimitação assente na dimensão empresarial (PME alocadas ao POR), o que contrasta com a opção seguida nos incentivos à inovação. No caso das ações de âmbito coletivo, o critério de delimitação é da natureza multirregional dos projetos, admitindo-se a possibilidade de multirregional com epicentro no Centro e investimento residual fora da zona do PO. Insistimos na ideia de que esta possibilidade introduz alguma indeterminação e não facilita o modelo de governação
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;	Estão em causa projetos de investimento de qualificação e de inovação. O critério de delimitação é misto, mantendo-se na qualificação (uma reedição do QREN) o critério da dimensão empresarial (PME para os POR), ao passo que para os investimentos inovação o critério é o da dimensão do projeto (igual ou inferior a 3 milhões de euros para os POR). O fator novidade da dimensão do projeto e não da empresa parece positivo e pode garantir ao POR uma maior capacidade de massa crítica de projetos sob a sua gestão para materializar a EEI. Mantendo-se pelo contrário o critério do passado na qualificação. Nas condições de transformação exigidas à Região, na perspetiva da AEA é extremamente difícil situar projetos de qualificação que não envolvam seja estratégias de inovação, seja de internacionalização. Em nosso entender, a programação perde aqui uma oportunidade de traçar um ambiente mais seletivo de indução de projetos. O POT irá desenvolver apoios à qualificação através de projetos de reforço de capacitação para a organização e gestão, ao investimento inovador e à melhoria da eficiência.

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas

A coerência externa entre PO Centro e POT está assegurada, embora dependente de critérios de delimitação que podem suscitar alguma complexidade, designadamente a coexistência de critérios de delimitação baseados entre a dimensão da empresa e a magnitude do projeto em diferentes tipos de apoios, bem como os projetos multi-regionais. Como matéria crítica de coerência externa, persistirá a questão do modelo de gestão do sistema de incentivos, bem mais exigente a nível regional, dada a ambição do PO, do que no período de programação anterior.

O OT 3 do POR também articulará com o Programa de Cooperação Transfronteiriça que intervirá nas prioridades de investimento 3.1 e 3.2, sendo necessário o estabelecimento de parcerias luso-espanholas.

A designação do OT3 remete ela própria para as complementaridades com investimentos económico-produtivos a financiar por Medidas dos PO FEADER e FEAMP sendo de destacar, nomeadamente:

- Operações a financiar no âmbito do Eixo Competitividade e Organização da produção do PDR Continente, designadamente: a M3 – Valorização da Produção Agrícola, apoiando investimentos de Jovens Agricultores, de explorações agrícolas e de transformação e comercialização de produtos agrícolas; e a M4 – Valorização dos Recursos Florestais, com especial significado para as apostas estratégicas da Região Centro nas fileiras florestais (note-se que a floresta ocupa mais de 1 milhão de hectares do território da Região Centro, sendo 85% do coberto florestal dominado pelo pinheiro bravo e eucalipto), Não surpreende, assim, que a floresta surja como um domínio diferenciador temático no campo da Especialização Inteligente da política regional 2020, dado o elevado potencial deste recurso endógeno na geração de mais-valias;

- A Prioridade 1 do FEAMP que visa fomentar uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseada no conhecimento.

Este Eixo Prioritário apresenta uma complementaridade importante com o esforço de investimento (realizado, em curso e futuro) no âmbito do sistema regional de inovação, constante da Estratégia de Especialização Inteligente da região (RIS3 do Centro). Essa articulação e complementaridade deve privilegiar o apoio a projetos inseridos nos Domínios Diferenciadores Temáticos (Agricultura, Floresta, Mar e Turismo) e Transversais (Inovação Rural).

Ainda no que se refere à coerência com FEADER e FEAMP, o critério de delimitação invocado pelo Programa é o sector, alocando os investimentos do sector agrícola ao FEADER e do sector das pescas e aquicultura ao FEAMP. Neste contexto, refira-se que alguns investimentos intangíveis e estratégicos para ganhos de competitividade das empresas agroalimentares não têm enquadramento regulamentar inteiramente explícito no FEADER e FEAMP (p.e., associados à inovação e diferenciação de produtos e serviços, promoção, comunicação e marketing, consolidação organizacional e melhoria de desempenho de gestão), podendo vir a concorrer para este tipo de apoios.

No que se refere à internacionalização, é um objetivo muito presente no âmbito da Medida 3. Valorização da produção agrícola do PDR 2014-2020, que visa contribuir para orientar as iniciativas empresariais para a exportação de bens transacionáveis e a internacionalização do sector.

No entanto, o apoio à internacionalização do complexo agroalimentar e florestal e da economia do mar e o apoio a projetos de investimento empresarial em inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do anexo I do Tratado da União Europeia e florestais com investimento total acima de 4 M€ (exceto quando desenvolvidos em explorações agrícolas ou por Organizações de Produtores) serão integrados no campo de intervenção do FEDER.

Até à data não é conhecida a integração de qualquer intervenção ao nível da melhoria das condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização do lado dos PO Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas e Aquicultura, sendo de estimular uma complementaridade dos apoios neste contexto. Quanto às condições de financiamento das empresas, seria importante permitir o acesso de empresas do setor agroflorestal e das pescas e aquicultura aos instrumentos de engenharia financeira previstos no PO Centro (soluções sobretudo ligadas a instrumentos já existentes no QREN).

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
Eixo 3. Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	
10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	Observa-se uma forte complementaridade entre o POCH e os PO Regionais, reservando-se: para o PO Temático o apoio aos cursos vocacionais de nível básico e secundário, e as intervenções específicas como os cursos de ensino artístico especializado, cursos de educação e formação de jovens; e para os PO Regionais o apoio a outras respostas, territorializadas, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo (eg. TEIP, PIEF, Programa Mais sucesso). Deve salientar-se que o PO Centro concede especial relevância aos apoios à ação social escolar como instrumento decisivo de promoção de melhores condições de igualdade de acesso, estando-lhe também reservadas intervenções de caráter mais inovador no combate ao abandono escolar.
10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos;	Os apoios do PO a cursos técnicos superiores profissionais alinhados com a estratégia RIS3, doutoramentos e pós-doutoramentos alinhados com a estratégia RIS3 e a alunos deslocados numa ótica de coesão territorial, através de bolsas de mobilidade para estudantes apresentam nos dois primeiros casos riscos elevados de confusão de aplicação com o PO CH, sobretudo se a EEI – Centro não funcionar como elemento de diferenciação.
10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;	O PO Centro foi esvaziado das intervenções nas modalidades de dupla certificação, tendo ficado limitado aos CET nível ISCED 4 e 5 e a medidas inovadoras de melhoria da qualidade do sistema de ensino e formação. Trata-se de uma intervenção muito limitada, havendo riscos de sobreposição apenas no segundo domínio de intervenção, dada a dificuldade de diferenciar por vezes projetos multiregionais de regionais.
10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	Não está prevista qualquer intervenção neste domínio pelo PO temático.

A coerência externa entre o PO Centro e o POCH é essencialmente determinada pela estratégia de delimitação da intervenção dos dois programas. E nesse plano, a evolução do processo de programação acabou por retirar ao PO Centro alguma margem de intervenção face ao PO CH. Globalmente, trata-se de um EP em que os problemas de coerência externa não serão determinantes, mas pelos piores motivos, isto é, reforço da intervenção do PO CH e reduzida dimensão financeira das intervenções atribuídas ao PO Centro. O critério regional e multiregional para delimitação das ações inovadoras da qualidade e eficiência do sistema pode ser fator de problemas, mas pode ser considerado pontual. O campo de afirmação do PO está sobretudo na territorialização de ações de combate ao abandono escolar, já que a intervenção infraestrutural nos equipamentos tenderá a ser reduzida. A AEA considera que existiria campo adicional para a intervenção do PO

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
Centro em matéria de ações de educação e formação de adultos, da ação dos CQEP e do RVCC, que apresentam um cunho fortemente territorializável.	
Eixo 4. Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	
8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	O esvaziamento do PO Centro decorrente da limitação dos apoios a estágios na administração local de desempregados, sobretudo nas condições de recrutamento dificultado por parte dos municípios, minimiza os problemas de coerência externa.
8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	Não existe intervenção pelo PO Temático, embora existam medidas de incentivo ao empreendedorismo em outras prioridades de investimento do PO temático para franjas específicas. Os DLBC poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através desta PI, desejavelmente em estreita articulação e complementaridade com os apoios FEADER e FEAMP.
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;	O facto do PO Centro apresentar dois objetivos específicos, o da formação de gestores e trabalhadores e o da inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas dificulta a análise de coerência externa, a qual se processa essencialmente com o PO Competitividade e Internacionalização (PO CI). No primeiro caso, ambos os PO apoiam processos de formação embora para tipologias diferentes de empresas. No caso da inserção de doutorados e mestres nas empresas as exigências de coerência externa não são de delimitação, mas antes de coerência com os apoios à I&DT, inovação e internacionalização a privilegiar pelo PO CI. Em relação às ações de formação, o elemento central de coerência respeita às modalidades de formação que os dois PO irão consagrar. A questão da formação-ação deve ser clarificada.
8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	A questão não se coloca na medida em que existe exclusividade de atuação por parte do POR. Os PO Temáticos não terão intervenção neste domínio. Os DLBC poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através desta PI, desejavelmente em estreita articulação e complementaridade com os apoios FEADER e FEAMP.
8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;	A questão também não se coloca, já que os PO Temáticos não terão intervenções neste domínio.

Razões de esvaziamento da intervenção do PO Centro e critérios de delimitação de intervenções minimizam

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
seriamente os riscos de não coerência externa entre a intervenção do PO e os restantes domínios de intervenção, designadamente os dos PO Temáticos. O PO tem um campo largo de afirmação através de instrumentos que lhe são exclusivos (apoios ao próprio emprego, viveiros e potencial endógeno local). A formação de gestores e trabalhadores exige coerência sobretudo de definição de modalidades de formação com o PO CI e a inserção de doutorados e mestres apela decisivamente a uma elevada coerência com as políticas de I&DT, inovação e internacionalização a consagrar por esse mesmo PO Temático. No que se refere à intervenção dos DLBC, com integração dos Fundos FEADER e FEAMP, ao longo das últimas décadas, a Iniciativa LEADER (nas suas 3 gerações) e mais recentemente a Abordagem LEADER integrada no ProDeR e a abordagem de coesão territorial integrada na política comum das pescas (PROMAR) têm constituído um importante instrumento de apoio e estímulo para a revitalização das dinâmicas locais. Apesar do contributo positivo desta perspetiva "Bottom Up", assente no envolvimento de vários parceiros do território na definição e implementação de ELD para a sustentabilidade e dinâmicas dos territórios rurais, os processos de mobilização de parceiros, a conjugação de vários instrumentos de financiamento, as dinâmicas de adesão e a capacidade de animação dos territórios têm sido limitados, moderando os resultados alcançados, nomeadamente em termos de diversificação e dinamização da economia local e de criação de emprego, numa perspetiva de sustentabilidade económica e social. Na perspetiva da Equipa de Avaliação, a dispersão das áreas de intervenção no território, que vão desde o incentivo à criação de negócios até à intervenção de apoio social, constitui o maior contribuinte para a menor eficácia das medidas, pese embora o aparente sucesso da utilização dos recursos orçamentais disponíveis em grande parte dos territórios rurais (recorde-se que a região Centro está provida de 15 Grupos de Ação Local e 3 Grupos de Ação Costeira, que abrangem praticamente todo o território) Esta questão constitui um ponto crítico de eficiência (na utilização dos recursos públicos) e de eficácia (na produção de resultados que possibilitem reequilibrar a sustentabilidade económica dos territórios envolvidos). Neste âmbito ressalta como recomendável que sejam estabelecidas convergências, reais e operacionais e não apenas no terreno dos princípios programáticos, entre os diferentes Fundos na Região. Estas convergências deverão estar linearmente estabelecidas ao nível da definição da estratégia local, da gestão operativa e da delimitação eficaz das fronteiras. O carácter inovador do DLBC pressupõe o estabelecimento de estratégias multissectoriais de desenvolvimento local/rural, de acordo com as necessidades e potencialidades dos respetivos territórios e compreendendo iniciativas inovadoras de ligação em rede e cooperação. Assim, o DLBC constitui uma "ferramenta" que, se devidamente dinamizada e organizada, permitirá envolver os atores regionais no desenvolvimento de respostas assertivas às necessidades económicas, sociais e ambientais dos territórios. Esta perspetiva de trabalho envolve o estabelecimento de formas de articulação entre os diversos Fundos e entre os diversos instrumentos estratégicos (ELD, DLBC e ITI).	
Eixo 5. Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	
9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	O PO Inclusão Social e Emprego tem sob a sua responsabilidade as tipologias de projetos dedicadas à população mais vulnerável, como imigrantes, deficientes ou comunidades ciganas, cabendo ao PO Centro a inserção de desempregados de longa duração e beneficiários de rendimento de inserção (contratos emprego-inserção). A AEA não antevê problemas de coerência externa.
9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Os PO Temáticos não intervêm nesta matéria. No âmbito da intervenção do PDR Continente (PO FEADER) está contemplado o apoio a Operações a financiar no âmbito do Eixo Desenvolvimento Local (M10 Leader), designadamente na Submedida de Apoio à Implementação das EDL: - **Regime simplificado de pequenos investimentos** nas explorações agrícolas (máximo de 25 mil €); - **Pequenos investimentos** na transformação e comercialização de

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
	produtos agrícolas (máximo de 200 mil €). - **Diversificação de atividades na exploração** para atividades não agrícolas; - **Cadeias curtas e mercados locais** para distribuição / comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados; - **Apoio aos regimes de qualidade e aos produtos locais**; - **Renovação de aldeias** (preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização). No documento de programação do PO Centro é referido que o apoio ao investimento no contexto das estratégias locais de desenvolvimento deverá situar-se indicativamente entre 25 mil e 100 mil euros, devidamente enquadrados nas correspondentes estratégias DLBC, que podem dinamizar outras tipologias de candidaturas ao nível de diferentes PI do Programa.
9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	Nesta prioridade de investimento o POR tem sob a sua responsabilidade a totalidade da responsabilidade das tipologias de intervenção que correspondem às intervenções nos equipamentos de saúde, serviços sociais, recreativos e culturais locais.
9.8 A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	As intervenções de regeneração física, económica e social são da responsabilidade do POR.
9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	As intervenções a enquadrar nas Estratégias de Desenvolvimento Local, a conceber e dinamizar pelos GAL (nomeadamente, com financiamento FEADER) e pelos GAC (com financiamento FEAMP) deverão desempenhar um papel relevante na animação das economias locais e na promoção do emprego. A tipologia de operações constante da submedida de Apoio à Implementação das EDL, acima referenciada no EP1, sinaliza um conjunto de áreas de investimento com potencial de animação económica (criação e desenvolvimento de empresas e concretização de oportunidades de negócio) e de geração de emprego de pequena escala, mas relevante nas zonas rurais. Trata-se de dinâmicas que deverão enquadrar-se de forma coerente no racional de intervenção a contemplar nas Estratégias de Desenvolvimento Local, a dinamizar pelos GAL.

O POR tem exclusividade em diversas áreas muito relevantes, nomeadamente na modernização e capacitação de infraestruturas regionais de provisão de bens públicos e investimentos nas associações de desenvolvimento local.

Não existem problemas de coerência externa, mas existem alguns problemas internos do POR Centro (embora

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
se saiba que não é um exclusivo deste POR) quanto à sobreposição de iniciativas de desenvolvimento de base local e comunitária aos vários níveis de governação regional: NUTS III através dos ITI (se os planos de ação em formulação nas diversas CIMs privilegiarem esta prioridade de investimento) e ao nível da própria região na mobilização de recursos para as localidades diretamente. Isto é válido para as prioridades 9.1, 9.6, 9.7, 9.8 e 9.10. Na prioridade 9.1 a Região Centro promoverá ações de apoio à inserção (desempregados jovens, reconversão profissional de desempregados, formação e inexistência de qualquer sem abrigo) e promoção de um envelhecimento ativo, sendo a única PI onde é necessária a articulação com o PO Inclusão Social e Emprego, que promoverá ações de promoção de competência básicas, apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiência, ensino de português para estrangeiros com vista à integração dos imigrantes e ativação de um conjunto de instrumentos para grupos potencialmente vulneráveis se integrarem (de ex-reclusos a beneficiários de Rendimento Social de Inserção), programas de promoção do voluntariado, assim como um programa de inserção profissional para a comunidade cigana, que também beneficiará dos mediadores sociais. A articulação será particularmente importante no desenvolvimento dos contratos locais para o desenvolvimento social para que não exista uma sobreposição de investimentos nos serviços públicos disponíveis. Em particular, para as prioridades 9.6/9.10 o POR dispõe de um vasto leque de oportunidades de investimento desde apoio à inovação social no setor primário, qualificação de jovens para os domínios estratégicos do centro como a floresta e a agricultura, bem como o desenvolvimento da cadeia de valor do setor primário e apoio à transferência de conhecimento via instituições de ensino, o que revela a ambição de levar a RIS 3 às zonas rurais. Tal apresenta-se como um desafio extremamente exigente, não só pelos desafios de articulação interna de cariz regional, mas também ao nível das ações de apoio à criação do próprio emprego que proliferam ao longo dos instrumentos europeus. Neste âmbito existe o risco do apoio a projetos similares e existe um conjunto ambíguo de elegibilidades, cuja demarcação vai depender das opções efetivas em sede PO, FEADER e FEAMP, com destaque para apoio às microempresas e o apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade. Como existe uma carência de instrumentos ao nível da regeneração física por opção dos intervenientes da estratégia de aplicação dos fundos comunitários ou por própria vontade da Comissão Europeia, convém clarificar desde logo quais são as zonas desfavorecidas e as suas características com vista a aplicação na prioridade de investimento 9.8 já que o POR apenas refere a prioridade para ações na requalificação de zonas urbanas críticas, espaço público, promoção da coesão social e de estratégias de baixa emissão de carbono.	
Eixo 6. Afirmar Sustentabilidade dos Recursos (SUSTENTAR)	
4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;	O POR tem, neste campo, a total responsabilidade na mobilização de recursos nesta matéria, sem a necessidade de articulação com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, mas com articulação com o domínio Competitividade e Internacionalização. É necessário assegurar complementaridades entre as duas famílias de sistemas de incentivos.
4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	Esta é a única prioridade cuja delimitação do POR está condicionada pelo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Ambos os PO's têm intervenção dos edifícios públicos e habitação, ficando o POR com o apoio aos edifícios locais e habitação social e o POSEUR com os programas de habitação particular e o investimento na eficiência energética da administração central.
4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação	A delimitação operada de reservar para o PO Centro as operações de mobilidade urbana multimodal sustentável, os planos de mobilidade e o incremento do transporte público e dos modos suaves, deixando para o PO Temático SEUR os domínios da mobilidade elétrica, eficiência energética de transportes públicos e fontes de energia alternativa para os transportes públicos de passageiros garante à partida a inexistência de situações de incoerência externa potencial.

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
relevantes para a atenuação;	
As condições de delimitação de operações a apoiar pelo PO Centro e pelo PO SEUR asseguram no entender da AEA a inexistência de questões de coerência externa.	
Eixo 7. Afirmar Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR)	
6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	O PO Centro tem intervenção exclusiva.
6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	Articulação com o PO Temático, embora com as delimitações bem definidas: descontaminação de solo (passivos e minas) é da responsabilidade do POSEUR.
A delimitação entre o PO Centro e o PO SEUR é clara e não suscita questões complexas de coerência externa. O PO Centro tem um vasto campo de afirmação. É de assinalar que em relação a algumas áreas assinaladas como constrangimento no diagnóstico regional, como as questões da água. O PO Centro não tem intervenção nos setores do ciclo urbano da água e dos resíduos, cabendo ao PO Sustentabilidade assegurar o respetivo financiamento. A conservação e a proteção do património cultural e natural também mobilizará recursos dos programas internacionais através do Programa de Cooperação Transfronteiriça e do Programa Inter-regional, merecendo uma articulação, embora se espere que a intervenção desses programas seja mais residual. O programa Transfronteiriço também intervirá nas prioridades de investimento 6.4,6.5 e 6.6, sendo que o programa Inter-regional também atuará na prioridade de investimento 6.7. Tanto a prioridade 6.6 como a prioridade 6.7 não foram adotadas pelo Governo português através do Acordo de Parceria. Então, os constrangimentos ambientais que têm origem em problemas na "transição industrial para uma economia de utilização eficiente dos recursos" e as necessidades de "desenvolvimento de tecnologias inovadoras no setor da água e dos resíduos" têm um mecanismo de investimento com intervenção exclusiva.	
Eixo 8. Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais (CAPACITAR)	
2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;	O critério de delimitação de intervenções é a natureza territorial dos serviços de administração pública: o PO Centro apoia administração local e desconcentrada e o PO CI a administração central e projetos multirregionais. Com exceção do caso da multirregionalidade dos projetos que pode suscitar algumas questões de operacionalização, não se antecipam problemas de coerência externa.
11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem;	As considerações anteriores são repetíveis, com a ligeira *nuance* de que o PO Centro pode apoiar projetos multirregionais com investimento residual fora da Região e o PO CI apoia também projetos de requalificação. Antecipam-se questões de operacionalização ligeiramente mais complexos.
11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao	Intervenção exclusiva do POR.

Prioridade de Investimento	Articulação com outros programas
longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.	

A articulação entre o POR e o PO Competitividade e Internacionalização está claramente delimitada nas três PI mobilizadas, não se colocando problemas de coerência externa neste domínio. No caso da PI 11.1, ao abrigo do Programa de Cooperação Transfronteiriça, a região também poderá mobilizar recursos para a prioridade 11.1, sendo então necessária uma articulação alargada. A prioridade 11.2 contempla projetos de capacitação da administração pública descentralizada e local, incluindo a crescente capacitação das comunidades intermunicipais. A ação é exclusiva do POR, não carecendo de articulação.

Eixo 9. Reforçar a rede urbana (CIDADES)	
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	O domínio de intervenção é claro, mobilidade urbana multimodal sustentável e aplicam-se aqui as mesmas considerações produzidas a propósito do EP 6, com o critério adicional do EP 9 estar focado nos centros urbanos superiores da Região. Os problemas de coerência interna do PO suplantam claramente os da coerência externa que não têm expressão no entender da AEA. Ainda assim, o texto do PO sublinha que "deve ser assegurada a intervenção das agências públicas com responsabilidades na configuração dos apoios à implementação das políticas públicas setoriais (e.g. política energética nacional), na elaboração de planos, infraestruturas e equipamentos (e.g. proteção civil) e na definição de prioridades e regras para a concretização das intervenções no domínio do ambiente".
6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Reproduzem-se aqui as considerações produzidas a propósito do EP 7. O campo de intervenção e de inovação potencial que o PO Centro pode introduzir é substancial, sobretudo no âmbito da qualidade e consistência das estratégias delineadas para cada centro urbano de ordem superior selecionado.
9.8. Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Intervenção exclusiva do PO Centro

O campo de intervenção do PO Centro nestas três dimensões de política de cidades é vasta e com elevado potencial de afirmação, sem que isso implique complexas articulações com os PO Temáticos, particularmente o PO SEUR e PO Inclusão e Emprego, dadas as condições de delimitação observadas entre as intervenções. A colocarem-se problemas de coerência externa, elas devem ser invocadas a propósito de algumas políticas setoriais cujos investimentos (cofinanciáveis ou não pelo Portugal 2020) venham a ter incidência nos centros urbanos superiores selecionados como foco de intervenção do EP 9. E aqui não pode deixar de referir-se a não publicação do PROT – Centro que, para além de oficializar a rede urbana para a Região, deveria em princípio definir a programação dos principais investimentos públicos dirigidos às Cidades foco deste EP. Oficialmente, o PROT – Centro não existe para essas políticas setoriais, o que pode constituir um relevante problema de coerência externa, num contexto em que as delimitações de intervenções entre PO Centro e PO Temáticos não o suscitariam.

Questão 11 - Existem mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e são estes os mais eficazes?

A informação disponível em sede de AP e de PO Centro para poder analisar em profundidade esta questão de avaliação ainda é insuficiente. O desenho das opções estratégicas de desenvolvimento vai depender, também e em concreto, da organização entre as diversas entidades e potencial de integração dos instrumentos de financiamento. Ficam as dúvidas sobre a operacionalização das mesmas, componente que possui, ainda, um nível de incerteza elevado. Vários fundamentos podem ser invocados para justificar esta conclusão da AEA:

- Não é conhecido o modo de organização concreto do PO para assegurar a compatibilização e coerência entre intervenções FEDER e FSE, com especial acuidade nos eixos prioritários 3, 4 e 5, onde a intervenção dos dois Fundos Estruturais deve obedecer a uma rigorosa complementaridade, sob pena de destruição de recursos e não cobertura de necessidades. Esta questão ganha dimensão, nomeadamente, no âmbito da intervenção dos DLBC, que poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através das PI 8.3. (FSE) e 8.8. (FEDER) – Eixo 4, sendo que o envelope financeiro para essas ações estará incluído nas PI 9.6. (FSE) e 9.10. (FEDER) – Eixo 5;

- Em grande medida, desconhece-se o modelo de governação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI NUTS III), que constituirão espaços privilegiados de articulação e sinergia entre intervenções FEDER e FSE, com a agravante de uma grande maioria das CIM não ter experiência e resultados de aprendizagem de aplicação de FSE. No que se refere, em concreto, à operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, o AP admite a possibilidade de recorrer a uma abordagem de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar), no sentido de promover as realizações do mar no quadro do modelo de governação dos FEEI. Os GAC da região Centro revelam desconhecimento generalizado nesta matéria.

  Embora o *Cluster* do Mar tenha sido identificado no âmbito da participação regional como a prioridades de intervenção menos importante, o documento de programação confirma o mar como um dos oito domínios diferenciadores temáticos da EEI - Centro, referindo a atribuição de uma atenção particular, nomeadamente, em termos de promoção do empreendedorismo e da inovação; e da proteção e desenvolvimento do potencial do meio marinho e costeiro (no âmbito da Aposta indicativa do PAR 2.2. "Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais").

  No PO Centro, em concreto, estes objetivos são refletidos através do reforço da competitividade e da capacidade de inovação das empresas ligadas ao mar (Eixo 1), da transferência de conhecimento entre instituições de ensino superior e de investigação e as empresas (Eixo 1) e da proteção e da valorização do património cultural e natural associado ao mar (Eixo 6). Não obstante, a importância que o PO Centro confere a estas matérias, em nenhum momento é referida a abordagem "ITI Mar".

- Desconhece-se ainda em grande medida se nesses Pactos atrás referidos irá predominar um modelo de contratualização com PO Temáticos de banda larga ou se, pelo contrário, será restringido às prioridades de investimento indicativamente apresentadas no AP; não será indiferente qualquer uma das opções do ponto de vista da articulação de fundos;

- A informação disponível ainda é mais limitada no que respeita à articulação entre FEDER e FSE, por um lado e FEADER e FEAMP, por outro, continuando largamente indefinida o modo como ADL – GAL e Grupos de Ação Costeira poderão aceder a FEDER e FSE no âmbito das DLBC. No painel temático realizado na CCDRC com os GAL e GAC resultou claro que os GAC não têm uma perceção clara dos desafios, sobretudo pela incerteza sobre os regulamentos e sua operacionalização (o Regulamento do FEAMP não se encontra ainda estabilizado, dificultando as discussões ao nível estratégico com a Autoridade de Programação). Não obstante, em termos de recursos físicos e humanos, os GAL e os GAC

referiram a sua adequada capacitação para fazer face às exigências deste período de programação, não se prevendo qualquer alteração nas respetivas estruturas;

- Estima-se que o papel dos Conselhos Estratégicos das CIM, ao qual é atribuído pelo AP, a articulação entre ITI e DLBC num dado território NUTS III, será largamente penalizado pela ausência de experiência nessa matéria e pelo facto de não terem sido constituídos em algumas das CIM; trata-se de um quadro institucional muito incipiente que coexistirá com a própria incipiente experiência de algumas das CIM da Região.

- No que respeita, em concreto, à intervenção dos DLBC e à elaboração das respetivas Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), não resultam ainda claras as modalidades/soluções de hierarquização dos instrumentos estratégicos. Para os GAL não parece adequado que as ELD sejam subsidiárias das estratégias formatadas das Comunidades Intermunicipais (CIM), nomeadamente por existirem diferentes níveis de articulação entre GAL e as CIM, decorrente da maturidade das mesmas, na implementação de estratégias de desenvolvimento territorial e algumas estratégias das CIM corresponderem a justaposições de projetos de carácter municipal sem que seja relevado o trabalho dos GAL no âmbito da intervenção nos territórios rurais. A formatação das estratégias desenhadas pelas CIM deverá relevar a importância que a inovação assume no PO Centro e a importância do contributo dos DLBC para esse desígnio, nomeadamente, por poderem constituir instrumentos facilitadores dessa inovação.

- As estratégias dos DLBC deverão estar presentes na formatação das estratégias das CIM compreendendo intervenções que abranjam a diversidade das especificidades dos territórios rurais. O que acontece é que o processo avança sem que os DLBC estejam aprovados ou que as ELD estejam elaboradas.

Face a estes elementos de análise e ao conhecimento que resulta de avaliações de períodos de programação anteriores, a AEA vê com alguma preocupação esta questão, não dispondo de informação credível para contrariar essa perceção.

Questão 12 - A característica de PO multifundos está devidamente assegurada?

Face aos elementos disponíveis, a resposta a esta questão de avaliação é inequivocamente positiva, tanto mais positiva quanto mais é comparada com períodos de programação anteriores. Não só o plurifundo FEDER – FSE está assegurado, mas também a presença da figura das DLBC assegura que para determinados territórios da Região haja o alargamento dessa característica ao FEADER e ao FEAMP.

O campo de intervenção dos DLBC abrange um leque muito alargado de domínios, sendo que esta lógica de complementaridade entre Fundos afigura-se determinante para gerar eficiência e eficácia na produção de resultados e efeitos, e deverá estabelecer-se nas diversas vertentes:

- Vertente FEADER, orientada para projetos que contemplem uma ligação mais ou menos evidente com o complexo agroflorestal, como o turismo (agroturismo), os serviços de recreação e lazer, o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a produção de bens resultantes de atividades de transformação, a criação de pontos de venda direta dos bens produzidos na exploração, entre outros;

- Vertente FEDER, que enquadra a valorização territorial, com óbvias sinergias em matéria de qualificação dos territórios rurais, abrangendo a qualidade de vida e a atração de elementos de iniciativa/dinamização económica;

- Vertente FSE, cujos domínios de intervenção são de grande relevância para a qualificação e melhoria de competências dos ativos rurais;

- Vertente FEAMP com a maximização da participação dos sectores das pescas no desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e garantir que as comunidades locais

explorem plenamente as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento costeiro e marítimo e delas beneficiem.

No entanto, subsiste, ainda, um elevado nível de incerteza quanto à operacionalização da abordagem plurifundos, nomeadamente, ao nível dos DLBC, conduzindo esta abordagem a uma intervenção que existe apenas ao nível da programação transferindo para as linhas de trabalho e de intervenção a explorar na fase de elaboração das EDL, aspetos-chave de articulação estratégica e operacional (também de modelo de governação) na abordagem da promoção do desenvolvimento dos territórios rurais e nas zonas costeiras.

O modelo de governação dos Fundos Comunitários na Região Centro deve garantir a desejável articulação entre as Autoridades de Programação dos diferentes PO e demais agentes e a desejável articulação e complementaridade entre as estratégias, designadamente, em matéria de orientações regulamentares, técnicas e administrativas, tendo sempre em vista os resultados esperados e os efeitos a alcançar. Neste contexto, é recomendável um esforço de integração entre os vários níveis estratégicos e a formação de parcerias mutuamente comunicantes.

Quanto às dotações financeiras disponíveis, dado que a intervenção FEADER tem uma natureza orientada para as atividades agrícolas, a componente FEDER foi considerada manifestamente insuficiente pelas ADL, sendo desejável o reforço das verbas indicativas. Neste contexto, importa ter presente que parte relevante dos apoios FEADER na Região Centro no período de programação 2007-2013 foi atribuída a atividades económicas não agrícolas (72,276 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.1.2. Criação e desenvolvimento de microempresas; 61,983 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.2.2. Serviços básicos para a população rural, correspondendo a praticamente 35% da dotação financeira1), com resultados muito interessantes ao nível da criação de emprego. Estas dotações foram globalmente reforçadas face à versão do AP de janeiro de 2014.

Quadro n.º 9 - Financiamento indicativo de DLBC

Fundo	Recursos atribuídos indicativamente para financiamento de DLBC (total em euros por fundo)	Fundos atribuídos indicativamente para financiamento de DLBC (% do total nacional de cada fundo)
FEADER	228.000.000	5,6
FEAMP	35.000.000	8,9
FSE	93.000,000	1,2
FEDER	83.000,000	0,8

Fonte: AP, versão de julho de 2014.

As oportunidades que se abrem às ADL com a figura/instrumento regulamentar DLBC são consideradas como muito positivas; no entanto, e como o foco de intervenção do FEADER é mais agrícola, só se tornará interessante se houver uma convergência de contributos por parte dos outros Fundos.

[1] Indicadores de monitorização do ProDeR (31 de Dezembro de 2013), http://www.proder.pt/ResourcesUser/Centro_Informacao/Quadros_Execucao/PRODER_TRIMESTRAL_2014/PRODER_Informacao_Financeira_2013.12.10_SITE.pdf.

Questão 13 - Os processos eventualmente ensaiados de ITI e DLBC asseguram condições de articulação com as intervenções em matéria de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e de pescas?

Com a informação disponível, a AEA não pode deixar de emitir um juízo bastante crítico sobre o estado da arte nesta matéria e que transcende a capacidade de intervenção do PO Centro.

Não só não existe informação suficientemente documentada sobre o modelo de governação do PO nesta matéria, como o painel de discussão (extremamente representativo, mas datado no tempo, isto é, sem conhecimento da versão final do PO de agosto de 2014) realizado com ADL-GAL e Grupos de Ação Costeira revelou uma profunda insatisfação e incerteza por parte das entidades que protagonizarão as DLBC quanto ao papel das CIM enquanto entidade coordenadora de ITI com os quais essas experiências deverão interagir e articular-se. O argumento invocado de que as CIM apresentam uma reduzidíssima experiência de intervenções integradas plurifundos tem alguma razão de ser, pelo menos nas experiências mais incipientes.

De acordo com a última versão do PO Centro, as DLBC a criar na Região Centro serão aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo GAL, os quais terão de apresentar ELD e os respetivos Programas de Ação, não havendo alocações pré-definidas. O PO refere que os processos e critérios de seleção das estratégias de desenvolvimento local, as próprias funções dos GAL, serão elaborados em articulação com as outras entidades responsáveis pelo financiamento das DLBC, nomeadamente as entidades gestoras do FEADER e do FEAMP, mas não mais informação disponível sobre essa definição. Em termos de conceito, os processos inscritos no documento de programação asseguram condições de articulação com as intervenções em matéria de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e de pescas; todavia, a concretização operacional deste enquadramento recomenda um conjunto de aspetos que se afiguram como vitais aos ganhos de competitividade dos territórios rurais:

(i) O estabelecimento de convergências reais e operacionais linearmente estabelecidas ao nível da definição da estratégia local, da gestão operacional e da delimitação eficaz no domínio dos princípios programáticos, das tipologias de intervenção e elegibilidades.

Sobre as questões administrativas e regulamentares, de forma a facilitar a articulação e reforçar a consistência do modelo de gestão, importa que os diversos instrumentos se articulem para que possam harmonizar, desde o início, abordagens a aspetos regulamentares, orientações, procedimentos, controlos e demarcações, o que permitiria dispor de um enquadramento da implementação das ELD menos constrangido, evitando desperdício de recursos.

Do lado do PDR Continente (versão de 10 de março de 2014, pág. 298), é referido que, no âmbito do acompanhamento do AP, se prevê a criação de mecanismos específicos de monitorização e acompanhamento das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial a contemplar em diversos PO Temáticos e Regionais, envolvendo a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), as Autoridades de Gestão relevantes e as principais agências públicas nos domínios em questão.

(ii) O estabelecimento de formas de articulação entre os diversos Fundos e entre os diversos instrumentos estratégicos regulamentares e outras intervenções enquadradas no PO Centro (PAR; ELD/FEADER, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local – EIDL/FEAMP, CLDS/FSE; ITI Mar) e de medidas de apoio ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade no âmbito do PO Centro (FEDER e FSE), procurando a inovação nas soluções para os constrangimentos e nas respostas para estimular as potencialidades da região Centro, visando promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e urbana e das zonas pesqueiras e costeiras.

(iii) A formação de competências dos agentes, bem como a formação de parcerias com representatividade ao nível dos agentes económicos, sociais e institucionais.

A gestão e a eficácia das soluções encontradas para concretizar as ELD não pode ser dissociada do funcionamento dos GAL, e das relações existentes quer com a Gestão do Programa Operacional (implementação dos Regulamentos), quer com interlocutores de outros fundos e de outras entidades com intervenções ao nível do desenvolvimento das zonas rurais e costeiras. Neste contexto de desenvolvimento integrado, o reforço de competências e a capacidade de intervenção afiguram-se aspetos críticos para uma adequada implementação das ELD, desde logo, na animação dos territórios rurais, mas também na suscitação de dinâmicas de investimento privado que constitui a pedra angular para revitalizar os territórios e encontrar soluções para enquadrar os jovens, as mulheres e outros ativos em situação de desfavorecimento face à atividade económica e ao emprego.

Questão 14 - Os critérios assumidos a nível nacional para a delimitação das intervenções dos PO temáticos na Região e do PO CENTRO permitem antecipar uma boa cobertura estratégica às necessidades de desenvolvimento da Região?
Existem tipologias de intervenção consideradas necessárias que ficam a descoberto com a delimitação proposta?

Recorrendo fundamentalmente aos resultados de avaliação de coerência externa do PO Centro, a AEA não encontrou evidências de não cobertura estratégica de necessidades de desenvolvimento da Região, embora seja visível que ao longo das suas sucessivas versões, o PO tenha perdido intervenção em algumas PI. Foi possível concluir que existe campo potencial de alargamento do campo de intervenção do PO Centro em matérias atribuídas pelo AP aos POT, como o demonstrámos, por exemplo, em prioridades de investimento associadas ao OT 10 Capital Humano, que ganhariam em eficácia se fossem territorializadas.

O PO Centro assume como prioritária a temática da Coesão Territorial, encerrando linhas de intervenção que concorrem diretamente para aumentar os níveis de coesão económica, social territorial, o que implica reforçar duas perspetivas:

- Descendente ou *top-down*, através da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), que considera os recursos endógenos e que assume um compromisso ambicioso com enfoque na investigação e inovação (transferência de tecnologia e aproximação entre as PME e as entidades geradoras de conhecimento) e na criação de emprego;

- Ascendente ou *bottom-up*, com intervenção a partir das Associações de Desenvolvimento Local e das respetivas parcerias (Grupos de Ação Local).

Na sequência da análise do PO Centro e da análise dos resultados do Painel temático realizado na CCDR Centro com as ADL, ficou entendido que a coesão territorial, salvo algumas exceções, foi relativamente conseguida por via das acessibilidades e criação de infraestruturas de apoio às comunidades rurais, ficando ainda por resolver os constrangimentos ligados à coesão económica e social, ainda muito vincados em grande parte do território (sobretudo, no interior), os quais devem constituir as principais linhas de intervenção das estratégias de desenvolvimento local.

Neste contexto, o espaço de aprofundamento das abordagens de desenvolvimento territorial no texto do Programa, designadamente em matéria de ITI (NUT III e ITI Mar) e de intervenções DLBC, deverá garantir uma maior clarificação das tipologias de intervenção a contemplar nos diferentes instrumentos, norteada pela preocupação de maximizar a mobilização de recursos, num quadro de eficácia e eficiência. A valorização plena do capital de aprendizagem obtido com a implementação na Região da abordagem PROVERE constituirá um ponto crítico a garantir pela dinâmica de implementação do PO.

Mobilização de fontes e métodos de sistematização de informação

Quadro n.º 10 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questão 11 à 15)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 11	Análise sistemática de AP, PO Centro, Cadeias de programação dos Domínios Temáticos e dos PO Temáticos disponíveis Painel de discussão com ADL –LEADER, ADL não LEADER e GAC Entrevistas com ERT Centro, CIM Coimbra e CIM Beira Baixa
Questão 12	Interação com o grupo de trabalho CCDRC responsável pela elaboração do PO Centro Análise sistemática de PO e de AP
Questão 13	Análise sistemática de PO temático Painel de discussão com Comissão Coordenadora da EEI Centro Painel de discussão com ADL –LEADER, ADL não LEADER e GAC Entrevistas com CIM Coimbra e CIM Beira Baixa
Questão 14	Interação com o grupo de trabalho CCDRC responsável pela elaboração do PO Centro AP Painel de Discussão com ADL-GAL e Grupos de Ação Costeira

2.4. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS

Questão 15 - Em que medida a participação dos stakeholders fundamentais do PO no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada? As medidas que se preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do partenariado e governação multinível) são as mais adequadas?

Existiu uma fase de auscultação longa e extensiva durante o período de construção do PAR CRER 2020, envolvendo um conjunto muito diversificado de instituições fortemente conhecedoras dos constrangimentos e debilidades estruturais da Região. A formatação dos contributos obedeceu a um esquema que se revelou de grande operacionalidade, já exposto neste documento na resposta à questão de avaliação nº 7. O material consultado não é seguramente homogéneo do ponto de vista da qualidade do contributo para a formatação da estratégia regional. Porém, constitui globalmente um processo efetivo de participação institucional da Região no processo, ao qual falta compreensivelmente uma massa mais representativa de contributos dos cidadãos. É sobretudo relevante o contributo em duas áreas vitais da intervenção do PO: (i) a intervenção no quadro da mobilização dos objetivos temáticos OT1, OT2 e OT3 e especialização inteligente com fundamentação relevante para os domínios diferenciadores desta última (particularmente biotecnologia e TICE)., contributos de grande valia e alcance de grupos como as Universidades, Parques de Ciência e Tecnologia, Unidades de Transferência de Tecnologia e CEC, para falar apenas nos que contribuem mais para a fundamentação do diagnóstico e das tipologias de intervenção; (ii) os contributos na temática territorial são também de grande alcance para a consagração da coesão territorial como PEN do PAR 2014-2020 e para a meta estratégica global de redução das assimetrias. No domínio da sustentabilidade, particularmente no da energia, seria esperável um contributo mais decisivo para a fundamentação do diagnóstico, com atualização de informação relativamente ao documento técnico setorial “Energia” do PROT-C.

Esse processo de participação não teve compreensivelmente a mesma intensidade no período de elaboração do PO, mas os painéis de discussão realizados com as ADL e Grupos de Ação Costeira e

com a Comissão Coordenadora da EEI – Centro evidenciaram que tais entidades seguiram com atenção a transformação do PAR em PO.

Para o envolvimento na implementação do programa, em relação ao respeito pelo princípio do paternariado e governação multinivel, prevê-se a criação de um órgão único – Comissão de Acompanhamento - composto pelos parceiros mais relevantes, que permitirá a sua participação de forma adequada e equilibrada. A definição dos parceiros a integrar a Comissão de Acompanhamento pressupõe quer a promoção da diversidade, quer a garantia de seleção dos atores mais representativos das áreas abrangidas pelo Programa Operacional.

A Comissão de Acompanhamento reunirá pelo menos duas vezes por ano, de forma a reforçar o seu papel face a experiências passadas, e cumprirá os pressupostos definidos em matéria de CCEP, relativamente a regras de publicidade e prazos de notificação dos seus membros para acesso aos documentos e de outras regras que decorram do quadro legal.

Em termos de reporte, o envolvimento dos parceiros far-se-á por diversas formas, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento a quem cabe apreciar os relatórios anuais e intercalares do Programa Operacional, e na preparação dos relatórios de execução, em particular na avaliação do seu papel na implementação do acordo de parceria e programa operacional.

Por último, no âmbito da avaliação prevê-se que o envolvimento dos parceiros aconteça a diferentes níveis, em primeiro lugar, pela via da sua participação nas Comissões de Acompanhamento, onde são apresentados e debatidos os relatórios de avaliação das intervenções do PO, em segundo lugar, na sua auscultação enquanto atores relevantes da implementação de fundos na elaboração dos estudos de avaliação.

Na versão final do PO analisada, existe ainda alguma insuficiência de informação quando ao modelo de governação multinível de dimensões relevantes da programação, como são, por exemplo, o modo como as ITI serão objeto de governação e particularmente o modo como se articulação com a prática das DLBC rurais e costeiras. A AEA sublinha a consistência do partenariado inerente à governação da EEI – Centro, anunciando um modelo embrionário de governação para o SRI Centro, que constituirá no entender da AEA uma progressão muito significativa face ao anterior período de programação.

Questão 16 - As medidas planeadas são as adequadas para assegurar o respeito pelos princípios horizontais consagrados, designadamente, o princípio da parceria, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, o da igualdade de oportunidades e da não discriminação e o do desenvolvimento sustentável?

Princípio da Parceria

O princípio da parceria é um dos princípios fundamentais para a utilização de fundos estruturais do Quadro Estratégico Comum (QEC), que implica uma participação ativa e estreita quer das autoridades locais, regionais e locais; quer de parceiros económicos e sociais e organizações representantes da sociedade civil, como organizações não governamentais, organizações ambientais e organizações responsáveis pela igualdade e não discriminação.

Os parceiros devem ter uma participação ativa nas diferentes fases do ciclo do programa – desde a preparação, implementação, acompanhamento e avaliação. Deste modo, há um maior conhecimento e acompanhamento mais responsável relativamente às políticas da União Europeia, ao desenho do programa, às estratégias a aplicar e garante uma maior transparência no processo de decisão.

De forma a garantir uma correta utilização dos fundos estruturais, é fundamental um envolvimento ativo das partes interessadas nas fases iniciais da programação, em especial na preparação dos programas operacionais regionais. Nesta fase, os *stakeholders* devem desempenhar um papel ativo na análise dos desafios e necessidades dos fundos do QEC, elenco dos objetivos e prioridades e nos mecanismos de coordenação criados para explorar as sinergias entre os diversos instrumentos existentes.

Na Região Centro, a preparação do novo período de programação 2014-2020 motivou uma participação muito ativa, numa abordagem *bottom-up*, dos parceiros regionais e locais. Este processo de auscultação e envolvimento dos parceiros foi designado por CRER 2020 e apresentava como principais objetivos: i) promover a elaboração de uma nova Estratégia de Desenvolvimento (Plano de Ação Regional); ii) preparar uma proposta de POR cujas condições permitissem ser comparticipado pelos FEI para financiar os investimentos das políticas públicas na região e iii) assegurar que esses investimentos estivessem alinhados com a EEI-Centro.

O CRER 2020 teve o seu início em Setembro de 2012, através da criação de uma equipa interna da CCDR-C, tendo-se concretizado uma série de ações de dinamização do processo:

- Setembro - dezembro de 2012 - realizou-se uma avaliação da situação regional face às condicionantes ex-ante;
- Setembro 2012 – janeiro 2013 – elaboração do diagnóstico prospetivo regional;
- Novembro 2012 – definição do modelo de governação da EEI Centro;
- Dezembro 2012 - Realização seminário de lançamento do CRER 2020 – "Inovação e competitividade na Região Centro: desafios atuais e para 2014-2020";
- Janeiro 2013 – primeira reunião do Grupo de Aconselhamento Estratégico da EEI - C;
- Fevereiro 2013 – aprovação do diagnóstico prospetivo pelo Conselho Regional;
- Janeiro a abril 2013 – mobilização e participação dos agentes regionais no CRER 2020
- Abril 2013 – reunião Grupo Aconselhamento Estratégico e Conselho de Coordenação da EEI - C;
- Maio 2013 – Primeiro *draft* do Plano de Ação Regional;
- Junho 2013 – Discussão e validação do PAR com agentes regionais;
- Julho 2013 – aprovação do PAR pelo Conselho Regional;
- Agosto 2013 – abril 2014 – Elaboração da primeira versão do POR
- Outubro 2013 - Avaliação da EEI - Centro pelo perito contratado pela Comissão Europeia – DG REGIO
- Fevereiro 2014 - Elaboração da versão revista do documento EEI – Centro.

O processo de dinamização da região e dos seus agentes, com o objetivo de preparar uma estratégia de desenvolvimento para 2020, mobilizou um total de 770 pessoas e 303 entidades diferentes. Destaca-se, pelo número de agentes envolvidos, a participação das autarquias e empresas municipais (42), associações empresariais e afins (41), empresas (28), entidades de investigação e/ou transferência de tecnologia (23) e associações de desenvolvimento local/agências de desenvolvimento regional (21).

A interação com os agentes regionais decorreu de diversas formas, nomeadamente:

- Apresentações públicas do diagnóstico prospetivo e da iniciativa CRER 2020;
- Seminários organizados pela CCDR-C em parceria com outras instituições relativos à inovação e competitividade, áreas urbanas portuguesas, desafios e oportunidades para os jovens e política de cidades sustentáveis;
- *Workshops* temáticos subordinados a temas como a empregabilidade, TICE, empresas gazelas, empresas exportadoras e PME;
- Reuniões de órgãos e instâncias de governação regional, das quais Direções Regionais da Administração Central, Grupo de Aconselhamento Estratégico da EEI - C, Conselho Regional;
- Reuniões de trabalho com entidades regionais
- Conceção de modelo de contributo disponibilizado às entidades regionais, para organização dos contributos das diferentes entidades;
- Sítio CRER 2020 (http://crer2020.ccdrc.pt) – instrumento de divulgação e permitiu aos cidadãos realizar contributos;
- Inquérito a entidades regionais;
- Acompanhamento do planeamento estratégico das CIM do Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral e Oeste;

O processo de reflexão regional estipulou uma série de perspetivas temáticas que deram origem à produção de contributos relativamente às potencialidades e necessidades da Região Centro, que

permitiu a definição de grupos de entidades relativamente às quais se considerou fundamental a sua auscultação.

Assim, foi solicitado aos *stakeholders* regionais a produção de um contributo de 20 páginas, até 31 de março de 2013, de acordo com os seguintes tópicos: i) pertinência do tema para o futuro da Região Centro e eventual explicitação da abrangência adotada quanto à sua definição/interpretação na abordagem efetuada (2 páginas); ii) diagnóstico da evolução registada na Região Centro e caracterização da atual situação da Região Centro no que se refere ao tema em análise (2 páginas); iii) identificação dos principais constrangimentos, estrangulamentos e pontos críticos, incluindo sugestões quando ao modo de os ultrapassar (2 páginas); iv) objetivos a alcançar para 2020, incluindo metas quantitativas (desejavelmente até 3) que devem ser alcançadas, associadas ao sucesso regional neste tema (1 página); v) síntese das Tipologias de ações a desenvolver (10 páginas); vi) descrição do processo de discussão seguido, seus principais momentos e intervenientes (1 página); vii) algumas eventuais reflexões finais e conclusões adicionais que sejam consideradas adequadas (1 página);

Estabilizaram-se assim 27 perspetivas temáticas, apresentadas em anexo, tendo sido identificados, para cada uma dela, *pivot* interno e externo, nalguns casos para a dinamização e coordenação dos grupos de trabalhos criados para cada uma. Foram também solicitados contributos de entidades regionais relevantes - Universidades, Institutos Politécnicos, Incubadoras, Parques de Ciência e Tecnologia, Unidades de Transferência de Tecnologia, Conselho Empresarial do Centro e Sindicatos – UGT - e foram produzidos contributos internos relativos "Perspectiva regional" (Dr. Rui Jacinto) e "Coesão Territorial" (Dra. Isabel Boura).

Por último, e por sua iniciativa, chegaram à CCDR-C contributos das seguintes entidades que versam temáticas distintas: NERLEI, Universidade de Coimbra, Projeto ASAS, União das Misericórdias Portuguesas, Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República e foi elaborado documento com os contributos dos cidadão recolhidos no *site* CRER 2020, embora com uma taxa de participação abaixo do desejável.

Num momento posterior, após a disponibilização do documento para discussão pública, foram solicitados contributos para aperfeiçoamento do programa, resultando na receção dos mesmos por parte das seguintes entidades:

- Quercus (4 de abril, 2014);
- CIM Viseu Dão Lafões (26 de março, 2014);
- INOV – INESC (s. d.);
- Câmara Municipal de Penela (27 de março, 2014);
- Câmara Municipal de Torres Vedras (14 de março, 214);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (7 de abril, 2014);
- ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (21 de março, 2014);
- Dissertação "Companhias Aéreas de Baixo Custo e Desenvolvimento do Turismo: Perceções dos *Stakeholders* da Região Centro" (s. d.).

Destes contributos, é de realçar a alteração nos beneficiários das ações nas prioridades de investimento do OT6 exclusivamente para a Administração Local e Central desconcentrada, alargando às empresas municipais, entidades privados sem fins lucrativos, agentes culturais e organizações não-governamentais no 6.3 e 6.4. Adicionalmente, também alargou o leque de beneficiários nas prioridades de investimento do objetivo temático 1, 3, 8 e 10 após esta receção de contributos, nomeadamente a clarificação do que o PO entende por empresas "independentemente do seu estatuto ou do seu modo de financiamento", assim como a inserção dos agentes de desenvolvimento local e da economia social nos dinamizadores dos projetos de redução do abandono escolar. Por outro lado, as ações de valorização e conservação do património também foram alargadas, acrescentando a ação "qualificação e promoção de áreas classificadas com relevância turística" com efeitos no património natural. Esta série de contributos também induziu alterações na extensão dos grupos de maior risco de discriminação e exclusão social, acrescentando as minorias étnicas. Ao nível dos indicadores, as sugestões resultaram na alteração do indicador de conhecimento sobre a conservação para o estado de conservação, refletindo melhorias concretas.

Assim, foram auscultados diversos parceiros, desde autarquias locais aos parceiros sociais e económicos. A equipa de avaliação deixa, no entanto, a nota de que seria desejável o envolvimento de um maior número de entidades envolvidas na luta contra a desigualdade não só para cumprimento do Código de Conduta (estipulado através do documento da sessão de trabalho relativamente ao princípio da parceria na utilização dos fundos do QEC, datado de 24 de abril de 2012), mas também pela sua relevância para o cumprimento dos restantes princípios horizontais.

Princípio da Igualdade entre Homens e Mulheres

O princípio da Igualdade entre Homens e Mulheres pressupõe que, na preparação do programa, tenha sido considerada a perspetiva do género, de forma a promover a igualdade. Deste modo, os documentos de preparação devem evidenciar que os problemas regionais ao nível do género foram uma preocupação central e que foram consultados os *stakeholders* relevantes nestes domínios. A contribuição do programa regional para a igualdade entre homens e mulheres deve ser clara e objetiva, discriminando medidas concretas para a prossecução deste objetivo quer ao nível do programa, quer ao nível operacional. Os documentos de programação têm ainda, de se preocupar em definir provisões adequadas para a integração do princípio da igualdade do género nos processos de implementação, monitorização e avaliação do programa.

No período de preparação do CRER 2020, foram auscultados inúmeros agentes da Região, que realizaram diversos contributos para a conceção do Programa Operacional, assentes em diversas perspetivas temáticas. A perspetiva da Coesão Social foi realizada através de um conjunto de entrevistas ou contributos presenciais a representantes das seguintes instituições:

- União das Misericórdias de Portugal;
- Santa Casa da Misericórdia de Tondela;
- Centro de Apoio Temporário de Viseu;
- ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados;
- Banco Alimentar Contra a Fome – delegação em Coimbra;
- Uma Escola de Coimbra;
- APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral;
- Caritas Diocesana de Coimbra;
- Rede Europeia Anti Pobreza.

Esta reflexão destaca o papel mais vulnerável que as mulheres desempenham em termos do mercado de trabalho, nomeadamente no que se refere à disparidade salarial face aos homens; em termos de abandono escolar, risco de pobreza, entre outros. O grupo de trabalho considera prioritário o investimento em iniciativas que promovam a conciliação da vida profissional e a vida familiar, quer através de oportunidades de emprego a tempo parcial ou teletrabalho e flexibilização do horário laboral, quer da promoção de serviços de acolhimento de crianças e prestação de cuidados a idosos. Um dos objetivos prioritários que querem atingir é a promoção de ações tendentes à igualdade do género, das quais se destacam as seguintes iniciativas:

- Ações de promoção da conciliação da vida profissional e privada;
- Ações de formação destinadas a mulheres para colmatar disparidades nos níveis de qualificação;
- Ações de apoio a iniciativas empresariais e de criação do próprio emprego;
- Medidas que possibilitem a redução das disparidades salariais entre homens e mulheres
- Medidas de proteção à parentalidade
- Ações de sensibilização para as questões ligadas à igualdade de oportunidades e igualdade de género.

A nível operacional, o PO estruturou três eixos prioritários ligados a questões de inclusão e coesão social, onde a temática do princípio da igualdade entre homens e mulheres poderia estar vertida de forma evidente - Eixo 3 – Aprender, Eixo 4 – Empregar e Convergir e Eixo 5 – Aproximar e Convergir. Contudo, apesar de terem sido identificadas necessidades em termos de igualdade entre homens e mulheres, à luz dos princípios do AP, parece-nos que não existiu uma correta transposição desta desigualdade. Pois, ainda que, em processo de reflexão, tenham sido elencadas uma série de

preocupações, o PO apenas se refere ao princípio da igualdade entre homens e mulheres quando são descritos os Princípios Orientadores para a Seleção das Operações a aprovar. Parece-nos que estão omissas uma série de intervenções necessárias, a fim de garantir o cumprimento do princípio em causa.

As atividades de conceção e programação do PO CENTRO desenvolveram os estudos técnicos e necessários para a incorporação dessa prioridade horizontal?

Não existem evidências, na documentação consultada e informação obtida, de que tenham existido estudos técnicos relativamente a estas matérias. Contudo, as atividades de conceção e programação do PO Centro realizaram um longo processo de reflexão, que envolveram agentes regionais de áreas distintas, organizados nas vinte e sete perspetivas temáticas já mencionadas. Existem temáticas que abordaram as questões dos princípios horizontais, nomeadamente a temática da Educação que se debruçou sobre o princípio da não discriminação e a temática da Coesão Social que, para além do princípio mencionado, apresentou preocupações ao nível do princípio da igualdade entre homens e mulheres.

Foram realizadas reuniões de trabalho com entidades e organizações expressamente vocacionadas para a promoção da igualdade de género?

Não existem evidências da realização de reuniões de trabalho com estas entidades e organizações vocacionadas para a promoção da igualdade de género, embora existam registos de contributos realizados por IPSS na perspetiva temática da Coesão Social mas nenhuma se debruça especificamente sobre esta problemática. No PO menciona-se a pretensão de envolver agências públicas com competências próprias nos domínios da igualdade entre homens e mulheres e de outros parceiros, como a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e o Instituto Nacional para a Reabilitação.

O programa apresenta medidas específicas para combater formas discriminatórias de género ou limita-se a propor critérios de majoração de projetos em função desses critérios?

Ainda que a reflexão regional tenha considerado, dentro da temática da Coesão Social, a importância de colmatar desigualdade entre homens e mulheres, quando se analisa o Programa Operacional constata-se que não foram criadas medidas específicas de combate à discriminação de género. Seria importante, que no Programa versassem medidas capazes de promover a conciliação entre a vida profissional e familiar, através de uma flexibilização laboral e criação de horários em *part time* ou trabalho à distância; redução das diferenças salariais entre homens e mulheres. Constatamos, deste modo, que o PO se limitou a propor critérios de majoração de projetos relativamente a estes critérios, não adotando medidas específicas capazes de minorar a discriminação de género. Ainda assim, importa referir que o PO Inclusão Social e Emprego contempla um conjunto alargado de ações neste campo e que esta limitação das medidas de promoção da igualdade de género no POR decorre das delimitações do próprio AP. Contudo, a criação do próprio emprego e o empreendedorismo feminino são uma das poucas medidas neste domínio presente no PO, com exceção dos considerandos relativos aos princípios horizontais na secção própria.

As necessidades nacionais e regionais tiveram em consideração essa dimensão?

Os documentos de preparação do Programa, assim como o próprio Programa Operacional não apresentam um levantamento das necessidades nacionais e regionais discriminadas por género. Isto é, não se apresentam dados e evidências de situações que permitam caracterizar os problemas ou constrangimentos da população feminina face à masculina. Não existem dados em termos de escolarização ou desemprego, para cada um dos segmentos separadamente, de forma a permitir uma análise das desigualdades existentes.

Constatamos apenas, uma breve referência ao género, na caraterização do Objetivo Específico "Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho", existindo a menção a que a taxa de desemprego feminina é superior à masculina. Essas constatações têm impacto depois na formulação dos indicadores, existindo aí sim, uma segmentação entre géneros para permitir que o

alcance do valor alvo seja obtido com o contributo de apenas um dos géneros, aumentando, assim, a desigualdade.

Princípio da Não Discriminação

O princípio da não discriminação pressupõe que foram tomadas medidas que promovam a igualdade de oportunidades e a prevenção da discriminação na preparação, conceção e implementação do programa, para garantir o acesso a fundos de indivíduos mais desfavorecidos, nomeadamente portadores de deficiência e/ou incapacitados, população idosa, minorias étnicas. Devem, por isso, ser claros os passos dados para associar *stakeholders* relevantes na identificação de desafios e necessidades, definição de objetivos, decisão de alocação de recursos e seleção de ações a apoiar para a prossecução deste princípio.

No processo de reflexão CRER 2020, a perspetiva da Coesão Social define três objetivos prioritários, que se preocupam em diminuir as desigualdades de oportunidades existentes, nomeadamente:

- Diminuir as assimetrias regionais relativamente às instituições de apoio a população em risco
- Promover uma maior inclusão da população com deficiência
- Redução das situações de risco de pobreza e exclusão social através de medidas de formação e empregabilidade.

O primeiro objetivo pretende dotar as instituições de apoio à população de meios, de forma a melhorar a sua capacidade de resposta e ambiciona a adaptação dos equipamentos existentes a cidadão de mobilidade reduzida. Já o segundo objetivo visa assegurar um acompanhamento de todos os grupos etários de cidadãos portadores de deficiência, particularmente adolescentes e adultos; assim como promover a sua formação e integração profissional.
O terceiro objetivo para a redução de situações de risco de pobreza e exclusão social quer promover ocupação profissional para beneficiários de prestações sociais e formação para dirigentes de instituições, assim como monitorizar casos de pobreza extrema de grupos desfavorecidos, como comunidade cigana e imigrantes.

A perspetiva temática Educação, para a qual contribuíram representantes das direções de escolas secundárias e agrupamentos escolares da Região Centro sob a coordenação da DGEstE-DSC, apontou como prioridade tornar a escola um espaço de inclusão, em particular, para jovens com necessidades educativas especiais e jovens de famílias carenciadas.

O CRER aponta também evidências para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação. No Eixo 3 – Aprender, no âmbito da prioridade de investimento que visa promover a igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade são privilegiadas ações de apoio a necessidades educativas especiais e em particular à transição para a vida pós-escolar desses mesmos. São também preocupações centrais medidas de combate ao insucesso e abandono escolar, o desenvolvimento do ensino profissional, de forma a reduzir o desemprego juvenil e a valorização de competências e capacidades de segmentos desfavorecidos para a sua reinserção social e profissional.
O Eixo 4 – Empregar e Convergir inclui iniciativas de inclusão socioprofissional e reforço da empregabilidade de segmentos da população mais afetados pelas desigualdades, como por exemplo o apoio à criação do próprio emprego para beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação total ou parcial do pagamento e da promoção do artesanato e ofícios tradicionais, apoios à reconversão de desempregados de longa duração
Por último, o Eixo 5 – Aproximar e Convergir visa apoiar grupos mais desfavorecidos em questões relacionadas com o acesso a equipamentos de sociais e de saúde, reduzindo as desigualdades de acesso, a promoção de medidas de empregabilidade e iniciativas que promovam inclusão ativa, particularmente da população idosa.
Deste modo, podemos concluir que as medidas planeadas permitem assegurar o respeito pelo princípio da não discriminação e igualdade de oportunidades, pois existem evidências claras, quer no período de preparação do CRER, quer a nível operacional, das preocupações com segmentos da população desfavorecidos.

Princípio do Desenvolvimento Sustentável

Relativamente ao desenvolvimento sustentável, e de acordo com o Regulamento da Política de Coesão, a avaliação ex-ante deve verificar se o programa considera a sua integração na preparação, implementação e monitorização, incluindo no que se refere à seleção de operações – projetos, ações, contratos. No disposto nos artigos 8º e 87º do Regulamento mencionado, o desenvolvimento sustentável deve considerar as seguintes dimensões: requisitos de proteção ambiental, eficiência de recursos, adaptação e mitigação de alterações climáticas, resistência a catástrofes e prevenção e gestão de riscos.

No processo de preparação do PO Centro foi adotada uma metodologia de interação com agentes regionais com intervenção relevante em matéria de sustentabilidade ambiental. Para além de organizações governamentais do setor (como a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto para a Conservação da Natureza), destacam-se ainda:

- Associação Cluster Centro Habitat – Plataforma para a Construção Sustentável;
- ENERGYIN - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia.
- CPADA - Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (ONG)
- Liga para a Proteção da Natureza (ONG)
- OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria (ONG)
- QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza (ONG)
- CBE - Centro de Biomassa para a Energia
- ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
- MEDIOTEJO 21 (Agência Regional de Energia)

Este processo participativo está documentado em contributos escritos elaborados por diversas instituições (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; e uma síntese elaborada pela CCDR Centro sobre "Sustentabilidade, Descarbonização e Questões Ambientais" que seria incorporada no processo de planeamento regional CRER 2020.

Na sua estrutura de objetivos e arquitetura de Eixos e Prioridades, o PO Centro assume intervenção através de tipologias de projetos que contribuem diretamente para a proteção ambiental, de eficiência no uso dos recursos, de adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos. Assim, o PO seleccionou o Eixo 6 – Sustentar, que mobiliza dois objetivos temáticos relacionados precisamente com as preocupações ambientais mencionadas: OT 4 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores e OT6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos. Sendo evidente a complementaridade entre os dois objetivos temáticos, pois existe uma forte ligação entre a eficiência energética, a mobilidade urbana sustentável, a qualidade do ambiente urbano, a conservação da biodiversidade e a valorização do património natural e cultural. Noutros âmbitos, complementares destes e no domínio da capacidade de resistência às catástrofes e de prevenção e gestão de riscos, o PO Centro articula-se com a intervenção do PO Temático da Sustentabilidade, de âmbito nacional, mas com incidência significativa no território da Região Centro.

Nas intervenções previstas para o domínio da competitividade, apesar do forte enfoque que a EREI tem em matérias ambientais, de sustentabilidade e de valorização de recursos naturais e ambientais, e para além de algumas tipologias de projetos que são orientadas para "valorização e reciclagem de resíduos em simbiose industrial, da conceção de novos materiais e de novos aproveitamentos para materiais, da conceção de produtos e soluções suportadas na utilização de materiais mais sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais numa lógica de ciclo de vida, nomeadamente no que se refere às pegadas carbónica, hídrica e ecológica", os elementos disponíveis nesta fase não permitem verificar se os critérios de seleção das operações (designadamente nos incentivos às empresas) vão, de forma generalizada e objetiva, favorecer o apoio a projetos empresariais que contribuam para as melhores práticas ambientais e de sustentabilidade. São, no entanto, definidas metas regionais para a redução das emissões de carbono e para a eficiência energética.

Em matéria de modelo de governação e gestão não estão ainda definidos elementos que permitam verificar como será feita a articulação com as autoridades ambientais.

O PO foi submetido a uma avaliação ambiental estratégica (AAE), nos termos da DIRETIVA 2001/42/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de junho de 2001 (relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº58/2011, de 4 de maio, que transpõe essa Diretiva para o direito nacional.

A realização da AAE, ao nível da elaboração do Programa Operacional, permite garantir que são tomados em consideração os possíveis efeitos ambientais durante esta fase de programação, contribuindo para uma perspetiva alargada relativamente às questões ambientais, nomeadamente para assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, a identificação de problemas e oportunidades e assegurar o envolvimento de todos os stakeholders envolvidos neste processo.

O Relatório Ambiental Preliminar aponta as seguintes conclusões:

Competitividade e I&D&I

Considera que o PO é uma excelente oportunidade para:

- Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, orientada para os setores diferenciadores da Região, para estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a cooperação e a internacionalização;
- Reforçar a competitividade e a produção sustentável através da adoção das melhores técnicas e métodos de produção que promovam a ecoeficiência e o uso de energias renováveis
- Incrementar a intermodalidade e interoperabilidade associada à logística sustentável, promovendo os meios de transporte de mercadorias mais sustentáveis e eficientes;
- Potenciar a valorização económica dos recursos naturais endógenos, sobretudo nos territórios de baixa densidade

Energia

O PO Centro apresenta prioridades de investimento com efeitos positivos, em termos de eficiência energética, e capazes de melhorar os consumos energéticos do setor produtivo, doméstico e institucional, nomeadamente:

- Através da aprovação de ações e projetos que visem uma redução do grau de dependência de combustíveis fósseis das atividades económicas, setor habitacional e transportes públicos;
- Promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente a implementação de modos suaves na área de intervenção;
- Promoção da intermodalidade e otimização dos transportes públicos, articulados com modos suaves de deslocação, através de uma maior utilização e redução do constrangimento gerado pelo transporte individual;

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste Factor Crítico para a Decisão são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas.

Qualificação Territorial

Neste âmbito, o PO Centro dispõe de apostas estratégicas capazes de proporcionar:

- Recuperação infraestrutural do parque edificado e das condições de habitabilidade;
- Reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos

- Dotação de mobiliário urbano

É clara uma certa discriminação positiva ou dotações financeiras específicas para zonas rurais, aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas e áreas sujeitas a passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação pela deposição não controlada de resíduos.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas.

Proteção e valorização dos recursos naturais e património

A implementação do PO Centro levará a um estímulo positivo sobre o património cultural e natural, relativamente à utilização de recursos e na preservação e valorização dos ecossistemas. No entanto, há que considerar como potencial ameaça que o desenvolvimento das atividades económicas promove o consumo de recursos, que leva a alterações/destruições dos ecossistemas presentes.

Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social

O PO Centro irá permitir contribuir para a prossecução dos objetivos de capital humano, inclusão ativa e desenvolvimento social, particularmente no que se refere a:

- Reforço do investimento na educação e na melhoria das qualificações da população;
- Reforço da eficácia das respostas sociais ao desemprego, à pobreza e exclusão social;
- Redução das assimetrias regionais e fixação de população nas áreas menos desenvolvidas
- Necessidade de reforço da formação ambiental, que promova um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente a qualidade de vida da população.

Qualidade Ambiental

A implementação do PO Centro levará a efeitos ambientais positivos que se prendem com:

- Promoção da melhoria da qualidade do ar, através dos projetos no âmbito da eficiência energética e mobilidade regional,
- Resolução ou prevenção de dissonâncias ambientais
- Os efeitos ambientais previstos são positivos, pelo que se prevê um contributo positivo no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro.

Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

O PO Centro não contempla ações diretas neste domínio, na medida em que são abrangidos pelo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (de acordo com o AP). Contudo, prevê-se uma evolução positiva neste domínio através da internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e a práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas no PO Regional. Haverá a necessidade de definir mecanismos de governação que articulem o PO Centro e o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, de modo a que as ações apoiadas sejam oportunidades complementares.

Globalmente, a AAE considera que a proposta do PO se assume bastante positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região, dando um contributo importante para a estratégia integrada para a sustentabilidade. Aponta que deverá existir um reforço e maior articulação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações, ou a sua forma para a concretização dos respetivos objetivos. Estas questões aplicam-se sobretudo aos Objetivos Temáticas diretamente ligados a questões de sustentabilidade regional, e a potenciais efeitos que o PO possa ter para a salvaguarda, reforço e concretização de uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável.

Questão 17 - No SWOT apresentado, há alguma preocupação explícita de análise de necessidades nesta matéria?

A análise SWOT apresenta preocupações específicas ao nível do princípio da não discriminação, pois identifica preocupações relativamente ao número de habitantes que se encontram em situações de exclusão social e de pobreza, quer devido a situações de desemprego, quer devido ao envelhecimento da população e/ou do isolamento ou desagregação familiar, nas zonas urbanas e zonas rurais. Cumulativamente, assinala as assimetrias territoriais como barreira para o cumprimento de objetivos de equidade, coesão social e inclusão, que só poderão ser alcançados através do desenvolvimento harmonioso, que considere as especificidades e a diversidade dos territórios da Região Centro.

A aposta em estratégias de requalificação profissional e inserção social dos desempregados de longa duração em serviços de proximidade e em áreas relacionadas com a economia social é considerada uma oportunidade capaz de diminuir as desigualdades existentes na região e com um papel vital em termos inclusivos. Um dos grandes entraves, à minimização de situações de discriminação é precisamente o envelhecimento da população e a sua fraca capacidade de rejuvenescimento. Constatamos, deste modo, que o PO se limitou a propor critérios de majoração de projetos relativamente a estes critérios, não adotando medidas específicas capazes de minorar a discriminação de género.

Mobilização de fontes e métodos de sistematização de informação

Quadro n.º 11 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 16 à 23)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questões 15 a 17	Linhas de orientação comunitária para a avaliação de prioridades e princípios horizontais na programação Materiais de participação na elaboração do PAR CRER 2014-2020 Comentários e pareceres sobre o PO Centro recebidos pela CCDR Centro PAR CRER 2014-2020 PO Centro AP

2.4. INDICADORES, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

2.4.1 ENQUADRAMENTO

O exercício de análise do sistema de indicadores que o PO Centro propõe encontra-se delimitado segundo os seguintes aspetos: as orientações dos Regulamentos dos diversos fundos comunitários, que definem os parâmetros orientadores que enquadram a análise; as condições de maturação do Programa ao longo das suas sucessivas versões.

Os Regulamentos para o FEDER, Fundo de Coesão e FSE situam de forma clara a relevância do sistema de indicadores no próximo período de programação, no quadro de uma política mais orientada para o reforço da transparência e da aferição dos resultados da aplicação dos fundos.

Neste âmbito devem ser destacados os seguintes aspetos:

1. As diferenças entre a monitorização e a avaliação dos Programas, de que resultam o reforço da primeira função e a sua orientação para a produção continuada de informação quantitativa suportada no sistema de indicadores e orientada para a identificação de desvios à programação e à tomada de decisão;

2. A enfâse na qualidade da teoria da programação, ou seja uma programação clara e inteligível, em que a coerência da hierarquia de objetivos operacionais, específicos e estratégicos é elemento fundamental e indispensável para a aferição de resultados, bem como a associação da dimensão resultados aos objetivos específicos das prioridades de investimento, objetivos de natureza operacional, em contraponto ao caráter mais estratégico do patamar superior dos objetivos dos PO;

3. O estabelecimento de indicadores comuns ao nível da UE, de modo a garantir informação relativa às realizações e resultados, passível de ser agregada para todos os Estados-membros, que podem ser complementados com indicadores específicos da responsabilidade dos programas, como resposta às particularidades da programação;

4. Finalmente, as diferenças introduzidas nos diferentes fundos de que resulta uma maior discriminação de tipo de resultados no caso do FSE, que se dividem em resultados no momento final da ação e resultados de longo prazo (seis após o final da ação).

2.4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta dimensão da avaliação deve ser contextualizada no quadro das profundas alterações que o quadro de indicadores de realização e resultado experimentou ao longo das sucessivas versões do PO Centro que foram objeto de avaliação.

A disponibilização de um quadro completo dos indicadores nas suas sucessivas versões foi preciosa para situar as alterações introduzidas no sistema de indicadores até à versão final do PO e permitiu ainda avaliar de que modo essa elaboração interagiu com os resultados da AEA ao longo dos seus relatórios. Em anexo próprio, a equipa de avaliação sistematiza neste relatório os principais comentários de análise ao sistema de indicadores de realização e resultado (**ver anexo n.º 10**). A evolução do sistema de indicadores foi considerável, não só em função das alterações do próprio PO, mas também pelo esforço de harmonização a nível nacional dos indicadores para as PI e respetivos objetivos específicos. Embora globalmente positiva, a AEA considera que essa evolução foi algo penalizada pela harmonização nacional, não sendo claro que o sistema de indicadores tire partido dos trabalhos aprofundados que a CCDR – C vem realizando para monitorizar quantitativamente a evolução sócio-económica da região Centro.

Considerando a listagem de questões de avaliação enunciadas em sede de caderno de encargos e respetiva proposta e procurando um exercício de agrupamento dessas questões que facilite a síntese das respetivas respostas, a AEA assumiu a seguinte sistematização dos resultados desta componente de avaliação:

1. Avaliação sobre a abrangência e robustez do sistema de indicadores de monitorização do Programa Operacional e respetivo equilíbrio em face das áreas centrais de intervenção do programa, que incorpora a resposta às questões de avaliação: ***Questão 18. "Os indicadores de realização e de resultado previstos para o PO cobrem de forma adequada e suficiente os seus principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir bem o seu desempenho global?"; Questão 24. "Os indicadores de resultado, embora em número limitado permitem aferir os progressos na concretização dos objetivos (para o grupo, território, setor ou outra finalidade)?***

2. Avaliação das diversas dimensões metodológicas assumidas pelo sistema de indicadores, que incorpora as seguintes questões de avaliação ***Questão 19. "Esses indicadores apresentam uma designação inequívoca e uma definição clara proporcionando uma interpretação normativa?"; Questão 20. "A sua forma de cálculo está devidamente enunciada?"; Questão 21. Os valores de partida (baselines) e os valores das metas estão devidamente calculados, sendo clara e explícita a sua forma de cálculo?"; Questão 22. As fontes de dados para o estabelecimento dos pontos de partida e para os valores das metas são conhecidas?***

3. Avaliação da sustentabilidade das *baselines* adotados para os indicadores de resultado e da relevância das metas e milestones propostos no quadro de performance, em resposta à questão de avaliação: ***Questão 25. A situação de referência (baseline) definida para os indicadores do PO (incluindo os indicadores comuns europeus previstos na proposta de regulamento e que se aplicam ao mesmo, face às ações que prevê apoiar), quando possível/aplicável, está devidamente fundamentada? As metas propostas no âmbito do quadro de performance, incluindo as metas ou objetivos intermédios (milestones), são realistas e adequadas face aos objetivos e prioridades do PO?***

4. Avaliação de adequabilidade do sistema de monitorização do Programa Operacional desenhado, respondendo às questões de avaliação: ***Questão 26. Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)? Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições existentes? Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?; Questão 27. Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas? Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?***

5. Questões de avaliação adicionais especificamente para o caso das intervenções FSE: ***Questão 23. "Está garantida a robustez – fiabilidade das fontes de dados, representatividade das amostras, para o caso dos indicadores de resultado FSE? São suficientemente próximos das intervenções apoiadas, de modo a não serem demasiado afetados por fatores externos à intervenção, permitindo assim avaliar em que medida cobrem as principais mudanças atribuíveis ao PO?"; Questão 28. "Para as intervenções FSE, o PO CENTRO integra apenas os indicadores comuns ou prevê também indicadores FSE específicos?"; Questão 29. "Estão reunidas as condições adequadas para que o PO alimente regularmente os indicadores comuns FSE previstos para Portugal?"; Questão 30. Estão asseguradas as condições de boa inquirição e de representatividade da mesma para os indicadores de resultado a longo prazo e de representatividade regional para os indicadores de realização?***

2.4.3 RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Grupo 1 de Questões (18 e 24)

A AEA regista a significativa evolução observada no quadro de indicadores do PO Centro à medida das sucessivas reformulações experimentadas pelo PO, evolução caracterizada por uma melhoria significativa da consistência do sistema proposto.

As prioridades de investimento estão todas cobertas por indicadores de resultado e de realização, e o PO respeita em grande parte as orientações quanto aos indicadores comuns, e em parte ainda, a integração dos indicadores definidos em sede de Grupos de Trabalho temáticos. Todos os indicadores são de caráter quantitativo, não tendo sido escolhidos indicadores qualitativos, embora essa opção também esteja prevista:

- EP 1 e EP 2: Apreciável cobertura de objetivos e de medida da sua progressão; práticas pioneiras de utilização dos resultados do ICI em articulação com informação INE; um problema crítico que é difícil superar: alguns indicadores de resultado não medem apenas os resultados das empresas apoiadas pelo PO, aferindo universos mais vastos, pelo que a AEA sugere que sejam construídos indicadores complementares apenas com base no antes e pós projeto a partir do SI do PO;
- EP 3: Apreciável cobertura de objetivos e de medida da sua progressão, boa capacidade de correspondência de indicadores de resultado e de realização, com intensiva utilização do SI PO como alimentador de indicadores; necessidade em alguns casos pontuais de recurso complementar a indicadores de longo prazo; cobertura apreciável de custos de referência e de históricos para definição de metas;
- EP4: Idem com relevo para a capacidade do SI PO em responder às necessidades de alimentação de indicadores, presume-se com inquirição adicional para além do simples processamento administrativo; utilização inovadora do conceito de efeito multiplicador no investimento privado (alavancagem) para o caso do indicador de resultado relativo ao grau de concretização de estratégias de valorização de potencial endógeno;
- EP 5: Idem, com algumas inovações na construção do sistema de indicadores, entre as quais os indicadores de satisfação para medir resultado e a consagração de um indicador de efeitos (consultas médicas por habitante);
- EP 7: Duas apreciações de sinal contrário; a mobilização de indicadores de satisfação inspirados no *Audit Urban Survey* de Lisboa corresponde a boas práticas europeias, exigindo apenas a explicitação das dimensões de satisfação a avaliar; os indicadores de realização e resultado relativos à PI 6.3 (património natural e cultural) oferecem reservas à AEA, sobretudo a opção de escolha da medida de resultado pelas dormidas turísticas, quando esse indicador é também fortemente influenciado pelos apoios do EP 3;
- EP 8: Reservas apenas para o indicador de resultado da PI 11.2 que é bastante débil e que se confunde com um indicador de realização, sendo necessário na perspetiva da AEA algum trabalho de definição de medidas de capacitação institucional, que não seja pelo menos o da massa de recursos humanos envolvidos.
- EP 9: Esforço meritório de definição de indicadores específicos para este EP, com exceção da PI 9.8 em que o PO não é explícito nessa matéria.

Grupo 2 de Questões (19,20, 21, 22)

Na terceira versão do PO Centro anterior à sua versão final e objeto de avaliação neste relatório, o grau de explicitação técnica dos indicadores era já elevado, embora não existindo ainda um manual respeitante às condições de meta-alimentação e de meta-informação do sistema de indicadores. O PO e a CCDR-C dominam bem seja o histórico da programação anterior., seja o sistema de estatísticas nacionais que são mobilizadas para os indicadores de resultado. A síntese da resposta às questões de avaliação tem em conta os seguintes elementos adicionais:

- Em matéria de metas para os indicadores de realização e resultado, verifica-se por esmagadora maioria a presença de metas definidas em função da dotação financeira e de valores de custos de referência, obtidos sobretudo em função de valores de programações anteriores; compreende-se esta decisão como instrumento de apoio futuro à Autoridade de Gestão, mas em alguns casos esse critério de definição de metas penaliza o conteúdo estratégico da meta. Ou seja, tal como são calculadas, as metas passam a ter uma dimensão estratégica essencialmente determinada pela magnitude da dimensão financeira atribuída à prioridade de investimento que é mobilizada e nem sempre é possível aferir pela dimensão financeira a dimensão estratégica;

- As fontes de dados para as metas estão definidas e são conhecidas, incluindo estatísticas oficiais ou o próprio sistema de informação do Programa, pelo que nesta matéria a AEA não regista insuficiências relevantes;

- Refira-se, por fim, que não existem para os diversos eixos do PO elementos que coloquem em causa a capacidade de alimentar regularmente os indicadores comuns do FSE. No entanto o programa não disponibiliza informação que permita avaliar os meios e os dispositivos de recolha de informação no que se refere aos resultados de longo prazo.

Grupo 3 de questões (Quadro de desempenho do PO – questão 25)

A definição de metas 2023 e de metas intermédias 2018 é concretizada tendo em conta na esmagadora maioria das situações valores médios de referência que envolvem a utilização de valores históricos de programação (sobretudo do QREN 2007-2013), custos unitários de operações já testados nesse período de programação e a dimensão financeira disponível, integrando maioritariamente indicadores de realização calculados em relação a operações concluídas e em menor número aos indicadores de “key implementation step” (contratos assinados) e indicadores financeiros. A capacidade de resposta ao grupo de questões de avaliação anterior permite inferir que o quadro de desempenho assenta em valores credíveis e realistas, não se registando nenhum indicador de realização que tenha sido objeto de comentários críticos pela AEA. Embora possa dizer-se que o quadro de desempenho é marcado por uma gestão prudencial dessas metas, os valores estabelecidos são suficientes para manter uma pressão de execução que é fundamental assegurar para uma implementação atempada do PO.

Grupo 4 de questões

Questão 26. Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)? Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições existentes? Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?

Estas questões não dizem respeito apenas ao PO Centro, em avaliação, mas sim ao conjunto de PO para o período 2014-2020, já que o exercício de programação (incluindo as cadeias de programação e as poucas especificações já conhecidas para os sistemas de gestão, monitorização e avaliação) está a ser realizado de forma global, com opções harmonizadas. Nesse sentido, algumas das opções nestas matérias que serão aplicadas ao PO Centro são as que constam na proposta portuguesa para o Acordo de Parceria.

O AP contempla uma abordagem a estas temáticas, em capítulo próprio (Mecanismos de garantia de uma aplicação eficiente e eficaz dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), que descreve, entre outros aspetos, os mecanismos de coordenação, o reforço da capacidade administrativa das entidades envolvidas na aplicação dos FEEI, a redução dos encargos administrativos para os beneficiários dos FEEI e os sistemas de informação e o intercâmbio eletrónico de dados.

Tal abordagem é complementada, no próprio PO Centro, com especificações ao nível do plano de financiamento (designadamente na componente de assistência técnica), da definição das autoridades e organismos responsáveis pela gestão, controlo e auditoria e do papel dos parceiros relevantes, dos mecanismos de coordenação entre os FEEI, o FEADER, o FEAMP, outros instrumentos de financiamento da união e nacionais e o BEI e da redução dos encargos administrativos para os beneficiários.

A análise realizada permite concluir que há um encadeamento e alinhamento entre os princípios aplicáveis à gestão definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, no Acordo de Parceria e nas opções ao nível do PO, respeitando o quadro regulamentar europeu aplicável. Pode concluir-se que há uma coerência global no conjunto destes dispositivos de coordenação, monitorização e avaliação.

Já no que respeita à incorporação da aprendizagem com a experiência de anteriores períodos de programação, há dois patamares de resposta.

Do ponto de vista (i) da arquitetura do sistema, adotou-se declaradamente uma solução de continuidade face ao modelo do ciclo 2007-2013, com o objetivo de capitalizar a experiência consolidada ao nível nacional e regional, o que é reconhecido pela própria AEA do AP. Esta opção é, em grande medida, justificada pela necessidade de racionalizar os recursos de gestão, num quadro de contenção de despesa pública. Como exemplo, é invocada a criação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) por fusão do IFDR, do IGFSE e do Observatório do QREN. O modelo para o PO Centro (e para todos os PO Regionais do Continente) prevê os seguintes níveis:

- Coordenação política (Comissão Interministerial de Coordenação);
- Coordenação técnica geral dos FEEI (da responsabilidade da ADC);
- Auditoria (Inspeção-geral das Finanças);
- Certificação (também exercida pela ADC, em unidade segregada);
- Gestão (CCDR Centro);
- Acompanhamento (Comissão de Acompanhamento).

Há, efetivamente, uma simplificação ao nível dos órgãos de coordenação política e técnica, que se pode considerar em linha com algumas questões assinaladas nas avaliações de operacionalização dos Programas Operacionais Regionais do QREN 2007-2020. Nesses casos, os PO não eram multi-fundos (pelo que pode ser vantajosa a fusão dos diversos organismos que integram a ADC) e a coordenação política era assinalada como pouco eficaz. No entanto, estas vantagens apenas serão efetivas se for possível operacionalizar a ambição simplificadora, e os efeitos ao nível da racionalização e ganhos de eficiência dependerão mais dos meios disponíveis, da capacidade da sua otimização e da simplificação dos próprios mecanismos regulamentares, que ainda não estão definidos, do que do desenho conceptual.

Citando o próprio AP, as medidas mais emblemáticas previstas neste domínio serão a "criação (desde o arranque dos PO) do Balcão Único de Candidatura e da Base Única de Promotores (…) e do Quadro Regulamentar Nacional - claro e objetivo, evitando a multiplicidade de regulamentos específicos e de enquadramentos adotados entre 2007 e 2013 e concentrando normas atualmente dispersas em diplomas enquadradores. A maior aplicação das metodologias de custos simplificados na fundamentação da despesa cofinanciada constitui, pelo seu lado, importante instrumento de simplificação e de redução de encargos administrativos; aplicável a ações apoiadas pelo conjunto dos FEEI facilitará significativamente a apresentação das candidaturas, bem como a respetiva gestão".

O segundo patamar para a resposta corresponde precisamente a essa (ii) mudança de escala de análise, e a resposta não pode ser, neste caso, tão afirmativa. Tudo indica que pelo menos um elemento de aprendizagem não foi devidamente apropriado: a preparação atempada de todo o

processo de implementação do quadro de intervenção dos FEEI para o período 2014-2020, seja pelas instâncias regionais, seja pelas nacionais e comunitárias.

Conclui-se por esta dificuldade avaliativa, em primeiro lugar, devido à efetiva indefinição das soluções em concreto. A AEA incide sobre versões dinâmicas do AP e do POR Centro, ainda não estabilizadas, pelo que algumas questões centrais não podem ainda ser respondidas: A fusão dos diversos organismos na ADC corresponderá a efetivos ganhos de eficiência ou a poupança de recursos? O quadro regulamentar e as plataformas de relacionamento e medidas de simplificação administrativa, bem afirmadas nos documentos preparatórios, vão traduzir-se em que tipo de opções operacionais? Os mecanismos previstos estarão operacionais, e devidamente testados, em devido tempo? Os meios humanos e tecnológicos serão suficientes e adequados? etc.

Em segundo lugar, deve também considerar-se que o contexto não é favorável à implementação atempada das novas soluções, por muito que estas venham dar continuidade às anteriores. Tenha-se, sobretudo, em conta que a que a fase de arranque do novo PO Centro (e do Portugal 2020) coincide, temporal e institucionalmente, com o encerramento do PO Centro e PO Temáticos do QREN 2007-2013, o que tem implicações globais ao nível da compatibilização dos dois processos (à data de redação deste relatório, a atividade da ADC ainda aparece fragmentada, incluindo no acompanhamento da própria AEA; os PO, e o próprio AP, cuja entrada em vigor seria em princípio 1 de janeiro de 2014, ainda não estão em versão final nem aprovados pela Comissão Europeia; as orientações para os promotores sobre prioridades, questões regulamentares e operativas e critérios de apreciação de projetos ainda não são conhecidas).

Em terceiro lugar, porque há um domínio sobre o qual não se pode considerar que existam opções estabilizadas, ou pelo menos devidamente conhecidas. Trata-se do sistema de informação, monitorização e avaliação do Programa.

Conhecem-se algumas recomendações da AEA do AP, que esta avaliação do PO Centro acolhe, como "o interesse em que a nova Agência para o Desenvolvimento e Coesão assimile a rica experiência do Observatório do QREN em matéria de monitorização e de avaliação estratégica e mantenha a prática de recurso a avaliações independentes, claramente segregadas da gestão".

Conhecem-se igualmente os contornos do processo de simplificação e intercâmbio eletrónico de dados, que assenta na criação de uma plataforma única para todos os FEEI, PO e beneficiários.

Ora, se no primeiro caso (monitorização e avaliação) a ambição corresponde a um modelo que liga o processo nacional às especificidades do PO e do território, pois o Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro e a CCDR Centro têm em curso a sistematização de um sistema de indicadores sobre o contexto e as dinâmicas regionais que, se devidamente articulados com os indicadores de realização e resultado gerados pelo PO Centro e pelos restantes instrumentos de financiamento de políticas públicas na Região, permitem (i) enriquecer a referida experiência do Observatório do QREN em termos de monitorização e (ii) alimentar processos avaliativos externos e independentes mais ajustados à realidade regional, já no caso da simplificação e intercâmbio eletrónico de dados (incluindo o Balcão Único de Candidatura e a Base Única de Promotores e as outras medidas referidas no AP) estamos perante um desafio de grande escala (compatibilização dos procedimentos específicos dos diversos FEEI, até agora bastante distintos; abrangência de uma muito maior tipologia de problemáticas, metas, operações, beneficiários e parcerias). Tendo em conta a informação disponível, o estádio de desenvolvimento e concretização do desenho do Programa (e dos PO temáticos) e a fase atual de instituição em concreto da ADC, a avaliação identifica a este nível um fator crítico que deve merecer grande atenção, sob pena de se registar o arranque efetivo do PO centro 2014-2020 sem que a respetiva plataforma tecnológica de candidatura e acompanhamento/gestão esteja devidamente funcional.

Questão 27. Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas? Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?

Avaliações temáticas necessárias

De acordo com a AEA e tendo por referência essencialmente a teoria da programação do PO Centro, propõem-se as seguintes avaliações temáticas (*ex-post*) para medida de impactos face aos objetivos e prioridades definidas:

- Avaliação do contributo do PO Centro para a translação de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial da Região no quadro das prioridades da EEI - Centro;
- Avaliação do contributo do PO Centro para a ocorrência de efeitos combinados de inovação e internacionalização dos apoios do PO, incluindo a formação avançada de recursos humanos e os apoios à inserção de mestrados e doutoramentos nas empresas;
- Avaliação do contributo do PO Centro na integração de instrumentos de política urbana previstos na programação;
- Avaliação da capacidade revelada pelo PO Centro de integração de instrumentos FEDER, FSE e FEADER na promoção do desenvolvimento endógeno e na resposta a situações de exclusão social;
- Avaliação dos níveis de integração das contratualizações ITI PO Centro e ITI PO Temáticos que venham a ser consideradas;
- Avaliação do contributo do PO Centro para a promoção da coesão territorial da Região Centro.

Monitorização estratégica de questões decisivas da programação e indicadores de alerta

Tendo em consideração o papel que a teoria da programação do PO Centro e os fatores críticos de programação podem desempenhar na monitorização estratégica do PO, a AEA tem a propor o seguinte:

- Estabelecer mecanismos de reporte entre os indicadores de resultado do PO e as metas estratégicas globais do PO Centro, sobretudo através da identificação de painéis de projetos (tipologias de operações) considerados críticos nessa matéria;
- Constituir painéis de projetos para acompanhamento sistemático nas seguintes áreas: (i) translação de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial; (ii) grau de concretização da EEI Centro; (iii) empresas gazela; (iv) adaptação dos padrões de investimento municipal às novas orientações resultado da programação e às novas condições de elegibilidade; (v) ITI PO Centro (acompanhar de perto dois casos de ITI); (vi) Articulação de ITI e DLBC;
- Acompanhar evolução de indicadores resultado nas áreas temáticas atrás definidas.

No sentido de potenciar as propostas anteriores, a AEA considera relevante:

- O robustecimento e consolidação do sistema de indicadores de desenvolvimento regional, criado pela CCDR Centro / Observatório de Dinâmicas Regionais, complementando-o e alinhando-o com as principais prioridades estratégicas e metas (i) do Plano de Ação Regional CRER 2020; (ii) da estratégia regional de especialização inteligente; (iii) do POR Centro 2014-2020.
- O *upgrade* do sistema de informação/indicadores, para além dos limites do estritamente necessário em termos formais de programação e contratualização com a CE, que (i) dê maior amplitude na monitorização de resultados relacionados com as principais prioridades estratégicas e metas regionais, (ii) se relacionem inequivocamente com os indicadores de desenvolvimento regional acima referidos e evidenciem a relação entre ação e contexto e (iii) permitam monitorizar resultados para além do tempo formal de encerramento das operações no PO (p. ex., através de processos de inquirição de beneficiários ou de obrigações de prestação, por estes, de informação para além desse prazo);
- A opção por domínios temáticos de avaliação intercalar do PO Centro 2014-2020 relacionados com os fatores críticos de programação identificados pela AEA, dada a natureza fortemente complexa do PO em termos de eixos prioritários, prioridades de investimento e objetivos específicos que exigirão, por isso, avaliações circunscritas e não abrangentes de todo a intervenção do PO;
- O estabelecimento de nexos regulares entre a monitorização estratégica do PO e os resultados temáticos da avaliação intercalar.

Domínios temáticos de avaliação intercalar

A AEA considera que só faz sentido elencar e desenvolver os domínios temáticos que de seguida se discriminam se os exercícios de avaliação intercalar puderem ser desenvolvidos com informação sistematizada de projetos com informação de encerramento ou praticamente em condições de poder ser interpretados como tal.

Nesse pressuposto, propõem-se os seguintes domínios temáticos de avaliação intercalar:

- Avaliação contra factual dos efeitos dos apoios às empresas em matéria de inovação e internacionalização nos domínios correspondentes às prioridades estratégicas da EEI Centro; a AEA sublinha que as avaliações contra factuais devem ser exclusivamente concretizadas com recurso a informação proporcionada pelo SI do PO Centro e para as empresas não apoiadas com base no recurso à informação IES Ministério das Finanças; esta avaliação deve ser conduzida em estreita articulação com idêntica avaliação dos apoios do PO Competitividade e Internacionalização nestas matérias na Região Centro;
- Avaliação do grau de consistência e coerência estratégica entre apoios do PO Centro à I&D empresarial e as prioridades estratégicas da EEI Centro; esta avaliação deve ser também conduzida em estreita articulação com idêntica avaliação dos apoios do PO Competitividade e Internacionalização nestas matérias na Região Centro;
- Avaliação da capacidade revelada pelos apoios do PO Centro na integração de FEDER e FSE em territórios específicos;
- Avaliação estratégica do grau de concretização da aposta do PO Centro na mobilização do FSE;
- Avaliação de resultados intercalares em matéria de projetos de inovação social.

Requisitos em matéria de informação de suporte

Parte desta dimensão da questão 27 está já anteriormente respondida, mas no entender da AEA justificam-se as seguintes informações complementares:

- Garantir no caso dos sistemas de incentivos (sempre em articulação com o POT Competitividade e Internacionalização) informação *pré e pós projeto* para projetos com informação de encerramento pelo menos nas seguintes variáveis: (i) nº de trabalhadores com licenciatura, mestrado ou doutoramento em % do total de trabalhadores; (ii) VAB /Trabalhadores; (iii) % de vendas para mercados externos; (iv) Grau de autonomia financeira; (v) % despesas de aquisição de equipamento, maquinaria e software no total de investimento; (vi) % de despesas de I&D *in house* e exterior à empresa no total de investimento;
- Garantir baterias de indicadores de resultado para amostras de projetos com informação de encerramento.

2.5. CONSISTÊNCIA DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Questão 31 - Os recursos alocados ao PO são coerentes face aos desafios e necessidades identificadas, assegurando uma adequada concentração dos mesmos nas mais relevantes?

No período de programação 2014-2020, a Região Centro dispõe de um envelope financeiro de 2.155 M euros, dos quais 1.751,5 M euros relativos ao FEDER e 403,5 M euros ao FSE. Comparativamente com o período de programação 2007-2013 existe um aumento de 54 M euros (+3%) para operações a apoiar pelo FEDER. No FSE a dotação programada corresponde a cerca de 22% dos montantes aprovados pelo POPH para a Região Centro, até 31 de Dezembro de 2013.

A distribuição financeira por Eixo Prioritário evidencia uma forte concentração dos fundos no Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia (38%), seguido do Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (13,4%) e do Eixo 9. Reforçar a Rede Urbana (9,8%). O Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade absorve 8,2% dos fundos do Programa, seguido do Eixo 1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação e do Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial, respetivamente com 7,8 % e 7,2%, sendo o restante para o Eixo 7. Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (5,9%), Eixo 6. Afirmar a sustentabilidade dos recursos (4,8%), Eixo 8. Capacitação institucional (2,5%) e para a Assistência Técnica (2,5%).

Os OT1, OT 3 e OT4 representam mais de 2/3 da dotação FEDER do Programa, e o FSE está concentrado nas PI 10.1, PI 8,3, PI 8.5, PI 10.2 e PI 9.1, as quais absorvem cerca de 82,5% dos recursos financeiros do FSE, cumprindo as regras regulamentares relativas aos mecanismos de *ringfencing*.

De uma forma global, e tendo em consideração a delimitação de fronteiras definida com os Programas Operacionais Temáticos, esta alocação de recursos é coerente com os principais desafios e necessidades da Região, ainda que se considere que devia existir um reequacionamento da distribuição financeira, entre a dotação do Eixo 1 e a do Eixo 2, de forma a potenciar as complementaridades e a promover uma maior ligação entre o SCTN, o sistema de ID&I e os projetos de investimento empresarial.

Quadro n.º 12 - Distribuição da Comparticipação Comunitária, por Eixo Prioritário

Eixos	OT	FEDER (euros)	FSE (euros)	Total (euros)	%
Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	1	168.747.871	0	168.747.871	7,83
Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	3	818.241.755	0	818.241.755	37,97
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	10	95.369.750	192.579.297	287.949.047	13,36
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	8	58.862.331	117.897.598	176.759.929	8,20
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	9	87.137.669	68.307.447	155.445.116	7,21
Eixo 6: Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos (SUSTENTAR)	4	102.377.467	0	102.377.467	4,75
Eixo 7: Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR)	6	126.752.900	0	126.752.900	5,88
Eixo 8: Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais (CAPACITAR)	2 e 11.	28.784.236	24.732.710	53.516.946	2,48
Eixo 9. Reforçar a Rede Urbana (CIDADES)	4/6/9	211.000.000	0	211.000.000	9,79
Eixo 10: Assistência Técnica		54.240.000	0	54.240.000	2,52
Total		**1.751.513.979**	**403.517.052**	**2.155.031.031**	**100**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

O Eixo 2, que corresponde ao OT3, destinado a apoiar a competitividade e a internacionalização das empresas regionais, assume uma grande relevância no Programa, totalizando os 818 M euros (mais de 1/3 da dotação disponível e 46,7% dos fundos FEDER), existindo, face ao Mais Centro, um aumento substancial dos apoios previstos para as empresas. Note-se que o Eixo 1. do Mais Centro que abrangia quer os Sistemas de Incentivos às empresas, quer outro tipo de ações, como o Sistema de Incentivos à Modernização Administrativa, a Promoção e Capacitação institucional, as infraestruturas científicas e tecnológicas, entre outras, tinha uma dotação financeira que ascendia a 718 M euros.

Esta concentração dos recursos reflete a centralidade da aposta estratégica na prioridade da competitividade do tecido empresarial. No entanto, sendo objetivo da Região tornar-se Innovation Leader e que a economia regional represente 20% do PIB nacional, questiona-se a elevada percentagem de fundos do Domínio de Intervenção "Investimento produtivo genérico em PME" (cerca de 2/3 do orçamento do EP), e inversamente o reduzido peso do Domínio "Processos de investigação e inovação nas PME" (4,2%), assim como a atribuição de apenas 5,6% dos apoios deste Eixo para o "Desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação.

No âmbito do Mais Centro, o Sistema de Incentivos à Inovação foi aquele que mais fundos concentrou, representando em 31 de dezembro de 2012 cerca de 2/3 do FEDER aprovado no âmbito dos Sistemas de incentivos. De acordo com o Acordo de Parceria, os incentivos à inovação deverão maioritariamente concentrar-se na PI 3.3.

Este facto poderia explicar a expressão financeira deste Eixo, canalizando para o mesmo os apoios à inovação produtiva em detrimento do Eixo1, nomeadamente da PI 1.2. que apoia a I&DT e a inovação produtiva apenas de grandes empresas; no entanto, refira-se, que a distribuição financeira por Domínio de Intervenção não evidencia a intenção de potenciar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços.

Quadro n.º 13 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 2, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
1 - Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas («PME»)	516.181.316	63,1
64 - Processos de investigação e inovação nas PME (incluindo «vales», processos, conceção, serviços e inovação social)	34.412.088	4,2
66 - Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME (incluindo serviços de gestão, marketing e design)	43.240.000	5,3
67 - Desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo apoio a empresas derivadas (spin-outs) e a novas empresas (spin-offs)	45.720.000	5,6
69 - Apoio a processos de produção amigos do ambiente e a medidas de eficiência dos recursos nas PME	96.353.846	11,8
71 - Desenvolvimento e promoção de empresas especializadas no fornecimento de serviços que contribuem para a economia com baixas emissões de carbono e para a resistência às alterações climáticas (incluindo apoio a tais serviços)	41.294.505	5,0
72 - Infraestruturas comerciais para PME (incluindo instalações e parques industriais)	41.040.000	5,0
Total	**818.241.755**	**100,00**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

A aposta da Região em I&D&I no período 2014-2020, e o seu objetivo (ter 20% de I&D Nacional e ser Innovation Leader), também não tem tradução nos recursos financeiros alocados ao Eixo 1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS), o qual é tem uma dotação financeira de apenas 7,8% ds verbas disponíveis no Programa. Considera-se que devia existir uma maior valorização da importância deste Eixo, central na implementação da Estratégia definida para a Região, nomeadamente através do reequacionamento da distribuição financeira, entre a dotação deste Eixo e a do Eixo 2, de forma também a potenciar as complementaridades e a promover uma maior ligação entre o SCTN, o sistema de ID&I e os projetos de investimento empresarial.

A análise da repartição financeira por Domínio de Intervenção indica uma concentração do apoio às PMEs e à articulação transferência de tecnologia e cooperação entre universidades e empresas, sobretudo, em benefício das PME, em detrimento dos apoios às infraestruturas e entidades do SCTN (apenas 38% dos apoios, cerca de 65 M de euros, se destinam aos Domínios de Intervenção 58, 59, 60 e 61), o que pode limitar o contributo destas entidades para o alcance dos objetivos definidos para a Região. Recorde-se que no PO Mais Centro os apoios aprovados, em 31 de Dezembro de 2012, para o Regulamento Infraestruturas Científicas e Tecnológicas e Cultura Científica e Tecnológica ascendiam a 94 M de euros.

Quadro n.º 14 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 1, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
2 - Processos de investigação e inovação em grandes empresas	30.045.075	17,8
56 - Investimento em infraestruturas, capacidades e equipamento em PME diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação	3.084.748	1,8
58 - Infraestruturas de investigação e de inovação (público)	17.433.947	10,3
59 - Infraestruturas de investigação e de inovação (privado, incluindo parques científicos)	2.744.232	1,6
60 - Atividades de investigação e de inovação em centros públicos de investigação e centros de competência, incluindo a cooperação em rede (networking)	39.631.436	23,5
61 - Atividades de investigação e de inovação em centros privados de investigação, incluindo a cooperação em rede (networking)	5.609.929	3,3
62 - Transferência de tecnologia e cooperação entre universidades e empresas, sobretudo em benefício das PME	14.958.119	8,9
63 - Apoio a grupos de empresas (clusters) e redes de empresas, sobretudo em benefício das PME	8.206.595	4,9
64 - Processos de investigação e inovação nas PME (incluindo «vales», processos, conceção, serviços e inovação social)	22.058.860	13,1
65 - Processos de investigação e inovação, transferência de tecnologia e cooperação entre empresas centradas na economia com baixas emissões de carbono e na resistência às alterações climáticas	24.974.930	14,8
Total	**168.747.871**	**100,00**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

O Eixo 3, que visa contribuir para a melhoria do sistema de educação e formação, concentra 13,4% dos fundos disponíveis no Programa, é o segundo com mais recursos alocados, estando previstos 192 M euros do FSE e 95 M de FEDER. Os constrangimentos estruturais (elevada taxa de abandono e insucesso escolar e baixas qualificações e níveis de escolaridade da população) e o objetivo de aumentar a população jovem com formação superior, face à delimitação de áreas de intervenção entre os Programas Regionais e o Programa Operacional do Capital Humano, constantes do Acordo de Parceria, justificam a dotação FSE atribuída a este Eixo. Na componente FEDER, face aos elementos disponíveis para avaliação considera-se que a dotação prevista é coerente com as carências existentes em termos de infraestruturas e equipamentos educativos e formativos.

Quadro n.º 15 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 3, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/ FSE	
	Montante (€)	%
49 - Infraestruturas educativas para o ensino superior	10.305.463	10,8
50 - Infraestruturas educativas para o ensino e formação profissional e a educação de adultos	4.768.488	5,00
51 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário)	75.527.313	79,2
52 - Infraestruturas de ensino pré-escolar e de cuidados infantis	4.768.486	5,00
Total FEDER	**95.369.750**	**100,00**
115 - Redução e prevenção do abandono escolar e estabelecimento de condições de igualdade no acesso a educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração	127.579.297	66,2

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/ FSE	
	Montante (€)	%
no ensino e formação		
116 - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas	50.000.000	26,0
118 - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem em contexto laboral	15.000.000	7,8
Total FSE	**192.579.297**	**100,00**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

Relativamente à distribuição financeira por Domínio de Intervenção observa-se, no caso do FEDER, uma concentração dos apoios nas infraestruturas educativas para o ensino básico e secundário (cerca de 79% dos apoios disponíveis), deixando um envelope financeiro bastante reduzido quer para intervenções de reforço da oferta de ensino pré-escolar, deficitária na Região, quer para ações de melhoria das capacidades da rede de ensino superior e de formação. Na componente FSE, a mobiliação de recursos financeiros, sobretudo, para a redução e prevenção do abandono escolar (cerca de 2/3 da dotação FSE), afigura-se excessiva, mesmo tendo em consideração que os apoios para o ensino secundário, ensino superior e educação de adultos estão no PO Capital Humano.

O Eixo 4, centrado na promoção da empregabilidade através da formação profissional de adaptação e no apoio a iniciativas de criação de autoemprego ou de microempresas, tem uma dotação financeira de 176,7 M euros (118 M euros do FSE e 58 M euros do FEDER). A distribuição por Domínio de Intervenção, no caso do FSE, evidencia uma concentração no Domínio ”Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras”, o que é coerente com a necessidade de dinamizar a criação de emprego sustentável de cariz local, o empreendedorismo e a inovação social, incentivando e apoiando a capacidade de iniciativa das pessoas e por esta combater o também o desemprego.

Relativamente ao Domínio “Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança” concentra 46% da dotação proposta para este Eixo, o que é coerente com o padrão de apoios que foi concedido pelo POPH no âmbito dos Programas de Formação-ação e da Formação para a Inovação e Gestão, que tinham, em 31 de dezembro de 2013, aprovado um montante de FSE superior a 90 M euros na Região Centro. Questiona-se, no entanto, o montante de apenas 3 M euros para o Domínio 102 “Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos”, que se afigura insuficiente face ao apoios a conceder na PI 8.1

Relativamente à componente FEDER, questiona-se a elevada proporção de fundos atribuída a Domínios de Intervenção relacionados com o turismo, cultura e património (quase 60% da dotação FEDER programada para este Eixo) e, inversamente, a fraca alocação de recursos ao Domínio “Apoio a Empresas Sociais”, quando ao longo do Programa se reconhece a sua importância e necessidade de as dinamizar.

Quadro n.º 16 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 4, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/FSE	
	Montante (€)	%
102 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	3.000.000	2,5
104 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	60.000.000	50,9
106 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	54.897.598	46,6

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/FSE	
	Montante (€)	%
Total FSE	**117.897.598**	**100**
67 - Desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo apoio a empresas derivadas (*spin-outs*) e a novas empresas (*spin-offs*)	18.000.000	30,6
73 - Apoio a empresas sociais (PME)	6.000.000	10,2
91 - Desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais	13.456.860	22,9
92 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo	8.680.720	14,7
93 - Desenvolvimento e promoção de serviços públicos de turismo	209.174	0,4
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	12.306.403	20,9
95 - Desenvolvimento e promoção de serviços públicos culturais e patrimoniais	209.174	0,4
Total FEDER	**58.862.331**	**100,0**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

A promoção da inclusão social, promotora de uma maior coesão social e territorial, está contemplada no Eixo 5. Fortalecer a Coesão Social e Territorial (OT 9), o qual absorve e 7,2% da dotação do Programa (155 M euros), dos quais 56% são FEDER. A distribuição por Domínio de Intervenção afigura-se coerente face à importância da componente FEDER para qualificação da rede de equipamentos sociais e de saúde e para a redução de assimetrias regionais.

Relativamente ao investimento afeto ao DLBC, a dotação prevista, de 48 M de euros, representa 27,3% (componente FEDER e FSE) do montante de financiamento indicativo de DLBC previsto no Acordo de Parceria, evidenciando a importância que o PO Centro atribui a esta tipo de abordagem "bottom up" para a promoção do seu desenvolvimento. Esta alocação de recursos deve ser ponderada face ao que vier a ser decidido sobre o seu âmbito de intervenção em termos operacionais.

Quadro n.º 17 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 5, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/ FSE	
	Montante (€)	%
53 - Infraestruturas de saúde	36.925.718	42,4
55 - Outras infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local	24.169.561	27,7
78 - Serviços e aplicações de administração pública em linha (incluindo contratação pública eletrónica, medidas TIC de apoio à reforma da administração pública, cibersegurança, medidas de confiança e privacidade, justiça eletrónica e democracia eletrónica)	1.678.442	1,9
80 - Serviços e aplicações de inclusão eletrónica, acesso eletrónico e aprendizagem e ensino eletrónicos, literacia digital	1.678.442	1,9
81 - Soluções TIC para responder ao desafio do envelhecimento ativo e saudável e serviços e aplicações de saúde em linha (incluindo a prestação de cuidados em linha e a assistência à autonomia eletrónica)	2.685.506	3,1
97 - Iniciativas de desenvolvimento promovidas pelas comunidades locais em zonas urbanas e rurais	20.000.000	23,0
Total FEDER	**87.137.669**	**100,00**
109 - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	40.307.447	59,0
114 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	28.000.000	41,0
Total FSE	**68.307.447**	**100,0**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

O Eixo 6. Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos, absorve 4,8% dos recursos do Programa, o que é coerente com o seu campo de atuação, centrado na melhoria da eficiência energética, na racionalização dos padrões de consumo energéticos e na promoção da descarbonização da Região. A distribuição de recursos por Domínio de Intervenção afigura-se coerente, evidenciando uma concentração nos domínios relacionados com a promoção da eficiência energética nos setores público e empresarial.

Quadro n.º 18 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 6, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
13 - Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	45.000.000	44,0
14 - Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	10.000.000	9,8
43 – Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	2.950.987	2,9
44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)	4.426.480	4,3
68 - Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	20.000.000	19,5
70 – Promoção da eficiência energética em grandes empresas	20.000.000	19,5
Total	**102.377.467**	**100,00**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

O Eixo 7. Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR) assume um papel central para promover o equilíbrio e reforçar a coesão territorial, absorvendo 5,9% dos recursos disponíveis. Por Domínios de Intervenção, observa-se uma concentração na "Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais", com 77% da verba desta Eixo, questionando-se se não existirá uma sobre orçamentação. Inversamente os Domínios relacionados com o desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais têm apenas 6.9% da dotação deste Eixo.

Quadro n.º 19 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 7, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
83 - Medidas relativas à qualidade do ar	3.587.645	2,8
84 - Prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP)	3.587.645	2,8
91 – Desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais	8.800.000	6,9
93 - Desenvolvimento e promoção de serviços públicos de turismo	1.100.000	0,9
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	97.577.610	77,0
95 - Desenvolvimento e promoção de serviços públicos culturais e patrimoniais	12.100.000	9,5
Total	**126.752.900**	**100,**0

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

O Eixo 8., destinado a reforçar a capacitação institucional das entidades regionais incluindo a melhoria do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, apresenta uma dotação financeira de 53,5 M euros., dos quais 28,7 M euros de FEDER e 24,7 M de euros FSE. Este montante e a distribuição de recursos por Domínio de Intervenção parecem coerentes com seu campo de atuação.

Quadro n.º 20 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 8, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/FSE	
	Montante (€)	%
48 - TIC: Outros tipos de infraestruturas de TIC/recursos informáticos/equipamento de larga escala (incluindo infraestruturas eletrónicas, centros de dados e de sensores; também quando integrados em outras infraestruturas, tais como instalações de investigação, infraestruturas ambientais e sociais)	2.878.424	10,0
78 - Serviços e aplicações de administração pública em linha (incluindo contratação publica eletrónica, medidas TIC de apoio a reforma da administração publica, cibersegurança, medidas de confiança e privacidade, justiça eletrónica e democracia eletrónica)	21.588.177	75,0
79 - Acesso à informação do setor público (incluindo cultura eletrónica de dados abertos, bibliotecas digitais, conteúdos eletrónicos e turismo eletrónico)	1.439.212	5,0
80 - Serviços e aplicações de inclusão eletrónica, acesso eletrónico e	1.439.212	5,0

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER/FSE	
	Montante (€)	%
aprendizagem e ensino eletrónicos, literacia digital		
81 - Soluções TIC para responder ao desafio do envelhecimento ativo e saudável e serviços e aplicações de saúde em linha (incluindo a prestação de cuidados em linha e a assistência a autonomia eletrónica)	1.439.2121	5,0
Total FSE	**28.784.236**	**100,00**
119 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação	14.732.710	59,57
120 - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	10.000.000	40,43
Total FEDER	**24.732.710**	**100,00**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

Relativamente ao Eixo 9. Reforçar a Rede Urbana, o Programa contempla 211 M euros destinados a promover o desenvolvimento urbano integrado, sendo um Eixo central na estruturação de um rede policêntrica de cidades médias. A distribuição das verbas por Domínio de Intervenção evidencia uma concentração na "Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais", seguida das "Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)", o que é coerente com a tipologia de investimentos a realizar tendo em vista o reforço da rede urbana.

Quadro n.º 21 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do Eixo 9, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
43 - Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	50.400.000	23,9
44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas TI de monitorização, de controlo e de informação)	12.600.000	6,0
54 - Infraestruturas de habitação	11.000.000	5,2
83 - Medidas relativas à qualidade do ar	6.700.000	3,2
84 - Prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP)	6.700.000	3,2
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	120.600.000	57,2
55 – Outras infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local	3.000.000	14.2
Total	**211.000.000**	**100,0**

Fonte: CCDR Centro, CRER 2020: POR CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (agosto de 2014).

Questão 32 - Os recursos alocados ao PO são coerentes com os objetivos e prioridades selecionadas/focadas?

A dotação financeira atribuída ao Programa é coerente com as orientações comunitárias e a delimitação de campos de atuação definida no Acordo de Parceria entre os PO temáticos e os PO das Regiões de Convergência. No entanto, considera-se que existem domínios onde uma maior territorialização das políticas públicas poderia beneficiar a concretização da ambição da Região para 2020 (p.ex., em matéria de ações de educação e formação de adultos, de promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego).

Questão 33 - A(s) forma(s) de apoio propostas para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face aos objetivos e prioridades temáticas definidas, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais- valia da política pública?

A forma de apoio privilegiada pelo Programa é a subvenção não reembolsável, sendo utilizada a subvenção reembolsável apenas no Eixo 1. (OT 1) Eixo 2 (OT 3.) e Eixo 6 (OT 4.) e mobilizados instrumentos de engenharia financeira somente nas seguintes Prioridades de Investimento:

- PI 3.2. e 3.3., com o objetivo de colmatar as falhas de mercado evidenciadas ao nível do acesso ao financiamento por parte das PMEs;
- 8.3./8.8, para apoio a iniciativas de microcrédito e consolidação de alternativas de financiamento na área do mico empreendedorismo, e fundos de garantia de apoio à criação do próprio emprego.
- PI 4.2., para financiar investimentos no domínio da eficiência energética e das energias renováveis nas empresas.
- PI 6.5. e 9.8, para intervenções de regeneração e revitalização física, económica e social em áreas urbanas;
- PI 9.7. par apoio ao investimento em equipamentos de saúde e sociais; e
- 9.6/9.10., para financiar investimentos integrados no DLBC..

A utilização da subvenção reembolsável no Eixo 1, Eixo 3 e Eixo 6 e a mobilização de instrumentos de engenharia financeira nas Prioridades de Investimento mencionadas é adequada face aos objetivos e natureza das ações a apoiar por estas PI. De forma a promover uma maior sustentabilidade e mais-valia das políticas públicas e tendo em consideração o definido no Acordo de Parceria relativamente aos instrumentos de engenharia financeira, considera-se que deverá existir uma estreita articulação do Programa com os PO temáticos e com os instrumentos financeiros que estes vierem a contemplar, nomeadamente para a criação de novas empresas e novos negócios (PI 3.1), no POCI, e para o investimento no empreendedorismo e inovação social no PO ISE.

Relativamente às modalidades e instrumentos de apoio às empresas considera-se que devia existir um uso generalizado dos mecanismos de engenharia financeira em todas as Prioridades de Investimento, na medida em que a utilização destes instrumentos, em detrimento da tradicional tipologia de subsídio não reembolsável (v.g. a fundo perdido), apresenta vantagens consideráveis:

- Os mecanismos de engenharia financeira podem assegurar, em determinados formatos, um efeito alavanca muito poderoso em termos do financiamento efetivamente assegurado aos promotores dos projetos; tal é o caso das “linhas de crédito” com garantia pública e, quando justificável com bonificações de juros e comissões, igualmente, suportadas pelos Programas; nestas situações, e porque o “funding” é assegurado pelas instituições financeiras, a relação despesa pública/investimento empresarial pode atingir uma relação de 1 para 8, isto é, uma unidade de recurso público pode induzir um investimento de oito unidades.
- Uma vez descontados os *defaults* nos financiamentos diretos ou garantidos ou os insucessos (menos valias) na aplicação de capital de risco, os fundos de engenharia financeira são reembolsáveis o que faz com que possam ser reutilizados ou "preservados" para necessidades futuras.
- Em complemento, os mecanismos de engenharia financeira atuam numa lógica mais próxima do funcionamento do mercado, melhorando o funcionamento dos mercados financeiros, em lugar de subsidiar diretamente as empresas opção que lhes cria a ilusão de que os apoios públicos podem substituir-se aos bancos no financiamento da economia.

Como instrumentos a utilizar sugere-se um portfólio diversificado que atue no domínio da dívida, do capital e de instrumentos híbridos (*mezannine finance*). Constituindo a insuficiente capitalização das empresas portuguesas um problema estrutural fortemente agravado pela situação de crise, importa conferir prioridade muito vincada aos instrumentos de capital, apostando na intervenção dos fundos de capital de risco nas suas diversas vocações (*seed capital, start-up*, inovação e internacionalização) e na atividade de *bussiness angels*, procurando ampliar e densificar a experiência iniciada no QREN. Dentro da lógica da inovação financeira, justifica-se que seja estudada adicionalmente a viabilidade do lançamento de novos instrumentos direcionados para iniciativas inovadoras, como o *crowdfunding* competitivo, bem como de linhas de financiamento especiais com um perfil de “quase capital” (p. ex.,

amortização “bullet” no final de um período de empréstimo com maturação alongada e uma remuneração mista de juros e de participação em resultados).

3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES RESULTADOS DA AAE DO PO CENTRO[2]

3.1. SINTESE DA ANÁLISE DA AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do POR Centro foi desenvolvida de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Todo o processo de AAE foi estruturado com o intuito de fornecer um quadro de análise estratégica dos efeitos positivos/ oportunidades que podem ser valorizadas e dos efeitos negativos/ ameaças que será necessário acautelar com a implementação do POR Centro, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e regional da área de intervenção.

Após os diferentes períodos de consulta a entidades com responsabilidades ambientais específicas e ao público em geral, de acordo com o definido na legislação, a análise integrada dos efeitos positivos, negativos e recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Centro demonstra um balanço positivo sobre os diversos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) alvos de avaliação. Contudo é necessário salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR que se considera que consolidarão o Programa e reforçaram as questões associadas à salvaguarda da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos) para o desenvolvimento da Região e do País.

Neste contexto, e numa análise estruturada por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e I&D&I

A implementação do POR Centro constitui uma oportunidade para o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, orientada para os setores diferenciadores da Região Centro, com especial foco para a agricultura, mar, pesca, floresta, turismo, saúde e bem-estar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), biotecnologia, materiais e valorização dos recursos endógenos naturais, tendo como objetivo estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a cooperação e a internacionalização.

Prevê-se que o POR Centro contribua para o aumento da competitividade e da produção sustentável, através da adoção das melhores técnicas disponíveis e métodos de produção que promovam a ecoeficiência e o uso de energias renováveis, reforçando o investimento empresarial em I&D&I, a participação das empresas em redes de parcerias e cooperação com o Sistema Cientifico e Tecnológico Regional e outras entidades nacionais e internacionais. Este cenário perspetiva o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de cadeias de valor, com base em novos (e / ou melhoria de) processos e produtos transacionáveis e internacionalizáveis. Neste contexto, realça-se o especial foco no que reporta à ecoinovação no sentido de criar atividades económicas mais ecológicas e que contribuam para as soluções dos desafios ambientais e que promovam o aumento das exportações e a visibilidade nacional e internacional da Região Centro.

O POR Centro permitirá ainda, melhorar a intermodalidade e interoperabilidade associada à logística sustentável, promovendo os meios de transporte de mercadorias mais sustentáveis e eficientes, com

[2] *Esta síntese refere-se ao Relatório Ambiental que resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Específicas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de março de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão. Assim, considerando que foram entretanto produzidas outras versões do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas incongruências com a versão mais atual do mesmo.*

menor custo para as empresas, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas, da capacidade de internacionalização, da atração de investimento, bem como para a sustentabilidade das deslocações.

Considera-se ainda que o POR Centro constitui uma oportunidade para potenciar a valorização económica dos recursos naturais endógenos, sobretudo nos territórios de baixa densidade, através do estímulo ao empreendedorismo, dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, nomeadamente as sociais, promoção do emprego e adaptação das empresas ao novo quadro de competitividade da economia global.

Energia

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se no âmbito da AAE que os conteúdos disponibilizados pelo POR Centro apresentam apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado. É demonstrada capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que comprometem-se a potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos. De igual modo, são promovidas ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção. Demonstra-se, assim, concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitárias associadas a estas matérias.

Constata-se também uma preocupação em promover a intermodalidade e a otimização dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização e a redução do congestionamento gerado pelo transporte individual.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas, constantes também das recomendações da AAE.

Qualificação Territorial

No que refere à qualificação territorial, verificou-se que os conteúdos disponibilizados pelo POR Centro dispõem de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano. É, assim, demostrada alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação pela deposição não controlada de resíduos.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são visivelmente positivos, prevendo-se benefícios ambientais significativos com o adequado cumprimento do programa operacional e financeiro e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas no âmbito das recomendações da AAE.

Proteção e valorização dos recursos naturais e património

De uma forma em geral considera-se que o POR assume a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove sobre o consumo de recursos e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes. Considera, inclusivamente, que a sua gestão e valorização constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável, pelo que as recomendações apresentadas pela AAE no âmbito deste FCD surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas,

revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).

Contudo, entende-se que deve ser definida/delimitada a área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar, tal como um conjunto de critérios que asseguram a sua pertinência e adequabilidade, tendo em conta a vocação endógena do território.

Não obstante, perspetiva-se que a implementação do POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valoração.

Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social

A implementação do POR Centro permitirá contribuir para os objetivos do FCD Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social, especialmente para o reforço do investimento na educação e na melhoria das qualificações da população e na eficácia das respostas sociais a problemas como o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Neste sentido, é também promovida a redução das assimetrias regionais e a fixação de população nas áreas menos desenvolvidas, e a consequente regeneração territorial e minimização dos efeitos associados ao despovoamento.

No entanto, e apesar de não serem identificadas ameaças, é necessário que o POR Centro reforce a importância da formação ambiental, que promova um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente a qualidade de vida da população.

Qualidade Ambiental

As oportunidades identificadas no âmbito deste FCD prendem-se essencialmente com a promoção da melhoria da qualidade do ar, através dos projetos apoiados no âmbito da eficiência energética e mobilidade regional, para além da oportunidade ao nível da resolução ou prevenção de dissonâncias ambientais. Assim, e de acordo com a análise desenvolvida na AAE, no que refere à Qualificação Ambiental, verificou-se que a proposta do POR Centro dispõe de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva na Região do Centro.

Conclui-se que os efeitos ambientais previstos são positivos, pelo que se prevê um contributo positivo no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro.

Não obstante, importa considerar as recomendações definidas no âmbito deste FCD e que pretendem contribuir para potenciar as oportunidades identificadas e dar resposta às ameaças.

Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Considera-se pertinente referir que as temáticas, operações e intervenções diretamente associadas aos Riscos e Alterações Climáticas são abrangidas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria). No entanto, são temáticas transversais e cujos princípios de salvaguarda e atuação devem ser garantidas e integradas nas estratégias e orientações das intervenção ou operações no âmbito, objetivos e princípios dos restantes PO, como o POR Centro, no sentido deste promover e contribuir para a prevenção e minimização de riscos e para as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. Assim, foi integrada na AAE a avaliação a um FCD “Riscos naturais, tecnológicos e mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”.

Neste sentido, e apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Centro não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio, nomeadamente com a integração das recomendações da AAE efetuadas no âmbito deste FCD principalmente associadas à internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos específicos (plataformas, ferramentas, procedimentos) de governação que permitam assegurar uma adequada articulação entre o POR Centro e o PO SEUR, e com os restantes PO, de modo a que as intervenções e operações apoiadas no âmbito deste POR se constituam oportunidades complementares.

3.2. PRINCIPAIS EFEITOS DO POR CENTRO E RECOMENDAÇÕES DA AAE

A AAE do POR Centro procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Programa.

Tendo em consideração os elementos da proposta do POR Centro, e os respetivos efeitos ambientais identificados para cada FCD, foram apresentadas diversas recomendações passíveis de inclusão no programa e outras como medidas complementares e subsequentes para posterior implementação durante a elaboração de Regulamentos e/ou avisos de abertura de fase de candidatura.

No Quadro seguinte. são apresentados os potenciais efeitos identificados e avaliados, pela AAE, que o POR Centro poderá ter sobre cada FCD e as respetivas recomendações que daí resultam. São também identificados os objetivos definidos para cada FCD ao qual a recomendação responde e que se pretende que assegure o seu cumprimento e, por fim, o contributo da recomendação, isto é, se esta foi definida com o propósito de potenciar os efeitos positivos e/ou se surge como uma resposta para eliminar ou minimizar os efeitos negativos identificados.

Quadro n.º 22 - Principais efeitos e recomendações no âmbito dos FCD da AAE

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
FCD "Competitividade e I&D&I"			
- Melhorar a base de conhecimentos, promover a ecoinovação e ecoeficiência, contribuindo para o aumento sustentável da produtividade, assegurando ao mesmo tempo a utilização sustentável dos recursos e atenuando as pressões sobre o ambiente; - Melhorar as qualificações, as competências e contribuir para o desenvolvimento de soluções industriais mais sustentáveis; - Valorizar a reciclagem de resíduos em simbiose industrial, a conceção de novos materiais e o aproveitamento dos resíduos com origem agroflorestal; - Desenvolver novos produtos associados ao mar, à atividade agroflorestal e à economia verde, incluindo a introdução de abordagens inovadoras nos processos ligados ao aproveitamento e transformação dos recursos endógenos naturais otimizando a sua posição nas respetivas cadeias de valor (e.g. gestão florestal sustentável, prevenção, deteção e combate a incêndios; gestão sustentável de matérias primas e dos recursos geológicos; agricultura de precisão; comercialização especializada de produtos agroalimentares; aquacultura,	Efeitos Positivos: - A implementação do POR Centro constitui uma oportunidade para reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico, orientada para os setores diferenciadores da Região Centro, com especial foco para a agricultura, mar, pesca, floresta, turismo, saúde e bem-estar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), biotecnologia, materiais e valorização dos recursos endógenos naturais, tendo como objetivo estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a cooperação e a internacionalização. - Prevê-se que o POR Centro contribua para o aumento da competitividade e da produção sustentável, através da adoção das melhores técnicas disponíveis e métodos de produção que promovam a ecoeficiência e o uso de energias renováveis, reforçando o investimento empresarial em I&D&I, a participação das empresas em redes de parcerias e cooperação com o Sistema Cientifico e Tecnológico Regional e outras entidades nacionais e internacionais, perspetivando o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de cadeias de valor, com base em novos e / ou melhoria de processos e produtos transacionáveis e internacionalizáveis, com especial foco no que reporta à ecoinovação no sentido de criar atividades	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que considerem parcerias entre o sistema de I&D e o tecido empresarial para o desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos ecoinovadores e ecoeficiente; - Projetos e/ou ações que incidam sobre a valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática; - Projetos e/ou ações que contemplem a utilização de energias renováveis, o uso eficiente dos recursos e adoção das melhores técnicas disponíveis.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
pescado, conservas, sal, economia do surf).	económicas mais ecológicas e que contribuam para as soluções dos desafios ambientais e que promovam o aumento das exportações e a visibilidade nacional e internacional da Região Centro. - O POR Centro permitirá ainda, melhorar a intermodalidade e interoperabilidade associada à logística sustentável, promovendo os meios de transporte de mercadorias mais sustentáveis e eficientes, com menor custo para as empresas, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas, da capacidade de internacionalização.		
FCD "Energia"			
- Utilização eficiente dos recursos energéticos. - Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável.	Efeitos positivos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, designadamente, a eliminação de constrangimentos nas ligações à rede rodoviária principal, melhoria das condições de intermobilidade e acessibilidade logística, bem como a construção ou requalificação de infraestruturas ou plataformas logísticas de transporte, perspetivam-se efeitos positivos, prevendo-se uma contribuição para redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego. Além disso, alguns dos critérios referidos para a seleção dos projetos candidatados nesta prioridade de investimento, tais como "v) Contributo para a qualidade ambiental", e "vii) Contributo para a redução da dependência energética do exterior", são critérios de seleção considerados essenciais para a manutenção da sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, para a independência energética, redução das emissões, e melhoria da qualidade do ar ambiente. Efeitos negativos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, poderá existir risco potencial de aumento absoluto de consumo de combustíveis fósseis no cenário de crescimento económico, devido ao subsequente crescimento da frota de transportes a circular na Região e intensidade de tráfego.	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização; - Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).	↗➔

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social).	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de	Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: - A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento; - A reconversão de iluminação pública	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; - A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana.	
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: - Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa; - A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública. Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
		dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor.	
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Considerando as tipologias de ações previstas, bem como os critérios de seleção dos projetos previstos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edificado, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.	↗
	FCD "Qualificação Territorial"		
Requalificação do espaço público, recuperação infraestrutural dos edifícios e do mobiliário urbano. Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	Efeitos positivos: - Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas, com efeitos positivos ao nível da qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, permitindo a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região. - Requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços através de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano. Perspetivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e	Adoção de medidas ou critérios de seleção de projetos que incentivem a reabilitação urbana e do edificado e espaços públicos, respeitando a paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (se aplicável), execução de ações de formação avançada em técnicas de construção sustentável e reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos (p.e. RCD), visando a sua aplicação nas obras de edificação da Região. Complementarmente, recomenda-se que a "Beneficiação ambiental e paisagística" ou "Apresentação de condições de sustentabilidade ambiental" sejam definidos como critérios de seleção de projetos para o objetivo específico "OE5 – A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais", designadamente, condições ou critérios de seleção que beneficiem candidaturas com medidas de eficiência energética, racionalização no consumo de água, e enquadramento paisagístico e/ou arquitetónico desses edifícios ou espaços públicos.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	qualidade de vida em termos gerais.		
Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	Efeitos positivos: - Com as ações previstas de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Com as ações previstas de ordenamento e gestão das áreas classificadas, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da requalificação ambiental e paisagística, de conservação de habitats e espécies, e de beneficiação infraestrutural (p.e. criação de trilhos pedestres e centros de interpretação). A qualificação dos espaços e valores naturais inseridos no território proporciona vantagens para a preservação e valorização destes territórios, potenciando a diversificação da oferta turística na Região. - Com as ações previstas de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano, perspetivam-se efeitos claramente positivos ao nível da requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços.	Reformulação das ações previstas no sentido de tornarem elegíveis projetos de investimento em ações imateriais, equipamentos ou infraestruturas que potenciem a recolha seletiva, tratamento mecânico e valorização de algumas tipologias de resíduos, tais como, resíduos biodegradáveis (inerente potencial de aproveitamento integrado ou codigestão com resíduos agroflorestais ou de biomassa), óleos alimentares usados, aproveitamento dos VFV para constituir stock de peças de substituição, reaproveitamento in loco dos resíduos de construção e demolição, e de subprodutos capazes de serem valorizados como combustível derivado dos resíduos (CDR), entre outros. Promoção do princípio do Pay-As-You-Throw (PAYT), e consequentes alterações tarifárias, em todas as fileiras de resíduos de forma a promover a redução e a separação na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva.	↗
Requalificação do espaço público, recuperação infraestrutural dos edifícios e do mobiliário urbano. Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	Efeitos positivos: - Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas, com efeitos positivos ao nível da qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, permitindo a promoção turística de território com	Definição de critérios de seleção de operações que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais, preservação da biodiversidade, da qualidade ambiental dos espaços a intervir, da redução dos passivos ambientais e focos de poluição, da requalificação do edificado e enquadramento com a paisagem envolvente; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização, e da preferência por métodos de construção sustentável, aproveitamento	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região. - Requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços através de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano. Perspetivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais.	*in loco* de materiais, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).	
FCD "Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património"			
Proteção e valorização do património natural e cultural. Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património natural e cultural existente. Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um *continuum naturale* em todo o território. Promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes.	Definição/delimitação da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar, tendo em conta a vocação endógena do território, relativamente aos diversos setores de atividade (ex: floresta, mar, áreas protegidas/Rede Natura 2000, património, etc.)	↗
Proteção e valorização do património natural e cultural.	Efeitos Positivos: Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar) Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.	Promoção da afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou renaturalização.	↗
Proteção e valorização do património natural e cultural. Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes	Efeitos Positivos: Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar) Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.	Estimulo do interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Proteção e valorização do património natural e cultural. Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um *continuum naturale* em todo o território. Promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes. A delimitação / definição um continuum naturale requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos.	Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica.	↗ ➔
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Construção e localização de edifico e infraestruturas que poderão surtir efeitos negativos na biodiversidade em resultado de perturbações, destruição e fragmentação de habitats e das populações de fauna e flora.	Adoção e definição de critérios de seleção de operações, a integrar na PI 6.4, que promovam a aposta em infraestruturas verdes.	➔
Proteção e valorização do património natural e cultural. Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um *continuum naturale* em todo o território.	Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão.	↗
Proteção e valorização do património natural e cultural. Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um *continuum naturale* em todo o território.	As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
FCD "Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social"			
Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada;	Efeitos Positivos: - A aposta na melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação e formação, como por exemplo a articulação com Centros de Ciência Viva, representa uma oportunidade para apostar fortemente na educação ambiental dos alunos/jovens, sendo este um fator crucial para a mudança de comportamentos e atitudes que conduzam as pessoas a participar ativamente não só na resolução dos problemas ambientais como numa forma de viver mais sustentável. - Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades. - A prioridade de investimento dos domínios diferenciadores relacionado com a agricultura, a floresta, o mar, a saúde e o bem estar e o turismo permitem aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais.	Inclusão de critérios que privilegiem a formação ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 3 – Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER);	↗
Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada;	Efeitos Positivos: - O apoio à formação de quadros superiores e empresários poderão ter efeitos positivos na melhoria do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas.	Inclusão de critérios que promovam o aumento do conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 4 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), Objetivo específico - Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas;	↗
Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações de níveis elevados de qualificação; Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada;	Efeitos Positivos: - Diminuição da taxa de abandono escolar e aumento da população qualificada, especialmente jovem. - Aumento do emprego e diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social.	Promoção, pelo POR, da inclusão de quadros médios no mercado laboral, sob pena de se manter apenas a tendência atual de coexistência de quadros altamente qualificados e quadros baixos (sem descurar a importância da reintegração de doutorados nas empresas).	↗
FCD "Qualidade Ambiental"			
Contribui positivamente para a qualidade ambiental ao nível da qualidade do ar Contribui negativamente para a qualidade do ar e ruido	Efeitos Positivos: - Oportunidade de, através dos projetos apoiados no âmbito da eficiência energética, contribuindo para a qualidade do ar da Região; - Oportunidade ao nível da qualidade do ar, através dos projetos apoiados nesse mesmo âmbito; Efeitos Negativos: - Ameaça ao nível do aumento do ruído e poluição do ar, associados às ações	Internalização de orientações de prevenção e/ou minimização de situações de poluição do ar e/ou ruído nos projetos apoiados no âmbito do POR Centro (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	↗ ➔

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	apoiadas no âmbito do PO Centro de mobilidade regional.		
Contribui positivamente para eliminação/redução das dissonâncias ambientais	Efeitos Positivos: - Oportunidade de eliminar dissonâncias ambientais, através das ações apoiadas no âmbito do PO Centro para valorização do histórico-cultural; - Oportunidade de eliminar dissonâncias ambientais, através das ações apoiadas no âmbito do PO Centro para valorização do património natural; - Oportunidade de eliminar dissonâncias ambientais, através das ações apoiadas no âmbito do PO Centro de reabilitação urbana;	Inclusão de orientações para a promoção de um planeamento rigoroso, eficaz e eficiente, de todas as intervenções no âmbito de cada projeto de modo a minimizar ou eliminar os efeitos decorrentes da sua implementação, passíveis de se constituírem dissonâncias ambientais. Para tal recomenda-se a inclusão, nos critérios de seleção de projetos apoiados, de uma análise detalhada de cada etapa de implementação do mesmo e, sempre que considerar no devido enquadramento legal a prevenção e gestão e resíduos, o devido tratamento das águas residuais, a promoção da qualidade do ar, deve ser um projeto com mérito ao nível da qualidade e diferenciação face a outro projeto que não verifique as mesmas condições. Estas orientações contribuirão Para a minimização / eliminação dos problemas ambientais associados a resíduos industriais não tratados e focos de deposição de recursos hídricos.	↗
	Efeitos Positivos: - Oportunidade de promover comportamentos adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais, contribuindo para a não ocorrência de dissonâncias ambientais;	Inclusão de orientações no sentido de promover a educação e sensibilização dos visitantes nos projetos apoiados no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da biodiversidade. Os projetos de promoção, proteção e valorização da biodiversidade, sempre que possível e pertinente, devem incluir ações de educação e sensibilização (e.g. atividades de promoção das ações implementadas, ao nível das escolas, dos meios de comunicação), destacando a(s) sua(s) potencialidade(s) e necessidade de salvaguarda) de modo a potenciar a consciencialização da população para as mais-valias nomeadamente ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas.	↗
FCD "Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas"			
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região Centro	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da melhoria das infraestruturas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da regeneração física das zonas desfavorecidas urbanas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos	Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo PO Centro, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas. A temática dos riscos é do âmbito do PO	↗ ➔

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	naturais e tecnológicos ao nível da reabilitação urbana, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de ensino secundário e ensino superior, e formação em geral com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade ao nível da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais (incluindo áreas extrativas), com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos; Efeitos Negativos: - Ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às ações apoiadas no âmbito do POR Centro de mobilidade regional.	da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo PO Centro contribuam para a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos, pelo que a descrição do projeto que considere o contributo do mesmo para a prevenção e/ou minimização dos riscos deverá ser considerado um projeto com mérito ao nível da diferenciação (e.g. projetos que incluam análise de vulnerabilidades aos potenciais riscos da área de intervenção e atividades associadas.	
Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas, no âmbito do PO Centro, de valorização do património natural.	Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Centro contribuam para a resiliência e adaptação da Região Centro às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas).	↗ →
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos;	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e risco tecnológico (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Centro e acautelar potenciais incidentes que possam resultar dos fenómenos naturais associados às alterações climáticas.	↗
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade ao nível da redução/eliminação de riscos tecnológicos;	Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas, equipamentos existentes em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira).	
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos;	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Centro com o PO SEUR.	↗
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais (incluindo áreas extrativas), com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos; - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 20074-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Centro, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Centro se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
		informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.	

Legenda:

Contributo	↗	➔
	Potencia os efeitos positivos/ oportunidades	Responde aos efeitos negativos/ ameaças

Refira-se que a proposta do POR Centro responde aos principais constrangimentos identificados no FCD "Competitividade e I&D&I" e nos principais documentos estratégicos analisados, sendo de destacar o Plano de Ação Regional, o Acordo de Parceria Portugal – Comissão Europeia) e as Estratégias de Especialização Inteligente da Região Centro e Nacional. Os constrangimentos estruturais identificados, (particularmente a reduzida dimensão das empresas, baixa intensidade tecnológica, baixa intensidade de despesas de I&D empresarial e da reduzida produtividade média regional), e o potencial diferenciador (particularmente a biotecnologia, as tecnologias de informação, comunicação e eletrónica os recursos turísticos e a riqueza e consciência do Sistema Regional de Inovação) estão vertidos em prioridades de investimento e metas de ambição estratégicas, no que respeita aos domínios da competitividade, investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização, sendo notório o papel desempenhado pela participação institucional, na perspetiva de poder contribuir para a consistência do que está programado.

Salienta-se ainda o facto dos efeitos positivos potenciais irem muito para além dos objetivos em torno da especialização produtiva da Região Centro e da necessidade de aumentar níveis de intensidade tecnológica, de conhecimento, de inovação e de produtividade, uma vez que a especialização inteligente do Centro interliga-se fortemente com prioridades estratégicas nucleares relevantes como a da coesão territorial, a valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais, as tecnologias, a qualidade de vida e a inovação territorial, com especial foco para a inovação em meios rurais.

Por sua vez, e no âmbito específico dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, importa referir que a proposta de recomendações pretende que os projetos apoiados no âmbito do POR Centro internalizem a questão dos riscos e das alterações climáticas, de modo a acautelar preventivamente potenciais ocorrências com efeitos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações nos diversos FCD que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR Centro. Destacam-se assim: Reformulação dos critérios de seleção e avaliação contemplados pelo PI 6.3, no sentido de explicitarem de forma clara e objetiva as ações que podem ser apoiadas relativas à promoção, recuperação, reabilitação ou de valorização do património presente; Promoção de uma agenda e rede cultural que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas; Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc); Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção, a integrar no PI 6.4 que estabeleçam orientações específicas para a localização das empresas, tendo em conta a ocupação do solo, estimando a forma como estas afetam o ambiente onde se inserem. Importa por isso ter em conta as mais-valias ambientais geradas por estas empresas por um lado, e as práticas desenvolvidas que promovem a conservação da natureza ou a gestão sustentável /otimizada dos recursos naturais, por outro e; Adoção e definição de critérios de seleção, a integrar no PI 6.4 que permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos.

Assim, as recomendações apresentadas, em particular no âmbito dos FCD De Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património e Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas, surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tal como estabelecido no âmbito do Acordo de

Parceria. Outras surgem, como referido anteriormente, para internalização na fase subsequente do PO, no âmbito da elaboração dos seus regulamentos e definição dos critérios de avaliação das candidaturas (em especial para os FCD de Competitividade e I&D&I, Energia, Capital Humano, Inclusão Social e Emprego e Qualificação Territorial).

Em síntese, considera-se que importa considerar as recomendações propostas pela AAE e reforçar na proposta do POR a articulação e ligação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações ou a forma como essas servirão para concretizar os respetivos Objetivos Específicos. Estas questões aplicam-se essencialmente aos OT cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

A proposta de POR assume-se como bastante positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. CONCLUSÕES

1. Nas condições estabelecidas pelos condicionantes da Estratégia Europa 2020 e regulamentação de Fundos Estruturais, pelo AP e orientações para a programação dos Programas Operacionais Regionais emanadas do grupo de trabalho respetivo, o PO Centro 2014-2020 adequa de modo muito satisfatório o PAR CRER 2014-2020 e o valioso material de participação institucional que o caracterizou ao formato exigido para a programação. Não pode ignorar-se que a elaboração do PAR foi concretizada num contexto de alguma incerteza quanto aos contornos e formatos da programação do PO, não sendo por isso perfeitamente natural a adaptação do quadro e referencial estratégico do PAR ao formato mais segmentado do PO, por força dos condicionantes e orientações que presidiram à sua preparação e sucessivas versões de apresentação às autoridades nacionais e comunitárias. Apesar disso, a AEA concluiu que não há propriamente qualquer problema de cobertura de necessidades estratégicas da Região, tão só por vezes em domínios claramente identificados pela AEA alguma dificuldade de mobilizar instrumentos de política pública muito segmentados pelas prioridades de investimento retidas pela programação a nível nacional. De facto, tal como foram concebidas as prioridades de investimento pelas cadeias de programação dos domínios temáticos, observa-se no entender da AEA uma excessiva segmentação e estratificação de instrumentos de política pública, cerceando algumas vezes a criatividade regional na identificação das fórmulas de integração mais pertinentes. A integração na versão final do PO Centro de um EP focado no desenvolvimento urbano sustentável e mobilizando as PI 4.3, 6.5 e 9.8 minimizou, por outro lado, uma das principais desconformidades observadas entre o PAR e a margem de manobra concedida pelo AP.

2. Mediante a aplicação da metodologia de avaliação da "teoria da programação" largamente instalada na literatura da avaliação de programas, a AEA identifica no PO Centro a presença de uma elevada coerência estratégica entre o diagnóstico prospetivo da Região e as intervenções propostas. Releva sobretudo para este efeito a identificação realizada pela AEA dos chamados fatores críticos da programação, que sistematizam não só potenciais desenvolvimentos e melhorias do PO, como também fornecem à futura monitorização estratégica da programação, acaso sejam ultrapassados algumas insuficiências de indicadores, uma preciosa ajuda.

Sobre os fatores críticos da programação

3. Entre os fatores críticos de programação enunciados importa destacar à cabeça a ***centralidade dos instrumentos de competitividade (I&D, inovação, internacionalização) e do papel enquadrador e racionalizador da EEI-Centro.*** Uma parte substancial da transformação regional que o PO Centro pretende veicular e das metas a que se pretende chegar no âmbito do CRER 2020 está contida nos efeitos concretos que estes instrumentos tenderão a produzir, sob a função racionalizadora da inovadora EEI - Centro. A AEA sinalizou os seguintes fatores críticos:

- **Desafios de governança a quatro níveis**: (i) governança para a consolidação do SRI Centro, ou com outra terminologia a coordenação estratégica dos ecossistemas de inovação instalados na Região (essencialmente Coimbra, Aveiro e Beira Interior, mas não esquecendo também os ecossistemas de dimensão mais reduzida que alguns Institutos Politécnicos estão a gerar, como Leiria); (ii) governança da própria EEI Centro para a qual está desenhado um modelo promissor que antecipa a "governance" do SRI; (iii) governança regional de sistemas de incentivos; (iv) coordenação regional da intervenção FEDER-FSE, por exemplo da relevância que o apoio à formação de doutoramentos no quadro das opções da EEI-C poderá revestir;

- **Capacidade de fazer convergir nas empresas** os efeitos de incentivos ao empreendedorismo de base tecnológica, à I&D empresarial, à inovação e à internacionalização, potenciando processos virtuosos do tipo I&D – inovação, I&D –

internacionalização e I&D- inovação-internacionalização[3]**.** Esta convergência ou integração de efeitos é fortemente tributária da seletividade de projetos a apoiar, tendo em conta que, pela informação disponível existente até ao momento, tudo leva a crer que continuarão a existir entradas para as empresas nos domínios da I&D empresarial individual ou em copromoção, inovação e internacionalização/qualificação. A EEI- Centro validada e reconhecida pela Região favorecerá essa integração, mas será necessário fazer refletir esse reconhecimento em critérios de valoração de mérito de projeto de modo claro e inequívoco.

- **Relevância do fator financiamento:** trata-se de um fator crítico que continua pendente ao longo de sucessivos períodos de programação, agravado na parte final do período de programação anterior pelas dificuldades de acesso ao crédito bancário e pela estrutura deficiente de capitais próprios que a grande maioria das PME portuguesas ainda apresenta e pela ainda muito lenta transição que se vai observando no financiamento bancário em termos de focagem nos transacionáveis.

4. Um outro fator crítico identificado prende-se com o modo como a programação do PO irá acomodar ***a ambição regional para a política de Cidades.***

Como já foi mencionado, a versão final do PO Centro objeto de avaliação ao consagrar no EP 9 o foco no desenvolvimento urbano sustentável dos centros urbanos de ordem superior da Região, mobilizando as PI 4.5, 6.5.e 9.8, permite minimizar os constrangimentos que as versões iniciais do AP e do próprio PO colocavam ao vetor política de Cidades. A questão da rede policêntrica de cidades de média dimensão está referenciada entre os domínios de intervenção do PAR 2014-2020 (URBES), constitui eixo de atuação desse mesmo PAR, assume o estatuto de PEN e está entre os ativos diferenciadores reconhecidos pelo diagnóstico estratégico que suporta o PO. A PEN decorrente dos trabalhos do PAR "*Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão*" alinha com a Agenda europeia para a Política de Cidades que as projeta como importantes catalizadores da competitividade dos territórios e da atração/fixação de recursos humanos qualificados. No quadro da intervenção do EP 9, o fator crítico da programação estará na capacidade do PO induzir na Região engenharia de projeto capaz de combinar as dimensões da transição para uma economia de mais baixo carbono, de valorização do ambiente urbano e da regeneração física, económica e social de áreas urbanas críticas, ao mesmo tempo que para os restantes centros urbanos há que mobilizar os recursos disponíveis dessas PI que outros EP poderão apoiar. Tudo isto, num paradigma de intervenção no espaço urbano com menor carga infraestrutural e essencialmente de reabilitação e reutilização funcional de espaços e equipamentos, invertendo o foco de programações anteriores.

5. Um outro fator crítico é identificado no que respeita ao ***compromisso a realizar entre a assunção da redução de assimetrias regionais como objetivo estratégico do PO e os desafios de produção de resultados.***

A AEA sinaliza com clareza que é corajoso e inovador na programação nacional o compromisso de inscrever nas metas de ambição estratégica do PO a redução das assimetrias regionais em 10%, mesmo tendo em conta o trabalho em termos de sistema de informação regional que será necessário desenvolver para estabilizar uma métrica consistente dessa redução. Essa ambição de compromisso coloca, porém, a programação sob o peso de fatores críticos de produção de resultados que a AEA deve sinalizar. A AEA considera bastante inovadora a abordagem de inscrever na programação duas abordagens para produzir resultados sobre esta matéria: (i) uma abordagem em termos de EEI, de matriz marcadamente regional (até porque os OT1 e OT3 estarão ausentes dos Pactos/ITI NUTS III e DLBC), que contém pelo menos duas áreas de interligação com relevante interesse para a redução de assimetrias – a valorização e uso eficiente de recursos endógenos naturais e a inovação territorial com especial ênfase na inovação em meios rurais e na inovação social; e (ii) uma abordagem marcadamente de matriz ascendente, baseada no desenvolvimento socioeconómico local, na

[3] Na *Avaliação Estratégica do QREN 2007-2013 – Lote Inovação e Internacionalização*, com elementos reportados a projetos encerrados em 31.12.2013, a Região Centro aparecia bem representada com projetos de I&D empresarial, essencialmente *in-house*, que simultaneamente apresentavam resultados de inovação (processo ou produto) e operavam em mercados internacionais com aumento de peso de volume de negócio internacional, o que pode constituir um fator promissor para a ambição da programação 2014-2020.

valorização competitiva do potencial endógeno e na defesa de criação de ITI específicos para a baixa densidade, que exigirá uma forte coordenação regional para ser orientada em função do objetivo global de redução das assimetrias.

O fator crítico aqui presente não é tanto a inovação da abordagem, que a AEA sinaliza como um fator distintivo do PO face a períodos de programação anteriores, mas sobretudo a necessidade de aprofundar mais o contributo de cada uma das abordagens para atingir a meta consignada de redução das assimetrias em 10% (meta a monitorizar em função de indicadores de impacto do Barómetro da Região Centro e não propriamente a partir de indicadores do PO). Os mecanismos de transmissão de efeitos são diferentes, pelo que em termos de AEA é fundamental explicitá-los e hierarquizar o seu contributo para se poder avaliar a consistência dos resultados que se pretende atingir.

A colocação da EEI- Centro ao serviço da coesão territorial implicará seguramente a inovação de processos nesta matéria, abrindo-se espaço para uma nova família de projetos de I&D e produção de conhecimento em copromoção, envolvendo o sistema científico e tecnológico da Região e os territórios, representados pelas suas instituições e empresas mais dinâmicas.

6. ***A questão do emprego e do emprego qualificado em particular*** constituem um dos desafios mais relevantes colocados pela estratégia regional que suporta a programação. A produção de resultados em termos de "Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador" ascende ao estatuto de PEN na programação e uma das metas de ambição estratégica global fixa o objetivo de atingir 40% de jovens com formação superior. O PAR consagra-lhe também um domínio de intervenção, também na perspetiva da captação de talentos, pressupõe-se que na dupla perspetiva de formação interna e de atração de recursos qualificados do exterior ou de outras regiões nacionais. Neste contexto, não há propriamente referência a objetivos de criação de emprego, mas das apostas anteriormente enunciadas infere-se inequivocamente a preocupação da qualificação do emprego como algo de transversal às apostas do PO.

Pressupondo como válida esta interpretação, a AEA sinaliza que será importante dimensionar a previsível criação de emprego qualificado que resultará essencialmente dos instrumentos a veicular pelos eixos prioritários 1 e 2 (OT1 e OT3), não só para alinhar em termos de empregabilidade com a aposta de ter 40% dos jovens da Região com formação superior, mas também para dimensionar o alcance dos restantes instrumentos de política a mobilizar no âmbito das políticas de emprego e inclusão (eixos 4 e 5 e OT8 e OT9).

Nas condições atuais de informação disponível, a AEA sinaliza para além destes domínios críticos três outros aspetos sobre os quais interessaria avaliar o posicionamento do PO: (i) A articulação necessária com a Iniciativa da União Europeia Emprego Jovem (público dos NEET – *Not in Education, Employment or Training*) que será gerida a nível nacional, cuja territorialização interessará à Região acompanhar de modo proativo; (ii) a definição de orientações para a figura dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade previstos pelo AP para os ITI de base NUTS III.

7. A acomodação por parte do PO dos ***instrumentos de política inclusiva*** constitui um outro fator crítico identificado pela AEA. O modo como a programação nacional se propõe acolher os instrumentos de política a mobilizar no âmbito dos OT 8 e 9 repercute-se na opção pela criação dos EP 4 (Empregar e Convergir) e 5 (Aproximar e Convergir) no PO Centro, os quais para além de estarem conectados com a prioridade da coesão territorial, aplicarão na Região, sobretudo em articulação com o PO Inclusão e Emprego, a política inclusiva de emprego. A AEA sinaliza a significativa estratificação de instrumentos de política que resulta desta abordagem, visível por exemplo no menu de prioridades de investimento que é possível mobilizar a partir da dimensão empregabilidade – inclusão e da dimensão inclusão e desenvolvimento social propriamente dito, seja por exemplo no domínio de empreendedorismo de necessidade e nas intervenções em torno da economia e da inovação social. Há sérios riscos de sobreposição de instrumentos de política e num quadro de vontade expressa pelo PO de que os eixos 4 e 5 sejam eixos FSE – FEDER essa clarificação de "quem intervém em quê" parece fundamental assegurar.

8. Interessaria ainda que a intervenção concertada do PO Centro e do PO Inclusão Social e Emprego no território da Região permitisse definir com mais rigor o contributo que resultará destes dois PO para

a diminuição do desemprego de longa duração que, a nível nacional, representou, em ¾ do ano de 2013, 62% do total do desemprego. A dimensão nacional do fenómeno obriga a que, ponderadas as diferenças regionais, cada Região proporcione na sua programação um contributo para minimizar este problema, gerador de exclusão social e com reflexos sérios no produto potencial da economia portuguesa.

9. Ainda no domínio das políticas de inclusão, a AEA sinaliza como fator crítico o modo como a opção do PO Centro por políticas integradas de inclusão ativa serão articuladas com as estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais. Uma abordagem simplesmente "*bottom-up*" a esta questão pode penalizar a territorialização na Região destas políticas, em função das necessidades mais prementes e da própria territorialização do desemprego. Por isso, a combinação de uma lógica de intervenção regional (descendente) com a experiência das DLBC parece ser a via mais promissora para assegurar esta territorialização.

10. A AEA sinaliza ainda, no que respeita à PI que cobre as ***infraestruturas escolares e de formação***, que será necessário dotar o PO Centro de uma melhor fundamentação das prioridades de intervenção aqui contempladas, sobretudo no que diz respeito às infraestruturas de formação, dada a inexistência de estudos de teor similar às Cartas Educativas e considerando a reorganização latente da rede de ensino superior no território continental[4]. No caso das infraestruturas escolares, poderá antever-se que se tratará essencialmente de preenchimento de redes, que não terá sido possível colmatar no período de programação anterior. Já no que respeita às infraestruturas de formação, não é conhecido da AEA qualquer documento fundamentador de tais necessidades e essa matéria não consta dos constrangimentos estruturais acusados pelo diagnóstico de suporte ao PO. Regista-se que a questão infraestrutural não foi referida nos trabalhos de participação na elaboração do PAR 2014-2020 como particularmente determinante de necessidades de intervenção.

Em matéria de conformidade da estratégia do PO com o diagnóstico prospetivo

11. Do ponto de vista global, o PO Centro tem a sua programação fundamentada de modo bastante sólido com elementos de diagnóstico prospetivo sobre a Região que cobrem, embora de forma desigual, os diferentes domínios de intervenção do PO. A construção desse diagnóstico é suportada, por um lado, pelo conhecimento sobre a Região que os trabalhos de elaboração do PAR CRER 2014-2020 revelaram e, por outro, pelo próprio trabalho que a CCDRC e o Observatório das Dinâmicas Regionais têm vindo a realizar, territorializando progressivamente a informação estatística, em articulação com os trabalhos do INE nesta matéria e explorando a informação associada a cada período de programação[5]. Os trabalhos de fundamentação técnica do PROT-Centro realizados por equipas de investigação das Universidades da Região permitiram completar esse esforço, embora alguns domínios requeiram atualização de resultados. A AEA sinaliza que entre os domínios com menor cobertura de informação e de diagnóstico territorializado estão os domínios da energia e da inclusão /exclusão social. O primeiro resulta essencialmente da debilidade de informação a nível sub-regional e o segundo deve-se essencialmente à dispersão de fontes, à não integração de informação produzida por diferentes entidades com intervenção nas políticas sociais e à inexistência de *surveys* regionais sobre as condições sociais e de vida. A AEA regista como elemento bastante positivo em matéria de diagnóstico de suporte a classificação operada dos municípios da Região segundo os critérios utilizados para definir os estatutos de política regional a nível da UE, elemento que a AEA considera essencial para o PO Centro aplicar a sua estratégia de programação centrada na coesão territorial numa perspetiva transversal. A AEA regista ainda como elemento muito positivo o trabalho que o Observatório das Dinâmicas Regionais está a realizar em termos de construção de um barómetro de indicadores de impacto na Região que constituirá um instrumento complementar

[4] Neste ponto, é fundamental a leitura dos mais recentes relatórios sobre instituições de ensino superior, promovidos respetivamente pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e idêntico Conselho para as Instituições de Ensino Superior Politécnico: EUA – European University Association (2013), *PORTUGUESE HIGHER EDUCATION: A VIEW FROM THE OUTSIDE*, CRUP; CHEPS – Center for Higher Education Policy Studies (2013), *Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector - A report for the Portuguese Polytechnics Coordinating Council (CCISP)*

[5] Ver nesse sentido CCDRC /Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro (2013), POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL QREN 2007-2013, Coimbra, Dezembro: CCDRC

precioso do próprio sistema de indicadores a construir no âmbito do PO Centro e da sua relação com a intervenção dos PO Temáticos e do FEADER e FEAMP no território da Região.

12. O diagnóstico que suporta o PO Centro está também globalmente em linha com os documentos estratégicos de ordem superior (nacionais e comunitários) aos quais a programação deve ser ajustada e para eles contribuir. O estar globalmente em linha significa que é possível situar, a partir do diagnóstico prospetivo regional, a posição absoluta e relativa de partida da Região Centro e dos seus territórios face aos valores nacionais e comunitários e, como corolário disso, dimensionar o esforço a realizar para alinhar com as apostas estratégicas nacionais e comunitárias. Como corolário das observações produzidas no ponto anterior, os domínios da energia e das condições sociais são aqueles em que o reporte sobretudo à dimensão da Estratégia Europa 2020 se revela mais difícil, sobretudo devido à inexistência de informação de âmbito regional e sub-regional e à consequente impossibilidade de definição de *baselines*. As limitações de informação estatística de contexto em alguns domínios prolongam o seu efeito penalizador em matéria de indicadores, pois debilita seriamente a consistência dos indicadores de resultado a utilizar para medir os efeitos de transformação que poderão ser associados à programação. Aliás, não é acidental que o PO Centro não apresenta metas de ambição estratégica global para a dimensão da sustentabilidade, algo de limitador face, por exemplo, à relevância que as mais valias ambientais da Região assumiram nos trabalhos do PROT – Centro.

Em matéria de contributo do PO Centro para a Estratégia Europa 2020

13. O PO Centro mantém com a Estratégia Europa 2020 uma relação virtuosa, pois além de acomodar na sua estratégia de programação os objetivos temáticos dessa estratégia, configura resultados esperados que permitem antever um contributo para as metas europeias. Este último aspeto é operacionalizado através de metas estratégicas globais com as quais a programação se compromete, que mantêm com as metas globais da Estratégia Europa 2020 senão uma correspondência plena, pelo menos uma correspondência parcial. De acordo com os resultados da AEA, é no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico que o PO Centro se apresenta com maior alinhamento com as metas europeias, ainda que no contexto atual da Região e do País, o esforço de alinhamento com os 3% do PIB para despesas de investigação e de desenvolvimento representará uma tarefa de grandes proporções[6]. Esse maior alinhamento não se deve apenas à concentração de recursos que os Eixos Prioritários 1 e 2 dedicam, em articulação, a esta questão. O contributo esperado da EEI – Centro e do seu modelo de governação são, na perspetiva da AEA, cruciais para explicar esse contributo, sobretudo no que eles representam de continuidade estratégica do impulso já iniciado com a programação do período 2007-2013. Dada a relevância dos EP 1 e 2, a AEA regista a relevância que assumirá para esta questão a continuidade na Região da experiência dos *clusters* e pólos de competitividade, como elemento de garantia de uma lógica empresarial nos processos de colaboração entre o meio empresarial e as diferentes entidades do sistema científico e tecnológico representadas na Região, das mais próximas ao ambiente empresarial como os centros tecnológicos setoriais às mais afastadas e mais relacionadas com a investigação científica. Esta nota é importante porque o PO Centro, em linha com o preconizado no AP, não contempla nenhuma tipologia de intervenção dirigida aos *clusters*, sendo por isso necessário que o PO Temático Competitividade e Internacionalização o contemple. Como decorre de considerações anteriores, o contributo do PO Centro para a dimensão sustentabilidade da Estratégia Europa 2020 é precário e fortemente penalizado pela ausência de metas estratégicas globais para as questões da energia e sustentabilidade em geral.

14. Embora realçando a valia do compromisso do PO Centro com metas estratégicas globais, elemento essencial para aferir do seu contributo de transformação e de resultados, a AEA sinaliza algumas inconsistências ou debilidades no enunciado e definição de algumas das metas globais consideradas. A AEA regista com agrado o acolhimento da sugestão de definição de uma meta global para a produtividade do trabalho, um dos principais constrangimentos da Região aliás devidamente assinalado em sede de diagnóstico estratégico, completando a meta medida pelo peso na evolução

[6] A recente publicação dos dados do *Innovation Scoreboard 2014* evidencia que a Região partirá de um contexto ligeiramente mais desfavorável do que o identificado à altura em que o diagnóstico estratégico foi realizado.

do PIB nacional. No caso da sustentabilidade, a não consideração de metas estratégicas nesse domínio tanto pode representar a convicção de que esse não é o domínio prioritário de contributo do PO Centro para a Estratégia Europa 2020, como ser o resultado de insuficiências estatísticas que permitam balizar o esforço envolvido. Os trabalhos do PROT-Centro e do PAR inviabilizam no entender da AEA a primeira interpretação. Em linha com considerações já anteriormente produzidas, a meta estratégica global com que o PO Centro se compromete em termos de crescimento inclusivo é algo dececionante, sobretudo tendo em vista a qualidade estratégica global do PO. Aproximar os resultados da programação do PO através de um indicador relativo de taxa de desemprego (calculado em relação à taxa de desemprego nacional), sobretudo num contexto em que a Região Centro tem regularmente apresentado uma taxa de desemprego abaixo da nacional, parece-nos bastante insuficiente e defensivo. Compreende-se que é difícil estimar taxas de pobreza na Região e por essa via posicionar-se em relação às metas nacionais e europeias de redução da massa de população em situação de pobreza absoluta, mas pelo menos uma referência à diminuição do desemprego de longa duração seria coerente com a ambição do PO.

A participação de *stakeholders*

15. O nível, qualidade e diversidade de participação institucional na elaboração do PAR CRER 2014-2020 e a capacidade revelada pelo PO Centro de acomodar no formato de programação que teve de respeitar as orientações daí decorrentes permitem concluir que o PO conta com uma rede institucional que pode valorizar o seu modelo de governação futuro. A AEA regista que o modelo de governação proposto para a EEI-Centro assegura uma continuidade com a participação no PAR (ver resultados do painel de discussão com a Comissão Coordenadora da EEI-Centro) e que em conjunção com a Assembleia Geral da EEI Centro prefigura um modelo de governação para o SRI Centro em consolidação na Região. A AEA regista ainda que nesse modelo há condições institucionais para monitorizar a inovação estratégica que a EEI – Centro representa como instrumento também relevante para a política de coesão territorial da Região, pugnando para que a produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico não se restrinja aos territórios com maior densidade de capacidade empresarial instalada e beneficie também os territórios mais rarefeitos. Persistem entretanto interrogações em matéria de participação na dinâmica de concretização do PO, sobretudo do ponto de vista da articulação entre ITI – CIM NUTS III e as DLBC que venham a perfilar-se como executoras e integradoras de intervenções FEDER e FSE que lhe estejam reservadas na programação.

A coerência interna do PO Centro

16. A resposta às duas questões de avaliação que esta dimensão da AEA contemplava permite concluir que o PO Centro apresenta níveis muito satisfatórios de coerência interna, medida pelas sinergias potenciais entre Eixos Prioritários e prioridades de investimento por eles convocadas. Esta conclusão deve ser realçada num contexto de número elevado de EP na sequência da conformidade necessária do PO com os OT. A AAE sinaliza a relevância da EEI–C do ponto de vista do seu papel enquadrador e racionalizador das políticas de I&D, inovação e internacionalização, projetando para os EP 1 e 2 o grosso das sinergias no interior do PO, que se estende à intervenção dos OT e respetivas PI relacionadas com o capital humano, eficiência energética, emprego qualificado e mobilidade urbana sustentável. As sinergias entre os EP para a empregabilidade e inclusão e entre o EP centrado na educação e na ALV e os EP 1 e 2 assumem os níveis de sinergia hierarquicamente mais abaixo. Os EP 6 e 8 constituem por assim dizer os EP mais solitários ou que se bastam a si próprios. O EP6 sobretudo pelo caráter multi – OT que apresenta, enquanto que o EP8 tem de facto uma natureza setorial muito individualizada. Na versão final do PO, a coerência interna entre as PI mobilizadas pelo novo EP 9 (desenvolvimento urbano sustentável) para incidência nos centros urbanos de ordem superior e o modo como outros EP mobilizarão as mesmas PI deve ser assegurada para que o PO se constitua num instrumento efetivo de ordenamento do território (apesar do PROT – Centro não estar oficialmente aprovado).

A avaliação da conformidade entre medidas e objetivos delineados, embora penalizada pelo facto de ter sido realizada com um espectro ainda demasiado lato de tipologias de ações, que constituem um substituto imperfeito, para efeitos de análise, das medidas propriamente ditas, evidencia que o PO Centro assume uma estratégia que pode ser resumida no seguinte: (i) maximizar boas práticas de

aplicação de instrumentos de política em períodos de programação anteriores, com largo destaque para os domínios da investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação, internacionalização e competitividade em geral, assegurando por essa via uma probabilidade elevada de bons resultados esperados, atendendo sobretudo a que o PO disporá do instrumento de enquadramento e racionalização que a EEI – Centro constitui; (ii) apostar moderadamente em alguns instrumentos que configuram inovação face a práticas anteriores, matéria que exigiria uma outra explicitação e desenvolvimento de medidas para permitir uma avaliação mais consistente da sua conformidade com os objetivos. Há, assim, na programação, um vasto campo de aprofundamento e operacionalização no que diz respeito a tipologias de ação que convocam abordagens inovadoras, seja na ativação de desempregados, nas políticas de inclusão ou no desenvolvimento socioeconómico local.

A AEA sinaliza ainda a forte necessidade do PO Centro clarificar em sede de aplicação dos instrumentos previstos o campo de intervenção das ações de empreendedorismo de âmbito local, incluindo as vertentes do empreendedorismo de necessidade e social, convocados por PI relacionadas com as políticas inclusivas de emprego e das políticas sociais, não esquecendo toda a série de ações que o PO Centro prevê convocar em matéria de desenvolvimento socioeconómico de base local. Foram identificados riscos de sobreposição e atomização de iniciativas.

17. Em matéria de coerência interna e para efeitos de monitorização estratégica futura do PO e das suas realizações e resultados, a AEA sublinha que existem duas matérias de transversalidade na programação do PO que constituirão elementos muito relevantes de aferição da coerência interna da programação. Essas duas matérias são a promoção da coesão territorial (no âmbito da qual o PO se compromete com uma meta estratégica global) e a valorização do sistema policêntrico de cidades de média dimensão. O PO consagra a estas duas matérias estratégias de intervenção diferentes. No caso da coesão territorial, combina uma abordagem de tipo descendente que radica na extensão dos benefícios da EEI – Centro aos territórios mais rarefeitos de energia empresarial com a intervenção ascendente de ITI e DLBC que deverão ser integradas e articuladas nesse sentido de sustentação de dinâmicas "*bottom-up*". No caso da política de cidades, o PO consagra um EP dirigido aos centros urbanos superiores e intervenções complementares nos restantes centros. Neste caso, a coerência interna do PO Centro medir-se-á pela forma como as PI mobilizadas forem aplicadas nos diferentes tipos de centros urbanos.

A coerência externa do PO Centro

18. A avaliação da coerência externa do PO Centro foi realizada em dois tempos, segundo uma metodologia que se adaptou à disponibilização pública dos documentos cruciais para realizar essa avaliação. O primeiro envolveu a análise aprofundada da proposta de AP no que respeita à delimitação entre a intervenção dos POR e os POT. O segundo completou a referida análise com a análise dos POT que foram entretanto disponibilizados. Refira-se, entretanto, que o segundo momento de avaliação foi seriamente penalizado pela tardia publicitação dos documentos de referência.

19. Da análise das condições de delimitação entre os dois tipos de PO, a AEA não identificou problemas muito relevantes de delimitação de intervenções, ou seja, em termos de riscos de sobreposição ou de indeterminação de domínios de intervenção. Registam-se, pelo contrário, alguns problemas potenciais de operacionalização de critérios de delimitação, o mais evidente dos quais se situa na relação entre EEI –Centro e EEI nacional, atendendo sobretudo à diferente génese dos dois referenciais, o primeiro gerado num ambiente de forte participação institucional das empresas à investigação científica, passando pelas entidades de intermediação tecnológica e o segundo com dominante de participação dos sistema científico coordenado pela FCT. O mesmo se diga, ainda no domínio dos domínios da competitividade, quanto à questão dos projetos multirregionais que exigirá uma rigorosa operacionalização regulamentar. Face a períodos de programação anteriores, o PO Centro alarga a sua intervenção a mais tipologias de intervenção, assumindo mesmo em alguns casos a exclusividade de intervenção que anula por completo eventuais problemas de coerência externa de intervenções. Nos domínios da aprendizagem e do capital humano, a possibilidade da EEI –Centro ser o elemento racionalizador de apoios do PO em matérias que são novidade, como o apoio a doutoramentos e o apoio a CET e CSTP, constitui algo de importante que minimiza os riscos de

eventual falta de experiência nessas matérias de programação e que reforça a importância de clarificar as relações entre EEI – Centro e EEIN.

Ainda no domínio da educação e capital humano, a AEA em consonância com a AEA do POCH regista que há domínios com vantagem territorializáveis, como o são a formação de adultos e a intervenção dos CQEP, que mantendo-se na órbita de intervenção do POCH, reduzem significativamente o alcance potencial dos Pactos para a Empregabilidade que o AP estabelece para o âmbito de intervenção das CIM NUTS III. A AEA considera que o PO Centro fica assim limitado na produção de inovação territorializada e na progressão do planeamento da oferta tendo em conta as necessidades regionais. O esvaziamento experimentado pelo PO em matéria de formações vocacionais de dupla certificação agrava as considerações atrás realizadas.

20. O facto dos critérios de delimitação da intervenção do PO Centro e dos POT não suscitarem por si só matérias de grande alcance crítico em matéria de coerência externa do PO, não significa que não se coloquem questões de complementaridade a ter em conta. Isso acontece sobretudo quando, perante a delimitação imposta pelo AP, há prioridades de investimento FEDER que cabem ao PO Centro e outras FSE que cabem aos PO Temáticos. É o caso, por exemplo, do que acontece com o POCH e com o EP 3 do PO Centro. Nestes casos, a coerência externa do PO Centro é tributária do modo como ficar consagrada a articulação entre fundos, designadamente entre FEDER e FSE, não apenas como PO multifundos que indiscutivelmente o PO Centro é, mas entre intervenções de diferentes PO realizadas no território da Região através de fundos distintos.

21. No entender da AEA, num PO cuja natureza plurifundo está fundamentalmente assegurada, não estão ainda devidamente explicitadas as condições de governação que garantirão a eficaz articulação entre intervenções FEDER e FSE. Atendendo à novidade que a presença do FSE representa, por exemplo, em relação ao período de programação anterior, a AEA entende que será necessário acautelar esta questão. Em estreita correlação com este facto e tendo em conta que os ITI constituirão processos de contratualização multifundo e ainda que as CIM NUTS III apresentam uma reduzida experiência nesta matéria, a referida contratualização constituirá um fator crítico de articulação entre FEDER e FSE. Acresce que não é ainda possível discernir se a contratualização dos ITI com os PO temáticos será de banda larga ou se, pelo contrário, tenderá a predominar a perspetiva do AP, mais restrita ou mesmo inexistente, que apresenta indicativamente as PI que os ITI poderão mobilizar. A magnitude da contratualização será assim crucial para avaliar se as CIM NUTS III serão conduzidas à necessidade de uma maior ou menor intensidade de utilização do FSE nos seus Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. Embora possa parecer paradoxal, a experiência existente entre as ADL – GAL e os GAC em matéria de integração de fundos, neste caso, envolvendo também o FEADER e o FEAMP é mais acentuada do que a existente ao nível das CIM. A AEA estima que seja necessário, no caso dos ITI, as CIM NUTS III poderem beneficiar de assistência técnica e de acompanhamento, seja da parte da CCDRC, seja da ADC.

22. No presente estádio de maturação do PO, não é possível à AEA pronunciar-se sobre os rumos que a contratualização ITI vai revestir e sobre o modo concreto como as DLBC se inscreverão na territorialização do PO Centro. O painel de discussão realizado com as ADL – GAL e GAC da Região Centro, fortemente participado e representativo do tecido institucional da Região, evidenciou a incerteza ainda reinante entre tais entidades. Sabendo que a sua participação no PDR FEADER será certamente reduzida pela focagem nas questões agrícolas propriamente ditas assumidas no âmbito da aplicação do FEADER em Portugal e desconhecendo os termos em que terão acesso a financiamento FEDER e FSE no quadro do PO Centro, o sentimento dominante dessa discussão foi o acentuar do risco de necessidades de intervenção assumidas por essas entidades não ficar coberto.

23. Dado o desconhecimento existente sobre a aplicação do FEAMP, a AEA conseguiu muito recentemente reunir informação que permitiu desenvolver alguns elementos de AEA sobre a coerência externa do PO Centro com a aplicação do FEADER.

O vasto território da Região Centro comporta importantes recursos naturais, compreendendo também uma fachada marítima, que, em conjunto, viabilizam índices elevados de aproveitamento económico nos domínios agrícola, pecuário, florestal e das pescas e aquicultura.

Este padrão de recursos estabelece um conjunto de complementaridades relevantes de abordagem do PO Centro com os instrumentos de financiamento do FEADER e do FEAMP, sobretudo nas matérias relativas aos eixos de intervenção da Competitividade e da Sustentabilidade, nomeadamente:

Domínio da Competitividade

- Operações a financiar no âmbito do Eixo Competitividade e Organização da produção do PDR Continente, designadamente: a M3 – Valorização da Produção Agrícola, apoiando investimentos de Jovens Agricultores, de explorações agrícolas e de transformação e comercialização de produtos agrícolas; e a M5 – Valorização dos Recursos Florestais, com especial significado para as apostas estratégicas da Região Centro nas fileiras florestais;

- Operações a financiar no âmbito do Eixo Desenvolvimento Local (M10 Leader), designadamente na submedida de Apoio à Implementação das EDL:

  - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;

  - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas;

  - Diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas;

  - Cadeias curtas e mercados locais para distribuição / comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados;

  - Apoio aos regimes de qualidade e aos produtos locais;

  - Renovação de aldeias - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais.

- Operações da Prioridade 1 do FEAMP que visam fomentar uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseada no conhecimento.

Trata-se de áreas de complementaridade que carecem de uma adequada delimitação de fronteiras (ramos de atividade da CAE, elegibilidades, critérios de seleção, …) de modo a evitar sobreposições e a potenciar efetivas complementaridades entre as operações apoiadas por várias Prioridades de Investimento do PO Centro e os apoios que as entidades beneficiárias (intermédias e finais) podem encontrar nos PO FEADER e FEAMP.

Domínio da sustentabilidade

Nesta vertente da sustentabilidade, salienta-se o potencial de complementaridades e sinergias a estabelecer com as seguintes intervenções dos futuros PO FEADER e FEAMP

- Eixo Ambiente e Eficiência no uso dos recursos e clima do PDR Continente (FEADER), em diferentes Ações das Medidas Agricultura e Recursos Naturais, Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais e Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

- Prioridade 3 e 4 do FEAMP Promover uma pesca sustentável e eficiente e uma aquicultura sustentável e eficiente, em termos de recursos.

As intervenções a enquadrar nas EDL, a conceber e dinamizar pelos GAL (nomeadamente, com financiamento FEADER) e pelos GAC (com financiamento FEAMP) deverão desempenhar um papel relevante na animação das economias locais e na promoção do emprego. A título de exemplo, a tipologia de operações constante da submedida de Apoio à Implementação das EDL, sinaliza um conjunto de áreas de investimento com potencial de animação económica (criação e desenvolvimento

de empresas e concretização de oportunidades de negócio) e de geração de emprego de pequena escala, mas relevante nas zonas rurais.

Ainda no tocante às complementaridades de natureza económico-produtiva, e tendo em consideração a EEI - Centro, o PO Centro deve articular-se de forma organizada e coerente com aqueles PO, sobretudo, em torno do estímulo de domínios diferenciadores identificados na Estratégia Regional: (i) temáticos - agricultura, floresta e mar; e (ii) transversais - Inovação Rural.

No importante domínio da qualificação dos agentes das diversas atividades dos setores prioritários, o acesso a ações de formação destinadas a satisfazer necessidades de conhecimento, em matérias setoriais e não setoriais, que se colocam aos ativos do Complexo Agroflorestal, da Fileira das Pescas e Aquicultura e às PME em zonas rurais e costeiras, deverá ser promovido através do POT Capital Humano (FSE) que enquadra as Regiões de Convergência. Esta abordagem obriga a que se potencie de forma concertada o apoio dos vários instrumentos de política para a capacitação dos agentes destes setores, através de operações ajustadas às suas especificidades.

A problemática das articulações (basicamente, delimitação de fronteiras e potenciação de sinergias/complementaridades de intervenção) entre ITI e DLBC deve ser contextualizada aos seguintes níveis:

- na conceção das EDL e dos PDCT, nomeadamente, tendo em consideração a ausência de apoios com origem nas Prioridades de investimento do OT 3 na configuração dos Planos de Ação dos Pactos e procurando valorizar a experiência de dinamização da iniciativa de investimento nos territórios rurais por parte dos ADL/GAL;

- na conceção da eventual ITI Mar, particularmente relevante para a Região Centro e no âmbito da qual deverá ser mobilizada a experiência dos GAC, na dinamização para o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras; e

- na definição do modelo de governação, encontrando soluções que permitam ultrapassar duas tradicionais dificuldades: a coordenação entre organismos da Administração Central e Regional na gestão e acompanhamento das intervenções e a coordenação regional/local, frequentemente inibidora da mobilização de recursos experimentados de promoção do desenvolvimento.

O PO Centro e a aplicação na programação dos princípios horizontais

24. A AEA regista a partir da resposta às diversas questões de avaliação colocadas a propósito desta dimensão da programação que se trata de domínio em que o PO Centro poderia apresentar uma incorporação mais alargada destes princípios consagrados pelos regulamentos comunitários.

25. A incorporação do princípio da parceria é entre os princípios consignados o que revela uma mais intensa incorporação. A dinâmica e diversidade de participação institucional assegurada pelo PAR CRER 2014-2020 asseguram boas condições para a aplicação deste princípio na programação, destacando-se neste domínio a base alargada de parcerias que subjaz ao modelo de governação da EEI-Centro que a AEA entende ser uma antecipação do modelo de governação possível para o SRI Centro que a programação 2007-2013 e agora o PO Centro 2014-2020 impulsionaram de forma clara.

26. Em matéria de igualdade de género e de igualdade de oportunidades entre homem e mulher, a AEA registou que, no âmbito da elaboração do PAR CRER 2014-2020, o grupo de trabalho que se ocupou das questões da coesão social considerou como prioritário o investimento em iniciativas que promovam a conciliação da vida profissional e a vida familiar, quer através de oportunidades de emprego a tempo parcial ou teletrabalho e flexibilização do horário laboral, quer da promoção de serviços de acolhimento de crianças e prestação de cuidados a idosos. A tónica colocada na conciliação da vida profissional e familiar corresponde a uma das orientações dominantes que as políticas públicas nacionais assumiram em matéria de igualdade de género, pelo que o contributo do grupo de trabalho aplicou e bem essa matriz de orientação. A transposição do PAR CRER 2014-2020

para a programação do PO ficou aquém do esperado em termos de incorporação deste princípio horizontal, não tendo sido identificados para além do referido contributo estudos complementares para o seu acautelamento na programação. A AEA sublinha que, nas condições atuais de disfuncionamento do mercado de trabalho em Portugal, com intensidade de desemprego e de desemprego de longa duração e limitações orçamentais em matéria de subsídios de desemprego, a proteção da igualdade de género e de igualdade de oportunidades é fortemente tributária da extensão com que o desemprego atinge as famílias portuguesas.

Sobre a consistência da alocação dos recursos financeiros

27. A programação financeira do PO Centro estabelece uma concentração acentuada de recursos no Eixo Competitividade e Internacionalização da Economia (38%), seguida do Potencial Humano (13,4%) e Rede Urbana (9,8%), absorvendo cerca de 60% da programação. Mesmo tendo em conta que parte dos recursos da rede urbana respeitam ao domínio da sustentabilidade, verifica-se que assim como as metas estratégicas globais do PO ignoram a dimensão sustentabilidade, também na alocação dos recursos financeiros se reflete essa opção. Ela compreende-se no quadro do diagnóstico estratégico da Região que apresenta a sua baixa produtividade como o seu principal constrangimento estrutural. A ventilação da dotação financeira dos montantes FEADER e FSE pelos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento observa as regras regulamentares relativas aos mecanismos de *ring financing*.

No entanto, constata-se que a importante aposta regional na Inovação não beneficia de uma alocação de recursos financeiros no Eixo 2 (7,8% da dotação global) compatível com a ambição plasmada no PAR CRER 2020. Compreendendo a AEA os problemas de absorção que o EP 2 pode suscitar, a referida ambição poderia justificar que pelo menos o esforço de atingir os 10% de dotação fosse possível, sobretudo numa lógica de valorizar o I&DT, que no período de programação anterior revelou uma boa performance no MAIS CENTRO.

28. O PO Centro, na sequência das orientações do AP e da própria CE, introduz algumas novidades em matéria de modalidades de apoio previstas para a alocação dos recursos, designadamente, embora do ponto de vista pontual, as subvenções reembolsáveis e, com alguma extensão adicional, os instrumentos financeiros. AEA específicas vão ser realizadas relativamente a esta última modalidade, cuja utilização tem a particularidade de envolver áreas de programação onde a tradição da subvenção reembolsável é inquestionável, como, por exemplo, a área social. Na área urbana, há pelo menos a referência da utilização dos fundos JESSICA. Relativamente, ao universo de beneficiários empresas, a AEA sustenta que a utilização de subvenções reembolsáveis e de instrumentos financeiros deveria merecer uma mais ampla utilização, inserido numa lógica de orientar as empresas para uma correta avaliação dos custos reais dos investimentos a realizar, questão que, por vezes, as subvenções não reembolsáveis comprometem. Esta orientação seria mais coerente com a decisão de criar o ainda interrogado Banco de Investimento ou de Fomento e prepararia as empresas para uma transição mais efetiva para períodos de rarefação de FEI. As subvenções não reembolsáveis deveriam ser limitadas a situações produtoras de bens públicos e a domínios como o I&DT nos quais é crucial atingir um quantum mínimo de procura efetiva para ultrapassar o limiar da transformação possível.

Sistema de indicadores, monitorização e avaliação

29. A AEA agrupou as respostas às inúmeras e complexas questões de avaliação colocadas pelo caderno de encargos nesta matéria em cinco grupos: (i) Abrangência e robustez do sistema de indicadores de monitorização do Programa Operacional e respetivo equilíbrio em face das áreas centrais de intervenção do programa, que incorpora a resposta às questões de avaliação 18 e 24; (ii) Dimensões metodológicas assumidas pelo sistema de indicadores (questões 19, 20, 21, 22); (iii) Sustentabilidade das *baselines* adotadas para os indicadores de resultado e da relevância das metas e *milestones* propostos no quadro de performance (questão 25); (iv) Adequabilidade do sistema de monitorização e avaliação do PO (questões 26 e 27); (v) Questões de avaliação adicionais consideradas para o caso das intervenções FSE (questão 23).

30. Relativamente aos grupos (i), (ii) e (iii), O PO Centro revela uma apreciável cobertura de objetivos, sendo de destacar, face ao período de programação anterior, uma relevante e significativa utilização de fontes estatísticas nacionais e europeias para medir indicadores de resultado. Esta boa prática desperta, contudo, o problema de ponderar as diferenças por vezes assinaláveis entre o universo das operações apoiadas e os universos, mesmo que regionalizados, que integram as estatísticas nacionais. O recurso a estatísticas e inquéritos nacionais ou a inquéritos comunitários (caso do ICI) permite antecipar que são conhecidos os conceitos, nomenclaturas e métodos de cálculo referentes a estes indicadores e a periodicidade da alimentação de informação. A melhor forma de ponderar esse desvio é trabalhar complementarmente indicadores de resultado com base no SI PO, comparando para algumas variáveis críticas valores de antes e depois do projeto apoiado. A AEA identificou alguns exemplos muito pontuais de insuficiências de medida de objetivos, destacando três exemplos: o indicador de resultado respeitante à PI 6.3. (património natural e cultural), calculado pela evolução do número de dormidas turísticas, não isola suficientemente o efeito da PI em causa, já que também será influenciado pelos apoios do EP 2 ao setor do turismo; o indicador de resultado de capacitação institucional (PI 11.2) é também considerado pela AEA como extremamente insuficiente, confundindo-se com o de realização; o indicador de resultado relativo à inovação social. Relativamente aos indicadores que são alimentados pelo SI PO, que incluem uma parte dos indicadores de resultado e praticamente a totalidade dos indicadores de realização, a equipa de avaliação não teve acesso a nenhum manual específico que defina com rigor cálculo. Nos casos em que há recurso a inquéritos para alimentação dos indicadores, não há evidência de que estejam definidos a metodologia e os critérios a utilizar, nomeadamente na construção das amostras. Um domínio em que o PO Centro revela já um elevado grau de fundamentação é o da determinação de metas 2018 e 2023, com uma metodologia essencialmente centrada na utilização de valores de referência (custos unitários médios e capacidade de execução) calculados a partir do histórico de programação, devidamente relacionado com a dimensão financeira da PI. Nos casos em que os valores de partida estão bem identificados, as metas disponíveis para os indicadores de resultado permitem inferir o tipo de transformação que se pretende concretizar. Essa inferência é prejudicada em duas situações: (i) quando não existe valor de partida (que são pontuais mas que existem) e (ii) quando o indicador de resultado corresponde a universos de estatísticas nacionais bem mais amplos do que o campo de intervenção do PO.

31. Relativamente ao grupo (v), não existem para os diversos eixos do PO que incorporam apoios FSE elementos que coloquem em causa a capacidade de alimentar regularmente os indicadores comuns do FSE. No entanto o programa não disponibiliza informação que permita avaliar os meios e os dispositivos de recolha de informação no que se refere aos resultados de longo prazo. É sobretudo relevante clarificar de que modo a Autoridade de Gestão e o SI PO será chamado a participar nessa operação.

32. Relativamente ao grupo (iv) (questões concernentes aos sistemas de informação, monitorização e avaliação), a AEA sustenta que o PO Centro dispõe de excelentes condições à partida para construir um sistema coerente de monitorização estratégica do PO, desde que consiga estabelecer mecanismos de correspondência entre o seu painel de indicadores de resultado, as suas metas de ambição estratégica global e o Barómetro de Indicadores da Região laboriosamente concebido pela CCDRC. Sobre a consistência do sistema de avaliação, a AEA identificou domínios temáticos de avaliação de impactos do PO Centro e de avaliação intercalar: ***avaliação de impactos***: (i) Avaliação do contributo do PO Centro para a translação de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial da Região no quadro das prioridades da EEI - Centro; (ii) Avaliação do contributo do PO Centro para a ocorrência de efeitos combinados de inovação e internacionalização dos apoios do PO, incluindo a formação avançada de recursos humanos e os apoios à inserção de mestrados e doutoramentos nas empresas; (iii) Avaliação do contributo do PO Centro na integração de instrumentos de política urbana previstos na programação; (iv) Avaliação da capacidade revelada pelo PO Centro de integração de instrumentos FEDER, FSE e FEADER na promoção do desenvolvimento endógeno e na resposta a situações de exclusão social; (v) Avaliação dos níveis de integração das contratualizações ITI PO Centro e ITI PO Temáticos que venham a ser consideradas; (vi) Avaliação do contributo do PO Centro para a promoção da coesão territorial da Região Centro; ***domínios temáticos de avaliação intercalar***: (i) Avaliação contra factual dos efeitos dos apoios às empresas em matéria de inovação e internacionalização nos domínios correspondentes às prioridades

estratégicas da EEI Centro; (ii) Avaliação do grau de consistência e coerência estratégica entre apoios do PO Centro à I&D empresarial e as prioridades estratégicas da EEI Centro; (iii) Avaliação da capacidade revelada pelos apoios do PO Centro na integração de FEDER e FSE em territórios específicos; (iv) Avaliação estratégica do grau de concretização da aposta do PO Centro na mobilização do FSE; (v) Avaliação de resultados intercalares em matéria de projetos de inovação social.

4.2. RECOMENDAÇÕES

Nota preliminar

As recomendações estão organizadas em torno de dimensões da programação que a AEA entende suscetíveis de ser melhoradas. O destinatário dessas recomendações é predominantemente a estrutura da CCDRC responsável pela conceção e elaboração do PO Centro. Quando estiver em questão um outro destinatário, a recomendação explicita-o. De modo a possibilitar uma adequada correspondência entre conclusões e recomendações, as recomendações seguem também de perto a estrutura temática das conclusões.

A. Fatores críticos da programação

A1. Desafios de governação

1. Recomenda-se que o modelo de governação do PO no que respeita às dimensões da I&DT, inovação e internacionalização tire partido do modelo ensaiado para a EEI – Centro, que constitui no entender da AEA uma boa prática com potencial de extensão a outros domínios de programação. Esse modelo terá vantagem em manter com os *clusters* em funcionamento na Região uma permanente articulação, independentemente do facto de a sua direção estar ou não localizada na Região Centro. A associação da dinâmica dos *clusters* à monitorização da EEI – Centro é segundo a AEA fundamental para assegurar a presença das empresas no modelo de governação, determinando por essa via que as necessidades empresariais de recurso e absorção de conhecimento alimentem permanentemente a EEI – Centro. Recomenda-se, por isso, que em sede de POT Competitividade e Internacionalização a questão dos apoios à dinamização de *clusters* (Estratégias de Eficiência Coletiva) seja devidamente acautelada nesse POT.

   Destinatários: CCDRC e Autoridades responsáveis pela operacionalização e regulamentação do POT Competitividade e Internacionalização.

2. O desenvolvimento e operacionalização da EEI – Centro também como instrumento de coesão territorial através da disseminação de conhecimento como bem público a territórios mais rarefeitos de iniciativa empresarial exige, na perspetiva da AEA, que para concretizar a inovação com que é concebida dê origem a instrumentos de política manejados pela gestão do PO. Nesse sentido, a AEA recomenda que regularmente seja estudada a viabilidade de apoios a projetos de copromoção "investigação e desenvolvimento tecnológico – empresas – territórios rurais e de menor densidade", alargando numa perspetiva territorial a boa prática dos projetos de I&D em copromoção já ensaiados no período de programação anterior e retomados nas tipologias de ação preconizadas para o EP1.

   Destinatários: CCDRC e futura AG do PO Centro

3. A ambição e coerência estratégicas com que o PO Centro é definido requerem na perspetiva da AEA um modelo de gestão de sistemas de incentivos claramente identificado com as prioridades regionais e com a ambição da EEI – Centro. Recomenda-se, nesse sentido, a opção por modelos de génese de candidaturas (avisos) que tenham em conta as opções da estratégia regional e a constituição de comissões de análise e de definição de parâmetros de avaliação de mérito de projetos que materializem de forma coerente a estratégia regional. Isto não significa, como é óbvio, que a análise de mérito de projetos não tenha de ter em

conta parâmetros de valia técnica e económica de projetos que importa combinar com os critérios alinhados com a estratégia regional.

Destinatários: CCDRC e Autoridades responsáveis pela operacionalização e regulamentação do POT Competitividade e Internacionalização.

4. Para uma operacionalização mais clara das condições de delimitação da intervenção do PO Centro e do POT Competitividade e Internacionalização, recomenda-se um exercício de clarificação dos domínios de interseção e de autonomia das EEI – Centro e EEI nacional, para minimizar riscos de sobreposição e de não complementaridade de intervenções de POT Competitividade e Internacionalização e PO Centro.

Destinatários: CCDRC, Comissão Coordenação da EEI –Centro, FCT e IAPMEI.

A2. Convergência de efeitos dos apoios às empresas

5. Recomenda-se que as candidaturas de empresas aos sistemas de incentivos (I&DT, Inovação e Internacionalização) possam ser analisadas de modo integrado, potenciando a valorização de efeitos virtuosos entre as três dimensões.

Destinatários: Autoridade de Gestão do PO Centro e entidades responsáveis pela análise de candidaturas.

6. Recomenda-se que, de modo a assegurar uma melhor articulação por parte das empresas dos incentivos à inovação (baseada ou não em atividades de I&D, a submeter respetivamente no âmbito dos EP 1 e 2) e à introdução de melhorias de eficiência energética, o PO Centro possa considerar a possibilidade das empresas apresentarem uma candidatura global, contemplando as referidas duas dimensões do investimento inovação.

Destinatários: CCDRC e futura Autoridade de Gestão do PO Centro

7. A experiência dos vales de inovação e de I&D no período de programação anterior suscitou em termos de avaliação algumas reservas sobretudo do ponto de vista da desconformidade entre a magnitude dos apoios e as exigências de controlo burocrático dos projetos e do critério bastante lato com que foram selecionadas as entidades responsáveis pelo acolhimento e dinamização de vales. Nesse contexto e tendo em conta que a programação do PO Centro acolhe de novo estas figuras como tipologias de ações a mobilizar pelo PO, a AEA recomenda que seja clarificado o objetivo do seu lançamento adaptando o seu enquadramento burocrático a tais objetivos.

Destinatários: CCDRC e futura Autoridade de Gestão do PO Competitividade e Internacionalização

8. Recomenda-se que a estratégia de implementação da EEI-Centro tenha em devida conta a continuidade na Região da experiência das Estratégias de Eficiência Coletiva (*clusters* e pólos de competitividade), cujo apoio será da responsabilidade do PO Temático Competitividade e Internacionalização.

Destinatário: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Competitividade e Internacionalização.

A3. Desafios da programação em matéria de política de Cidades

9. Recomenda-se que a CCDRC dissemine por todos os *stakeholders* potencialmente envolvidos na implementação do EP 9 e na mobilização de outras PI mobilizadas por outros EP com intervenção potencial no sistema urbano da Região documentos de boas práticas relativos a engenharia de projetos combinando questões de baixo carbono, valorização ambiental e regeneração urbana, numa lógica de sensibilização dos municípios para projetos menos infraestrutura-dependentes.

Destinatário: CCDRC

A4. O objetivo estratégico de redução de assimetrias regionais e os desafios de produção de resultados

10. Recomenda-se a explicitação atempada dos modelos de articulação entre ITI – NUTS III e DLBC, designadamente, a clarificação das condições de acesso a FEDER e FSE por parte das ADL – GAL e GAC, matéria fundamental para organizar no âmbito NUTS III a convergência e articulação de FEDER, FSE, FEADER e AMP. Será designadamente relevante aprofundar se essa articulação é um assunto exclusivo da intervenção das CIM e do seu Conselho de Estratégia ou se, pelo contrário, a CCDRC intervirá como entidade reguladora desses processos.

Destinatários: CCDRC, CIM, Ministério da Agricultura, ADL e GAC.

11. A AEA recomenda a explicitação do modo como a ADC e a CCDRC se propõem, no âmbito do modelo de governação do PO Centro, operacionalizar a articulação necessária das intervenções FEDER e FSE, não só no que diz respeito às intervenções de ambos os Fundos no âmbito de intervenção do PO Centro, mas também em relação às intervenções FEDER e FSE objeto de intervenção por parte, respetivamente, do PO Centro e de POT, como por exemplo, o POCH. Esta recomenda-se fundamenta-se no facto da informação disponível não permitir à AEA aferir das condições de articulação entre esses dois Fundos Estruturais e no ainda no facto de não estar estabilizado tipo de banda de contratualização com os POT (larga ou estreita) que será aberta aos ITI – CIM/NITS III.

Destinatários: CCDRC, ADC, e CIM.

12. Recomenda-se que, face à impossibilidade do PO Centro acolher a proposta de organização de dois ITI supra NUTS III para os territórios da baixa densidade da Região, o eventual lançamento de um PROVERE 2 a nível nacional seja utilizado como um instrumento que, territorializado, possa dar corpo aos objetivos estratégicos que estavam presentes na proposta inicial da CCDRC.

Destinatários: CCDRC e futura entidade responsável pela coordenação do PROVERE 2

A5. Promoção de emprego e de emprego qualificado em particular

13. A AEA recomenda que a futura Autoridade de Gestão do PO Centro monitorize em permanência e de modo articulado a criação de emprego que resultará da implementação dos eixos prioritários 1 e 2 com a que resultará da aplicação dos instrumentos de política inclusiva (OT8 e OT9).

Destinatários: Autoridade de Gestão do PO Centro.

A6. Acomodação dos instrumentos de política inclusiva no PO Centro

14. No âmbito das PI relacionadas com a política inclusiva de emprego, política de inclusão e combate à exclusão social e com o desenvolvimento socioeconómico de base local, recomenda-se que a CCDRC, em estreita cooperação com as entidades representadas no modelo de governação da EEI-Centro, elabore um referencial de boas práticas para o empreendedorismo de necessidade e social de modo a combater a segmentação de instrumentos de política pública que são convocados pelas referidas PI.

Destinatários: CCDRC, Comissão Coordenadora da EEI – Centro, Delegação Regional do IEFP, Centro Regional de Segurança Social

15. Tendo em conta a relevância que o tema da inovação social assume em algumas dimensões da programação, a reduzida investigação que o tema tem suscitado a nível nacional e o facto de terem sido interrompidas algumas experiências piloto suscitadas no âmbito do PIC

EQUAL que não lograram penetrar o *mainstreaming* das políticas sociais, recomenda-se que a CCDRC promova junto dos potenciais promotores e *stakeholders* iniciativas (*workshops* e seminários) destinados a disseminar metodologias, boas práticas e o alcance pretendido para a programação.

Destinatários: CCDRC

16. Recomenda-se que nas tipologias de ação que envolvam o apoio a ações e projetos inovadores do ponto de vista da integração de instrumentos em matérias como a ativação de desempregados, o combate ao abandono escolar e outros sejam atempadamente acompanhadas de referenciais de boas práticas para o desenvolvimento metodológico dessas abordagens inovadoras e que possa para a sua disseminação serem carreados apoios no âmbito da capacitação institucional.

Destinatários: CCDRC

17. Face aos riscos de atomização de iniciativas em matéria de empreendedorismo social, a AEA recomenda que, em matéria de capacitação institucional, seja apoiada a concentração de centros de recursos nesta tipologia de empreendedorismo.

Destinatários: CCDRC

B. Em matéria de conformidade da estratégia do PO com o diagnóstico prospetivo

18. De modo a melhor fundamentar algumas dimensões da programação do PO Centro, a AEA recomenda o desenvolvimento de trabalho adicional em matéria de caracterização da realidade regional, do ponto de vista dos constrangimentos a combater e consequentemente a melhor aferir a transformação e resultados ambicionados pelo PO. Entre essas matérias contam-se as seguintes: (i) caracterização regional e sub-regional mais aprofundada da situação da Região Centro em relação às metas europeias e nacionais em termos de energia (renováveis e eficiência energética); (ii) carências territorializadas em matéria de infraestruturas escolares e de formação; (iii) dimensionamento mais aprofundado da Região em matéria de indicadores sociais, designadamente de extensão da pobreza a combater e sua relação com o fenómeno do desemprego de longa duração; (iv) estudos complementares sobre a problemática da igualdade de género no novo contexto de disfuncionamento do mercado de trabalho e incidência do desemprego nas famílias.

Destinatário: CCDRC

C. Em matéria de clarificação de metas estratégicas globais

19. Recomenda-se que a CCDRC possa equacionar a possibilidade de construir um indicador estratégico global de sustentabilidade, de modo a tornar mais consistente e legível o contributo do PO Centro para as diferentes dimensões da estratégia Europa 2020.

Destinatários: CCDRC /Observatório das Dinâmicas Regionais Centro e Ministério do Ambiente

D. Em matéria de participação de stakeholders

20. Recomenda-se que a rede institucional presente no modelo de governação da EEI –Centro, com participação ativa na sua conceção e operacionalização em termos de programação, seja utilizada como espaço de monitorização estratégica do cumprimento das suas prioridades, designadamente do seu papel como instrumento de coesão territorial da Região.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro, Comissão Coordenadora da EEI – Centro e Assembleia-Geral da EEi centro

E. Sobre a coerência interna do PO Centro

21. Recomenda-se que a EEI- Centro constitua o guião central e o referencial da coerência interna do PO Centro no que respeita à interligação necessária dos eixos prioritários 1 e 2 e suas relações com o capital humano, eficiência energética nas empresas, emprego qualificado, mobilidade urbana sustentável e suave e coesão territorial.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro.

22. Recomenda-se vivamente que, face à extrema segmentação dos instrumentos de política pública mobilizados pelas prioridades de investimento associadas aos OT 8 e 9 (política de emprego e política social), a Autoridade de Gestão do PO Centro monitorize permanentemente a integração de tais instrumentos. Especial foco deve ser dedicado às ações de empreendedorismo de âmbito local, incluindo as vertentes de empreendedorismo de necessidade e social, tendo em vista a redução dos riscos de atomização de iniciativas.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro.

23. Recomenda-se o aprofundamento de tipologias de ação que convoquem abordagens inovadoras na ativação de desempregados, políticas de inclusão e desenvolvimento socioeconómico de base local.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro.

F. Sobre a coerência externa do PO Centro

24. Recomenda-se a clarificação necessária da matriz de articulação entre a EEI Centro e EEI nacional, tendo em vista essencialmente a criação de boas condições de delimitação entre o PO Centro e o POT Competitividade e Internacionalização.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro, Autoridade de Gestão do POT Competitividade e Internacionalização e FCT.

25. Recomenda-se que seja clarificada a possibilidade da CCDR Centro dinamizar a organização de um Pacto Regional para a Empregabilidade na Região, envolvendo questões de política de educação, formação e inclusão, como iniciativa orientadora dos Pactos para a Empregabilidade que vierem a ser dinamizados no âmbito da intervenção das CIM. Esta recomendação constitui na perspetiva da AEA uma condição necessária para a melhoria das condições de coerência externa entre a intervenção do PO Centro e dos PO Temáticos do Capital Humano e do Emprego e Inclusão Social.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro, Autoridade de Gestão do PO Capital Humano, Autoridade de Gestão do PO Emprego e Inclusão Social.

26. Dada a relevância do FEADER e, em menor intensidade, do FEAMP para as estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local, a AEA recomenda que, particularmente nos domínios da competitividade e sustentabilidade, seja criado um mecanismo de consulta regular entre o PO Centro, PDR FEADER e PO FEAMP para acompanhamento e orientação das complementaridades e sinergias entre os três instrumentos em territórios específicos. A AEA recomenda que essa consulta se realize sob a modalidade de "*zooms*" territoriais sobre áreas específicas de DLBC na Região.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro, Autoridade de Gestão do PDR FEADER, Autoridade de Gestão do FEAMP.

G. Sobre a aplicação na programação dos princípios horizontais

27. Em matéria de igualdade de género e de igualdade de oportunidades entre homem e mulher, recomenda-se: (i) o foco das intervenções do PO Centro apoiando iniciativas orientadas para

a conciliação da vida profissional e da vida familiar, devidamente contextualizadas aos disfuncionamentos do mercado de trabalho e ao impacto do desemprego na situação profissional de homem e mulher; (ii) apoio a iniciativas empresariais que tenham em conta a criação de condições favoráveis ao aumento da taxa de fertilidade na Região; (iii) estabelecimento de orientações para os projetos de requalificação e refuncionalização de equipamentos, tendo em vista a criação de horários e condições de funcionamento que favoreçam a conciliação da vida profissional e familiar; (iv) estabelecimento de orientações para as estratégias de desenvolvimento local a configurar no âmbito das DLBC de modo a fazer atravessar tais estratégias por iniciativas de promoção da igualdade de género nas sociedades locais, designadamente através do empreendedorismo feminino.

Destinatários: CCDRC, Autoridade de Gestão do PO Centro.

H. Em matéria de sistema de indicadores, monitorização e avaliação

28. Tendo em conta a ambição estratégica com que o PO Centro é concebido e as expectativas que dele resultam face à elevada participação institucional na elaboração do Plano de Ação, recomenda-se que, para além do sistema de acompanhamento de âmbito essencialmente financeiro (evolução das variáveis de compromisso e de execução), o PO Centro possa dispor de um sistema de monitorização estratégica, orientado para o cumprimento dos principais objetivos estratégicos do PO. Esse sistema deverá ser organizado em função dos seguintes vetores: (i) operacionalização do sistema de indicadores relativos às metas estratégicas globais com que o PO está comprometido; (ii) criação de uma unidade de monitorização da aplicação da EEI – Centro potenciando o seu modelo de governação; (iii) agilização de um conjunto restrito de indicadores de resultado, aos quais se atribua o estatuto de indicadores de alerta do cumprimento da estratégia; (iv) maximização do potencial do sistema de informação do sistema de incentivos do ponto de vista da comparação de indicadores pré e pós projeto para projetos com informação de encerramento; (v) criação de um painel restrito de projetos de alcance estratégico, com composição variável ao longo do período de programação, com acompanhamento e interação com os promotores.

29. Em matéria de indicadores de resultado, a AEA recomenda que, nos casos em que o indicador de resultado seja construído com informação do universo regional INE, seja devidamente ponderado o peso das operações de investimento apoiadas pelo PO Centro nesse universo regional, de modo a garantir uma medida mais rigorosa do contributo do PO para a produção desse resultado.

Destinatário: CCDRC

30. Com base nas conclusões da teoria da programação do PO Centro, a AEA recomenda à futura Autoridade de Gestão do PO um conjunto de avaliações de impacto e de domínios de avaliação intercalar, o primeiro para avaliar da consistência dos efeitos programados e os segundos para proporcionar acertos de trajetória de programação, que constam ambos da resposta à questão de avaliação nº 27.

Destinatário: Autoridade de Gestão do PO Centro; ADC.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

- "Coesão Territorial", Resultados do Grupo de Trabalho do Plano de Ação Regional", Coimbra, policopiado: CCDRC

- Albrecht, Maria e outros (2014), "Analyzing and evaluating regional governance networks: Three challenges for application", *Evaluation*, volume 20, nº 1. janeiro

- CCDRC (2014), As Políticas Públicas na Região Centro 2007-2013, Coimbra: Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

- CCDRC (vários anos), Boletins Trimestrais de Conjuntura, Coimbra: CCDRC

- CHEPS – Center for Higher Education Policy Studies (2013), *Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector - A report for the Portuguese Polytechnics Coordinating Council* (CCISP)

- Costa, Carlos Silva (2014), "O desafio da absorção do desemprego estrutural em Portugal", Conferência da ACEGE: Uma reflexão Cristã sobre o Trabalho e o Emprego em Portugal, 25 de Janeiro: http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/240/intervpub20140125.pdf

- CRER 2020: Barómetro Regional (dezembro, 2013);

- CRER 2020: Plano de Ação Regional 2014-2020 (novembro, 2013);

- CRER 2020: Programa Operacional Regional do CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (dezembro, 2013);

- CRER 2020: Programa Operacional Regional do CENTRO de PORTUGAL 2014-2020 (fevereiro, 2014

- Despacho n.º 1390-A/2014 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e do Ambiente de 28 de Janeiro de 2014 - Programas Operacionais 2014-2020 - Prazos para a consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública

- Diagnóstico Prospetivo da Região Centro;

- EREI 2020: EREI do Centro de Portugal Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (janeiro, 2014);

- Estratégia Europa 2020- Ponto de Situação das Metas em Portugal (abril, 2013);

- EUA – European University Association (2013), *PORTUGUESE HIGHER EDUCATION: A VIEW FROM THE OUTSIDE*, CRUP;

- EUROPA 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (março, 2010);

- European Commission (2013), *Programming Period 2014-2020 Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund*, draft, Bruxelas, janeiro,

- European Commission (2013), *The Programming Period 2014-2020. Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Regional Development Fund and Cohesion Funds* – Concepts and Recommendations, abril

- European Commission (vários anos), Innovation Union Scoreboard, Bruxelas

- II Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013

- Klein, Juan-Luís; Laville, Jean-Louis e Moulaert, Frank (2014), *L' Innovation Sociale*, Toulouse: Éditions Érés

- Leeuw, Frnas L. (2012), "Linking theory-based evaluation and contribution analysis: Three problems and a few solutions", *Evaluation*, volume 18, nº 3, julho

- Mayne, John (2012), "Contribution analysis: Comong of age?", *Evaluation*, volume 18, nº3, julho

- Nakrosis, Vitalis (2014), "Theory-based evaluation of capacity building interventions", *Evaluation*, volume 20, nº 1, janeiro

- O princípio da parceria na utilização dos fundos do Quadro Estratégico Comum – elementos para um código de conduta europeu relativo ao princípio de parceria (abril, 2012)

- Observações Informais da Comissão Europeia ao Acordo Parceria;

- Observatório do QREN (2013), Avaliação Estratégica do QREN – Combate ao Abandono Escolar, Relatório Final (Quaternaire Portugal /IESE), Lisboa: Observatório do QREN

- Observatório do QREN (2013), Avaliação Estratégica do QREN – Inovação e Internacionalização, Relatório Final (Quaternaire Portugal /IESE), Lisboa: Observatório do QREN

- Portugal 2020: Programa Nacional de Reformas (março, 2011);

- Portugal 2020: Proposta de AP 2014-2020 (janeiro, 2014);

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (fevereiro, 2013);

- Programa Operacional Emprego e Inclusão Social (fevereiro, 2013);

- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (fevereiro, 2013);

- Quaternaire Portugal (2014), Avaliação ex-ante do Programa Operacional do Capital Humano – Relatório Final preliminar, Lisboa, março: IGFSE

- REGULAMENTO da UE N.º 1287/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas –COSME (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1288/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa "Erasmus+" o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1290/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1291/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1293/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para o Ambiente e a Ação Climática – LIFE (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1295/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa Europa Criativa 2014-2020 (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1296/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social "EaSI (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1300/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo de Coesão (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1301/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1303/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1304/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Social Europeu (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1305/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1309/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização 2014-2020 (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1311/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020 (dezembro, 2013);

- REPORT to EUROPEAN UNION DG Regional & Urban Policy: International Expert assessment of the RIS3 strategy for the Centro region (outubro, 2013).

- Resolução do Conselho de Ministros de 20 de maio de 2013;

- Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2013 de 19.12.2013 - Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem

- Resolução do Conselho de Ministros nº 91/201 de 26.12.2013 - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020

- SRIDHARAN, Sanjeev e Nakaima, April (2012), "Towards na evidence base of teory-driven evaluations: Some questions for proponents of theory-driven evaluation", *Evaluation*, volume 18, nº 3, Julho

- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013

- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013

- Westhorp, Gill (2012), "Using complexity-consistent theory for evaluating complex systems", Evaluation, volume 18, nº 4, outubro

6. ANEXOS

ANEXO Nº 1

TEORIA DA PROGRAMAÇÃO

A lógica (teoria) da programação com que o PO Centro é concebido pode ser interpretada como uma tentativa de resposta simultânea aos constrangimentos estruturais considerados inibitórios da visão estratégica formulada para a região Centro no horizonte 2020, à valorização de ativos diferenciadores da Região e às metas da Estratégia Europa 2020 (devidamente plasmadas na estratégia consignada no Acordo de Parceria Portugal – Comissão Europeia).

Ou seja, fixando-se numa Visão Estratégica para a Região Centro capaz de, simultaneamente, refletir as opções e condicionantes da estratégia Europa 2020 e para ela contribuir ativamente, a programação visa fundamentar a utilização de um conjunto diversificado de prioridades de investimento e de instrumentos de política entendidos como pertinentes para erradicar/minimizar constrangimentos estruturais que condicionam a concretização da referida Visão Estratégica. Esta última dimensão está claramente materializada na versão do PAR 2014-2020 através dos domínios de intervenção, eixos de atuação e prioridades nucleares (PEN). A referência ao PAR é crucial, atendendo sobretudo à relevância e diversidade da participação institucional que a Região Centro conseguiu imprimir aos trabalhos do ponto de vista participativo.

Como é compreensível, a ação do PO não esgota a diversidade dos instrumentos de intervenção, pelo que a teoria da programação implícita no PO Centro deve ainda identificar as complementaridades reconhecidas com os PO temáticos Competitividade e Internacionalização, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Capital Humano e Inclusão Social e Emprego e com a intervenção dos restantes FEEI (Coesão, FEADER e FEAMP) na erradicação/minimização de tais constrangimentos estruturais e à valorização dos ativos diferenciadores.

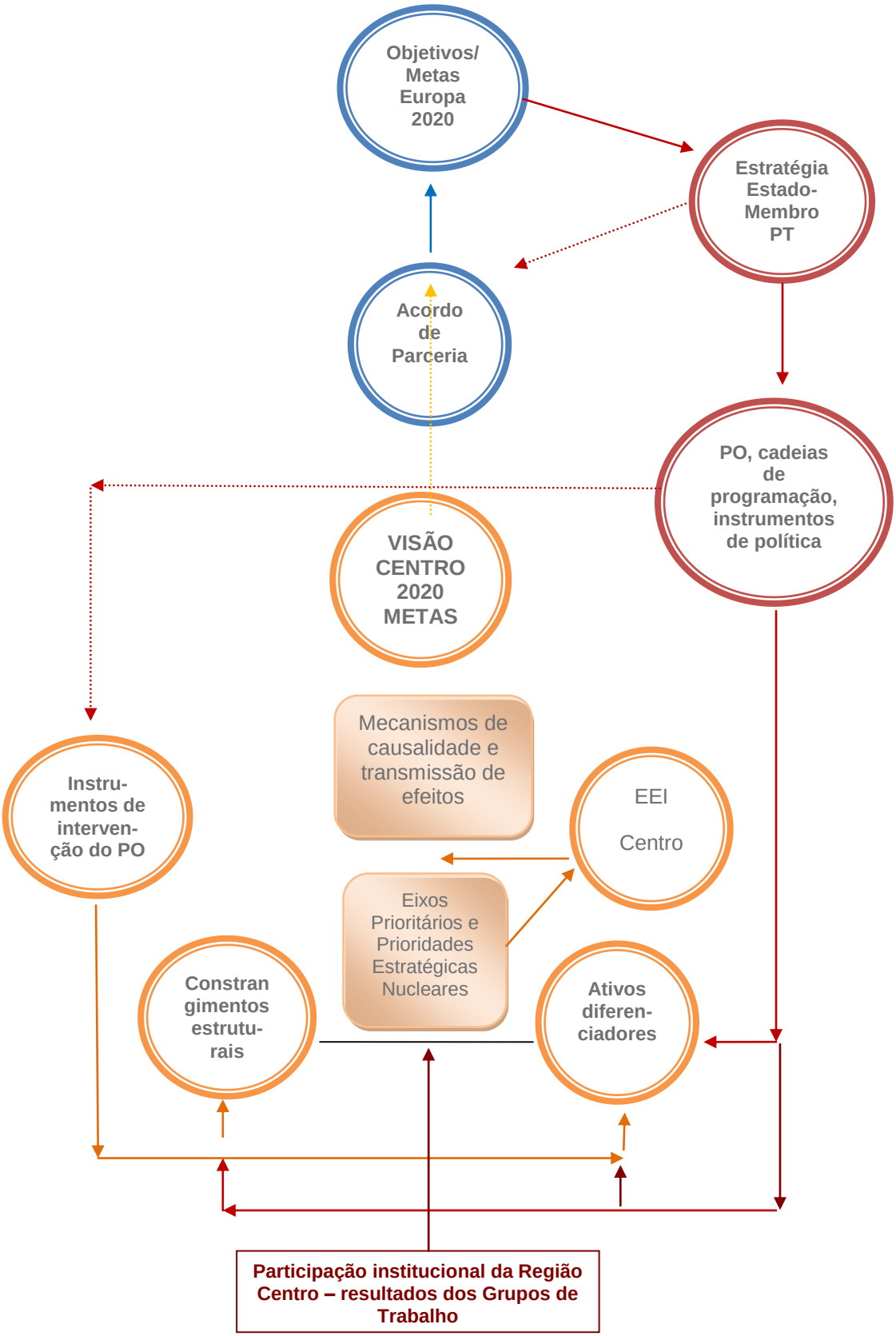
Como é referido na proposta metodológica inicialmente apresentada pela Quaternaire Portugal, a teoria da programação deve procurar identificar, na medida em que eles estejam já explícitos no estado da arte da programação, os mecanismos através dos quais os instrumentos de intervenção selecionados contribuirão para erradicar/minimizar os já mencionados constrangimentos estruturais regionais, valorizar ativos diferenciadores e simultaneamente concretizar os vetores de realização pressupostos pela Visão Estratégica.

É com a identificação de tais mecanismos que a teoria da programação terá chances de definir os fatores críticos da programação, estejam eles situados no âmbito da atuação interna do PO (questões de coerência interna, relevância, pertinência e de alocação financeira de fundos) ou pelo contrário sejam tributários de outros instrumentos de intervenção mobilizados para o mesmo território por outros PO e Fundos (questões de coerência externa).

Na figura da página seguinte, apresenta-se esquematicamente o modelo seguido para a formulação da teoria da programação do PO Centro. No esquema, surgem devidamente realçadas as peças a partir das quais se reconstrói o *puzzle* da programação: constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar, ativos diferenciadores a valorizar, visão estratégica 2020 e metas associadas, mecanismos através dos quais se estima que os instrumentos de intervenção produzirão os resultados preconizados e articulação com metas nacionais e da estratégia EUROPA 2020. Do mesmo modo, no esquema é também visível a influência dupla potencial que a programação a nível nacional exerce na teoria da programação do PO Centro: através das cadeias de programação (prioridades de investimento e instrumentos de política) com que o PO é concebido e a própria

intervenção dos PO temáticos na erradicação/minimização dos constrangimentos estruturais da Região e na valorização dos seus principais ativos diferenciadores.

Diagrama nº 1 – Esquema geral para a formulação da teoria da programação do PO CENTRO



Preenchimento do modelo

Constrangimentos estruturais

De acordo com a leitura dos documentos diagnóstico estratégico prospetivo, plano de ação regional, versão disponível do PO e estratégia de especialização inteligente da Região Centro, emergem como principais constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar os seguintes:

- CE 1 - Baixa dimensão média empresarial e baixa intensidade tecnológica associada, decorrente sobretudo da baixa intensidade de despesas de I&D empresarial;
- CE 2 - Produtividade média regional muito baixa;
- CE 3 -Baixo nível de qualificação da população e da população ativa, sobretudo nas regiões interiores e menos desenvolvidas;
- CE 4-Taxa de abandono escolar elevada (embora inferior à média nacional, mas sobretudo ainda longe da meta europeia dos 10%) e insuficiência da oferta de formação dual;
- CE 5 -Baixa disseminação do uso de TIC entre as famílias e as empresas;
- CE 6 - Níveis salientes de desperdício energético e insuficiência de produção descentralizada de renováveis;
- CE 7 -Incidência de situações de pobreza e de exclusão social;
- CE 8 -Degradação de condições patrimoniais ambientais e culturais;
- CE 9 – insuficiente adaptação aos riscos de alterações climáticas;
- CE 10 -Problemas ambientais associados essencialmente a resíduos industriais não tratados e sem destino final adequado e focos de poluição de recursos hídricos;
- CE 11 - Problemas de atomização de tecido institucional local e de insuficiência de capacitação associada;
- CE 12 -Fortes e persistentes assimetrias de desenvolvimento territorial, traduzidas no facto de apenas 38% dos concelhos da Região poderem ser considerados como pertencendo ao estatuto de competitividade, sendo os restantes 18% de transição e 44% da coesão;
- CE 13 - Insuficiências de dotação infraestrutural em termos de transportes e logística associada.

Ativos diferenciadores

- A1 - Riqueza e consistência do Sistema Regional de Inovação da Região, fortemente alimentado por ecossistemas formados em torno da área de influência das universidades de Aveiro, Coimbra e Beira Interior, sobretudo das duas primeiras, no qual avultam instituições de base tecnológica nacional e internacionalmente reconhecidas e sistemas produtivos locais com propensão para o inter-relacionamento com o sistema científico e tecnológico já manifestado sobretudo no litoral da Região e para a concretização de atividades de I+D+i;
- A2 - Diversidade de sistemas produtivos com elevado potencial de inovação, seja segundo o modelo de “inovação na tradição” (mediante incorporação de conhecimento em setores de especialização mais tradicional e histórica na Região) e atividades emergentes conhecimento-intensivas; inclusão no grupo das 100 regiões mais inovadoras da União Europeia com o estatuto de “*Innovation Follower*”;

- A3 - Processos de clusterização emergentes a que é necessário dar configuração acabada: TICE, habitat, moldes, floresta;
- A4 - Mosaico de recursos turísticos ainda não plenamente transformados num portfolio coerente de produtos turísticos e insuficiente materializado em destino turístico;
- A5 - Sistema urbano policêntrico bem situado nos rankings de qualidade de vida das cidades portuguesas;
- A6 - Relevância da massa de concentração de recursos hospitalares nacional e internacionalmente reconhecidos, fonte potencial de um *cluster* regional no domínio da saúde;
- A7 – Mais valia de recursos naturais (melhor referenciada no PAR do que na versão do PO).

Elementos da Visão Estratégica

O PO Centro é construído com base num modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER) e assenta numa visão estratégica declinável em sete domínios-chave de afirmação da Região:

- V1 - Qualificação, inovação, empreendimento;
- V2 - Centro tecnológico;
- V3 - Continuidade e mudança;
- V4 - ADN de diversidade;
- V5 - Região solidária, inclusiva e resiliente;
- V6 - Trabalho em redes focalizadas;
- V7 - Reforço positivo e mosaico de oportunidades.

Ambição Estratégica: metas

- M1 - *Innovation Leader*: 20% da I&D nacional e 100 empresas gazela;
- M2 - 20% PIB nacional;
- M3 - Diminuição em 10% das assimetrias territoriais;
- M4 - 40% da população jovem com formação superior;
- M5 - Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

Prioridades Estratégicas Nucleares

- PEN 1 - Sustentar e Reforçar a Criação de Valor
- PEN 2 - Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão – com Capacidade de Afirmação e Internacionalização
- PEN 3 - Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador
- PEN 4 – Reforçar a Coesão Territorial
- PEN 5 - Gerar, reter e atrair talento qualificado e inovador
- PEN 6 - Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes

- PEN 7 - Consolidar a Capacitação Institucional.

Estratégia de especialização inteligente

A tabela seguinte resume as principais orientações estratégicas da estratégia de especialização inteligente:

Quadro n.º 23 – Síntese da Estratégia de Especialização Inteligente Centro

ÁREA DE INTERLIGAÇÃO	APOSTAS	DOMÍNIOS DIFERENCIADORES
Soluções industriais sustentáveis	Otimização sustentada da produtividade industrial (transversal)	Eficiência energética (transversal)
	Desenvolvimento e utilização de materiais	Floresta
		TICE
		Biotecnologia
		Materiais
		Produtividade industrial sustentável
Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais	Fontes energéticas alternativas	Mar
	Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais	Eficiência energética
		TICE
		Inovação rural (transversal)
		Agricultura
		Floresta
		Biotecnologia
		Materiais
		Turismo
Tecnologias ao serviço da qualidade de vida	Futuro digital	TICE
	Inovação – saúde	Saúde e Bem-estar
	Envelhecimento ativo	Biotecnologia
		Materiais
		Turismo
Inovação territorial	Inovação rural	Eficiência energética
	Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes	TICE
	I+D+i Turismo	Saúde e bem-estar
		Inovação rural
		Materiais
		Turismo

Interpretação do modelo

Comecemos por ponderar a Visão e Desígnios Estratégicos que enquadram o PO Centro. Os elementos em que a Visão CRER 2020 se declina refletem essencialmente dois dos ativos diferenciadores da Região Centro que emergiram com maior clareza na última década – a pujança do Sistema Regional de Inovação sobretudo associada à presença na Região de entidades marcantes na

transferência de conhecimento para as empresas e na incubação de empresas de base tecnológica e a presença de uma massa em crescendo de empresas com grande potencial de desenvolvimento tecnológico em ambiente de mercado externo, com inscrição territorial no que poderemos designar em termos latos de ecossistemas de inovação organizados em torno das Universidades de Coimbra e de Aveiro.

A estes dois ativos emergentes, a Visão CRER 2020 junta dois aspetos não propriamente emergentes mas que diríamos constituem o ADN regional nos últimos 20 – 30 anos, mais propriamente a marca de mosaico de diversidade regional e a resiliência, traduzida esta última sobretudo na menor taxa de desemprego que a Região sempre tem apresentado em momentos de crise face às restantes regiões portuguesas.

Sobre estes desígnios, a visão CRER adiciona os princípios da inovação na tradição (continuidade e mudança), solidariedade inclusiva e redes focalizadas.

Em resumo, a Visão estratégica CRER puxa mais pelos ativos diferenciadores da Região do que enfatiza os seus constrangimentos estruturais, deixando entender que a erradicação/minimização desses constrangimentos será tributária de opções em termos de prioridades estratégicas nucleares e de eixos prioritários de intervenção.

A esta Visão correspondem 5 metas que definem o compromisso estratégico do PO:

- Três metas relativas no sentido de que são definidas em relação ao comportamento da economia portuguesa: 20% da I&D nacional (embora com a meta associada de 100 empresas gazela); 20% do PIB nacional; taxa de desemprego inferior em 70% à média nacional;

- Duas metas absolutas de compromisso para a Região: 40% de população jovem com formação superior; redução de assimetrias territoriais em 10%.

Pode discutir-se se a meta da taxa de desemprego abaixo 70% da média nacional constitui uma meta pouco ambiciosa, atendendo sobretudo à tradição de uma taxa de desemprego regional sempre inferior à nacional.

A concretização desta ambição estratégica é mediada pela assunção de sete prioridades estratégicas consideradas nucleares (PEN)[7]:

- Três prioridades claramente identificadas com as questões da competitividade: (i) progressão da Região nas cadeias de valor; (ii) sistema urbano policêntrico de cidades de média dimensão como instrumento de inovação, crescimento e competitividade; (iii) tecido económico resiliente, industrializado e exportador;

- Uma prioridade que faz a ponte entre as prioridades da competitividade e a qualificação da Região: Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador;

- Uma prioridade focada na redução das assimetrias territoriais: Reforçar a Coesão Territorial, à qual pode também associar-se a prioridade estratégica de "Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes";

- Uma prioridade de natureza instrumental relacionada com a capacitação institucional.

Do enunciado anterior ressaltam desde já as seguintes considerações:

- Centralidade incontornável das apostas da estratégia de especialização inteligente na concretização das prioridades da competitividade;

[7] À discussão do processo de participação institucional da Região foram submetidas cinco destas 7 PEN: as PEN relacionadas com "sistema urbano policêntrico de cidades de média dimensão como instrumento de inovação, crescimento e competitividade" e "tecido económico resiliente, industrializado e exportador" emergem depois.

- Aposta sublinhada no sistema urbano policêntrico como instrumento de inovação e competitividade, o que suscitará um elemento muito relevante de avaliação ex-ante pois o modo como a política de cidades é trabalhada no Acordo de Parceria suscita interrogações quanto à materialização desta prioridade na programação; é, no entanto, relevante assinalar que de acordo com o texto que sistematiza os resultados do Grupo de Trabalho realizado sobre este tema, não é totalmente legível esta ideia do sistema urbano como instrumento de competitividade;

- Coerência estratégica da aposta na redução das assimetrias territoriais, o que suscita o importante elemento de AEA de aprofundar algumas destas coerências;

- Inclusão da capacitação institucional como prioridade o que suscita também um relevante elemento de AEA.

Analisemos agora o modo como as PEN desenhadas para atingir a ambição estratégica da programação plasmada nas 5 grandes metas se relacionam com os constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar e com os ativos diferenciadores a valorizar. Utilizaremos uma notação matricial para captar as correspondências possíveis, seguindo uma notação de 0 (sem X) a 3 (XXX), refletindo respetivamente uma influência potencial nula e graus crescentes dessa influência de 1 (X) a 3 (XXX).

Quadro n.º 24 - Relação entre constrangimentos estruturais e ativos diferenciadoras com as Prioridades Estratégicas Nucleares

Constrangimentos estruturais/ativos diferenciadores	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS NUCLEARES						
	PEN1	PEN2	PEN3	PEN4	PEN5	PEN6	PEN7
Constrangimentos							
CE 1 - Baixa dimensão e baixa intensidade tecnológica	XX	X	**XXX**		XX		
CE 2 - Produtividade média regional baixa	**XXX**	X	**XXX**		XX		
CE 3 - Baixa qualificação	XX	XX	XX		**XXX**		XX
CE 4 - Taxa de abandono escolar elevada							
CE 5 -Fraca disseminação de TIC	XX	XX	XX				
CE 6 - Desperdício energético e baixa produção de renováveis		**XXX**					
CE 7 - Incidência de pobreza e exclusão social		**XXX**		XX			
CE 8 - Degradação patrimonial		XX					
CE 9 – Riscos de alterações climáticas		X		XX			
CE 10 – Problemas ambientais		X		XX			
CE 11 - Atomização do tecido institucional							**XXX**
CE 12 - Assimetrias de desenvolvimento territorial	X	XX	X	**XXX**		**XXX**	
CE13 - Insuficiências de dotação infraestrutural em termos de transportes e logística associada.	XX	XX		XX		X	
Ativos diferenciadores							
A1 - Consistência do SRI	XX		**XXX**		**XXX**		**XXX**
A2 - Diversidade de sistemas produtivos com elevado potencial de inovação	**XXX**	XX	**XXX**		**XXX**		
A3 - Clusterização emergente	**XXX**		**XXX**	XX	XX		
A4 - Mosaico de recursos turísticos	XX	XX	XX	**XXX**			

Constrangimentos estruturais/ativos diferenciadores	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS NUCLEARES						
	PEN1	PEN2	PEN3	PEN4	PEN5	PEN6	PEN7
A5 - Sistema de Cidades com qualidade de vida	XX	**XXX**		XX	**XXX**		
A6 - Concentração de recursos hospitalares		XX		X			
A7 – Mais-valia de recursos naturais		X		X		X	

A análise de correspondência lógica entre as PEN enunciadas e os constrangimentos estruturais e ativos diferenciadores identificados pelo diagnóstico estratégico prospetivo permite desde já enunciar as seguintes conclusões em matéria de teoria da programação implícita na estratégia do PO:

- Centralidade manifesta das prioridades estratégicas 1 (Progressão na cadeia de valor) e 3 (Tecido económico resiliente, industrializado e exportador) na abordagem aos constrangimentos estruturais e ativos diferenciadores relacionados com os sistemas produtivos e de inovação da Região;

- Necessidade de aprofundar as opções e conteúdos da estratégia de especialização inteligente da Região para avaliar da influência de tais prioridades estratégicas em outros domínios como o combate às assimetrias de desenvolvimento territorial, o desperdício energético e insuficiente produção de renováveis e a insuficiência de infraestruturas de transportes e logísticas;

- Fortes expectativas criadas em torno da política de cidades para a Região na medida em que a PEN 2 (Estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão) assume na estratégia do PO uma forte influência nos desígnios estratégicos da competitividade, não deixando de articular-se com uma forte diversidade de outros constrangimentos e ativos diferenciadores;

- Existência notória de alguns constrangimentos estruturais para cuja erradicação/minimização ou não está definida qualquer prioridade estratégica (caso da taxa de abandono escolar face à meta europeia), ou dependem de uma única prioridade estratégica; neste último caso, importa sobretudo salientar o caso da atomização do tecido institucional cuja erradicação ou minimização fica tributária do modo como a PEN 7 (capacitação institucional) for implementada, não nos parecendo que o seja apenas numa lógica de modernização administrativa;

- Verifica-se alguma necessidade de clarificação do modo como os constrangimentos de natureza energética e ambiental são objeto de atenção por parte das prioridades estratégicas nucleares, pois de acordo com a formulação analisada (e considerando as orientações conhecidas do Acordo de Parceria, versão de meados de janeiro de 2014), a abordagem a tais constrangimentos surge vertida sobretudo na PEN relacionada com o sistema de cidades médias da Região e em parte com a PEN associada à coesão territorial; ou seja, a programação parece ter assumido essencialmente a dimensão de transversalidade da sustentabilidade ambiental;

- Deve ainda ser salientado que, de acordo com a formulação analisada, as questões da pobreza e da exclusão social surgem marcadamente associadas à PE da coesão territorial, a qual combina na formulação do PO, "os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental"; esta conclusão não pode deixar de ser analisada em conjunto com a intervenção do PO temático sobre a inclusão social na Região Centro e ainda com o propósito manifestado pelo Acordo de Parceria de consagrar DLBC para áreas urbanas nas quais a questão social surge associada à regeneração urbana.

Das considerações de síntese atrás produzidas, devemos destacar a ideia que constitui simultaneamente ambição e fator diferenciador do PO Centro segundo a qual a estratégia de

especialização inteligente delineada para a Região projeta os seus efeitos potenciais muito para além dos objetivos em torno do perfil de especialização produtiva da Região e da necessidade de aumentar níveis de intensidade tecnológica e de conhecimento e de produtividade aparente do trabalho na Região. Na verdade, tal como está configurada (e o parecer positivo emitido pelo perito europeu sobre a matéria constitui em si próprio um valioso material de AEA), a especialização inteligente do Centro interliga-se fortemente com prioridades estratégicas nucleares relevantes como a da coesão territorial. A incorporação na estratégia de áreas de interação como a "Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais", "Tecnologias e qualidade de vida" e "Inovação territorial" com relevo para a dimensão da inovação em meios rurais proporciona à RIS 3 da Região Centro uma grande amplitude temática e de efeitos territoriais, constituindo-se num verdadeiro nó górdio de toda a programação e o grande instrumento da ambição estratégica com que o PO é desenhado.

Das prioridades estratégicas nucleares aos Eixos Prioritários de Intervenção e respetivos objetivos

A matriz reproduzida na página seguinte procura apreender de que maneira a estrutura do PO traduzida em eixos prioritários, prioridades de investimento associadas e objetivos configurados pelas prioridades de investimento assumidas procura concretizar as prioridades estratégicas nucleares da programação e as grandes metas que corporizam a ambição estratégica do PO.

Como é conhecido, a estrutura dos eixos prioritários acolhidos pelo PO reflete também o modo como a programação se articula com o menu dos 11 objetivos temáticos. De qualquer modo, neste ponto, a nossa preocupação é a de compreender que objetivos de PO serão prosseguidos para dar corpo às prioridades estratégicas da programação, de que modo as grandes metas da ambição estratégica do PO serão satisfeitas pelas prioridades de investimento selecionadas, por sua vez também articuladas com as grandes metas da Estratégia 2020.

Quadro n.º 25 – Alocação das Prioridades Estratégicas Nucleares, constrangimentos estruturais, ativos diferenciadores, metas de ambição estratégica às Prioridades de Investimento (e Eixo Prioritário)

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
EIXO 1 – IDEIAS – Investigação, Desenvolvimento e Inovação – OT1	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente	PEN1, PEN 3	CE1, CE2,	A1, A2	M1, M2
	Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D	PEN 3	CE 1, CE 2	A1	M1
	Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial	PEN3	CE1, CE2	A1, A2	M1, M2
	Aumentar o investimento empresarial em I&I	PEN 3	CE 1, CE 2	A1	M1
	Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação	PEN3	CE1, CE2	A1, A2	M1
	Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras	PEN 1,PEN3	CE1, CE2	A1, A2	M1
EIXO 2 - COMPETIR – Competitividade e internacionalização da economia regional – OT 3	Promover o Empreendedorismo qualificado e criativo	PEN 1, PEN 2, PEN 4	CE 1, CE 2, CE 11	A1	M1
	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização	PEN 1, PEN 3	CE 1, CE 2	A2, A3	M2
	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	PEN 1, PEN 3	CE 1, CE 2	A1, A2, A3	M2, M3
EIXO 3 – APRENDER –	Qualificar e modernizar as instalações escolares e de formação	PEN 5 (?)	? ? ? ?		

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
Desenvolver o Potencial Humano **OT 10**	Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação	PEN4, PEN 5	CE 3, CE 4		
	Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem	PEN 5	CE 4		
	Aumentar o número de alunos com formação superior, promovendo a realização de ciclos curtos de formação superior profissional	PEN 5	CE 3	A1	M4
	Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	PEN 5	CE 4		M4
	Reduzir o abandono escolar a nível superior, através da concessão de bolsas de mobilidade para estudantes deslocados	PEN5	CE4		M4
	Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica	PEN5	CE4		
EIXO 4 – EMPREGAR E CONVERGIR – Promover e dinamizar a empregabilidade –	Reforçar as competências de I&D e a valorização internacional das empresas, por meio da contratação de recursos altamente qualificados	PEN5			
	Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho				

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
OT 8	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas	? ? ? PEN 6 (?)	CE 7		M5
	Promover a inovação e gestão empresarial e eSkills através da formação de empresários e trabalhadores,	PEN 1, PEN 3	CE 2, CE 3	A2, A3	
	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social	PEN 4	CE 7		M5
	Desenvolver o potencial endógeno regional	PEN 4, PEN 6	CE 12, CE13		M3
EIXO 5 – APROXIMAR E CONVERGIR – Fortalecer a coesão social e territorial – OT 9	Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional	PEN 4	CE 3, CE 7		M5
	Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	PEN 4	CE 3, CE 7		M5
	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social com estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais	PEN 4 e PEN 6	CE 11		M3
	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde	PEN 4 e PEN 6	CE 7	A6	M3

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local	PEN 2, PEN 4 e PEN 6	CE 7	A5	
EIXO 6 – SUSTENTAR – Afirmar a sustentabilidade dos recursos – OT 4	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	PEN 1, PEN 3	CE 2, CE 6		M2
	Aumento da eficiência energética nas Infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética energética e de produção renovável nos edifícios públicos	PEN 2	CE 6		
	Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	PEN 2	CE 6		
	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios	PEN 2	CE 6		
EIXO 7 – CONSERVAR – Afirmar a sustentabilidade dos territórios – OT 6	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	PEN 1, PEN 2, PEN 3, PEN 4	CE 8	A4	
	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	PEN 4	CE 8	A5	

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
EIXO 8 – CAPACITAR – Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais – OT 2	Modernização das administrações e dos serviços públicos	PEN7	CE11		
EIXO 8 – CAPACITAR – Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais – OT 11	Apoio a processos de reorganização e modernização administrativa e ao aumento da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos	PEN 6 e PEN 7	CE 11		
	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica	PEN 6 e PEN 7	CE11		
EIXO 9 – CIDADES – REFORÇAR A REDE URBANA – OT 4,6 e 9	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior	PEN 6	CE6, CE13	A7	
	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível superior	PEN 6	CE6	A7	
	Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	PEN 4, PEN 6	CE6, CE7	A7	

Eixos Prioritários	Objetivos específicos	Prioridades estratégicas nucleares atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados	Metas de ambição estratégica
	Promover uma gestão eficaz do programa, garantindo um apoio adequado aos beneficiários e uma ampla divulgação aos cidadãos e às empresas	PEN 7	CE11		

O exercício que consta da matriz elaborada nas páginas anteriores evidencia que existem alguns saltos e vazios na transposição do quadro estratégico regional (constrangimentos estruturais, ativos diferenciadores, prioridades estratégicas nucleares, elementos da visão e metas da ambição estratégica regional) para o quadro da programação do PO. Por exemplo ao nível da educação ou da capacitação ou da sustentabilidade, existem objetivos específicos que não se relacionam com os ativos diferenciadores ou com as metas de ambição regional (pelo menos diretamente). Mas, como já vamos ver, isso é natural uma vez que existe um menu padrão de objetivos e prioridades, que depois são selecionados pelas entidades regionais, refletindo-se num leque mais vasto de investimentos e de áreas de intervenção. De seguida explicam-se as possíveis razões para este *gap* de forma mais pormenorizada:

- Em primeiro lugar, a transposição das PEN para a programação do PO é concretizada mobilizando um menu relativamente formatado de objetivos temáticos que se transformam praticamente em eixos prioritários do PO e de prioridades de investimento aos quais se associam objetivos. É com essa mobilização que a teoria da programação do PO se propõe usar os instrumentos considerados mais apropriados para atingir resultados plasmáveis nas metas que definem a ambição estratégica da Região e do PO que lhe corresponde. Esta operação de transposição atrás referida não dispõe de graus de flexibilidade muito elevados, já que a estrutura do menu disponível está definida, cabendo à Região encontrar na programação as combinações mais pertinentes de prioridades para atingir os objetivos estratégicos que definiu.

- Em segundo lugar, há que considerar que as PEN podem ser atingidas não necessariamente apenas com as prioridades de investimento a concretizar por via do PO, devendo aqui ser invocados os contributos de PO temáticos FEDER e FSE, dos restantes FEEI associados ao FEADER e FEAMP e não ignorando ainda a intervenção do Fundo de Coesão na Região.

- Em terceiro lugar, não pode ser ignorado que o enunciado das PEN é atravessado por alguma seletividade, que depois se repercute em alguns vazios de correspondência entre prioridades de investimento e as referidas PEN. Assim, por exemplo, as questões da exclusão social não são objeto de indicação de PEN direta, surgindo interpostamente na PEN relativa à coesão territorial. Mesmo a formulação (e respetivo conteúdo) utilizada para cobrir o domínio do capital humano ("Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador"), embora refira a aposta na "capacidade de educar os jovens", não favorece de modo fácil a integração de todas as prioridades de investimento associadas ao domínio temático capital humano. Por exemplo, as prioridades de investimento selecionadas em torno da modernização de infraestruturas escolares e de formação não fáceis de justificar nem pelas PEN assumidas, nem pelos constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar, tal como consta pelo menos da sua formulação no texto do PO objeto de análise; acresce que nos resultados do Grupo de Trabalho constituído sobre Educação não superior, é referida a questão de necessidades infraestruturais a satisfazer em matéria de infraestruturas escolares não colmatadas na programação 2007-2013 apesar do esforço realizado nessa matéria, mas a identificação de constrangimentos feita pelo grupo de trabalho não é legível a questão infraestrutural; insuficiências de vigilância e segurança; disciplina e aproveitamento penalizados por concentração de alunos; modelos pedagógicos; redução de pessoal docente, não docente e técnicos especializados; indisciplina na sala de aula; défice de assistência social nas escolas; não valorização da educação por parte dos alunos; financiamento; deficiente formação de professores; problemas de substituição de professores;

- Em quarto lugar, há prioridades de investimento que não correspondem a qualquer relação com as metas da ambição da estratégia regional, embora em alguns casos possam contribuir para as metas da Estratégia Europa 2020 (caso, por exemplo, das prioridades de investimento orientadas para a redução do abandono escolar, em que a coerência estratégica da intervenção é igualmente dada pela capacidade da mesma em contribuir para a erradicação/minimização do constrangimento estrutural identificado a esse respeito.

Do exercício realizado resultam ainda algumas considerações pertinentes para a identificação de fatores críticos que culminará oportunamente o presente capítulo.

É notória nos exercícios realizados a maior densidade de correspondências lógicas entre constrangimentos estruturais, ativos diferenciadores, PEN, prioridades de investimento e metas de ambição estratégica no que respeita aos domínios da competitividade, investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização, densidade à qual acresce o caráter manifestamente inovador que a estratégia de especialização inteligente assume na Região Centro. Trata-se sem dúvida de uma centralidade da programação, está refletida em duas de 5 metas estratégicas globais e constituirá o fator crítico (no sentido de que se joga em grande medida a ambição do PO) da programação. Estamos também perante um domínio em que a qualidade e profundidade da participação institucional são notórias, contribuindo para a consistência do que está programado.

Uma outra ideia pertinente decorre do caráter integrador de diferentes instrumentos e prioridades de investimento que a PEN "Reforçar a Coesão Territorial" assume na programação, elevada ainda ao estatuto de meta estratégica global. Essa concentração é visível principalmente no eixo 5, eixo com uma relação mais direta à inclusão social, mas também nas prioridades de investimento dos restantes eixos, sendo os objetivos específicos "promover o empreendedorismo qualificado e criativo", "Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação" ou "desenvolver o potencial endógeno regional" alguns exemplos clarificadores dessa relação integradora de várias prioridades. Papel mobilizador também evidenciado pela relação forte ou moderada com os constrangimentos "assimetrias de desenvolvimento territorial", "incidência de pobreza e da exclusão social". "riscos e alterações climáticas" ou nos "problemas ambientais e insuficiências de dotação infraestrutural em termos de transporte e logística". A relação com os restantes instrumentos de financiamento europeus e a articulação com as DLBC e os ITI ditarão o sucesso da estratégia adotada, sendo por essa razão dada uma atenção muito particular a estes fatores nesta AEA.

De referir a ausência de um indicador de ambição regional/meta para o domínio da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, mesmo que tenha que existir um contributo regional para o cumprimento da meta nacional de redução das emissões de gases de efeito de estufa e da intensidade energética, o que retira alguma dimensão estratégica, ao nível deste domínio, ao programa. Contudo, de referir a consideração das "mais-valias ambientais" da região como ativo diferenciador, no qual assenta uma dimensão estratégia de índole ambiental importante e que cobre em grande medida a EREI-Centro, minimizando a fragilidade estratégica apontada anteriormente.

ANEXO N.º 2

LISTA DE ENTIDADES AUSCULTADAS

Focus Group

1. Associações de Desenvolvimento Local (11 de março):

- ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;
- TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior;
- LEADER Oeste – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste;
- ADICES – Associação de Desenvolvimento Local;
- AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego;
- ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra;
- ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul;
- ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão;
- ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela;
- ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul;
- RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural;
- GAC Região de Aveiro;
- GAC Mondego (AD ELO);
- GAC Oeste;

2. Estratégia de Especialização Inteligente (14 de março)

- Universidade de Aveiro e Cluster do habitat;
  - Victor Ferreira, representante dos *clusters* (e PCT) relevantes para a região
- Conselho Empresarial do Centro;
  - Matos Rodrigues, representante dos empresários
- Tagus Valley;
  - Pedro Saraiva, representante dos Parques de Ciência e Tecnologia
- SOPORCEL;
  - Leonor Guedes, representante das empresas exportadoras da região
- Câmara Municipal do Fundão;
  - Paulo Fernandes, presidente

Entrevistas Individuais:

- CIM da Região de Coimbra (25 março);
  - Eng.º Jorge Bento, Secretário Executivo
- Universidade de Coimbra (26 março);
  - Prof. Margarida Mano, Representante das Universidades no Conselho Coordenador da RIS3
- Centro Regional de Segurança Social (26 de março);
  - Dr. Ramiro Miranda, Diretor
- Entidade Regional de Turismo do Centro (26 de março);
  - Dr. Pedro Machado, Presidente
- Direção Regional do IEFP (28 de março);
  - Dr. Pedro Amaro, Delegado Regional
- CIM Beira Baixa

ANEXO Nº 3

ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Painel Temático CCDRC Coimbra, 11 de Março 10-13h

Presenças (31 participantes)

ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte

TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior

LEADER Oeste – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego

ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra

ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul

ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão

ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural

GAC Região de Aveiro

GAC Mondego (AD ELO)

GAC Oeste

PROVERE Buy Nature – Turismo sustentável em áreas classificadas

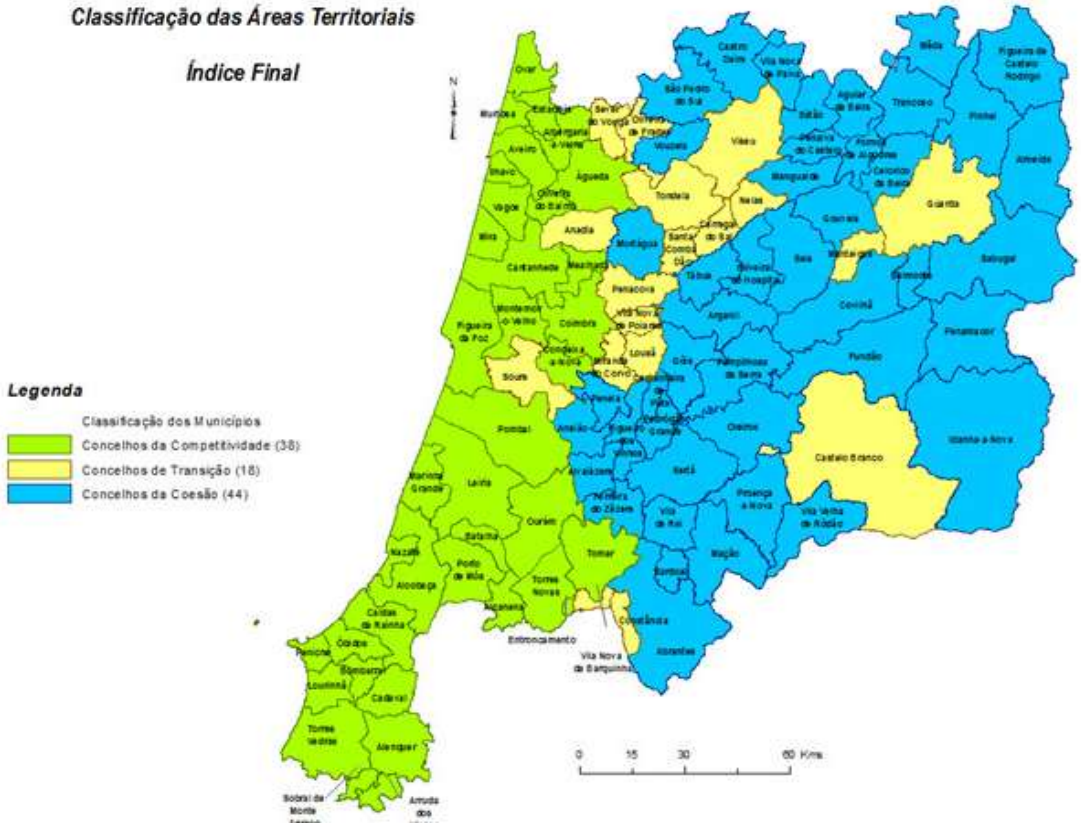
Temas abordados (definidos pela Equipa de Avaliação)

1. Oportunidades que se abrem às Associações de desenvolvimento Local (ADL) com a figura/ de instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
   As ADL estão informadas sobre este conceito de intervenção no território?
   As ADL estão devidamente capacitadas para assumir esta responsabilidade?

2. Estratégias de intervenção das ADL para aproveitar as oportunidades veiculadas pela figura DLBC.
   As ADL já têm, ao nível da conceção, algum plano de ação para responder ao desafio que a figura DLBC representa?

Reflexão em torno dos temas abordados no Painel Temático com as ADL

De acordo com o PO Centro, dos 100 municípios (concelhos) da região, 38 são classificados como Concelhos da Competitividade, 18 como Concelhos de Transição e 44 como Concelhos da Coesão. Esta classificação teve por base o modelo proposto pela União Europeia.



Fonte: PO Centro, versão de 21 de Fevereiro de 2014.

O PO Centro tem uma forte orientação para a coesão económica, social e territorial, a qual é conduzida sob duas perspetivas:

- descendente ou top-down, através da estratégia de especialização inteligente (RIS3), que considera os recursos endógenos e que assume um compromisso ambicioso e relativamente ousado com enfoque na investigação e inovação (transferência de tecnologia e aproximação entre as PME e as entidades geradoras de conhecimento) e na criação de emprego;

- ascendente ou bottom-up, com intervenção a partir das Associações de Desenvolvimento Local e das respetivas parcerias (Grupos de Ação Local).

Em termos de conteúdos do PO Centro, e tendo presente as dimensões de intervenção das ADL, importa reter os elementos de diagnóstico seguintes:

- O Baixo Vouga é a única NUTS III da Região Centro a registar um índice de competitividade superior à média nacional. Nas últimas posições encontram-se as NUTS III contíguas do interior: Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, e Cova da Beira.
- No que se refere à coesão, os dados disponíveis refletem o acesso da população a equipamentos e serviços básicos coletivos e o grau de eficiência das políticas públicas que pretendem melhorar a qualidade de vida das populações e o nível de inclusão social. Neste contexto, a Região Centro evidencia menores assimetrias territoriais, embora existam ainda 3 sub-regiões NUTS III situadas abaixo da média nacional (Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Dão Lafões).

- Relativamente à qualidade ambiental, quase todas as NUTS III do litoral se situam abaixo da média nacional (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Oeste e Pinhal Litoral);
- Praticamente metade dos municípios da Região Centro evidencia ainda problemas de atratividade populacional e económica, com particular incidência nos territórios de baixa densidade Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões.
- A região possui uma larga experiência acumulada de definição e implementação de estratégias de investigação e inovação que envolvem entidades do sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial (existência de um conjunto importante de Instituições de Ensino Superior, número elevado de unidades de investigação, leque alargado de instituições que promovem a inovação e a transferência de tecnologia.

- A região contempla uma estrutura produtiva diversificada, em que coexistem áreas de especialização tradicionais (cerâmica, minerais não metálicos, florestas e produtos daí resultantes, como a pasta de papel e o papel), com atividades económicas mais recentes, assentes em tecnologia (metalomecânica, moldes, equipamentos), mas igualmente intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e saúde).

- As atividades económicas ligadas ao Turismo têm vindo a ganhar importância, aproveitando as oportunidades decorrentes de uma maior procura, nomeadamente, associada ao turismo de natureza e de aventura, ou associada a práticas mais tradicionais de turismo cultural, religioso (onde Fátima ocupa espaço de destaque), residencial e médico e de bem-estar.

Estes desafios (atenuação dos constrangimentos e estímulo das potencialidades) poderão e deverão representar linhas de intervenção diferenciadas entre os GAL, por via das suas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Na sequência da análise do PO Centro e da análise dos resultados do painel temático realizado na CCDR Centro com os GAL, ficou entendido que a coesão territorial, salvo algumas exceções, foi relativamente conseguida por via das acessibilidades e criação de infraestruturas de apoio às comunidades rurais, ficando ainda por resolver os constrangimentos ligados à coesão económica e social, ainda muito vincados em grande parte do território (sobretudo, no interior), os quais devem constituir as principais linhas de intervenção.

1ª questão

1. **Oportunidades que se abrem às Associações de desenvolvimento Local (ADL) com a figura/instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). As ADL estão informadas sobre este conceito de intervenção no território?**

   As ADL estão devidamente capacitadas para assumir esta responsabilidade?

Grupos de Ação Costeira (GAC)

As realidades distintas no que se refere à sua integração em termos de personalidade jurídica, dita o sentimento relativamente aos desafios que se colocam neste período de programação.

Se, por um lado, esta é uma questão relativamente nova para os GAC com menor experiência de definição e implementação de estratégias de desenvolvimento local, por outro lado há GAC que, por estarem integrados em parcerias com GAL ou com CIM, estão um pouco mais avançados em termos de definição de estratégias.

Não obstante, ficou claro que os GAC não têm uma perceção clara dos desafios sobretudo pela incerteza sobre os regulamentos e sua operacionalização (o Regulamento do FEAMP não se encontra ainda estabilizado, dificultando as discussões ao nível estratégico com a Autoridade de Programação).

Em termos de intervenção no território, os GAC correm o risco de passar pela mesma situação do período de programação 2007-2013, quando viram a sua aprovação apenas em 2009 e o início tímido da sua atividade no final de 2010, com prejuízos óbvios para as comunidades piscatórias. A este cenário acresce uma tipologia de beneficiários que, embora possuam uma forte motivação para

investir, contam com grandes dificuldades em apresentar projetos com qualidade e, por vezes, sem viabilidade económica e financeira (segundo as regras impostas pelo Regulamento).

Em termos de estrutura física e humana, os GAC referiram a sua adequada capacitação para fazer face às exigências deste período de programação, não se prevendo qualquer alteração nas respetivas estruturas.

O desenho das opções e estratégicas de desenvolvimento vai depender da organização entre as diversas entidades e potencial de integração dos instrumentos de financiamento. Ficam as dúvidas sobre a operacionalização das mesmas, componente com um nível de incerteza elevado.

No que se refere em concreto à operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, o AP admite a possibilidade de recorrer a uma abordagem de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar), no sentido de promover as realizações do mar no quadro do modelo de governação dos FEEI. A este respeito, há um desconhecimento generalizado por parte dos GAC da região Centro.

Embora o cluster do mar tenha sido identificado no âmbito da participação regional como a prioridades de intervenção menos importante, o documento de programação confirma o mar como um dos oito domínios diferenciadores temáticos da RIS3 da Região Centro, referindo a atribuição de uma atenção particular, nomeadamente, em termos de promoção do empreendedorismo e da inovação; e da proteção e desenvolvimento do potencial do meio marinho e costeiro (no âmbito da Aposta indicativa 2.2. “Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais”).

No PO Centro, em concreto, estes objetivos são refletidos através do reforço da competitividade e da capacidade de inovação das empresas ligadas ao mar (Eixo 1), da transferência de conhecimento entre instituições de ensino superior e de investigação e as empresas (Eixo 2) e da proteção e da valorização do património cultural e natural associado ao mar (Eixo 6). Não obstante a importância que o PO Centro confere a estas matérias, em nenhum momento é referida a abordagem “ITI Mar”.

Grupos de Ação Local (GAL)

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) durante o processo de programação têm tido uma participação muito ativa, tanto no que respeita aos domínios estratégicos de intervenção como no que se refere à sua configuração territorial, embora a mesma não tenha sido solicitada pelas Autoridades de Programação do AP e do Programa para o Desenvolvimento Rural. A informação tem sido muito limitada, chegando, por vezes, por outra via que não a oficial. E este é um requisito para uma boa participação.

Ao mesmo tempo que a política europeia exige aos atores uma maior participação e implicação nos processos de planeamento de estratégias, e que os GAL têm sentido e respeitado esse apelo/dever, têm surgido questões muito complexas e pouco claras que não são devidamente discutidas com as ADL e situações em que os seus contributos não são acolhidos, com eventual penalização no formato da sua intervenção nos territórios rurais no período de programação que se avizinha. O caso concreto do PO Centro é uma exceção pelo facto de haver uma estreita relação entre a Autoridade de Programação e as várias ADL.

Em suma, não tem havido uma articulação efetiva entre os diversos Fundos e Programas, conduzindo a abordagem plurifundos a uma intervenção que existe apenas ao nível da programação não sendo ainda conhecida a forma de operacionalização desta abordagem, colocando em risco linhas de trabalho e de intervenção nos territórios rurais. Neste contexto, o PO Centro não é claro, ou seja, não se compromete.

Um exemplo desta incerteza é a aparente contradição que consta na última versão do AP quanto à relação e contributo para os Objetivos Temáticos (OT), que pode levar à incerteza quanto à possibilidade de recorrer aos incentivos previstos nas diversas Prioridades de Investimento (PI).

Na interpretação da Equipa de Avaliação, os DLBC poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através das PI 8.3. (FSE) e 8.8. (FEDER), sendo que o envelope financeiro para essas ações no âmbito das DLBC estará incluído nas PI 9.6. (FSE) e 9.10. (FEDER) – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária Não obstante, desses apoios poderão resultar contributos para os OT3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura, OT6 Preservar e

proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, OT8 Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, e OT9 Promover a inclusão social e combater a pobreza.

No âmbito da prioridade ligada à inclusão social, o apoio via DLBC só se aplicará nos territórios que não são cobertos por Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+). Os CLDS deverão ser exclusivamente financiados pelo PO temático Inclusão enquanto os DLBC (parte FSE e FEDER) serão exclusivamente financiados pelos PO Regionais. Neste contexto, será importante assegurar parcerias com as Redes Sociais.

O campo de intervenção LEADER-DLBC abrange um leque muito alargado de domínios, sendo que esta lógica de complementaridade entre Fundos afigura-se determinante para gerar eficiência e eficácia na produção de resultados e efeitos, e deverá estabelecer-se quer na vertente FEADER, orientada para projetos que contemplem uma ligação mais ou menos evidente com o complexo agroflorestal, como o turismo (agroturismo), os serviços de recreação e lazer, o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a produção de bens resultantes de atividades de transformação, a criação de pontos de venda direta dos bens produzidos na exploração, entre outros; quer na vertente FEDER, que enquadra a valorização territorial, com óbvias sinergias em matéria de qualificação dos territórios rurais, abrangendo a qualidade de vida e a atração de elementos de iniciativa/dinamização económica; quer na vertente FSE, cujos domínios de intervenção são de grande relevância para a qualificação e melhoria de competências dos ativos rurais; quer ainda na vertente FEAMP com a maximização da participação dos sectores das pescas no desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e garantir que as comunidades locais explorem plenamente as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento costeiro e marítimo e delas beneficiem.

Quanto às dotações financeiras disponíveis, dado que a intervenção FEADER tem uma natureza orientada para as atividades agrícolas, a componente FEDER foi considerada manifestamente insuficiente. Neste âmbito, refira-se que o reforço das verbas FEDER é bastante provável. Neste contexto, importa ter presente que parte relevante dos apoios FEADER no período de programação 2007-2013 foi atribuída a atividades económicas não agrícolas (72.276 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.1.2. Criação e desenvolvimento de microempresas; 61.983 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.2.2. Serviços básicos para a população rural, correspondendo a praticamente 35% da dotação financeira[8]), com resultados muito interessante ao nível da criação de emprego.

Quadro n.º 26 - Financiamento indicativo de DLBC

Fundo	Recursos atribuídos indicativamente para financiamento de DLBC (total em euros por fundo)	Fundos atribuídos indicativamente para financiamento de DLBC (% do total nacional de cada fundo)
FEADER	228.000.000	5,6
FEAMP	35.000.000	8,9
FSE	93.000,000	1,2
FEDER	83.000,000	0,8

Fonte: AP, versão julho de 2014.

Em suma, as oportunidades que se abrem às ADL com a figura/instrumento regulamentar DLBC são consideradas como muito positivas, no entanto, e como o foco de intervenção do FEADER é mais agrícola, só se tornará interessante se houver a compensação dos outros Fundos.

Com estas incertezas, muito dificilmente as ADL conseguirão avançar com as suas Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD). Neste contexto, o FEADER encontra-se mais avançado, tendo já definido

[8] *Indicadores de monitorização do ProDeR (31 de Dezembro de 2013), http://www.proder.pt/ResourcesUser/Centro_Informacao/Quadros_Execucao/PRODER_TRIMESTRAL_2014/PRODER_Informacao_Financeira_2013.12.10_SITE.pdf.*

as linhas de intervenção dos GAL e a demarcação entre as tipologias de beneficiários e de projetos (embora ainda não estatuída).

Assim, há um risco elevado para o desenvolvimento do mundo rural, em sentido lato, com esta focagem agrícola, porque os restantes fundos não se encontram assegurados. Este novo modelo de financiamento não confere aos agentes o potencial de intervenção suficiente para os resultados e efeitos se fazerem notar, acresce que as necessidades continuam ou agravaram-se devido ao contexto de crise que o país atravessa.

Ainda no que respeita à elaboração das ELD, há inseguranças quanto à hierarquização dos instrumentos estratégicos pois às ADL não parece ser o mais adequado que as ELD sejam subsidiárias das estratégias formatadas das Comunidades Intermunicipais (CIM), por motivos vários, dos quais se destacam os seguintes:

- diferentes níveis de articulação com as diversas CIM, decorrente da maturidade das mesmas – algumas CIM apresentam estruturas débeis e com fraca experiência na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento regional);
- algumas estratégias tratam-se de justaposições de projetos de carácter municipal sem que seja relevado o trabalho dos GAL no âmbito da intervenção nos territórios rurais;
- o apelo à inovação e criatividade na resolução de problemas e na aposta às potencialidades não se coaduna com a formatação das estratégias desenhadas pelas CIM. Neste âmbito não se deverá omitir ou descurar a importância que a inovação assume no PO Centro e a importância do contributo dos DLBC para esse desígnio, nomeadamente, por se poderem constituir como instrumentos facilitadores dessa inovação.

As ELD terão que respeitar os objetivos da Estratégia Europa 2020, bem como do AP, ao mesmo tempo que terão de se colar aos objetivos definidos em termos regionais (NUTS II, CIM e, por fim, área de intervenção das ADL). Esta amplitude e cacho de objetivos poderão por em causa o conceito bottom-up.

Na perspetiva da Equipa de Avaliação, o enquadramento das ELD nas estratégias da CIM e consequentemente na estratégia do PO parece óbvio pela suas abrangências territoriais, não obstante, não é líquido que as DLBC tenham um vinculo hierárquico com as CIM e, porventura, com a ITI Mar, pois as aprendizagens são diferentes. Ainda nesta perspetiva, as estratégias dos DLBC deverão ser devidamente acolhidas pelas estratégias das CIM e do PO Regional (neste caso as ações de intervenção deverão ser tão abrangentes quanto a diversidade das especificidades dos territórios rurais). O que acontece é que o processo avança sem que os DLBC estejam aprovados ou que as ELD estejam elaboradas.

O modelo de governação dos Fundos Comunitários na Região Centro deve garantir a desejável articulação entre as Autoridades de Programação e demais agentes e a desejável articulação e complementaridade entre as estratégias, designadamente, em matéria de orientações

regulamentares, técnicas e administrativas, tendo sempre em vista os efeitos e resultados esperados. Neste contexto é recomendável um esforço de integração entre os vários níveis estratégicos e a formação de parcerias mutuamente comunicantes.

No que se refere à capacidade das ADL para assumir esta responsabilidade, a resposta foi peremptória e afirmativa. De acordo com o documento de programação, as DLBC a criar na Região Centro serão aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo GAL, os quais terão de apresentar ELD e os respetivos Programas de Ação, não havendo alocações pré-definidas. Assim, Os DLBC poderão resultar de experiência de intervenção incluindo, para além da Abordagem LEADER, as intervenções de cariz social e/ou económico. Este enquadramento recomenda:

- O estabelecimento de convergências reais e operacionais linearmente estabelecidas ao nível da definição da estratégia local, da gestão operacional e da delimitação eficaz (e não concorrencial como agora acontece) e não apenas no domínio dos princípios programáticos. A este respeito o PO Centro refere que a elaboração de orientações e especificações, nomeadamente no que respeita à definição de processos e critérios de seleção das estratégias de desenvolvimento local, as funções dos GAL, bem como os montantes e condições específicas de financiamento disponibilizados pelo Programa Operacional, Fundos e Eixos Prioritários, serão elaborados em articulação com as outras entidades responsáveis pelo financiamento das DLBC, nomeadamente as entidades gestoras do FEADER e do FEAMP.

  A este respeito os GAL concordam que a sua intervenção tem sido limitada pela cada vez menor autonomia e, consequentemente, pelo cada vez menor espaço para as especificidades territoriais.

  Sobre as questões administrativas e regulamentares, de forma a facilitar a articulação e reforçar a consistência de todo o sistema de gestão, importa que os diversos instrumentos se articulem para que possam harmonizar, desde o início, abordagens a aspetos regulamentares, orientações, procedimentos, controlos e demarcações. Daqui deverá decorrer um enquadramento da implementação das ELD menos constrangido, evitando o relativo desperdício de recursos, como aconteceu no período de programação anterior.

- O estabelecimento de formas de articulação entre os diversos Fundos e entre os diversos instrumentos estratégicos regulamentares e outras intervenções enquadradas no PO Centro (PAR; ELD/FEADER, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local – EIDL/FEAMP, CLDS/FSE; ITI Mar) e de medidas de apoio ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade no âmbito do PO Centro (FEDER e FSE), procurando a inovação nas soluções para os constrangimentos e nas respostas para estimular as potencialidades da região Centro, visando promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e urbana e das zonas pesqueiras e costeiras.

- A formação de competências dos agentes, bem como a formação de parcerias com representatividade ao nível dos agentes económicos, sociais e institucionais, são aspetos que se afiguram como vitais aos ganhos de competitividade dos territórios rurais.

Em princípio, e de acordo com a informação recolhida junto dos interlocutores, nomeadamente, no painel temático realizado na CCDR Centro, é bastante provável que não venha a registar-se alterações ao nível da estrutura de recursos humanos e áreas de intervenção territorial dos GAL do Centro. Quanto a este aspeto operacional a Equipa de Avaliação considera que a implementação da estratégia local de desenvolvimento será mais célere, pelo facto de os GAL possuírem conhecimentos e experiência adquirida ao longo dos mais de 20 anos de Abordagem LEADER.

Na perspetiva da Equipa de Avaliação, a gestão e a eficácia das soluções encontradas para concretizar as ELD não pode ser dissociada do funcionamento dos GAL, e das relações existentes quer com a Gestão do Programa Operacional (implementação dos Regulamentos), quer com interlocutores de outros fundos e de outras entidades com intervenções ao nível do desenvolvimento

das zonas rurais e costeiras. Neste contexto de desenvolvimento integrado o reforço de competências e a capacidade de intervenção afiguram-se aspetos críticos para uma adequada implementação das ELD, desde logo, na animação dos territórios rurais, mas também na suscitação de dinâmicas de investimento privado que constitui a pedra angular para revitalizar os territórios e encontrar soluções para enquadrar os jovens, as mulheres e outros ativos em situação de desfavorecimento face à atividade económica e ao emprego.

2ª questão

2. **Estratégias de intervenção das ADL para aproveitar as oportunidades veiculadas pela figura DLBC.**
   As ADL já têm, ao nível da conceção, algum plano de ação para responder ao desafio que a figura DLBC representa?

A 2ª questão não chegou a ser abordada no âmbito do painel temático, permanecendo algumas interrogações:

- Os GAL já avançaram para a elaboração das ELD?
- Como esperam integrar os domínios diferenciadores e apostas RIS3 que estruturam a operacionalização da estratégia para a região Centro, nomeadamente, na relação com os objetivos temáticos e prioridades de investimento definidas? (8.9. Pode ter projetos de inovação territorial? 9.1. Inovação social, territorial (?), empreendedorismo qualificador, *start-ups*, …)
- Como esperam ultrapassar a questão do não acesso à PI 6.3., onde está alocado o investimento para o turismo rural? Tendo sido o turismo rural apontado como um investimento prioritário em determinados territórios rurais.
- Como consideram adequado fazer a demarcação entre os diversos fundos no DLBC?
- Quais as propostas para o modelo de governação e para a operacionalização do DLBC?

Quadro n.º 27 – Lista de Presenças (Associações de Desenvolvimento Local)

Entidade	Nome	E-mail	Contacto telefónico	Rubrica
NERSANT - entidade gestora do PROVERE Mercados do Tejo	Tânia Silva	tania.silva@nersant.pt	932 961 701	
PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento Local	André Luís	pinhalmaior@hotmail.com	274 600 130	
Câmara Municipal de Penela/ *Smart Rural Living Lab*	Luís Matias	luis.matias@cm-penela.pt		
Raia Histórica	Sales Gomes	salesgomes.raia@gmail.com, salesgomes@raiahistorica.org	969 681 569	
LeaderOeste - Associação para o Desenvolvimento Local	José Coutinho	josecoutinholeader@gmail.com	919 695 852	
Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro	José Anjos	Jose.Anjos@regiaodeaveiro.pt	927 805 688	
Territórios do Côa, ADR	Dulcineia Catarina Moura	dulcineiacatarinamoura@gmail.com	916 184 090	
AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego / GAC Mondego Mar	Mário Fidalgo	mariofidalgo@adelo.pt	231 419 550	
Associação para o Desenvolvimento de Peniche/Grupo de Ação Costeira do Oeste	2 elementos	gac.oeste@adepe.pt	262 787 959	
Naturtejo, ETM	Armindo Jacinto	armindo.palma@meo.pt, geral@naturtejo.com	277 200 570	
Município de Idanha-a-Nova/ Incubadora de base rural	Alexandra Fernandes	alexandrafernandes@cm-idanhanova.pt	277 200 570	
TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo	Pedro Saraiva	pedro.saraiva@tagus-ri.pt	914 909 819	
ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão	Emanuel Ribeiro	add@mail.telepac.pt	969 523 309 / 232 642 632	
ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela	Carmo Ambrósio	adruse@adruse.pt, carmosofia@adruse.pt	238 490 180	
Dueceira/Eloz - Entre Lousã e Zêzere	Ana Souto	dueceira.eloz@mail.telepac.pt	239 995 268	
ADIBER - Associação Desenvolvimento Integrado da Beira Serra	Miguel Ventura	miguel.ventura@adiber.pt	235 772 538	
ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva	Maria Nogueira, João Paulo Gouveia, Isabel Dias, Júlia Carvalho	marianogueira@addlap.pt, gouveia.viti@gmail.com, isabeldias@addlap.pt, juliacarvalho@addlap.pt	232 421 215 / 962 345 069 (MªNogueira) 961 37 2320 (JPGouveia)	
Gardunha 21	Miguel Vasco	miguelvasco@inature.pt966 772 767		
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	Jorge Rodrigues, Carla Augusto	assessoria@adirn.pt	249 310 040	
ADICES - Associação de Desenvolvimento Local	Regina Lopes	regina.pinto@adices.pt	232 880 080	
ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas / entidade gestora do PROVERE	Marco Gomes	marco.gomes@icnf.pt	964 325 079	
ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	Milton Gomes, Cristina Correia	milton.gomes@adae.pt, cristina.correia@amlei.pt	917 570 346 / 244 822 152	
Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento	David Leandro	dleandro@terrasdesico.pt	917 570 346	
Pró-Raia - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Raia Centro	Paulo Marques	paulo@pro-raia.pt	271 201 210	
RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural	Carlos Pinto	mailcarlospinto@gmail.com	962 602 983	
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul	Pedro Nunes, José S. Reis	pedro.aderes@sapo.pt, jarmreis@gmail.com	965 527 845	

ANEXO Nº 4

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

Realizou-se uma sessão de trabalho, na CCDR-C, no dia 14 de março, com o objetivo de auscultar os representantes de agentes dinamizadores da EREI-C:

- Victor Ferreira, representante dos *clusters* (e PCT) relevantes para a região (Universidade de Aveiro e *Cluster* do habitat);
- Matos Rodrigues, representante dos empresários (Conselho Empresarial do Centro – diretor executivo);
- Pedro Saraiva, representante dos Parques de Ciência e Tecnologia da região (Tagus Valley);
- Leonor Guedes, representante das empresas exportadoras da região (SOPORCEL);
- Paulo Fernandes, presidente da Câmara Municipal do Fundão;

A sessão de trabalho teve como objetivos:

- Avaliar as condições de operacionalização da RIS 3 Centro tendo em conta a sua relevância para a estratégia da Região, nomeadamente o modelo de governação e quais os instrumentos à sua disposição;

- Avaliar o contributo da RIS 3 Centro para o domínio da coesão territorial dada a sua formulação inovadora;

- Auscultar as entidades quanto a aspetos que tenham considerado críticos na programação 2007-2013 e que queiram ver ultrapassados na programação 2020.

Os presentes defenderam o modelo de governação atual: Grupo Executivo para as decisões e Comissão de Acompanhamento com o objetivo mais fiscalizador, com um reforço da sua capacitação para que seja o órgão que assegure a implementação da EREI-C. Contudo, apresentaram algumas dúvidas sobre a forma como o acompanhamento irá ser feito uma vez que ainda não estava definido o conjunto de indicadores, se seria necessária a criação de alguns novos indicadores para realizar o acompanhamento, bem como demonstraram a indefinição quanto à forma como estes indicadores e a informação em geral chegaria até aos seus membros. Ao nível mais funcional de aplicação da monitorização defendeu-se a maximização das vantagens da existência da *clusterização* nos diferentes domínios através dos seus representantes. Os domínios que não estão ainda organizados através dos *clusters*, deverá organizar-se grupos de trabalho com eleição de representantes por domínio por forma a se conseguir articular com todos os domínios de especialização inteligente. Também as CIM deverão estar representadas.

Por outro lado, os representantes mostraram-se muito reticentes quanto à política de inovação fora dos centros urbanos, primeiro porque consideram que é por si só uma tarefa muito difícil, mas também porque não estão disponíveis instrumentos importantes ao nível dos ITI, o que dificulta ainda mais essa ambição regional de transferir a inovação para todo o território. Esses instrumentos referem-se à delimitação de objetivos temáticos disponíveis para os ITI e que não contemplam o domínio da competitividade e internacionalização e o da investigação, desenvolvimento e inovação, perspetivando-se um condicionamento à política de inovação regional e à regeneração dos próprios territórios.

Relativamente ao sistema de incentivos demonstrou-se alguma preocupação quanto ao aumento de rigidez dos instrumentos financeiros europeus, principalmente quanto aos beneficiários, uma vez que o mais importante é a focalização nas metas e nos resultados. Também ficou patente a preocupação de, perante a competição direta entre projetos, existir projetos de cariz rural a competir com projetos de cariz eminentemente urbano. Portanto, os representantes demonstraram que deve ser ponderada a necessidade de comparar projetos semelhantes e nunca projetos com características totalmente

diferentes pois poderá correr-se o risco de aumentar as assimetrias e a beneficiar os territórios mais urbanos. A principal conclusão sobre esta matéria é a de que a rigidez institucional prejudica a invocação, principalmente nas fases iniciais, e também tem um impacto negativo na própria estratégia. Pelo contrário, a falta de robustez institucional das CIM com alterações constantes nas fronteiras traduz-se também num problema de aplicação da estratégia regional e poderá continuar a sê-lo uma vez que estão previstas novas adaptações nas NUTS III. Outro problema ao nível institucional, prende-se com a articulação entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Agência de Inovação que é praticamente inexistente, prejudicando a transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado. Mas, neste ponto, os presentes consideram que cada vez mais as empresas têm que ter um papel na investigação e desenvolvimento, substituindo as bolsas de investigação públicas por privadas.

Por fim, se existiram adaptações positivas ao longo das várias experiências de aplicação de fundos comunitários, também existiram alterações que não vieram melhorar os resultados finais. Os representantes consideraram que a perda de acompanhamento ao longo de desenvolvimento do projeto e a sua substituição por uma fiscalização no final consubstanciou-se numa diminuição da eficácia na avaliação final do projeto. Adicionalmente, os representantes solicitam maior clareza nos parâmetros de avaliação para que facilmente se chegue à conclusão se o projeto cumpre ou não os requisitos.

Os elogios tecidos à organização dos agentes regionais, ao nível da RIS3, mas também de outros domínios, bem como o elogio ao próprio instrumento de estratégia, merecem também ser transcritos para este resumo da sessão de trabalho em jeito de conclusão porque permitiram, de acordo com os intervenientes, obter resultados mais positivos com o funcionamento em rede e diminuir a atomização de projetos.

Quadro n.º 28 – Lista de Presenças (Especialização Inteligente)

Entidade	Nome	Instituição de origem	E-mail	Contacto telefónico	Rubrica
Representante das Universidades da região	Margarida Mano	Universidade de Coimbra (Vice-reitora)	vr.margarida.mano@uc.pt, mmano@uc.pt		não
Representante das empresas gazela da região	João Figueiredo	Solintellysys (CEO)	joao.figueiredo@solintellysys.com		não
Representante dos clusters (e PCT) relevantes para a região	Victor Ferreira	Associação Plataforma para a Construção Sustentável (Presidente da Direção)	victorf@ua.pt	937 205 010	sim
Representante dos empresários	Matos Rodrigues	Conselho Empresarial do Centro (Diretor Geral, em representação do Presidente)	matos.rodrigues@cec.org.pt	915 730 440	sim
Representante dos Parques de Ciência e Tecnologia da região	Pedro Saraiva	TagusValley - Tecnopolo do Vale do Tejo (Diretor Executivo, em representação da Presidente)	pedro.saraiva@tagusvalley.pt	914 909 819	sim
Representante das empresas exportadoras da região	Leonor Guedes	RAIZ - Instituto de investigação da Floresta e Papel, do Grupo Poturcel Soporcel (em representação do Diretor Geral do Instituto)	Leonor.Guedes@portucelsoporcel.com	234 920 132	sim
Representante dos PROVERE da região	Paulo Fernandes	Câmara Municipal do Fundão	presidente@cm-fundao.pt, paulofernandes1972@gmail.com	968 340 420	sim
CCDRC	Alexandra Rodrigues		alexandra.rodrigues@ccdrc.pt	936 520 740	sim
CCDRC	Teresa Jorge		teresa.jorge@ccdrc.pt	239 400 134	sim

ANEXO Nº 5

ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

GUIÃO DE ENTREVISTAS STAKEHOLDERS DO PO CENTRO

Questões transversais a todos os entrevistados

1. De acordo com o seu conhecimento dos trabalhos de elaboração do Plano de Ação CRER 2020 e tendo em conta a versão de PO Centro 2014-2020 que está em discussão pública, como avalia a transformação do Plano de Ação em PO Regional?

2. Que fatores críticos identifica existirem na programação do PO?

3. Da sua experiência de participação na programação QREN 2007-2013, que ensinamentos dessa experiência pensa poderem ser com vantagem aplicados na programação 2014-2020?

Questões específicas

Professora Margarida Mano – Representante das Universidades na Comissão Coordenadora da RIS 3 Centro

4. Considera que os instrumentos de política pública considerados no PO Centro são os mais pertinentes para concretizar a RIS 3 Centro tal como está formulada?

5. Como avalia a possibilidade (inovadora) da RIS Centro poder contribuir para a coesão territorial da Região (inovação territorial e inovação em meios rurais)

Representantes de CIM

6. Em seu entender, de que modo o ITI em preparação na CIM que representa contribuirá para a estratégia de programação do PO Centro 2014-2020?

7. Como antevê no território que representa a operacionalização dos seguintes aspetos: articulação do ITI com a ação dos DLBC a concretizar por parte das ADL (FEADER; FEDER, FSE)? Pacto para a Empregabilidade?

8. O ITI optará por uma contratualização de banda larga ou de banda estreita? (ou seja tenderá a contratualizar muitos ou poucos domínios com os PO Temáticos)

Entidade Regional de Turismo

9. Como antevê o potencial de participação do setor na RIS 3 Centro?

10. Como antevê a participação do setor nos trabalhos de preparação dos ITI a operacionalizar pelas CIM para efeitos de contratualização?

Centro Regional de Segurança Social

11. Que potencial de contratualização existe em seu entender entre os ITI em preparação na Região e o POT Inclusão Social e Emprego?

12. Em seu entender, de que modo a aplicação dos CLDS irá interagir com a atuação do PO Centro em matéria de Inclusão Social e dos ITI e DLBC em preparação na Região?

Delegado Regional do IEFP

13. Que potencial de contratualização existe em seu entender entre os ITI em preparação na Região e o POT Inclusão Social e Emprego?

14. Como avalia a capacidade instalada na Região para responder aos instrumentos de política pública de promoção do empreendedorismo de necessidade e de apoio à criação do autoemprego? Robusta? Excessivamente atomizada a necessitar de alguma reorganização?

RESULTADOS

Dr. Pedro Amaro - Delegado Regional do Centro do IEFP

28 de março

A maturidade do grau de conhecimento dos documentos de preparação da estratégia nacional e regional para o período 2014-2020 é um fator importante para a qualidade deste momento de avaliação. Embora o Acordo de Parceria já estivesse disponível há dois meses, o documento final do PO Centro estava em momento de discussão pública apenas há alguns dias. Ainda assim, a exposição de algumas preocupações relevantes enriquecem a qualidade da avaliação.

Embora exista um novo instrumento, os cursos TeSP, ficou patente a dúvida quanto à existência de resposta ao nível de formação profissionalizante para jovens que têm idade superior a 18 anos, mas que ainda não têm o 9º ano ou o secundário completo uma vez que os cursos vocacionais não têm a duração suficiente para assegurar a qualificação profissional. Preocupações mais acentuadas quanto à escassez de instrumentos de formação de adultos. Face aos problemas regionais e de coesão social, agravados no presente, sugere a existência de majorações regionais para a contrata tacão de estagiários para que o incentivo seja superior e se minimizam as divergências territoriais. Na perspetiva do empreendedorismo, existe uma reprodução de ações bastante rica que exige, na sua ótica, uma boa gestão para não replicar iniciativas. Contudo, de forma geral, a dotação financeira do PO regional é muito reduzida.

Algumas das inquietações levantadas têm solução no PO Inclusão Social e Emprego, nomeadamente a construção de infraestruturas para a formação e a reabilitação profissional. No entanto, a grande incerteza existente sobre o papel dos ITI/NUTS III irá ter neste quadro comunitário prejudica qualquer apreciação sobre o papel do IEFP e existe algum receio que exista uma sobreposição em vez de uma articulação entre entidades, mas acima de tudo a existência de concorrência entre entidades que não deveria ser o pretendido.

Dr. Pedro Machado, Presidente de Entidade Regional de Turismo do Centro, 25 de março de 2014

Confirmação da coerência existente entre Plano de Ação Regional e Programa Operacional, em cuja transformação a ERT se revê plenamente, salientando a confirmação dos seus contributos e prioridades apontadas. Essa confirmação é realizada com um forte aumento de expectativas dos empresários, a partir do momento em que o turismo é domínio diferenciador ma EEI Centro. Grande relevância atribuída à ideia de sustentabilidade do negócio, com leitura rigorosa do retorno potencial do empreendimento e de uma análise de mercado consistente.

Perceção clara de 3 grandes ameaças com o que o setor se confrontará para implementar a programação:

- Risco de atomização municipal – 100 municípios com pretensões de oferta turística;
- Litoralização excessiva de infraestruturas turísticas e oferta;
- Sazonalidade elevada e baixo número de dormidas médias.

Fatores críticos de produção de resultados

O entrevistado centrou-se sobretudo em 3 aspetos:

- Em primeiro lugar, a necessidade imperiosa de monitorização de resultados para intervenção atempada caso os projetos submetidos não correspondam à ambição estratégica traçada pelo PO;

- Em segundo lugar, a necessidade de assegurar condições de celeridade nas condições de apreciação, aprovação e pagamento de projetos, atendendo às elevadas expectativas dos empresários do setor;

- Em terceiro lugar, a necessária especialização das intervenções, a única possibilidade de contrariar eficazmente a atomização municipal e os riscos de sobreposição e destruição de recursos; ênfase colocada nas questões da comunicação, com necessidade a curto prazo de encontrar (trabalho com o IPAM) uma imagem comunicacional coerente para a Região, contrariando a neutralidade "Centro".

Quanto à questão dos sistemas de incentivos, o entrevistado não considera crítico o atingir de um equilíbrio entre critérios de mérito setorial e interesse estratégico regional. Destacou antes a necessidade de combater o que chamou os riscos de uma abordagem PROVERE 2.

Quanto ao futuro envolvimento das CIM, a ERT tem dedicado um enorme investimento ao que designa de supramunicipalismo turístico, sublinhando que tem vindo a envolver progressivamente as CIM em projetos de promoção conjuntos, com maior destaque para a ria de Aveiro, Visão Dão Lafões, Baixo Mondego.

A ERT tem na sua Assembleia Geral um órgão de forte sensibilização para essa especialização de recursos e para a prioridade de trabalhar a procura.

Professora Margarida Mano – Representante das Universidades na Comissão Coordenadora da RIS 3 Centro, 24 de março de 2014

Destaque inicial para o compromisso institucional muito forte que representou a participação das Universidades da Região no PAR, no qual pela primeira vez as 3 universidades da Região se apresentaram com um documento único, o que constitui um avanço notável. É esse forte compromisso institucional que explica alguma deceção pelo caráter muito solitário da CCDR Centro que constituiu a elaboração do PO face ao PAR CRER 2014-2020. Considera, por exemplo, que a produção de indicadores poderia ser bastante melhorada se tivesse havido uma participação mais organizada das Universidades na elaboração do PO. Gostariam ainda que as Universidades estivessem mais representadas sobretudo no Eixo 1, a partir sobretudo do papel de atractores que assumem cada vez mais na Região, designadamente de talentos (ver prioridades do PAR CRER 2014-2020). Salientou ainda que a concertação continua e o melhor exemplo é o estatuto do estudante internacional com preço único para todas as universidades.

Considera assim que a participação deveria manter-se, designadamente na fase crítica dos lançamentos de Avisos de Candidaturas.

Questionada sobre o que é que pode representar a participação das CIM no processo, a entrevista referiu que o processo de colaboração ainda é predominantemente formal e não em termos de uma prática permanente de conceção e desenvolvimento conjunto de projetos. Mas atribuiu extrema importância à proposta da equipa de AEA de projetos de I&D em co promoção dirigidos ao território mais marginalizado da disseminação de conhecimento e da I&D.

Como fator crítico do êxito do PO indicou sem dúvidas a monitorização estratégica da EEI Centro. Em sua opinião, chegaram muito perto de um sistema de indicadores de monitorização, realçando ainda a nebulosidade manifesta da articulação da EEI Centro e da EEI nacional.

Confrontada com a crítica generalizada da maior burocracia dos projetos nacionais em relação aos comunitários, referiu que mais grave do que isso é a instabilidade de orientações de política que a preocupa. Em seu entender, uma coisa é a adaptação a alterações de contexto em contexto de flexibilidade, outra coisa é a instabilidade sistemática de orientações de política.

CIM Coimbra – Secretário Técnico Eng.º Jorge Bento, 24 de março de 2014

O entrevistado começou por sublinhar as dificuldades de constituição de uma rede de cooperação compatível com a nova área de intervenção da CIM, chamando a atenção para a dificuldade de algumas entidades, como as do SCTN, para simultaneamente não perderem o seu estatuto de entidades nacionais com uma colaboração mais efetiva no território da CIM. Referiu ainda que as CIM não participaram em grupos de trabalho do PAR 2014-2020 em conjunto com outras entidades, o que dificultou a perceção global do processo de participação. A inexistência de reuniões transversais penalizou a participação das CIM. Considera que a ambição legítima do PO mas talvez excessiva (alguém que conhece o outro lado e que foi autarca durante muitos anos) só será devidamente confirmada em plena operacionalização do PO.

No seu entender, a experiência do último período de programação foi muito penalizadora para as expectativas das CIM, atendendo ao recuo de expectativas e à frágil monitorização realizada, com riscos de racionalidade reduzida de projetos e de gestação complexa e demorada de projetos intermunicipais.

Nos fatores críticos da programação, indicou à cabeça o financiamento à economia como o mais grave. A incerteza quanto à instituição financeira que intervirá na programação é um fator que impede uma devida avaliação do modo como a programação irá contornar esta questão. Depois, as dificuldades autárquicas só com escolhas públicas muito mais seletivas por parte dos municípios serão superadas, o que até poderá constituir um fator de grande avanço na programação, caso essa seletividade seja praticada e regulada em condições de perfeita equidade entre os municípios.

Considerou ainda que a poética das DLBC poderá conduzir se não for regulada a uma enorme pulverização de iniciativas, com atomização excessiva de experiências de empreendedorismo, validando a perspetiva da equipa de AEA.

Quanto a possíveis fricções entre CIM e DLBC considera que o bom senso e a coordenação no território acabarão por prevalecer, embora o documento de estratégia da CIM esteja ainda em preparação. Considera que existe um enorme espaço para a inovação no municipalismo e que o PO deve apoiar esse potencial, estimulando municípios e CIM a um novo paradigma de intervenção municipal.

Quanto às expectativas ITI, considerou que a incerteza ainda existente quanto à banda da contratualização constitui um importante fator crítico a ter em consideração, entendendo que a debilidade hoje existente na administração desconcentrada é o principal fator de limitação. Esta incerteza está a penalizar a retoma dos contactos com parceiros interrompidos desde julho de 2013. Não considera que a marginalização face aos OT1 e OT3 constitua um problema, sobretudo se a CCDR Centro preencher o seu papel.

A entrevista concluiu-se com uma referência à baixa densidade que a CIM passou a integrar em parte do seu território, para o qual mencionou o forte papel da Universidade de Coimbra que excedeu as suas próprias expectativas. Citou ainda a enorme relevância e desafio que representará o acesso ao FSE, domínio em que a CIM necessitará de incorporar competências, sem substituir-se a entidades que podem contratualizar com a CIM intervenções neste domínio.

CIM Beira Baixa, Dr. Pedro Dias, 25 de março de 2014, por Skype, a pedido do entrevistado

A entrevista foi marcada pela evidência da tardia elaboração do Plano de Ação da CIM Beira Baixa, fruto do contexto eleitoral. Um maior conhecimento do processo de elaboração do PO teria proporcionado um plano estratégico provavelmente mais consistente e mais alinhado com as opções do PO e sua estratégia. Consideram que o Plano de Ação já dificilmente poderá influenciar o PO, pelo que tudo consistirá numa adaptação às orientações que forem emanadas do PO para a contratualização.

Considerou que a reunião havida com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional foi muito esclarecedora e que permitiu melhorar consideravelmente a informação sobre o alcance e intervenção dos ITI. Mas a desinformação quanto ao FEADER considera-a penalizadora, embora em sua opinião a convivência da CIM com as 3 ADL no território da Beira Baixa será fácil atendendo à experiência

passada. Considera no entanto que a incerteza que ainda existe quanto ao acesso das ADL ao FEDER e ao FSE está a penalizar a concertação estratégica entre CIM e DLBC.

Quanto ao fator crítico FSE, em reunião de Presidentes ficou vincada a necessidade da CIM realizar um grande esforço de incorporação de competências nesta matéria, projetando a atuação da CIM no Pacto para a Empregabilidade que pensam vir coordenar.

Centro Regional de Segurança Social

Consultado o guião e dado o seu desconhecimento do PO, a entidade declinou a entrevista por considerar não ter informação pertinente a proporcionar à AEA.

ANEXO Nº 6

Quadro n.º 29 – Fundamentação do Diagnóstico

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
CRESCIMENTO INTELIGENTE	Especialização Inteligente	Inovação	Segunda região do país com melhor desempenho ao nível da inovação (seguida de Lisboa) e constitui o segundo nível de desempenho deste indicador, o que significa que é das regiões mais inovadoras da Europa;	X		**Publicação:** *Regional Innovation Scoreboard 2012*
		Diferenciação e Exportação	A aposta em alguns domínios diferenciadores, onde a Região Centro apresentava potencial, resultou num desempenho importante no exterior;		X	**Taxa de Cobertura das Importações (%):** As exportações correspondiam, em 2011, a 115% das Importações na Região Centro. Em Portugal, esse quociente correspondia a 73%). Justificação do saldo exportador, mas não que se deve à diferenciação Biotecnologia Este setor contribui de forma residual para o PIB regional devido ao longo período de maturação destas áreas, mas com várias promessas significativas ao nível do emprego e valor acrescentado e exportação. Materiais Existência das universidades e de centros que fazem a ponte entre as infraestruturas e o mercado, reforçam a importância desta

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						setor na região. TICE Em 2010, em Portugal, este setor representava 4,4% do volume de negócios total e 2,0% do pessoal ao serviço. A sua importância também está plasmada no FEDER, uma vez que mais de 4% do fundo pretende assegurar o acesso à banda larga básica e apoiar aplicações e serviços TIC para os cidadãos e as PME dos 27 Estados-Membros. Pelo seu impacto transversal na economia, será possível verificar externalidades nos hospitais, indivíduos, empresas, administração local e central. Facilitador de exportação de outros serviços ou produtos, mas também setor exportador por si só. Saúde e Bem-Estar Envelhecimento da População cria oportunidades de mercado muito relevantes. Em suma, este levantamento dos contributos mostra que os setores não são assim tão diferenciadores na região porque são justificáveis para qualquer região. No entanto, confirmam-se algumas das razões que justificam a sua importância.

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Atividades de produção e comercialização de bens transacionáveis apresentaram um desempenho ao nível das exportações e do emprego superiores aos níveis nacionais (as atividades agrícola e florestal, mar, turismo, TICE, materiais, biotecnologia, e saúde e bem estar);		X	Exportações, Internacionalização e Saldo da Balança Comercial 11.1% das PME's são exportadores, valor superior à média nacional (9.7%). Correspondendo estas PME's a 44% do Volume de Negócios e 40% do VAB. Embora existe uma enorme dependência de apenas 4 mercados, sendo que Angola já é o 4º (ultrapassando o Reino Unido). As máquinas, aparelhos e metais comuns correspondem a 43% das exportações, sendo que os produtos de gesso e de cerâmica correspondem a 4/5. Apenas 7% do VN das empresas gazela é que se destinam a exportação.
		Cooperação	Reconhecimento de capacidade para fundamentar sinergias entre o tecido produtivo e criação de redes de inovação;		X	
		Investigação e Desenvolvimento	Investimento público e empresarial efetuado em Investigação e Desenvolvimento (I&D) fica aquém do desejado;	X		**Investimento em I&D (%PIB):** No centro, em 2009, 1.3% do PIB e a nível nacional 1.6% do PIB investido em I&D. **Investimento em I&D (%Nacional):** Em 2008 correspondia a 15.1% e em 2010 14.9%.
			Investimento privado inferior ao público	X		**Investimento em I&D Privado (%PIB):** Região Centro apesenta menos 0.3% do que a média nacional (0.7% e 0.6%, respetivamente).

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						Investimento em I&D Público (%PIB): No setor público é igual à média nacional.
		TIC	Baixa utilização das TIC a nível regional, quer pelas famílias, quer pelas empresas (em particular no que se refere ao comércio);	X		**Utilização da Internet (% População Residente):** Apenas 54.9% da população da região.
		IDE	Fraca presença de capitais estrangeiros e de IDE na região centro e risco de abandono de alguns investimentos face a uma perda de competitividade regional;		X	Investimento Direto Estrangeiro É referido neste documento de trabalho que o investimento tem aumentado. No entanto, tem sido acompanhado por um aumento do desinvestimento. Perante a inexistência de indicador público regional, um indicador do Banco de Portugal não publicado estima que o IDE no Centro se situe entre 2.5 e 3% do PIB. Adicionalmente refere que as iniciativas de IDE são poucas, avulsas e casuísticas. Casos de IDE mais conhecidos: Nestlé, Citroën e Pescanova
	Principais sistemas produtivos territoriais	Atividades dependentes sobretudo de recursos locais	Agricultura, da silvicultura, da pesca e da extração de rochas e minerais, bem como da transformação de minerais não metálicos, como sejam as indústrias da cerâmica e do vidro utilizando as argilas e o caulino disponíveis) ou ainda a produção de cimento;		X	
			Também constituem importância relevante para a região, as atividades florestais (fabricação de pasta de papel e papel), bem como as atividades relacionadas com o mar (que necessitam de uma maior exploração, embora os Portos de Peniche, Figueira e Ílhavo tenham uma dimensão considerável e, em especial o Porto de Ílhavo, que processa o bacalhau);		X	

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
		Atividades dependentes sobretudo de tecnologia	Região é referência na metalomecânica, nos moldes e materiais em geral (em especial na Marinha Grande – moldes e plásticos e Águeda – metalomecânica);		X	Exportações, Internacionalização e Saldo da Balança Comercial Apenas 2% das exportações são de alta tecnologia, valor inferior a Portugal.
			Esta localização pode permitir economias de aglomeração via sinergias estratégicas e cooperação tecnológica;		X	
		Domínios diferenciadores dependentes sobretudo do conhecimento	Nesta área, a região especializou-se na Agricultura e nas Florestas, no Mar, no Turismo, nas Tecnologias de Informação Comunicação e Eletrónica, nos Materiais, na Biotecnologia, na Saúde e no Bem-Estar, setores que podem ser facilitadores da competitividade regional e que já contribuem para o superavit da balança comercial;		X	**Evolução do Quociente entre Exportações e Importações de Bens (%)** Portugal, em 2005, tinha uma taxa de cobertura de 61% e, em 2011, essa taxa de cobertura é de 73%. Por sua vez, no mesmo período, a região centro passou de 110% para 115% (sendo que em 2010 tinha uma taxa de cobertura de 125%). Injustificado o contributo dessas atividades para essa evolução.
		Criação de Riqueza	Enorme contributo da região para o Produto Interno Bruno nacional (terceira região que mais contribui), mantendo a capacidade de resiliência face ao contexto nacional;	X		**PIB (%):** Corresponde a 18.6% do PIB, sendo a região que mais contribui depois de Lisboa e Norte. Entre 2009 e 2010 cresceu 2.1% e entre 2010 e 2011 decresceu 0.7%, menor do que a quebra nacional.

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Dificuldade em traduzir essa riqueza no poder de compra e no PIB per capita;	X		**PIB *per capita* (% Nacional):** Corresponde a 83% da média do país. **Poder de Compra (% Nacional):** Corresponde a 84% do poder de compra, embora a evolução aponte para uma diminuição das assimetrias entre os municípios (valor médios dos desvios passou de 40% para 23% em16 anos).
		Turismo	Aposta no turismo, em particular nos recursos endógenos das regiões de baixa densidade, embora com reduzido número médio de noites de estadia;	X		**Capacidade de Alojamento (%):** Região absorve 14,1% da capacidade de alojamento disponível no país e atrai 15,8% dos hóspedes. As NUTS III interiores absorvem 6.7% do total, embora a região litoral consiga absorver mais (7.4%). Aposta na baixa densidade entra em conflito com os resultados de maior absorção de capacidade no litoral? **Estadia Média (N.º de Noites):** A região tem uma estadia de 1.8 noites, enquanto o número médio nacional é de 2.8.
			Valorização do turismo natureza, turismo aventura, turismo cultural e turismo religioso;		X	
			Destaque para o património cultural recentemente requalificado	X		Aldeias de xisto, históricas ou património

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						judaico.
			O setor das termas tem poder para alavancar o turismo de saúde, onde a constituição recente do grupo *glamhealth medical services* é um exemplo do poder competitivo da região.		X	
	Ensino Superior e Transferências do Conhecimento	Ensino Superior	9 instituições de ensino superior público (Universidade da Beira Interior, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Politécnico de Viseu e Instituto Politécnico da Guarda); 86 mil alunos do ensino superior.	X		s/ referência às instituições privadas.
		Empresas	4 centros tecnológicos.	X		Coimbra, Covilhã, Alcanena e Marinha Grande
			70 000 empresas (a maioria de pequena dimensão, com baixa intensidade em tecnologia e inovação, elevada burocracia e dificuldade de acesso ao financiamento)	X		**Microempresas (%Total):** Aproximadamente 70%. **Empresas com menos de 10 trabalhadores (%):** 96% das empresas tem menos de 10. Baixa intensidade tecnológica e problemas de financiamento injustificados.
			6 parques de ciência e tecnologia.	X		Cantanhede, Coimbra, Covilhã, Abrantes e

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						Óbidos Parques de Ciência e Tecnologia Biocant Park; Coimbra iParque; Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, SA; OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia; Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA; PCI – Parque de Ciência e Inovação, SA; Tagusvalley, Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo. Cada pólo tem alguns setores (diferenciadores) de especialização totalizando mais de 130 empresas instaladas.
			12 incubadoras de empresas em rede.		X	Referência apenas ao Instituto Pedro Nunes, considerada a melhor incubadora de base tecnológica mundial, em 2010. Incubadoras Nos últimos 15 anos foram incubadas aproximadamente 200 empresas, o que revela um perfil pouco animador. Existem já outro tipo de incubadoras que apoiam a fase seguinte das empresas.
			4 Clusters e 5 Pólos de Competitividade.	X		Estarreja, Aveiro, Anadia, Coimbra, Marinha Grande, Terras Novas e Castelo Branco
		Turismo	8 PROVERE.			

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
					X	
		Transferência de Conhecimento	Rede polinucleada de cidades médias.		X	
			Transferência de conhecimento de forma homogénea geograficamente.		X	
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	**Sistemas ambientais e de biodiversidade regionais**	Áreas Classificadas	Áreas classificadas: Serra da Estrela, a Serra da Malcata, a Serra de Aire e Candeeiros, a Serra da Gardunha, a Serra do Açor, Sicó, Montemuro e Caramulo.	X		**Áreas Classificadas (% Região):** Ocupa 16% da área total da região.
		Reservas Naturais	Berlengas, dos Paúis de Arzila, Madriz e Taipal	X		
		Património Natural	Peniche/Santa Cruz e as dunas de São Jacinto	X		
		Zonas de Proteção Especial	Zonas de proteção especial (ZPE) para as aves selvagens;	X		ZPE do Tejo, Douro Internacional, Vale do Côa, da Ria de Aveiro e a Ilha da Murraceira
		Floresta	Um dos maiores pulmões florestais contínuos da União Europeia.	X		**Área Florestal (% Região, % Floresta Nacional):** Ocupa 47% do território e 32% da área florestal nacional.
	Prevenção de riscos e Proteção ambiental	Prevenção de Riscos	Fragilidades relacionadas com a prevenção e gestão de riscos associados às alterações climáticas, nomeadamente ao nível da proteção do litoral (avanço do mar), das zonas sujeitam a cheias e a incêndios (florestais, mas também os restantes);		X	**Agricultura e Floresta** Área ardida representa perto de 5% do total floresta aregional

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
		Proteção Ambiental	Problemas ambientais resultantes da quantidade de resíduos industriais produzidos regionalmente que ainda não encontram soluções de tratamento e destino final adequadas.		X	Sustentabilidade, Descarbonização e Questões Ambientais A fração valorizada de RSU é substancialmente reduzida, sendo que a grande maioria vai para aterro (82%).
	Ciclo urbano da água	Abastecimento de Água	Grande proporção da população é abastecida pelo sistema público.	X		**Taxa de Cobertura do Sistema Público (%):** 96% da população é servida por sistemas públicos de abastecimento de água.
			Cobertura pelos sistemas de drenagem é relevante.	X		**Taxa de Cobertura do Sistema de Drenagem (%):** 80% da população encontra-se coberta pelos sistemas de drenagem de água residuais
			Necessidade pontual de alargamento de redes para complementar a existente (Médio Tejo, Planalto Beirão e Pinhal Interior) e renovação da rede existente por forma a minimizar perdas de água.		X	
		Consumo	Dado o peso maioritário deste recurso para consumo doméstico, deve-se procurar aumentar a eficiência.		X	
		Uso para Produção de Energia	Importância das bacias hidrográficas para produção de energia;		X	
		Poluição	Focos de poluição em alguns recursos hídricos da região		X	

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			devido à pressão urbana, industrial e pecuária;			
	Energia	Energias Renováveis	Aposta nas energias renováveis nos domínios hídrico, mini-hídrico, eólico, solar, energia dos oceanos, geotermia, biomassa, biogás e biocombustíveis (albergando alguns projetos pioneiros, à escala piloto, em vários destes domínios).		X	PROT A energia elétrica com utilização de renováveis produzida no centro, entre 1998 e 2005, estiveram entre os 30% e os 36% do total da energia elétrica renovável produzida no país. Energia Continuam a não existir informações superiores a 2005 (PROT tem informações entre 1998 e 2005). Sustentabilidade, Descarbonização e Questões Ambientais A utilização de gás natural em detrimento do coque de petróleo (em especial no setor cerâmico), a penetração de energias renováveis, a eficiência energética das instalações abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e a reforma "verde" da tributação automóvel, tem diminuído o total de gases de efeito de estudo/PIB (Em 2005 correspondia a 2.32 ton/km2/M€ e em 2009 já corresponde a 1.88).
		Produção de Eletricidade	Boa capacidade de produção de eletricidade nas centrais de cogeração.			

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
					X	
	Transportes Sustentáveis	Geral	Continuam a existir constrangimentos que dificultam a circulação de mercadorias.		X	
			Importância do corredor Portugal – Salamanca – Valladolid – Irun porque é o principal itinerário comercial do país.		X	
			Insuficiente intermodalidade ferroviária, marítima e rodoviária;		X	
			Existência de lacunas ao nível da rede de infraestruturas logísticas, da sua ligação às redes de transportes e da sua capacidade de ofertas de serviços avançados às empresas;		X	
		Transporte Rodoviário	Debilidades em termos de acessibilidades rodoviárias estruturantes do território, à escala regional;		X	Ligações Coimbra/Covilhã e IC6/IC7, por exemplo.
		Transporte Ferroviário e Marítimo	Valorização das principais plataformas logísticas intermodais, consolidar um sistema de cooperação entre elas, criar uma linha de cabotagem ligada ao norte da europa.		X	P/ evitar congestionamento de trânsito rodoviário e importância da linha ferroviária de alta velocidade Aveiro – Salamanca – Valladolid.
			Importância dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz;		X	
		Transporte Aéreo	Ausência de um aeroporto regional, que possa canalizar movimentos de passageiros para os principais pólos turísticos e económicos;		X	Sugere a utilização da Base Aérea de Monte Real para trânsito aéreo de passageiros (turistas ou investidores).

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
	Sistema Urbano	Qualidade de Vida	De acordo com a DECO, Viseu é o concelho com melhor qualidade de Vida, Castelo Branco aparece em 4º lugar, Leiria em 8º lugar e Coimbra em 10º lugar. Coimbra entrou no *ranking* 50 melhores *European Smart Cities*, em 2012.	X		**Publicações:** DECO e *European Smart Cities*
		Transporte	Necessidade de valorizar os serviços públicos de transporte urbano e interurbano para beneficiação do espaço urbano, mas também por motivos ambientais.		X	
		Problemas Sociais	Para além dos problemas de transporte, subsistem problemas sociais (envelhecimento da população, isolamento da população idosa, desemprego, pobreza, disfuncionalidade familiar) e urbanos (degradação do edificado, insuficiência de determinados equipamentos);		X	
		Rede	São indispensáveis medidas de organização urbana e reforço da mobilidade para que o Sistema Urbano, constituído por cidades médias em expansão, com grandes preocupações de sustentabilidade, continue a articular-se com as suas áreas mais rurais e a interligarem-se entre si;		X	
			Importância da cooperação e trabalho de políticas municipais em rede, mas também com colaboração da região de Castilla e Lyon;		X	
		Coesão Territorial	Subsistem assimetrias de desenvolvimento intrarregionais acentuadas (distribuição do tecido produtivo, atividades geradoras de emprego e de nível de rendimento, das dinâmicas demográficas e dos indicadores de bem-estar) e ainda de espaços sub-regionais com problemas específicos (decorrentes do declínio de certas atividades e setores produtivos e de problemas económicos e sociais próprios de zonas marcadamente rurais)	X		**Índice de Desenvolvimento Sintético Regional:** As NUTS III de Baixo Vouga e Pinhal Litoral (no litoral da região) são as mais desenvolvidas de toda a Região Centro, principalmente devido à componente correspondente à competitividade. Apenas Baixo Vouga apresenta um índice de competitividade superior à média nacional. Na componente da coesão (acesso da

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						população a equipamentos, nível de inclusão social e grau de eficiência das política públicas) existem menores assimetrias, embora com as regiões de Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Dão Lafões a apresentar índices abaixo da média nacional. **Densidade Populacional:** Verificam-se disparidades de cerca de 1 para 5 em termos de área e de 1 para 10 em termos de população. As NUTS III de maior densidade são Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Oeste e Médio Tejo, representando metade da área e cerca de 4/5 da população residente na região centro. Na componente ambiental existe um equilíbrio, com alguma depreciação nas regiões do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste e Médio Tego). **Atração Demográfica:** Metade dos concelhos da região evidencia problemas de atratividade populacional, principalmente os territórios localizados no interior (Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões). A conjugação da variação do poder de compra com a variação da população, fornece um indicador de atratividade dos concelhos. Existem 48 concelhos de reduzida atratividade (abaixo da média em ambos os indicadores), 16 concelhos de médias atratividade (acima da média num dos indicadores), e 36 concelhos que apresentam

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						elevada atratividade territorial (acima da média em ambos os indicadores). Por fim, o diagnóstico aplica a Classificação das Áreas Territoriais, proposto pela EU. Existindo 38 concelhos de competitividade (no litoral), 18 concelhos de transição (núcleos urbanos do interior) e 44 concelhos de coesão (restante território do interior).
	Agricultura, floresta, desenvolvimento rural e a valorização dos recursos endógenos em zonas de baixa densidade	Agricultura	Forte utilização do solo para fins de agricultura, uma vez que grande parte do território é rural;		X	Agricultura e Floresta A agricultura ocupava aproximadamente 31% do território regional, em 2009.
			Peso reduzido da agricultura na economia, embora uma forte proporção da produção a nível nacional do setor é realizada nesta região;	X		**Emprego na Agricultura (% Regional, % Nacional):** Em 2009 empregava 10% da população regional, representando 48.6% do emprego neste setor a nível nacional. **VAB Agricultura (% Agricultura Nacional):** A agricultura no centro corresponde a 29.7% do VAB nacional.
			Perda de explorações agrícolas;	X		**Explorações Agrícolas (N.º):** Entre 2000 e 2009 perderam-se 1/3, mas predominantemente de dimensão reduzida.
			Poucas explorações inovadoras e produtivas (com destaque para algumas culturas hortofrutícolas, azeite e vinhos de jovens qualificados), embora a maioria seja caracterizada por mão-de-obra pouco qualificada e envelhecida;		X	Agricultura e Floresta Idade média do produtor rondava os 64 anos, enquanto em Portugal se aproximava dos 63 anos. Subsistem dois níveis estruturais, um

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						inovador e intensivo em mão de obra qualificada, principalmente dedicado à horticultura, vinha, fruticultura, produção de azeite e pecuária intensiva; e outro pouco moderno.
		Floresta	Grande proporção do território ocupado com floresta, importante recurso para a produção de papel e pasta de papel, mas que têm graves problemas estruturais ao nível da gestão sustentável das florestas (falta de cadastro, abandono dos espaços rurais, diminuição abrupta da área de pinho, insuficientes instrumentos de proteção e defesa contra riscos naturais)		X	**Exploração Agrária (% Região):** Apenas 31% do território da região está ocupado com exploração agrária, sendo que grande parte do território está ocupado com floresta e espaços naturais. O restante diagnóstico está injustificado. Agricultura e Floresta A produção florestal é fonte de matéria-prima para a pasta e papel e a madeira. Tem, também, importância na produção de biomassa.
		Desertificação	Importante atenuar ou inverter a tendência de desertificação de determinadas regiões pouco propícias a determinadas culturas agrícolas (Pinhal Interior e Beira Interior), embora com potencial para outras culturas específicas (setor agroalimentar e na fileira florestal);		X	Sugere os exemplos de sucesso de marcas baseadas no desenvolvimento local, nomeadamente as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas e o Smart Rural Living Lab.
CRESCIMENTO INCLUSIVO	**Educação e abandono escolar**		Indicadores de capital humano depreciados devido ao envelhecimento da população;	X		**Índice de Envelhecimento (N.º):** Cerca de 153 idosos por cada 100 jovens, correspondendo os idosos a 21% do efetivo populacional.
			Taxa de analfabetismo elevada, com elevado abandono no final do ensino obrigatório;			**Taxa de Analfabetismo (%):** Em 2011, atingia 6,4% da população e

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
				X		superava a média nacional de 5,2%.
			Baixos níveis de qualificação (com efeitos na produtividade da mão-de-obra);	X		**Nível de Escolaridade Completo (%População Residente):** Em 2011, 45,9% da população possuía a escolaridade até ao 3º ciclo, (inferior ao valor nacional - 49,6%). Apenas 15% tinha uma habilitação superior. Produtividade reduzida injustificada. **Eficácia, Eficiência, Produtividade, Modernização de Serviços e Qualidade** No entanto, no documento de auscultação dos agentes interessados, faz-se referência à Produtividade. Em 2009 correspondia a 80% o valor português, sendo que convergiu ligeiramente (em Portugal passou de 27.3 para 29.7, enquanto no centro passou de 21.8 para 24.0).
			Insuficiente oferta dual;		X	
			Na franja 30-34 com ensino superior muito longe do objetivo 2020;	X		**População (30-34) com escolaridade superior completa:** Em 2011, eram 27.7% (inferior à média nacional – 28.6%).
			Número insuficiente de doutorados e investigadores absorvidos pelas empresas e outras organizações (que não as de ensino superior);		X	

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Queda da taxa de abandono escolar ao longo da última década	X		**Taxa de Abandono Escolar:** Encontrava-se em 2011 em 20.5% (abaixo do nível nacional), mas ainda elevado. Na média nacional descreu de 44.2%, em 2001, para 23.2%, em 2011.
	Formação e emprego	Emprego	Maior taxa de atividade do país;		X	**Taxa de emprego (20-64 anos):** Em 2011 era de 71.1% (inferior à média de Portugal – 68.6%). Em 2008, taxa de emprego era de 77.2% (tendência semelhante em Portugal).
			Menor taxa de desemprego do país;		X	**Taxa de Desemprego (%):** Situava-se, em 2011, nos 12.5%, com particular incidência nos mais jovens, 39.7%, embora seja o menor do país.
			Menos beneficiários de subsídio social de desemprego por 1000 habitantes em idade ativa;		X	
			Desempregados com mão-de-obra desadequada ao mercado de emprego atual (formação e conhecimento dos setores tradicionais, muito afetados pelo contexto económico);		X	
			Peso do emprego industrial variável entre cidades;	X		**Emprego Industrial (% Emprego Total):** Nas cidades mais industriais ele varia entre

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						26% e 44%.
			Modelo de desenvolvimento bastante baseado em atividades de trabalho intensivo e assentes em baixos custos unitários de mão-de-obra;		X	
		Formação	Baixa qualificação dos empresários;		X	
			Atualização da qualificação de funcionários públicos e privados;		X	
	Saúde	Hospitais e Cuidados Primários	Oferta de cuidados de saúde é relevante (superior ao peso demográfico da região);			**Oferta de Cuidados de Saúde (% Nacional):** A região concentra 24% dos hospitais existentes a nível nacional, e, ao nível dos cuidados de saúde primários, engloba 28,1% dos centros de saúde do país.
			O número de consultas por habitante superior à média nacional;		X	
		Farmácias	Valores de disponibilidade de pessoal e de farmácias muito próximos dos, mas com um elevado nível de consumo de medicamentos *per capita*.		X	
		Referência	Referência internacional em alguns tratamentos.		X	
	Cultura	Oferta Cultural	Tem ¼ dos recintos de espetáculos existentes no país;	X		
			Número elevado de visitantes escolares;		X	
			Vasta rede de museus e espaços de exposição, onde se destaca reabertura do Museu Nacional Machado de Castro;		X	

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Política cultural em rede regional e sub-regional na área da música e teatro que necessitam ser exploradas e alargadas as restantes subsetores do espetro cultural e territórios;		X	
		Património	Território conta com uma proporção significativa de património;	X		**Imóveis Classificados (% Nacional):** Região detém 30% dos bens classificados nacionais.
			Geoparque da Naturtejo também é reconhecido pela UNESCO;	X		
			Preocupação com a requalificação dos imóveis classificados, dando-lhes utilização económica;		X	
			Património da Humanidade;	X		Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, o Convento de Cristo, em Tomar, e as Gravuras de Foz Côa.
			Candidatura da Universidade de Coimbra a património mundial;	X		
	Inclusão social	Pensionistas	Existem mais pensionistas por 1000 indivíduos em idade ativa do que no país, com uma remuneração anual inferior;		X	**Valor Médio Anual das Pensões (€):** Na região era de 4113 euros e no país era de 4665 euros. O número de pensionistas está injustificado.
		Rendimento Social de Inserção	Proporção de beneficiários de RSI por 1000 em idade ativa e de beneficiários com idade inferior a 25 anos menor do que no país;	X		**Beneficiários de RSI por 1000 ativos (N.º):** 37 beneficiários de RSI por 1000 em idade ativa (inferior ao país – 58). A proporção de beneficiários com idade inferior a 25 anos está injustificada.

PRIORIDADES EUROPA 2020	ÁREAS TEMÁTICAS CRER 2020	ÁREA DE INTERVENÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
		Economia Social	Tem-se vindo a desenvolver projetos ao nível da Economia social e de inovação social para as franjas da região mais vulneráveis;		X	
		Instituições Particulares de Solidariedade Social	Tem existido um trabalho por parte das IPSS's que é necessário realçar (identificam e disponibilizam instrumentos capazes de inverter as tendências recentes de exclusão);		X	
	Capacitação e modernização dos serviços públicos		Necessário investir na redução dos custos de contexto, simplificação e qualificação das respostas dadas, e em tempo útil, através de uma organização da Administração Pública de base multinível, desconcentrada;		X	
			Capacitação institucional e trabalho em rede para inverter os problemas decorrentes da pequena dimensão e deficiente organização territorial de interligação entre as cidades;		X	
			Proposta de alteração dos limites das NUTS III, passando de 12 para 8;	X		Proposta cumpre os critérios mínimos apontados na Proposta de Lei 104/XII e os assumidos em sede da União Europeia, em alinhamento com a maioria das NUTS III, à exceção da Beira Interior Sul. Qualquer uma das NUTS III propostas contempla no seu território pelo menos um concelho com populações superiores a 40 mil habitantes, pelo menos 20 mil empresas (apresentando um valor anual de exportações de bens superior a 400 milhões de euros, à exceção da Beira Interior Sul) e valências de Ensino Superior.

ANEXO N.º 7

Quadro n.º 30 – Materiais de participação institucional da Região Centro nos trabalhos de preparação do PAR 2014-2020

Agrupamento de temas desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho	Contributos dos Grupos de Trabalho
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação, internacionalização, competitividade e Estratégia de Especialização Inteligente	Universidades
	Institutos Politécnicos
	Parques de Ciência e Tecnologia
	Incubadoras
	Unidades de Transferência de Tecnologia
	Agricultura e Floresta
	Mar
	Turismo
	TICE
	Materiais
	Biotecnologia
	Saúde e Bem estar
	Eficácia, eficiência e Produtividade
	Exportações, Internacionalização e Saldo da Balança Comercial
	Investimento Direto Estrangeiro
	Empreendedorismo
	Sindicatos
	Conselho Empresarial do Centro (2 contributos)
	UC - Inovação e Transferência de Conhecimento (contributo espontâneo não solicitado)
	NERLEI (contributo espontâneo não solicitado)
Sustentabilidade e mobilidade	Sustentabilidade, descarbonização e questões ambientais
	Energia
	Recursos hídricos e ciclo urbano da água
	Acessibilidades e logística
Qualificações, Inclusão Social, Emprego e Condições de Vida	Educação não superior
	Empregabilidade
	Coesão Social
	Inovação Social, Criatividade, Modelos de Inovação Aberta
	Cultura e Património
	Juventude e Desporto
	Rede de Cuidados de Saúde
	Misericórdias (contributo espontâneo não solicitado)

Agrupamento de temas desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho	Contributos dos Grupos de Trabalho
	ASAS (contributo espontâneo não solicitado)
Território	Coesão Territorial (contributo de grupo de trabalho e contributo individual – Dra. Isabel Boura)
	Política de Cidades e Desenvolvimento Urbano
	Desenvolvimento de Base Local e Participativa
	Cooperação Territorial
	Visões Sub-regionais alinhadas com as Futuras NUTS III
	Prospetiva (contributo Dr. Rui Jacinto)

ANEXO N.º 8

Quadro n.º 31 - Matriz de apresentação das sinergias entre objetivos

	EP1. IDEIAS OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (FEDER/ FSE)	**EP 2: IDEIAS** OT 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP) (FEDER)	**EP 3: APRENDER** OT 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida (FEDER/ FSE)	**EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR** OT 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	**EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR** OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	**EP 6. SUSTENTAR** OT 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores (FEDER)	**EP 7. CONSERVAR** OT 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos (FEDER)	**EP 8. CAPACITAR** OT 2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade (FEDER) OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública (FSE)	**EP 9. CIDADES** **OT. 4 Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores** **OT6 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos** **OT9.** Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
EP1. iDEIAS		□□□	□	□	□	□□	□□	□	□
EP 2: COMPETIR	□□□		□□	□	□	□□	□	□	□
EP 3: APRENDER	□□□	□□		□□	□□	□			□
EP4: EMPREGAR E CONVERGIR	□	□□	□		□□□	□□	□	□□	□□
EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR	□	□	□	□□		□	□□	□	□□
EP 6. SUSTENTAR	□□	□□					□□□	□	□□
EP 7. CONSERVAR	□	□□				□□□		□	□□
EP 8. CAPACITAR	□	□	□	□□	□□	□	□		□
EP 9. CIDADES	□	□□□	□	□	□	□□	□□	□	

Sem influência	Influência reduzida	Influência moderada	Influência forte
□	□	□□	□□□

ANEXO N.º 9

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
EP1. IDEIAS OT1																													
1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu		☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐
1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior […]	☐☐☐		☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐
EP 2: COMPETIR OT3																													
3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	☐☐☐	☐☐☐		☐☐☐	☐☐☐	☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐☐	☐	☐☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	☐☐	☐☐	☐☐☐		☐☐☐	☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐		☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐	☐	☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐	☐	☐☐	☐☐	☐	☐	☐	☐	☐☐	☐
EP 3: APRENDER OT 10																													
10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐	☐☐		☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐☐☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos																													
10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade […]																													
10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas																													
EP4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8																													
8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores																													
8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras																													

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança																													
8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas																													
8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade																													
EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9																													
9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade																													
9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária																													
9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária																													

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária																													
EP 6. SUSTENTAR e CONVERGIR OT 4																													
4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas																													
4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação																													
4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação																													
EP 7 CONSERVAR OT6																													
6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultura																													
6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído																													

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
EP 8 CAPACITAR OT 2 e OT 11																													
2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha																													
11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem																													
11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local																													
EP 9 CIDADES OT 4, OT6 e OT 9																													
4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação																													

	EP1 IDEIAS OT1.		EP 2: COMPETIR OT 3			EP 3: APRENDER OT 10				EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8					EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9				EP 6. SUSTENTAR OT 4			EP 7 CONSERVAR OT6		EP 8. CAPACITAR OT 2 OT11			EP 9. CIDADES OT4, OT6 e OT 9		
	1.1.	1.2.	3.1.	3.2.	3.3.	10.1	10.2	10.4	10.5	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.10	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1	11.2	4.5.	6.5.	9.8.
6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído																													
9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais																													

Desenvolvimentos em torno da matriz de sinergia entre objetivos por prioridade de investimento

A desagregação da matriz das sinergias entre os objetivos temáticos numa matriz de sinergias entre prioridades de investimento do Programa Operacional permite ver as relações e interações entre as mencionadas Prioridades de Investimento. De um modo geral, verifica-se uma articulação entre as sinergias existentes entre os Eixos Prioritários e as sinergias das Prioridades de Investimento existindo, no entanto, alguns casos particulares devido à especificidade de cada destas prioridades.

Podemos então retirar as seguintes conclusões:

Quadro n.º 32 – Justificação das sinergias identificadas

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
EP 1: IDEIAS OT1	1.1. O reforço da infraestrutura de I&I e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Existe naturalmente uma relação forte com as prioridades do Eixo 2. Espera-se ainda, que o apoio às infraestruturas de I&I permita obter resultados em matéria de redução de GEE, eficiência energética, sustentabilidade dos transportes, por isso a prioridade 1.1. apresenta ligações moderadas às prioridades 4.2., 4.3., 4.5., 6.3 e 6.5.
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior […]	O investimento em I&D&I levará idealmente a resultados de inovação empresarial. A prioridade apresenta relações semelhantes à prioridade anterior
EP 2: COMPETIR OT 3	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	A prioridade de investimento apresenta uma sinergia forte, tal como seria natural com as outras prioridades de investimento do Eixo 2 e do Eixo 1, de acordo com a EEI-C. A criação de novas empresas deverá passar por áreas de I&D&I, em articulação com as infraestruturas já existentes, Parques de Ciência e Tecnologia, Incubadoras, Universidades, entre outros. Existe uma influência forte com as prioridades 8.3. e 8.8. prioridades que visam a concessão de apoios à criação de emprego e viveiros de empresas, iniciativas que poderão estar ligadas à inovação. Verifica-se uma ligação moderada com a PI 10.4, uma vez que as melhorias em termos de ensino poderão ter influência na competitividade e nas iniciativas a desenvolver. Com as prioridades 4.2, 6.3. e 6.5. existe também uma ligação moderada, pois uma melhor eficiência energética irá influenciar as iniciativas empresariais e a competitividade regional
	3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Tem ligações fortes às outras prioridades de investimento do Eixo 2, na medida em que as suas ações são complementares e sendo desejável que os novos modelos empresariais para a internacionalização sejam modelos com valor acrescentado aliados a atividades de I&D. Existem relações moderadas com as prioridades 1.1. e 1.2. que se apresentam como elementos auxiliadores da PI, assim como à prioridade 10.4., pois uma formação melhor levará ao desenvolvimento de ideias mais robustas e prioridades 8.3., 8.5. e 8.8. que também poderão contribuir para o desenvolvimento de novos modelos para a internacionalização das PME através da criação de

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
		novas empresas e adaptação dos trabalhadores às mudanças. Por último, tem ainda ligações moderadas com as prioridades 4.2., 6.3. e 6.5., uma vez que quer a melhoria da eficiência energética, quer a conservação do património e a melhoria do ambiente urbano poderão contribuir para modelos de internacionalização.
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Apresenta relações fortes com as outras prioridades do Eixo 2 e prioridades 1.1. e 1.2., na medida em que são instrumentos de apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços. As relações moderadas apresentam-se com a prioridade 10.4., uma vez que a aquisição de competências é um fator fundamental para o desenvolvimento de produtos e serviços, assim como com as prioridades 8.3. e 8.8. que se destinam a apoiar novos projetos. E, por último, com as prioridades 4.2., 6.3. e 6.5. que dão contributos em matéria de eficiência energética e de tecnológicas com graus mais baixos de emissão de GEE
EP 3: APRENDER OT 10	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Apresenta relações moderadas com as prioridades do Eixo 2, uma vez que uma redução do abandono escolar levará a uma população mais qualificada e preparada para processos de I&D, internacionalização e inovação empresarial.
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	Relações relevantes com o Eixo 1 devido à importância do apoio ao ensino superior, nomeadamente a doutorados e opções da EEI da Região, e com as prioridades 8.3. e 8.5. que apoiam criação de empresas e viveiros de empresas. Apresenta relações moderadas com as prioridades do Eixo 2, na medida em que estas intervenções poderão produzir resultados ao nível das PME e promover emprego para licenciados, e com as prioridades 8.3., 8.9., 9.1. e 9.10. por serem intervenções ligadas à redução do abandono escolar e promoção da inclusão social.
	10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade […]	Apresenta uma forte ligação às prioridades do Eixo 2, na medida em que as intervenções propostas terão impactos nas empresas e, consequentemente, nos níveis de I&D e internacionalização. Da mesma forma, tem relação forte com as prioridades do Eixo 4 pois são intervenções ligadas à melhoria das condições de empregabilidade situação que se cruza com a melhoria do sistema de ensino e formação.
	10.5. Investimentos	Esta prioridade de investimento apresenta uma relação moderada com

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	as prioridades do OT1 e do OT3 em que uma melhor dotação em termos infraestruturas educativas e formativas terá influência ao nível da competitividade das PME.
EP 4: EMPREGAR E CONVERGIR OT 8	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Existe uma interação relevante com o OT9, particularmente 9.1., 9.6., 9.8. e 9.10., devido à centralidade do apoio a desempregados e a indivíduos afastados do mercado de trabalho. A prioridade 10.4. tem também uma ligação forte porque um sistema de ensino que robusteça o mercado de trabalho trará implicações positivas na integração de desempregados.
	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	A qualificação dos trabalhadores assume uma importância clara no tecido empresarial, pelo que esta prioridade de investimento assume uma relação privilegiada com as prioridades de investimento 3.2. e 3.3. Assume também uma relação importante com as prioridades do Eixo 5, pois são consideradas intervenções que promovem o empreendedorismo.
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Ligação forte com as prioridades 10.2 e 10.4., uma vez que um sistema de ensino mais adaptado ao mercado de trabalho irá permitir uma melhor adaptação dos trabalhadores à mudança.
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Interação forte com as prioridades 3.1., 3.2. e 3.3., o apoio ao empreendedorismo permitirá efeitos significativos na competitividade das PME. Significativa é também a relação existente com as PI 10.2. e 10.4., na medida em que indivíduos com uma formação superior e mais adaptada ao mercado poderão dar contributos mais robustos para o desenvolvimento de viveiros de empresas e atividades por conta própria.
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais	Apresenta relações significativas com as prioridades do eixo 5, pois as relações entre o emprego e a dinamização da economia local poderão assumir uma influência significativa na inclusão social e no combate à pobreza, particularmente em áreas mais afetadas pela exclusão social, pobreza e desemprego.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	
EP 5: APROXIMAR e CONVERGIR OT 9	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	A prioridade de investimento tem uma forte correlação com as prioridades do eixo 4, na medida em que medidas de empregabilidade e criação de emprego têm um papel preponderante na inclusão social.
	9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	A prioridade tem uma ligação significativa com as prioridades do eixo 4, dado que a empregabilidade é um fator central nas estratégias de desenvolvimento.
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Esta prioridade assume relações intermédias com as outras prioridades do eixo 5, pois os investimentos em infraestruturas de saúde permitem desenvolver estratégias de desenvolvimento de base local e diminuir as desigualdades sociais.
	9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	À semelhança das prioridades anteriores, esta prioridade tem uma relação com as prioridades dos eixos 3 e 4, assumindo a educação/formação e a empregabilidade um papel de relevo nas estratégias desenvolvimento local.
EP 6: SUSTENTAR OT4	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Assume uma relação moderada com as prioridades dos eixos 1 e 2, uma vez que uma melhoria da eficiência energética, poderá desencadear ganhos em termos competitivos e em termos de I&D.
	4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas,	Esta PI assume também uma relação moderada com as prioridades do eixo 2, uma vez que a eficiência energética e o incentivo a energias renováveis em edifícios públicos e habitações, pode desencadear ganhos em termos de competitividade a nível de regional.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Verifica-se também, pelos motivos anteriormente mencionados, uma relação moderada com prioridades do eixo 2
EP 6: CONSERVAR OT6	6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultura	Potencial sinergia com prioridades do eixo 2 em termos de projetos turísticos que promovam inovação e sustentabilidade.
	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Assume apenas relações relevantes com as prioridades de investimentos do OT 4 em termos de eficiência energética, incentivo à utilização de energias renováveis e melhoria de consumos energéticos. Relação moderada com eixo 1, uma vez que o investimento em infra estruturas de I&D poderá potenciar a melhoria do ambiente urbano e de revitalização de cidades, mesmo em termos ambientais.
EP 8: CAPACITAR OT2, OT11	2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Relação forte com as OT ligadas à formação/educação (eixo 3), empregabilidade (eixo 4) e inclusão social (eixo 5). O reforço das TIC poderá permitir novos postos de trabalho, para os quais são necessárias as devidas competências e permitirão a inclusão de info excluídos.
	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	Ligações moderadas às prioridades dos eixos 4 e 5.
	11.2. Criação de	Sinergia forte com as OT ligadas à formação/educação (eixo 3),

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	empregabilidade (eixo 4) e inclusão social (eixo 5). A criação de capacidades dos agentes que operam na educação, aprendizagem ao longo da vida, formação, emprego e políticas sociais permitirá ajustamento das medidas de formação, medidas de empregabilidade que levam a uma maior inclusão social.
EP 9: CIDADES OT 4, OT 6 E OT 9	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Assume uma relação moderada com as prioridades dos eixos 1 e 2, uma vez que uma melhoria da eficiência energética, poderá desencadear ganhos em termos competitivos e de I&D
	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Assume apenas relações relevantes com as prioridades de investimentos do OT 4 em termos de eficiência energética, incentivo à utilização de energias renováveis e melhoria de consumos energéticos. Relação moderada com eixo 2, uma vez que o investimento em infra estruturas de I&D poderá potenciar a melhoria do ambiente urbano e de revitalização de cidades, mesmo em termos ambientais.
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	A prioridade assume ligações com as prioridades dos eixos 3 e 4, na medida em que a formação e a empregabilidade se assumem como fatores importantes para a regeneração das regiões.

ANEXO N.º 10

ANÁLISE DO SISTEMA DE INDICADORES

As páginas que se seguem sistematizam esse quadro estabilizado de indicadores, sendo devidamente acompanhadas da apreciação crítica realizada pela AEA. Essa apreciação crítica serviu de base á resposta às diversas questões de avaliação sistematizadas no corpo do relatório.

Quadro n.º 33 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 1)

PI/Resultado/Realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
1.1 RLT	Publicações em revistas de "top" (em domínios científicos enquadráveis na Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente)	Indicador consistente e com garantia de alimentação anual FCT - importaria apenas clarificar que critério de reconhecimento internacional vai ser utilizado.
1.1 RLT	Patentes EPO por PIB em PPC	A fonte internacional do indicador permitirá uma comparação internacional, sendo uma mais-valia. Contudo, essa vantagem é acompanhada do inconveniente de medir o contexto e não o resultado da medida. Adicionalmente, deve-se referir que a meta é acompanhada de realismo.
1.1 RLZ	Nº de projetos apoiados	O indicador é claro e a meta realista face ao histórico.
1.1 RLZ	Infraestruturas de investigação apoiadas	A existência de histórico melhora consideravelmente a consistência do indicador e das metas
1.2 RLT	Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB	O indicador incluindo grandes empresas e PME carece no entender da AEA de consistência, interessaria sobretudo analisar a sua incidência apenas em PME para garantir uma medida mais consistente dos apoios do PO que se destinam essencialmente a PME; um indicador do tipo "Despesas de I&D PME na RCentro/Total de despesas de I&D na RCentro" poderia constituir uma boa alternativa e medindo melhor o alcance da programação que é o de transformar o SRI da Região.
1.2. RLT	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)	Indicador de criação de valor e de transferência de conhecimento para o domínio empresarial, pelo que assegura a cobertura do objetivo específico. De acordo com a AEA a meta proposta é ambiciosa o que aumenta a necessidade de seleção de projetos com impacto económico relevante.
1.2 RLT	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação	Indicador consistente e meta realista com recurso ao CIS – Inquérito Comunitário à Inovação

PI/Resultado/Realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
1.2 RLT	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do Volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME)	Progressão evidente no indicador com recurso ao ICI preconizado pela AEA em relatórios anteriores
1.2. RLZ	Projetos de transferência e utilização de conhecimento	Perante os resultados a atingir, a meta revela-se pouco ambiciosa. Ainda assim, o indicador assume-se como claro e direto, cobrindo as tipologias a que está associado.
1.2 RLZ	Empresas que cooperaram com instituições de investigação em projetos apoiados	Indicador consistente e meta definida em função do histórico do SI I&DT.
1.2 RLZ	Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	Conviria clarificar se se trata de introdução de produtos novos ou de melhoria de produto; o conceito de inovação produto é consistente com a ideia de melhoria de produtos existentes (inovação incremental); neste contexto e embora ponderando a informação COMPETE, a meta de 15 empresas definida em função do SI Inovação (não PME) no COMPETE parece muito prudencial.
1.2 RLZ	Empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento	Indicador consistente e meta credível.

Quadro n.º 34 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 2)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
3.1 RLT	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento	A garantia de alimentação do indicador por parte do INE torna-o bastante operativo, já que em termos conceptuais, não havendo um indicador global de start-up's a nível nacional, a AEA considera não haver alternativa consistente a este indicador; no que toca à meta considerada, a simples extrapolação da taxa média de crescimento dos últimos 3 períodos não atribui ao PO o contributo que seria de esperar para incrementar esse ritmo de crescimento.
3.1 RLZ	N.º de novas empresas apoiadas	A AEA considera igualmente este indicador é uma boa prática. É fundamental medir o efeito-massa dos apoios às empresas, sobretudo do ponto de vista da progressiva influência da programação no tecido empresarial em geral e não apenas no tecido empresarial apoiado. A meta poderia ser mais ambiciosa mas a invocação da dotação financeira e das suas limitações é convincente.
3.2 RLT	Valor de exportações no volume de negócios das PME	Conceptualmente o indicador é consistente e mede o resultado essencial do que se pretende apoiar. É contudo necessário esclarecer se ele é calculado para as empresas apoiadas ou se para as PME em geral. O facto de se tratar de dado INE

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
		pressupõe que seja o total de PME o referencial. Ora, sendo assim, o indicador é pobre em termos de resultado, já que o nº de empresas apoiadas é ínfimo face ao universo INE. O indicador pode aumentar e não refletir o efeito PO já que o coeficiente de ponderação do nº de empresas apoiadas é baixo. Optaríamos por construir um indicador de resultado com informação PO, por exemplo a partir dos dados IES que as empresas devem transmitir às Finanças.
3.2 RLZ	PME que beneficiam de apoio em ações de internacionalização	Indicador consistente e meta apropriada com ambição suficiente. As ações de internacionalização oferecem ao indicador uma especificação adicional de forma a cobrir melhor o objetivo específico.
3.3 RLT	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação	A meta é realista e o indicador é claro e inequívoco.
3.3 RLZ	PME apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (ICC)	Indicador consistente e meta credível.
3.3 RLZ	PME que beneficiam de apoio para a qualificação e inovação (ICC)	Indicador consistente e meta credível.
3.3. RLZ	PME que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções (ICC)	A entrada deste indicador para o SI é muito relevante dada a importância dos instrumentos financeiros na programação
3.3. RLZ	Área infraestruturada para acolhimento empresarial	Atendendo à experiência anterior de programação, o apoio a este tipo de infraestruturas parece arriscada. A meta de 99.000 metros, embora relevante, deveria ser acompanhada de uma meta de resultado como o grau de ocupação industrial.

Quadro n.º 35 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 3)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
10.1 RLT	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	O indicador é claro e inequívoco. Contudo, sugere-se um indicador específico complementar com o objetivo de avaliar a dimensão das intervenções, como a proporção de alunos abrangidos, uma vez que as escolas assumem diversas dimensões.
10.1 RLZ	Escolas Abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2	Os indicadores de realização considerados são credíveis e encontram no Sistema de Informação do FSE amplo campo de alimentação; os valores utilizados para o cálculo de metas não oferecem dúvidas relevantes à AEA. Como insuficiência a registar, a formulação adotada não permite aprender as realizações das diversas ações,
10.1 RLZ	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
		nomeadamente os apoios da ação social escolar ou as intervenções em territórios prioritários.
10.2 RLT	Estudantes certificados nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED 5	Indicador credível e consistente e meta também credível, de acordo com referências históricas POPH embora se trate de uma medida totalmente nova Sugere-se integração de indicadores que permitam monitorizar os percursos escolares dos alunos, nomeadamente a desistência, e incluir um indicador de longo-prazo, nomeadamente relacionado com a empregabilidade. O indicador cumpre com os requisitos do Regulamento FSE.
10.2 RLT	Doutoramentos concluídos	Indicador credível e consistente e meta também credível, essencialmente baseada na experiência PO PH Sugere-se também a integração de indicadores de resultado a longo prazo, com base em amostras representativas, que permitam aferir os percursos dos participantes apoiados, que podem abranger os doutorados e pós-doutorados na sua relação com as empresas e as iniciativas de empreendedorismo e os diplomados dos cursos superiores de curta duração.
10.2 RLT	Estudantes deslocados do ensino superior apoiados com bolsas e que concluem o ano lectivo.	Progressão evidente do indicador com distinção entre estudantes e bolsas.
10.2 RLZ	Estudantes apoiados nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED 5	Indicadores consistentes com larga experiência de utilização na programação FSE em Portugal, sobretudo no caso dos dois primeiros, pelo que não oferecem dúvidas de alimentação.
10.2 RLZ	Bolseiros de doutoramento	
10.2 RLZ	Bolsas para estudantes deslocados do ensino superior por ano	
10.4 RLT	Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	O indicador de qualificação obtido constitui uma solução tradicionalmente aceite, mas em contexto de reforço das condições de empregabilidade um indicador de inserção efetiva no mercado de trabalho, do tipo "% de alunos com qualificação CET que encontram emprego depois de 12 meses de conclusão do curso" poderia ser relevante. Sugere-se integração de indicador comum de resultado de longo prazo, que permita aferir, com base em amostras representativas, a inserção dos diplomados no mercado de trabalho.
10.4 RLZ	Jovens em cursos de nível ISCED 4 (CET)	O referencial do POPH permite considerar custos de referência credíveis, pelo que o indicador não suscita dúvidas ou reservas

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
		de aplicação; de qualquer modo, seria interessante ter uma visão comparativa da meta assumida face às realizações do POPH na região Centro para o período 2014-2020.
10.5 RLT	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico (% de alunos)	A solução encontrada para distinguir entre as dimensões de resultado e de realização da PI é satisfatória
10.5 RLZ	Alunos/formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/formação intervencionadas	O indicador de realização selecionado não oferece dúvidas, como poderia também ter sido assumido um indicador simples de infraestruturas (escolas) intervencionadas; neste caso, dada a opção de reduzir substancialmente a alocação de recursos a este tipo de operações, compreende-se que o referencial comparativo de infraestruturas intervencionadas no período de programação anterior não colha. Recomenda-se uma referência aos diferentes níveis de ensino

Quadro n.º 36 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 4)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
8.1 RLT	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio na administração local	Indicador adequado e que cumpre proposta da Cadeia de Programação do respetivo domínio temático. Contudo, para além do indicador a longo prazo o Programa poderia optar por incluir também indicadores de resultado imediato
8.1 RLZ	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios na administração local	Indicador que não oferece reservas, tendo predominado a fundamentação da meta em termos de custos de referência e dotação financeira disponível.
8.3 RLT	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Para além do indicador a longo prazo o Programa poderia optar por incluir também indicadores de resultado imediato
8.3 RLZ	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	.A opção pelo cálculo dos postos de trabalho é mais direta e incisiva quanto aos objetivos que se pretendem alcançar. Ainda assim o indicador não é crítico.
8.5 RLT	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio (ICC do FSE)	Indicador claro e inequívoco.
8.5 RLT	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	O indicador não oferece reservas, salvo a inexistência de referenciais históricos de períodos de programação anteriores para balizar o esforço da meta assumida
8.5. RLZ	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	O SI PO parece em condições de assegurar os indicadores e os valores unitários de referência são consistentes
8.5.	Pessoal altamente qualificado contratado	

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
RLZ	por empresas apoiadas	
8.8 RLT	Postos de trabalho criados	Indicadores claros e inequívocos. A AEA compreende a necessidade de reduzir os indicadores e simplificar a monitorização, mas sugere que existe um acompanhamento segmentado das medidas.
8.8 RLZ	Empresas apoiadas	
8.9 RLT	Grau de concretização das Estratégias (efeito multiplicador do investimento público no investimento privado)	O indicador evoluiu para o cálculo do efeito multiplicador no investimento privado a partir da experiência PROVERE, o que constitui um indicador muito promissor
8.9 RLZ	Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos	Como indicador de realização a opção assumida é robusta e a fundamentação da meta credível, com um histórico referencial de estratégias similares

Quadro n.º 37 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 5)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
9.1 RLT	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Nada a opor ao indicador assumido, sobretudo se estiver assegurada a inquirição necessária para o preencher.
9.1 RLZ	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	O indicador é consistente e a dedução da meta de realização é credível. De qualquer modo, um referencial comparativo com outros períodos de programação poderia auxiliar a gestão do PO
9.6 RLT	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Nada a opor ao indicador no pressuposto de que estão garantidas as condições de inquirição necessárias para assegurar a sua alimentação
9.6 RLZ	Estratégias DLBC apoiadas	Indicador consistente e meta credível.
9.6 RLZ	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	
9.7 RLT	Grau de satisfação dos utentes associados aos projetos de equipamentos sociais apoiados (1 a 10)	Regista-se de novo a boa prática de consagrar inquéritos de satisfação a utentes cuja representatividade e rigor de realização deveriam ser acautelados. A AEA sinaliza a evolução do indicador, nomeadamente a indicação da escala de avaliação.
9.7 RLT	Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde por habitante	O indicador é claro e inequívoco. Adicionalmente permite cobrir as tipologias de ação que não estão cobertas pelo indicador anterior. Ambos os indicadores merecem notas positivas, embora este em específico não se abstenha de algumas considerações negativas, nomeadamente a inclusão de impactos que não resultam das tipologias de ação da PI.
9.7 RLZ	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Indicador credível e meta que poderia ser melhor fundamentada com algum referencial histórico, embora se trate de requalificação e refuncionalização e não de construção nova
9.7. RLZ	População coberta por serviços de saúde melhorados	Assume contornos de indicador de resultado, embora permite distinguir os efeitos que resultam das tipologias de saúde em particular.
9.10 RLT	Grau de concretização das Estratégias (efeito multiplicador do investimento público no investimento privado)	O indicador evoluiu para o cálculo do efeito multiplicador no investimento privado a partir da experiência PROVERE, o que constitui um indicador muito promissor
9.10 RLZ	Estratégias DLBC apoiadas	Indicador consistente e meta credível

Quadro n.º 38 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 6)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
4.2 RLT	Consumo de energia primária nas empresas	O indicador é consistente e a meta afigura-se credível. Importa clarificar se se trata de cálculo para o universo das apoiadas ou de universo geral de empresas. Só no 1º caso o indicador produzirá informação relevante. Não adota indicador proposto por Grupo de Trabalho do Domínio Temático da sustentabilidade e Eficiência na Utilização de Recursos.
4.2 RLZ	Empresas com consumo de energia melhorado	A razoabilidade da meta e do indicador são elevadas, tendo em conta o consumo médio na Região e a dotação financeira.
4.3 RLT	Consumo de energia primária na administração regional e local	Metas credíveis e com fundamentação PNAEE e dados nacionais de certificação energética de edifícios
4.3.RLT	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	
4.3. RLZ	Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos (ICC)	Inexistência de referencial histórico e de partida não permite avaliar se o indicador e a meta medem o esforço estratégico de transformar uma situação de referência
4.3. RLZ	Decréscimo anual do consumo de energia na iluminação pública	
4.3 RLZ	Agregados familiares com consumo de energia melhorado	
4.5 RLT	Emissão estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas por estas intervenções)	Este indicador avalia o contexto e não apenas o impacto das ações do PO. Adicionalmente, e embora se compreenda a dificuldade de encontrar indicadores quantitativos neste domínio, o contexto tem enorme preponderância no cumprimento desta meta uma vez que a redução da dinâmica económica pode ser suficiente para cumprir uma meta que é ambiciosa.
4.5 RLZ	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	Aponta-se para um referencial NUTS III que disponham de maiores níveis de concentração populacional e de mobilidade de pessoas e bens, facto que parece contraditório com a experiência piloto de Mação

Quadro n.º 39 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 7)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
6.3 RLT	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	A opção de considerar o efeito sobre o número de dormidas turísticas como o indicador que mede o resultado das intervenções de património natural e cultural é bastante discutível, atendendo ao racional desse tipo de operações. Além disso, o aumento de dormidas em estabelecimentos hoteleiros será também fortemente influenciado pelos apoios ao setor do turismo no EP 3 e não é ainda claro em que medida as dimensões do

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
		património natural e cultural constituirão critérios de mérito para a valorização dos projetos de investimento a apoiar no EP 3
6.3 RLZ	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios e a atrações culturais ou naturais apoiados (ICC)	A opção assumida para o indicador de resultado leva à definição de um indicador de realização que não é o indicador ideal, tendendo a confundir-se com um indicador de resultado. O indicador obriga a uma meta composta deduzida a partir das intervenções no património natural e no cultural que não é de leitura simples.
6.5 RLT	Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	A AEA assinala como pioneira a prática de dotar o PO de indicadores de satisfação de utentes, neste caso inspirado pelo Audit Survey de Lisboa, devendo posteriormente ser expliciatadas as dimensões de qualidade de vida a ser objeto de avaliação de satisfação.
6.5 RLZ	Espaços criados ou reabilitados em áreas urbanas	A opção por indicadores mais tradicionais é sensata e cumpre em excelente medida o interesse da monitorização, com referenciais credíveis para a determinação da meta
6.5. RLZ	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	

Quadro n.º 40 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 8)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
11.1 RLT	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	O indicador de resultado assegura a medida de resultados em termos de processos de modernização administrativa.
11.1 RLZ	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	Nada a opor à metodologia de conceção do indicador e da definição da meta selecionada; a informação seria melhorada com um indicador de realização idêntico ao utilizado para a PI 2.3 - N.º de serviços da administração pública apoiados, capaz de aferir número de serviços públicos objeto de intervenção
11.2 RLT	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	O indicador de resultado é débil e corre o sério risco de ser redundante face ao indicador de realização; por exemplo, uma alternativa de medida do peso de recursos humanos envolvidos nas ações de capacitação seria bem mais informativo dos resultados da PI
11.2 RLZ	Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	O indicador de realização não oferece dúvidas em termos de conceção; quanto à meta a sua fundamentação prende-se compreensivelmente com a dotação financeira e custos de referência, sendo estes definidos através de valores de referência do QREN.
2.3 RLT	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Interação positiva com as apreciações da AEA
2.3. RLT	Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Mérito de selecionar um indicador de resultado que tem informação oficial assegurada e no qual pode ser testada a relação entre a evolução do indicador e a performance do PO e que permite por essa via a definição de uma meta monitorizável credivelmente.
2.3 RLZ	Serviços da administração pública apoiados	Nada a opor ao indicador de resultado, já que corresponde a uma prática anterior suficientemente testada

Quadro n.º 41 – Comentários da AEA ao sistema de indicadores (Eixo 9)

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
4.5. RLT	Emissão estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas por estas intervenções)	Indicadores credíveis pressupondo já que o PO tem em mente uma tipologia bem delimitada de operações a apoiar
4.5. RLZ	Quilometragem total das linhas de elétrico e	

PI/resultado/realização	Indicador	Comentário Avaliação Ex-ante
	de metropolitano novas ou melhoradas (ICC)	
6.5. RLT	Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	A opção por um indicador de satisfação inspirado no Audit Urban Survey de Lisboa está na linha das boas práticas europeias exigindo apenas que seja clara a explicitação das dimensões de qualidade de vida que serão analisadas
6.5. RLZ	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	Indicadores e metas credíveis com referenciais bem determinados
	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	
	Habitações reabilitadas em áreas urbanas (ICC)	
9.8. RLT	Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	Os indicadores são claros e inequívos. As metas assumem-se realistas.
9.8 RLZ	Habitações reabilitadas em áreas urbanas (ICC)	
9.8. RLZ	Espaços criados ou reabilitados em áreas urbanas	